

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ROBSON DE OLIVEIRA

**PERSPECTIVAS INSTITUCIONALISTAS NO SERVIÇO
SOCIAL: Um recorte bibliográfico.**

Florianópolis, 2014.

Ficha Catalográfica elaborada pelo autor.

de Oliveira, Robson
Perspectivas Institucionalistas no Serviço Social
: Um recorte bibliografico / Robson de Oliveira ;
orientadora, Simone Sobral Sampaio -
Florianópolis, SC, 2014.211 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa
de Pós-Graduação em Serviço Social.

Inclui referências

1. Serviço Social. 2. Instituições. 3. Espaço
socioocupacional. 4. Análise Institucional. 5.
Ciências Sociais. I. Sobral Sampaio, Simone . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa
de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título.

ROBSON DE OLIVEIRA

**PERSPECTIVAS INSTITUCIONALISTAS NO SERVIÇO SOCIAL:
UM RECORTE BIBLIOGRÁFICO.**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Serviço Social”, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.
Florianópolis, 24 de fevereiro de 2013.

Professora Dra. Helenara Silveira Fagundes.
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – UFSC.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dra. Simone Sobral Sampaio.
Orientadora. Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof. Dra. Myriam Mitjavila.
Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – UFSC.
Examinadora.

Prof. Dr. Helder Boska de Moraes Sarmento.
Programa de Pós Graduação em Serviço Social – UFSC. Examinador.

Prof. PhD Vicente de Paula Faleiros
Universidade Católica de Brasília- UCB. Examinador – Membro Externo.

Prof. Dra. Liliane Moser
Programa de pós Graduação em Serviço Social – UFSC. Examinadora.

...ao homem que cruzou o oceano e a mulher que me deu um barco...

Agradecimentos

E aqui vão os agradecimentos. Estão na dissertação, mas não fazem parte da pesquisa. Então fique a vontade para pular essa parte caso você não me conheça.

Caso sejamos velhos conhecidos e você está aqui procurando alguma referência a algo que compartilhamos como um café, impressões sobre a arte do erro que é a meteorologia, ideias sobre objetos de pesquisa, nomes que pretendemos dar a filhos se um dia nos tornarmos mãe e/ou pai, o quanto animais de estimação podem depor sobre a personalidade de uma pessoa... e por aí vai, aviso que sou péssimo com esse tipo de demonstração de afeto.

Há alguns nomes que consigo lembrar agora e por isso agradeço diretamente a eles, enquanto outros só me virão à mente tarde da noite, depois de entregar a versão final dessa dissertação. Essa fortuita lembrança será seguida provavelmente de um “Eu não acredito que esqueci dela (e)!”.

Por isso caso eu esqueça de alguém muito especial - talvez até você - saiba que sempre há chances de criarmos novas lembranças e experiências prazerosas. Se não citei você e caso considere a presença nos agradecimentos de uma dissertação como algo muito importante apenas me procure e, por favor, não comece nossa conversa mencionando sua ausência aqui. Seria constrangedor para mim.

Começo então os agradecimentos com a banca. Pessoas que coincidentemente são aquelas que eu gostaria que avaliassem essa dissertação. Reuni-los e ter a oportunidade de compartilhar o resultado final dessa pesquisa é um privilégio e honra. Professora Myriam agradeço sua atenção e estimulantes discussões após as reuniões do NEPPI, conversas normalmente regadas a cigarro e constatações de que o semestre (todos eles) estão nos sobrecarregando. Ao professor Helder meus agradecimentos pelas aulas ministradas na pós e o aceite em participar dessa banca; em 2010 quando defendi meu TCC seu primeiro comentário sobre o trabalho foi que eu havia encontrado um ótimo alvo, mas que não havia acertado o tiro, dessa vez espero ter acertado, ou caso contrário, espero uma nova metáfora para ouvir que não foi dessa vez. A professora Liliane, minha supervisora na monitoria de estágio dos idos de 2009 e também avaliadora do meu TCC, meus ternos agradecimentos por aceitar prontamente o convite de compor essa banca. Considero-me um covarde capaz de alguns arroubos de coragem, creio que sua

presença nessa banca é uma prova disso professor Faleiros, meus agradecimento por sua vinda a essa ilha. Espero que o senhor aproveite tanto quanto nós sua estada aqui.

Agradecimentos também a toda equipe da pós-graduação especialmente a coordenadora e professora Helenara em sua infinita paciência para ler e sugerir alterações no projeto de pesquisa dessa dissertação. Sem seu profissionalismo, atenção e afeto essa dissertação possivelmente não teria essa forma. A Paolla, secretária da pós, por sua (também) infinita paciência em responder dezenas de vezes às mesmas perguntas feitas por mim em um intervalo de tempo realmente pequeno e sobre coisas que poderiam ser simplesmente esclarecidas se eu me atentasse ao link “Documentos Acadêmicos” do sítio eletrônico da pós.

Agradecimentos a meu amigo e parceiro da pós Tiago Iraton por proporcionar tantas estimulantes conversas e por compartilhar algumas das apreensões mais coerentes e desoladoras sobre a nossa profissão que já ouvi. Meu amigo Reginaldo pela tranquilidade em ouvir tanto (e tantas vezes) sobre uma profissão que conhece tão bem quanto eu, e que por isso – e por enquanto – abriu mão dela. Gilmar por ser constante. Imara por ser uma bateria de energia positiva inesgotável em forma de amiga. Vitória por compartilhar tantas vezes sua paixão por livros em conversas prazerosas. Filipe pela parceria na orientação e por suportar meus arroubos de histeria na sala da Simone. Marjori Machado colega de mestrado, companheira de trabalho e amiga. Gabriela e Monique que de locais tão distantes tantas vezes perguntaram como estou, mesmo quando eu não sabia ao certo o que responder. Heloiza por sempre apresentar perspectivas da psicologia organizacional tão interessantes durante nossas conversas e por construir tão tranquilamente uma das melhores amizades que já tive na vida. Felix – marido de Heloiza, alemão de nascença e cidadão do mundo por opção – por sua sagacidade em ouvir minhas péssimas piadas e rir por ser essa, aparentemente, uma decisão sensata. Arnaldo e Thiago Rubim pelas conversas de muletas e viagens com felinos. Meritxell por não aceitar de imediato minha explicação sobre os andares dos prédios no Kobrasol.

A Cleidiamar e Francielle por terem sido, cada uma de sua própria maneira, as melhores supervisoras de estágio que eu poderia ter tido em meu processo de formação, o assistente social que sou hoje, e o que eu ainda aspiro ser, é diretamente influenciado por vocês.

A Francisco Calvo del Olmo e Simone Sobral Sampaio por tanto.

E aos também amigos (respiração longa): Cória, Rafael, Danuza, Tamires, Debora, Maria Alice, Mari, Maria Jose, Alessandra,

Tiago de Botas, Nalá, Hilda, Kênia, Maicon, Ciberen, Mari, Gustavo, Daiana, Arminda, Iara, Francisco Rafael, Sebastian. Todos vocês contribuíram para o resultado final dessa dissertação e de alguma forma forneceram apoio ao longo dessa trajetória. Meu muito obrigado.

A família, a escola, a fábrica, a universidade, o hospital são instituições baseadas numa clara distribuição de papéis: a divisão do trabalho (senhor e servo, professor e aluno, dirigente e dirigido).

Franco Basaglia.

OLIVEIRA, Robson. Perspectivas Institucionalistas no Serviço Social: um recorte bibliográfico. Dissertação – Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC – 2014.

RESUMO

Essa dissertação tem como objetivo identificar a influência de pesquisas institucionalistas na produção teórica do Serviço Social brasileiro da década 1980. Os autores do Serviço Social que desenvolveram reflexões sobre o espaço institucional através da inserção profissional nas diversas instituições empregadoras são Maria Luiza de Sousa, Rose Mary Sousa Serra, Vicente de Paula Faleiros, Jean Robert Weisshaupt, Aged Van Balen e Lygia Pereira Edmundo. A elaboração de suas reflexões acerca do tema instituições evidencia a aderência a diferentes perspectivas das ciências sociais e marxismo através de autores como René Lourau, George Lapassade, Michel Foucault, Erving Goffman, Peter L. Berger & Thomas Luckmann, J. A. Guilhon Albuquerque, Madel T. Luz, Antonio Gramsci e Louis Althusser. Essa sistematização em torno da reflexão desses autores e a influência direta no Serviço Social permite avaliar as composições institucionalistas oriundas da profissão e delimitar a forma como as instituições foram apreendidas na década de 1980. Para isso localiza-se a produção dessas obras a partir do Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro e a forma como nas décadas de 1970 e 1980 se requisita o desenvolvimento de reflexões sobre o espaço institucional para os assistentes sociais inseridos nas mais diversas organizações institucionais. A primeira seção corresponde a introdução e a apresentação da estrutura da dissertação. A segunda seção apresenta a relação da produção bibliográfica sobre as instituições na profissão com o Movimento de Reconceituação nas décadas de 1970 e 1980. A terceira seção desenvolve uma extensa análise a partir dos autores das ciências sociais que foram identificados como influências. A quarta seção apresenta as considerações finais desse estudo e salienta a necessidade da análise institucional enquanto técnica útil ao exercício da profissão.

Palavras Chaves – Instituição, Análise Institucional, Serviço Social, Movimento de Reconceituação, pesquisas institucionalistas.

OLIVEIRA, Robson. Perspectivas Institucionalistas no Serviço Social: um recorte bibliográfico. Dissertação – Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC – 2014.

ABSTRACT

The aim of this work is to identify the influence of institutionalist research in theoretical work of the Brazilian Social Work in the 1980s. Different authors of the Social Service who developed reflections on the institutional area through the employability of professionals were chosen for this work; the authors are Maria Luiza de Sousa, Rose Mary Sousa Serra, Vicente de Paula Faleiros, Jean Robert Weisshaupt, Aged Van Balen e Lygia Pereira Edmundo. The elaboration of the reflections concerning the subject institutions shows the adherence of different perspectives of the social sciences and Marxism by authors such as René Lourau, George Lapassade, Michel Foucault, Erving Goffman, Peter L. Berger & Thomas Luckmann, J. A. Guilhon Albuquerque, Madel T. Luz, Antonio Gramsci e Louis Althusser. This systematization around the reflections of these authors and the direct influence on the Social Services will assess the institutionalists compositions derived from the profession and define how the institutions were seized in the 1980s. For this purpose, the production of these works is addressed to the Brazilian Social Work Reconceptualization Movement and how during the 1970s and 1980s the development of reflections on the institutional area for social workers inserted in various institutional organizations was requested. The first section includes the introduction and the presentation of the structure of the dissertation. The second section presents the literature research about the institutions in the profession with the Reconceptualization Movement in the 1970s and 1980s. The third section develops an extensive analysis about the work of the authors of the social sciences that have been identified as influences. The fourth section presents the conclusions of this study and stresses the need of institutional analysis as a useful technique to the profession.

Key Words: Institution, Institutional Analysis, Social Service, The Reconceptualization Movement, Institutional Research.

OLIVEIRA, Robson. Perspectivas Institucionalistas no Serviço Social: um recorte bibliográfico. Dissertação – Curso de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis - SC – 2014.

RESUMEN

Esta disertación tiene por objetivo identificar la influencia de estudios e investigaciones institucionalistas en la producción teórica del Trabajo Social brasileño entre la década de 1980. Los autores del Trabajo Social que desarrollaron reflexiones sobre el espacio institucional a partir de la inserción profesional en las diversas instituciones empleadoras son MariaLuiza de Sousa, Rose Mary Sousa Serra, Vicente de Paula Faleiros, Jean Robert Weisshaupt, Aged Van Balen y Lygia Pereira Edmundo. La elaboración de sus respectivas reflexiones sobre las instituciones pone en evidencia la adherencia a diferentes perspectivas de las ciencias sociales y del marxismo a través de autores como René Lourau, George Lapassade, Michel Foucault, Erving Goffman, Peter L. Berger & Thomas Luckmann, J. A. Guilhon Albuquerque, Madel T. Luz, Antonio Gramsci y Louis Althusser. La sistematización en torno a la reflexión de estos autores y su influencia directa en el Trabajo Social permiten evaluar las composiciones institucionalistas propias de la profesión y delimitar la forma en que las instituciones fueron aprehendidas durante la década de 1980. Para ello, se localiza la producción de las obras dentro del Movimiento de *Reconceituação* del Trabajo Social brasileño y la forma en que durante los años '70 y '80 se demanda el desarrollo de reflexiones sobre el espacio institucional para los trabajadores sociales inserción en las más diversas organizaciones. La primera sección comprende la introducción y la presentación de la estructura de la disertación. La segunda sección presenta la relación de la producción bibliográfica sobre instituciones en la profesión con el Movimiento de *Reconceptualización* de los años '70 y '80. La tercera desarrolla un análisis detallado a partir de los autores de las ciencias sociales que fueron identificados como influencias. La cuarta presenta las consideraciones finales del estudio y señala la necesidad del análisis institucional como técnica útil para el ejercicio de la profesión.

Palabras Clave – Institución, Análisis Institucional, Trabajo Social, Movimiento de *Reconceituação*, estudios institucionalistas.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Livros analisados em 2010.....	4
Quadro 2 – Obras acrescidas no projeto de dissertação.....	4
Quadro 3 – Livros referenciados pelos autores do Serviço Social.....	5
Quadro 4 – Autores e obras referenciadas por Serra (1983).....	26
Quadro 5 – Autores e obras referenciadas por Souza (1982).....	28
Quadro 6 – Autores e obras referenciadas por Faleiros (1991).....	32
Quadro 7 – Autores e obras referenciadas por Weisshaupt (1985).....	34
Quadro 8 – Autores e obras referenciadas por Edmundo (1987).....	37
Quadro 9 – Autores e obras referenciadas por Balen (1983).....	41

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
1.1. Delimitação do tema.....	1
1.2. Estrutura da Dissertação.....	2
1.3. Objetivo Geral e Objetivos Específicos.....	3
1.4. Percurso da Pesquisa e Metodologia.....	3
2. A RELAÇÃO DO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO COM A PRODUÇÃO TEÓRICA SOBRE AS INSTITUIÇÕES NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980.....	7
2.1. O Movimento de Reconceituação e as organizações empregadoras dos assistentes sociais.....	7
2.2. Breve apresentação das obras do Serviço Social.....	23
3. A INFLUÊNCIA INSTITUCIONALISTA E SEUS PRINCIPAIS EXPOENTES.....	43
3.1. Lourau e Lapassade: O Movimento Institucionalista Francês e a Análise Institucional.....	43
3.1.1. A Constituição Histórica do Movimento Institucionalista e da AIF.....	45
3.1.2. Lourau: Análise Institucional e Socioanálise.....	49
3.1.3. Lapassade: Revolução Industrial, <i>Humans Relations</i> e o problema da burocracia.....	58
3.1.4. A AIF a partir de Lourau e Lapassade e sua relação com o Serviço Social brasileiro	63
3.2. Foucault e a Genealogia.....	73
3.2.1. As Instituições de sequestro na sociedade disciplinar.....	73
3.2.2. As sendas percorridas por Foucault no Serviço Social.....	90
3.3. O Pragmatismo e empirismo do Norte da América.....	96
3.3.1. As Instituições Totais e o estigma em Goffman.....	96
3.3.2. Goffman no Serviço Social.....	103
3.3.3. Berger & Luckmann e a Fenomenologia.....	105
3.3.4. A fenomenologia no Serviço Social e nas obras analisadas.....	112

3.4.	A Influência brasileira a partir das ciências sociais.....	115
3.4.1.	Albuquerque e as instituições como realidade social concreta.....	115
3.4.2.	A seletiva influência de um autor: o caso Albuquerque.....	125
	As Instituições médicas (e culturais) de Luz.....	131
3.4.4.	Luz e sua contribuição ao Serviço Social.....	140
3.5.	A presença Marxista nas composições sobre as instituições.....	142
3.5.4.	Althusser: Algumas outras notas.....	142
3.5.5.	Althusser e o Serviço Social.....	149
3.5.6.	Gramsci: uma contribuição ao debate sobre as instituições.....	151
3.5.6.1.	Estado Ampliado, Hegemonia e “Aparelhos Privados de Hegemonia”.....	151
3.5.6.2.	Indicações gramscianas sobre as instituições.....	156
3.5.6.3.	A presença de Gramsci nas pesquisas sobre as instituições no Serviço Social.....	167
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	166

1. INTRODUÇÃO

1.1. Delimitação do Tema.

Possivelmente um dos maiores prazeres em ser lusófono é a possibilidade de ler as obras de Saramago sem precisar recorrer a traduções. O autor em questão era um dos mais talentosos escritores da língua portuguesa e dentre as inúmeras razões para isso está a métrica em suas sentenças, pela forma como encaixava as palavras e permitia que fluíssem sem que conseguíssemos perceber de imediato o que se tratava de um diálogo, o pensamento de uma personagem ou até mesmo uma mensagem direta ao leitor, quebrando a quarta parede com longos devaneios em que partilhava algumas impressões sobre temas que estavam, muitas vezes, para além da narrativa.

Nos escritos de Saramago as palavras são algo que constrói o mundo, extrapolando uma interpretação lexical ou semântica e transformando sentenças em quebra-cabeças a serem não apenas montados, mas decifrados.

Talvez seja arriscado começar essa dissertação, que aborda as instituições e a análise institucional por via de sua relação com a produção teórica do Serviço Social, através de um autor tão pouco afeito à ordem das coisas, pois instituições são em suma isso: a ordem que as coisas devem ter no mundo.

Essa dissertação ao tratar do termo instituição revela também diferentes propostas de análise institucional. Afinal, todo debruçar-se sobre a instituição no intento de compreendê-la pode ser considerado por si uma análise institucional. Independente de se a proposta formula um instrumental para a execução da análise (como a socioanálise de René Lourau e George Lapassade ou o esquema analítico de J. A. Guilhon Albuquerque), se a análise se volta essencialmente ao desvelamento da relação que a instituição possui com o modo de produção (as instituições de sequestro na sociedade disciplinar de Michel Foucault e os Aparelhos Ideológicos de Estado de Louis Althusser) ou a instituição enquanto um objeto em si mesmo e na relação com os sujeitos vinculados a essa (a abordagem fenomenológica de Peter Berger & Thomas Luckmann e as instituições totais de Erving Goffman).

Essa, a análise institucional, é uma matéria constante nos escritos de autores que reconhecem as instituições como uma realidade objetiva detentora de uma materialidade. Nosso intento em abordar esses autores é identificar a influência que exerceram sobre um conjunto de pesquisas desenvolvidas no interior do Serviço Social entre meados das décadas de 1970 e 1980.

Algumas das características dessas obras do Serviço Social incluem a análise da fala de assistentes sociais em fóruns de debate, entrevistas e relatos de profissionais (SOUZA, 1982; SERRA, 1983; BALEN, 1987; WEISSHAUPT, 1985); o Serviço Social comparecendo como uma instituição inserida em diversos espaços e a relação entre profissional – usuário – instituição (SOUZA, 1982; WEISSHAUPT, 1985; EDMUNDO, 1987; FALEIROS, 1991). Há também obras com problematizações focais, voltadas ao desvelamento de um espaço específico do exercício profissional (BALEN, 1983; EDMUNDO, 1987). O contexto de modernização e o momento repressivo ditatorial do país nas instituições na década de 1960 a 1980 também comparecem (FALEIROS, 1991; SERRA, 1983; WEISSHAUPT, 1985) bem como a função do assistente social na reprodução da força de trabalho. (FALEIROS, 1991). O conjunto de livros do Serviço Social sobre as instituições analisados são publicados na década de 1980 e vinculam-se ao Movimento de Reconceituação do Serviço Social brasileiro.

1.2. Estrutura da dissertação.

Essa dissertação está organizada em quatro seções. São essas: introdução, duas seções que apresentam o desenvolvimento da pesquisa e a última seção que trata das considerações finais.

A primeira seção versa sobre a delimitação do tema, objetivos gerais e específicos da dissertação e, por fim, a trajetória da pesquisa.

A segunda seção aborda o Movimento de Reconceituação do Serviço Social no Brasil e sua relação com a produção teórica sobre as instituições. Nessa seção também são apresentados os livros elaborados pelos pesquisadores do Serviço Social que ofertam as indicações teóricas para a leitura das influências institucionalistas.

A terceira seção apresenta a análise dos autores das ciências sociais e suas principais reflexões sobre o tema instituições e a forma como os autores do Serviço Social se utilizaram de cada um desses para compor apreensões sobre a inserção nas instituições.

A quarta, e ultima seção, é constituída pelas considerações finais e nessa se ressalta a análise institucional enquanto técnica útil ao exercício da profissão.

1.3. Objetivo Geral e Objetivos Específicos

Objetivo Geral:

- *Identificar a presença de pesquisas institucionalistas na produção teórica do Serviço Social brasileiro na década de 1980.*

Objetivos Específicos:

- *Apresentar as diferentes pesquisas das ciências sociais sobre as instituições, seus autores e propostas desenvolvidas através das influências exercidas na produção do Serviço Social;*
- *Avaliar a influência que as reflexões institucionalistas exerceram sobre o Serviço Social;*
- *Delimitar a forma como as instituições são apreendidas na década de 1980 na produção teórica do Serviço Social a partir de recortes bibliográficos.*

1.4. - Percurso da Pesquisa e Metodologia.

A bibliografia que serve como principal material para essa pesquisa possui duas frentes principais. A primeira são obras do Serviço Social brasileiro que em meados da década de 1980 abordaram as instituições e a prática profissional institucionalizada utilizando, na fundamentação desses temas, perspectivas institucionalistas. A segunda frente trata da influência de autores e suas obras em pesquisas sobre as instituições a partir de diferentes perspectivas das ciências sociais referenciadas pelo Serviço Social.

Parte da fonte bibliográfica da primeira frente foi identificada através da elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em

Serviço Social defendido no ano de 2010 pelo pesquisador autor dessa dissertação. No TCC em questão foram utilizadas três obras do Serviço Social da década de 1980 que abordavam o tema instituições para identificar algumas contribuições que a análise institucional poderia oferecer no debate sobre a prática profissional¹. São essas:

Obra.		Ano².
<i>Serviço Social e Instituição – A questão da Participação.</i>	Maria Luiza de Sousa.	1982
<i>A Prática Institucionalizada do Serviço Social: Determinações e Possibilidades.</i>	Rose Mary Sousa Serra.	1982
<i>Saber Profissional e Poder Institucional</i>	Vicente de Paula Faleiros.	1985

Quadro 1. Livros analisados em 2010.

Para esse projeto de pesquisa amplia-se o escopo de obras analisadas da década de 1980. Inclui-se:

Obra	Autor	Ano
<i>Disciplina e Controle da Sociedade</i>	Aged Van Balen	1983
<i>As Funções Sócio-institucionais do Serviço Social.</i>	Jean Robert Weissaupt.	1985
<i>Instituição: Escola de Marginalidade?</i>	Lygia Pereira Edmundo.	1987

Quadro 2. Obras acrescidas no projeto de dissertação.

No que tange a justificativa pela escolha dessas obras é necessário ressaltar a forma como as influências que elas sofrem compõem um radial atravessando diferentes tendências das ciências sociais. Dessa forma há autores do Serviço Social que detinham mais de uma publicação que abordava o tema instituição, tal como Faleiros (1982) e Souza (1979), havendo, todavia a opção pela análise de apenas uma obra já que a discussão desenvolvida se propunha na obra elegida, uma maior atenção ao tema das instituições.

1 Para mais detalhes ver: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Ssocial283321.pdf>> acessado em: 31 de jan. de 2013.

2 Em todos os quadros apresentados a coluna “Ano” se refere ao ano da primeira publicação da obra. Durante a análise desses livros, nas referências compostas pelo pesquisador, comparecerão outros anos, esses se referem apenas ao ano de publicação da edição do livro acessado pelo pesquisador.

São ainda obras que de diferentes métodos e abordagens, delimitam apreensões particulares sobre as instituições de forma mais substanciada que outras também avaliadas no momento inicial de escolha das obras. A opção dessas como fonte principal também obedece a critérios cronológicos já que tratam de pesquisas iniciadas entre as décadas de 1970 e 1980 e publicadas todas pela primeira vez na década de 1980.

Para a segunda frente da pesquisa bibliográfica à escolha das obras ocorreu pelas indicações dos livros do Serviço Social e os autores recorrentemente utilizados nessas composições. Destacamos assim os seguintes autores e as principais obras referenciadas:

Obra	Autor (es).
<i>Vigiar e Punir / Microfísica do Poder/ A Verdade e as Formas Jurídicas</i>	M. Foucault
<i>Instituição e Poder / Metáforas da Desordem</i>	J.G. Albuquerque
<i>Instituições Médicas no Brasil</i>	Madel T. Luz
<i>Aparelhos Ideológicos de Estado</i>	L. Althusser
<i>Grupos, Organizações e Instituições.</i>	G. Lapassade
<i>Análise Institucional</i>	R. Lourau
<i>A Construção Social da Realidade</i>	Berger e Luckermann
<i>Manicômios, Prisões e Conventos / Estigma</i>	E. Goffman
<i>Os Intelectuais e a Organização da Cultura / Concepção Dialética da História / Maquiavel, a Política e o Estado Moderno.</i>	A. Gramsci

Quadro 3. Livros referenciados pelos autores do Serviço Social.

Essas obras são consideradas de matriz institucionalista para a composição dessa dissertação seguindo, em parte, indicações de Barembliitt (2005) que ao apresentar o movimento institucionalista assevera, em linhas gerais, que todo estudo desenvolvido sobre as instituições pode ser considerado institucionalista, todavia nem todo autor que elabora estudos sobre instituições pode ser considerado um

pesquisador atrelado ao institucionalismo.

Essa opção contraria à apresentada por outro autor do Serviço Social que em sua dissertação ao abordar a presença de teses institucionalistas nas pesquisas do Serviço Social acabou por classificar os autores das ciências sociais que analisa como institucionalistas. Bisneto (1996, p. 21) ao tentar definir a análise institucional como “[...] um conjunto, nem sempre nítido, de autores reconhecidos como “institucionalistas” que utilizam conceitos cuja diversidade é tamanha que qualquer tentativa de síntese parece reducionista e fadada ao insucesso” opta pela categorização dos autores e suas reflexões como institucionalistas. O compósito de influências e correntes distintas que compõe o institucionalismo será mais bem deslindado no transcorrer da dissertação, o importante aqui é ratificar que não objetivamos classificar os autores aqui apresentados como institucionalistas, mas apresentar a contribuição de suas obras na composição de pesquisas sobre as instituições no Serviço Social.

No que trata da metodologia cabe ressaltar a opção por uma pesquisa rigorosamente bibliográfica onde o diálogo com as obras ocorre a partir das orientações fomentadas pelos objetivos que constituem a dissertação. Foram realizados fichamentos de todas as obras que fornecem o substrato empírico da pesquisa e a partir disso cotejaram-se as indicações que permitia identificar a presença de perspectivas institucionalistas no Serviço Social.

2. A RELAÇÃO DO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO COM A PRODUÇÃO TEÓRICA SOBRE AS INSTITUIÇÕES NAS DÉCADAS DE 1970 E 1980.

Nessa seção será apresentada uma análise sobre o Movimento de Reconceituação e sua relação com as profundas transformações ocorridas na América Latina, mais especificamente no Brasil, entre as décadas de 1960 a 1980 e seus rebatimentos na profissão através de indicações de diferentes autores do Serviço Social.

Posteriormente será apresentada uma breve análise de algumas obras do Serviço Social que, publicadas durante a década de 1980, se propuseram a investigar as instituições a partir de diferentes referenciais teóricos das ciências sociais, objetivando problematizar os espaços ocupados pelos assistentes sociais e a relação dessas instituições com o modo de produção capitalista.

2.1. – O Movimento de Reconceituação e as organizações empregadoras dos assistentes sociais.

O Movimento de Reconceituação deve ser entendido como um processo e não como um mero fato histórico. Ele requisita ser ainda hoje incursionado para que certas apreensões, conquistas e opções assumidas no âmbito da profissão possam ser melhor escrutinadas a partir de seu solo histórico, e, ao mesmo tempo, para mensurar a importância que esse processo exerceu e exerce sobre a profissão. Ou seja, nada mais incoerente do que considerá-lo como uma espécie de verbete do léxico profissional a ser facilmente consultado em uma enciclopédia que lhe defina de A a Z de forma total, definitiva e exclusiva.

Talvez por isso seja tão difícil propor um tema de pesquisa que assuma o Serviço Social a partir do Movimento de Reconceituação através da relação dos pesquisadores dessa profissão com as instituições empregadoras; em um momento em que as pesquisas sobre essa temática se propuseram a compreender essas instituições na relação e no papel que exerciam – e ainda exercem – na sociedade.

Em parte essa dificuldade se deve a uma tendência nas análises sobre esse Movimento de assumir a perspectiva de um vetor da Reconceituação, no caso a intenção de ruptura (NETTO, 1998), obliterando as outras vertentes ou assumindo-as apenas como manifestações do conservadorismo e/ou vinculados ao denominado

Serviço Social tradicional. Na leitura que propomos, o Movimento de Reconceituação se constitui ao mesmo tempo como um ponto de partida e um local de estada, uma espécie de catalizador de diversas transformações para a profissão não assumindo aqui uma perspectiva de interpretação sobre o Movimento que possa ser identificada como prevalente ou oficial.

São de amplo conhecimento a importância e influência da Igreja Católica nos primeiros passos dados pela profissão no Brasil. Carvalho (1980) reconhece nesse processo a ação de grupos e frações de classe que, mediatizada pela Igreja Católica, delimitaram e constituíram uma base social de agentes apoiados por uma determinada ideologia. Essas obras sociais tiveram início na década de 1920 e se diferenciavam da caridade tradicional por se voltarem a uma ação também de cunho preventivo e por eleger segmentos identificados como vulneráveis, tais como mulheres e crianças. Esses grupos “pioneiros” na ação planejada e execução de obras de caridade revestidas já por uma irrisória racionalidade gestora eram compostos por representantes da burguesia carioca e paulista que conseguiam planejar e desenvolver ações com recursos e apoio do Estado havendo já uma atenção à competência técnica das ações assistenciais.

Como organizações viabilizadoras dessas ações há nesse período a Confederação Católica de 1922, que posteriormente se tornaria a Ação Católica. A partir dessas ações se criaram as bases materiais e, conseqüentemente, organizacionais que na década de 1930 expandiram a Ação Social e o desenvolvimento das primeiras escolas de Serviço Social. Carvalho (1980) baliza certas organizações que desde a década de 1930 se multiplicaram graças ao desenvolvimento do Movimento Católico laico, tais como a Juventude Operária Católica, Juventude Estudantil Católica, Juventude Independente Católica, Juventude Universitária Católica e Juventude Feminina Católica.

O elemento humano e a base organizacional que viabilizarão a implantação do Serviço Social se constituirá, assim, principalmente tendo por base a mescla entre as Obras Sociais – que se diferenciavam criticamente da caridade tradicional – e os novos movimentos do apostolado social, especialmente aqueles destinados a intervir junto ao proletariado, ambos englobados dentro da estrutura do movimento laico, impulsionado e controlado pela hierarquia. (CARVALHO, 1980, p. 49).

Como resultado das profundas transformações atravessadas pelo país entre as décadas de 1920 e 1930 o Serviço Social se desenvolve, no início, alojado no bloco católico. Esse bloco deterá por um longo período o monopólio na formação dos agentes sociais especializados (CARVALHO, 1980).

No que tange à vinculação do Serviço Social às instituições, e considerando seu núcleo de formação estritamente atrelado ao bloco católico, Carvalho (1980, p. 63), ao caracterizar a influência do apostolado laico assevera:

Se parece correto afirmar que a prática institucional do Serviço Social deixa aos agentes encarregados de sua concretização uma margem relativamente ampla de autonomia e arbítrio no desempenho de suas tarefas – margem em relação à qual são requeridos graus determinados de adesão daqueles agentes, como condição para a obtenção dos resultados esperados pelo mandatário institucional. E se essa afirmação é verdadeira, será necessário procurar, também, na especificidade desses agentes sociais e em sua formação, os elementos que explicam os esquemas de percepção e apreensão que informam e justificam aquela adesão.

Na década de 1940 o Serviço Social assumirá modelos metodológicos desenvolvidos nos Estados Unidos da América por via de significativo número de intercâmbios realizados na época. Dessa forma a ausência de metodologia e técnicas oriundas da influência europeia (franco-belga) até então prevalente passa a dar lugar a uma proposta de prática profissional calcada no pragmatismo metodológico oriundo dos Estados Unidos da América.

A partir de considerações de autores latino-americanos, incluindo alguns brasileiros, Junqueira (1980) afirma que na América Latina o Serviço Social se desenvolveu inicialmente com perfil paramédico e parajurídico. Especificamente destaca-se nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro ações destinadas ao atendimento do “menor”, o Serviço Social escolar, e a ação de diversas entidades, tais como: a Legião Brasileira de Assistência (1942), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1943), Serviço

Social do Comércio (1945), Serviço Nacional da Indústria (1945), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (1943). Essas entidades operacionalizaram, a partir da década de 1940, diversos programas com significativo número de assistentes sociais em seu quadro técnico. É também na década de 1940 que se registra a inserção de assistentes sociais na política previdenciária. (CARTAXO, 1995).

Com o pós-guerra na segunda metade da década de 1950 e a filosofia desenvolvimentista em plena ascensão registram-se os rebatimentos desse projeto político no âmbito da profissão e passa-se a reconhecer a necessidade de uma revisão nos marcos teóricos para fomentar uma relação mais adequada da profissão junto às exigências erigidas pelas propostas desenvolvimentistas. É na vinculação com as experiências e práticas desenvolvimentistas da década de 1950 que está para Junqueira (1980) um dos germes do Movimento de Reconceituação. A ênfase no desenvolvimento de comunidade atravessou as décadas de 1950 e 1960, e princípios da década de 1970, sendo amplamente difundida pela Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA) por via de assistência técnica a projetos, cursos, seminários e produção de literatura sobre o tema.

De certa forma a leitura da realidade social, possibilitada em parte pelos planos e projetos de desenvolvimento de comunidade, acabou por evidenciar problemas de origem estrutural, o que inclui o baixo índice de renda *per capita*, parco ou inexistente acesso à saúde e educação da população atendida. Esse desvelamento somado a cada vez mais acentuada organização da sociedade civil, com a participação dos movimentos sociais, acabou por mobilizar politicamente além dos economistas e sociólogos, também profissionais técnicos, como os assistentes sociais.

Aos fatores expostos acrescenta-se a expectativa criada pelo êxito de movimentos revolucionários em Cuba e Chile e a ampla difusão da teoria marxista no âmbito universitário que contribuíram para um gradativo recuo da adesão do Serviço Social a filosofia desenvolvimentista. Os questionamentos lançados ao denominado “Serviço Social tradicional” irão concatenar o que viria a ser o Movimento de Reconceituação.

Para Junqueira (1980) um dos primeiros eventos que puseram em xeque os métodos tradicionais do Serviço Social ocorreu em 1964 no Encontro Regional de Escolas de Serviço Social do Nordeste. O evento em questão, que contou com a participação de Paulo Freire, contrapunha o quadro de subdesenvolvimento do nordeste brasileiro às propostas

apresentadas pelo Serviço Social tradicional e ao mesmo tempo ressaltava uma pedagogia da conscientização com a cultura do povo sendo reconhecida para os processos de mudança compondo sempre um diálogo que problematiza a realidade a partir da realidade.

É ainda durante a década de 1960 na América Latina que o Esquema Conceptual Referencial Operativo (ECRO) se constituiu como o principal expoente de uma nova intencionalidade no Serviço Social destinada à transformação social; essa proposta se apoiava, principalmente, em alternativas exteriores às instituições empregadoras. Esse processo se complexificaria com a ampla divulgação em forma de manuais das “Notas de Althusser”, como aponta Ramos (1983, p. 11) “Fatores de natureza conjuntural determinaram a subestimação da prática institucionalizada, além do referencial teórico adotado que compreendia as instituições públicas de uma forma simplista e mecânica, como meros aparelhos ideológicos de Estado”. Bisneto (2007) explica que, em parte, esse processo é fruto dessa apreensão muito particularizada dos conceitos de Aparelhos Ideológicos de Estado na perspectiva do marxismo estruturalista de Althusser.

Em sua análise do movimento na América Latina, Faleiros (1987) reconhece as dificuldades em desvelá-lo. Dificuldades essas que vão desde a extensão geográfica do continente, seu significado para a profissão e seus embates políticos e teóricos:

É fundamental situar os países latino-americanos dos anos 60 a 80, nas relações de dominação – dependência com os Estados Unidos, principalmente no processo de mobilização popular/reforma e autoritarismo político que marcaram estas duas décadas. A mobilização pela mudança de relações através de movimentos sociais, as classes dominantes ou suas frações hegemônicas respondiam seja com proteção de reformas seja com a repressão, articulando uns e outros em função de ameaças reais ou percebidas. (FALEIROS, 1987, p. 49).

A dominação norte-americana é assim um componente intrínseco ao Movimento de Reconceituação. São as pressões da sociedade por mudanças que levaram a questionamentos acerca da propriedade de terra, a internacionalização da economia, a dívida externa e aos mecanismos de dominação de Estado. Quando se registravam processos de mudanças na América Latina as respostas

providenciadas pelos arautos do imperialismo norte-americano ocorriam pela defesa e manutenção da ordem vigente através da repressão armada e golpes de Estado em países como Paraguai (1954) Argentina (1966), Brasil (1964), Chile (1973), Uruguai (1973).

A conjuntura brasileira desse período é marcada pela repressão com um controle cada vez mais acentuado por parte do Estado sobre os indivíduos e grupos considerados subversivos. Essa ênfase é possível pela institucionalização das diversas situações consideradas marginais, ao mesmo tempo em que os esforços se voltaram para a adequação à ordem, ao consumo, enfim, à normalidade vigente. Essa perspectiva que parte do desenvolvimentismo, que influi no Serviço Social, apoiava-se na centralidade do “Eu” e possuía como referência principal a teorização norte-americana.

No Brasil durante a década de 1970 o movimento sindical dos metalúrgicos de São Bernardo influi no cenário nacional com mobilizações e greves enquanto amplos setores da sociedade civil reivindicam o fim da ditadura militar e a garantia dos direitos civis. Sobre isso escreve Netto (2009, p. 661):

Capitaneada pelos trabalhadores do setor metalomecânico conexo à indústria automobilística – controlada pelas grandes corporações monopolistas – esta reinserção operou uma viragem no processo político. De um lado, repôs, no coração mesmo do Brasil urbano-industrial e no centro da dinâmica política, o confronto direto entre as duas classes fundamentais a partir do universo fabril, de outro, e simultaneamente, precipitou e catalisou na luta contra o regime demandas e aspirações fortemente reprimidas e que estavam dando suporte a expressões até então atomizadas – os movimentos, entre outros, pela anistia, contra a carestia, estudantil e de mulheres e negros.

É nesse contexto que o processo de Reconceituação precisa ser compreendido, como indica Faleiros (1987, p. 51), “não como um projeto isolado e vanguardista, mas como um processo vivo e contraditório de mudanças no interior do Serviço Social latino-americano”. Se há uma ruptura no interior do Serviço Social considerado “tradicional” ela foi possível pelo “rompimento das amarras

imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora” (FALEIROS, 1987, p 51).

Esse movimento reflete as contradições e confrontos das lutas sociais onde embates e tendências de conciliação e de reforma com outras de transformação da ordem vigente no bojo do processo revolucionário e ainda com outras que visam apenas modernizar e minimizar a dominação. O documento de Araxá, por exemplo, situa-se nesta última perspectiva, enquanto que pospostas de Serviço Social do Chile de Allende têm caráter político revolucionário. Não podemos, no entanto, tomar as posições de forma estanque num momento determinado. (FALEIROS, 1987, p. 51)

Faleiros (2007) considera que a marca central do Movimento de Reconceituação encontra-se na construção concomitante do eixo da crítica ao eixo da intervenção, possibilitando assim questionar a busca pelo consenso nas práticas adaptativas dos indivíduos ao meio e a defesa de uma harmonia social que buscava escamotear os processos de exploração entre as classes sociais. Ocorre assim um deslocamento da centralidade interventiva antes voltada à relação personalidade/meio/recurso para a apreensão acerca das relações sociais de classe. Esse esforço de desconstrução e construção do objeto de intervenção do Serviço Social refletiu na identidade profissional que então se aproximou das atividades de partidos políticos sem necessariamente diferenciar a estrutura do partido da que compõe uma profissão. Não haveria para alguns setores profissionais uma distinção entre militância político-partidária e o exercício profissional do assistente social. Sendo esse um tipo de agente privilegiado da revolução, artífice da emancipação da classe oprimida pelo exercício da burguesia. Faleiros (1991) assevera que o próprio conceito de libertação foi muito utilizado na década de 1970 tornando-se uma espécie de objetivo central da profissão.

É importante atentar para os embates teóricos e políticos no interior do Movimento de Reconceituação. Faleiros (1987) compõe uma extensa análise desses embates assumindo sempre como indicativos não apenas as transformações na profissão, mas os conflitos de classe e

golpes de Estado perpetrados nesse período na América Latina. Um dos problemas centrais colocados ao movimento seria “a construção de conhecimentos através do Serviço Social e não apenas o uso de técnicas mais ou menos sofisticadas como o planejamento” (FALEIROS, 1987, p. 53) que simplesmente viessem de encontro aos processos de tecnificação e burocratização ensejada a partir da década de 1970 nas instituições sociais e que não questionavam ou colocavam em xeque as estruturas de dominação e exploração social (FALEIROS, 1991).

Há de se atentar ainda a impossibilidade de se compreender o Movimento de Reconceituação ao simplesmente contrapor um “novo” Serviço Social ao velho. O marxismo não seria assim um centro de análise definitivo para a compreensão do movimento pela participação ativa de sujeitos que não necessariamente aderiram ou se afiliaram a essa perspectiva teórica e política. Por fim, para ser compreendida é necessário “ir aos fundamentos da reconceituação como um paradigma crítico de análise e de estratégias socioprofissionais”. (FALEIROS, 2005, p. 22).

É necessário reconhecer as formulações de diversos atores que dentro desse Movimento atuaram muito mais para o aperfeiçoamento do sistema dominante e melhor adequação dos indivíduos e grupos a esse sistema. Essas perspectivas incluem a racionalidade empresarial aplicada ao Serviço Social priorizando assim para a resolução dos problemas sociais o planejamento e privilegiando a otimização dos recursos.

Outros exemplos dessas vertentes podem ser identificados através de um conjunto de documentos célebres no interior da profissão. O primeiro deles é o Documento de Araxá, de 1967, vinculado à corrente desenvolvimentista que reconhecia enfaticamente no Serviço Social seu caráter corretivo, de promoção e prevenção no trato de problemas individuais e coletivos. Outro documento da categoria produzido foi o de “Teresópolis”, no ano de 1970, vinculado também à perspectiva desenvolvimentista que enfatizava o conceito de necessidades humanas sem relacionar essas necessidades à dinâmica de classes e opressão realizando uma leitura de história imediatista articulando assim aspectos da economia e cultura. Um terceiro documento, Sumaré, de 1980, aloca a Reconceituação em uma perspectiva funcionalista com Serviço Social entreposto entre a dialética e a fenomenologia. Nas palavras de Faleiros (2005, p. 24) “todas essas mobilizações influem profundamente na busca de propostas, que, no entanto, ficam aprisionadas pelo desenvolvimentismo, pela perspectiva do ajuste e da adaptação”.

A partir da década de 1970 há um conjunto de ações políticas no âmbito da profissão com destaque para o III Congresso Brasileiro de Serviço Social ocorrido em 1979, conhecido como o Congresso da Virada. Bravo (2009) realiza um interessante apanhado de antecedentes imediatos a esse congresso que contribuíram para sua consecução e seus mais célebres desdobramentos; como, por exemplo, a substituição da mesa oficial de representantes do governo ditatorial por trabalhadores, movimentos sociais e líderes sindicais. Dentre os antecedentes inclui-se o III Encontro Nacional de Entidades Sindicais ocorrido em São Paulo entre os dias 21 e 23 de setembro de 1979 que criou a Comissão Executiva Nacional de Entidades Sindicais de Assistentes Sociais. Além dessa comissão esse encontro também compôs um documento objetivando a intervenção política articulada das entidades no III CBAS. Outro importante evento foi o Encontro Nacional de Capacitação Continuada que foi promovido pelo Centro Latino Americano de Trabalho Social (CELATS) em 1979 no Rio de Janeiro cujo tema principal foi a prática profissional e sua relação com as instituições e a sociedade. A revisão da formação em Serviço Social pela Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) e a Convenção realizada em Natal, também no ano de 1979, onde foi aprovada uma nova proposta curricular na formação profissional. E, por fim, a participação ativa do Movimento Estudantil e sua rearticulação com a realização do Encontro Nacional de Estudantes de Serviço Social realizada em Londrina em 1978.

Nesse contexto, a formulação de um pensamento crítico no Serviço Social, vinculado às lutas de classe, não foi obra de nenhum “iluminado”, mas o resultado de um processo histórico complexo de lutas, de resistência ao imperialismo e à ordem dominante, de organização das classes subalternas e de construção de um projeto político de alianças de intelectuais com os dominados, explorados e oprimidos, na luta por mudanças profundas. (FALEIROS, 2005, p. 25).

Somado a isso há o que Faleiros (1991) identificou em 1979, como a requisição de revisões no tocante a certos temas tratados pela Reconceituação, já que esse processo político-profissional poderia se converter em um epifenômeno de um setor da profissão pelo não alcance a alguns setores da categoria ou o escamoteamento de certos

temas que se colocavam na ordem do dia, como por exemplo, as mudanças acerca das rotinas no interior das instituições fruto dos processos de modernização administrativa. Essas mudanças explicitavam novas requisições no que tange ao desenvolvimento das forças produtivas e exigiu do profissional uma reavaliação desses espaços. O que ocorre por fim é o reconhecimento que pela multiplicidade de organizações empregadoras, na figura das organizações institucionais, que concomitante ao processo de renovação do Serviço Social no Brasil requisita o trabalho dos assistentes sociais é que foi necessário recorrer a teorias diversas das ciências sociais sobre as instituições (BISNETO, 1996).

É também a partir de 1979, que o grupo ECRO inicia um processo de revisão e autocrítica, com a instituição comparecendo como espaço da prática profissional; somado ao gradativo, e ainda incipiente, processo de redemocratização da sociedade brasileira; que possibilitou outra apreensão sobre a relação tripartite instituição – profissional – usuário através da leitura das relações de forças e da contradição no interior da instituição bem como a sua apreensão como uma arena das lutas de classe a ser disputada (BISNETO, 2007).

No que concerne à relação profissional – instituição foi o reconhecimento das políticas sociais e das instituições como reflexo da relação de forças entre as classes sociais que contribuiu para uma apreensão distante de certos dogmatismos políticos. Fato que contribuiu para o exercício profissional dos assistentes sociais nos distintos espaços assumindo um posicionamento de defesa da classe trabalhadora. Ou seja, as críticas à atuação tradicional do Serviço Social nas entidades de assistência social e outras organizações foram colocadas como pauta para debates no âmbito da profissão sem esquecer a necessidade de reconhecer as instituições como locais que requisitavam serem ocupados e repensados dentro do projeto profissional ainda embrionário.

É também na década de 1970 que desponta outro componente partícipe do Movimento de Reconceituação que influi diretamente sobre a produção teórica do Serviço Social: a abertura de pós-graduações de Serviço Social no Brasil. Esse fator contribuiu diretamente para o desenvolvimento a partir da década de 1970, e com maior força na década de 1980, para a produção intelectual dos pesquisadores de Serviço Social e a posterior influência que essa produção exercerá sobre países da América Latina, como Argentina e Uruguai (MONTAÑO, 2011).

No Brasil as pós-graduações podem ser identificadas a partir da década de 1930, mas é apenas em 1960 com o parecer da Câmara de Ensino

Superior 977/65, conhecido como parecer Sucupira, sob o comando do governo militar que se institucionaliza a pós-graduação como um sistema. É em 1972 que ocorre a implantação dos dois primeiros cursos de pós-graduação em Serviço Social, detentores de um perfil tecnológico e parametrizado pelo modelo norte-americano, os primeiros cursos são implantados nas Universidades Católicas de São Paulo e do Rio de Janeiro (GUERRA, 2011).

É a partir dessa produção oriunda das primeiras pós-graduações em Serviço Social que surgiu, nas palavras de Netto (2009), um “caldo de cultura anticonservadora”. Necessário reconhecer ainda a influência, nas pós-graduações em Serviço Social nesse primeiro momento de intelectuais que atuaram como docentes, tais como Florestan Fernandes, Octavio Ianni, Evaldo Vieira e Miriam Limoeiro.

Tem-se assim o reconhecimento de que o Movimento de Reconceituação se refere tanto aos segmentos que se propunham ao aperfeiçoamento do sistema como os que partiam de uma leitura da sociedade calcada na luta de classes em defesa do proletariado.

O que se percebe nas análises desenvolvidas sobre esse movimento é a prevalência de uma proposta, que Netto (1998) denomina de intenção de ruptura, e a partir dela a assunção de um discurso que possui uma lacuna no que se refere ao debate sobre as instituições no Brasil.

É comum, por exemplo, ao assumir um discurso prevalente sobre o Movimento de Reconceituação afirmar que houve um “abandono” dos espaços institucionais. Talvez o mais coerente fosse o não alcance de certas propostas que combatiam o conservadorismo no âmbito profissional nas instituições empregadoras. Um fato que corrobora com essa apreensão é a relação de certo número de profissionais com o próprio Regime Ditatorial, o que sugere não uma espécie de abandono, mas uma ausência no tocante aos temas tratados pela Reconceituação em certos espaços³. Afirmar o abandono dos

3 Ainda que trate dos posicionamentos políticos durante a ditadura militar Netto (2009, p. 664) nos fornece pistas sobre esse tema: “Por tudo isso, é preciso tratar com cuidado a generalizada noção a qual o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais trouxe o Serviço Social à cena política em face do regime de abril. Na verdade, o Serviço Social nunca esteve ausente da cena política durante o ciclo ditatorial aberto com o golpe de abril de 1964. Ao longo de todo o ciclo ditatorial, incontável contingente de assistentes sociais apoiou-o abertamente (seja por convicção, seja por oportunismo); inúmeros assistentes sociais assumiram – por indicação política – cargos e postos de

espaços institucionais pelos assistentes sociais parece uma opção por demais pragmática por associar a profissão nesse período ao Movimento de Reconceituação exclusivamente a uma de suas vertentes, ignorando as outras expressões da profissão – que em alguns casos nem estavam fora desse Movimento – e o constante risco que o próprio movimento assumiu de se tornar uma espécie de fenômeno acadêmico com fortes traços políticos sem rebatimentos nas instituições empregadoras.

Esse processo conturbado foi concomitante às transformações e mudanças requisitadas pela própria tecnificação e burocratização dos espaços institucionais a partir da década de 1970. Sejam segmentos da profissão que abandonaram as instituições e encontraram nos movimentos sociais e partidos políticos um local para exercer uma prática calcada na intencionalidade da transformação social ou o conjunto de profissionais que simplesmente permaneceram nos espaços institucionais. Posteriormente, houve para ambos a necessidade da elaboração de referenciais que problematizassem as instituições e que viessem de encontro as requisições feitas a profissão.

Há leituras imediatistas que fornecem pistas da forma como na década de 1980 as instituições teriam comparecido na literatura profissional. Por exemplo, Melano (1991) considera essa década, a de 1980, como pós-Reconceituação, com as instituições comparecendo como objeto de pesquisa através de um observatório analítico propiciado pelas políticas sociais; um tanto casuísta, embora coerente essa interpretação: as políticas sociais são um meio de atuação privilegiado dos assistentes sociais e é através das instituições sociais que se viabiliza a concretização dessas, logo retomemos as instituições de forma colateral através das políticas sociais.

É importante ressaltar, todavia que a leitura das políticas sociais como um deslocamento do que se compreendia como central nas leituras da profissão sobre as instituições se aproxima muito mais da leitura de Netto (1998) e a posterior análise de Montañó⁴(2009) do

responsabilidade em órgãos estatais e públicos; vários assistentes sociais assessoraram serventuários da ditadura e alguns foram mesmo distinguidos pelo regime e seus corifeus. É fato que o grosso da categoria profissional atravessou aqueles anos terríveis sem turgir nem mugir. Nada é mais falso do que imaginar que o nosso corpo profissional (nele incluídos, naturalmente, docentes e discentes) foi um coletivo de perseguidos ou um corajoso destacamento da resistência democrática”.

⁴ Desde a tese de Neto e o elogio a essa de Montañó segue a ponderação de Faleiros acerca: “O serviço social é um executor de políticas sociais que

exercício profissional do que da proposta elaborada, por exemplo, por Faleiros (1980; 2005), a partir da profissão e das políticas sociais no Estado capitalista, por via do “paradigma das relações de força”:

Esta perspectiva tem como base a inserção do serviço social na heterogeneidade estrutural do capitalismo e a multidimensionalidade de relações de poder em que dão as lutas e movimentos sóciopolítico-econômicos, com relações de força complexas que se manifestam nas particularidades das demandas por serviços sociais. O serviço social se constrói em um processo histórico-estrutural, nas relações sujeito-estrutura. [...] É nessa referência crítica que situo o que denomino de “paradigma das relações de força” que insere o serviço social nas relações de hegemonia e contra-hegemonia, considerando-se a dinâmica do poder entre bloco dominante e bloco dominado, em suas relações históricas e complexas. É nestas relações que se consideram as demandas do povo para o serviço social e as respostas do Estado e dos profissionais no contexto das organizações sociais ou instituições sociais. (FALEIROS, 2005, p. 27 28).

É nesse contexto que se inscrevem as obras do Serviço Social analisadas nessa dissertação, bem como o marco teórico e a influência a ser identificada de autores das ciências sociais sobre os pesquisadores da profissão. Como assinala Faleiros (2011) há no final da década de 1970 e início dos anos de 1980 uma maior atenção às relações de trabalho institucionalizadas do assistente social, levando assim a articulação, por exemplo, dos objetivos institucionais e objetivos profissionais, por via de uma leitura a partir da análise institucional, com o profissional comparecendo como agente subordinado na hierarquia organizacional e

intervêm na questão social por meio de um “instrumento peculiar” (sic) que é a política social. Seguindo Netto, afirma que o serviço social não tem teoria, especificidade ou objeto, não é ciência e se exerce `na funcionalidade com a ordem social que o institui´. [...] Essa definição pode ser interpretada como uma proposta que desvincula teoria e prática em sua mútua fecundação. Desconhece que a relação teoria/prática é um processo heurístico (fonte) de descobertas, de articulações entre o pensar e o atuar, de relação de mediação permanente entre o sujeito e o objeto. (FALEIROS, 2005, p. 28 29).

privilegiado no trato junto à “clientela”. O seu objeto de intervenção sendo estabelecido por via da integração da população nos canais institucionais e nas relações de poder institucional.

Essa vertente, que teve como um dos principais expoentes Weisshaupt, considera além das relações de poder no âmbito institucional, também os distintos campos de atuação, a composição dos vínculos de trabalho dos profissionais na lógica capitalista – o que diversifica a análise desde a natureza da instituição empregadora – bem como os desafios postos a atuação profissional em um momento histórico de profundas transformações na sociedade e seu reflexo no interior das instituições e da profissão.

Em uma leitura apurada de certas produções que abordam esse tema no período supracitado (BALEN, 1987; EDMUNDO, 1987; FALEIROS, 1991; SOUZA, 1982; SERRA, 1983; WEISSHAUPT, 1985) a temática “instituições” é abordada preponderantemente através da perspectiva do assistente social como profissional inserido em distintos espaços e a necessidade de elucidar aspectos que compõem a relação tripartite: instituição – profissional – usuário.

Como salientam Faleiros (1991) e Bisneto (1996) existe nesse período na multiplicidade de organizações empregadoras dos assistentes sociais, nas transformações empreendidas pela racionalização administrativa no âmbito das organizações e na institucionalização de certas práticas sociais, a combinação do germe que instiga a busca por referenciais teóricos sobre instituições de forma concomitante, e não desassociada, ao pleno desenvolvimento do processo conhecido como renovação do Serviço Social brasileiro.

Quanto ao processo de renovação⁵ na América Latina, e mais especificamente no Brasil, Netto (1998) o define como o elemento catalisador para a construção de alternativas nas propostas políticas-profissionais que ocorreram em meados das décadas de 1960 a 1980. Anterior a esse período para Netto (1998) o Serviço Social apresentava uma relativa homogeneização no que concerne a suas projeções

⁵ Segundo Netto: “Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legislação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais” (1998, p.131).

interventivas, sem uma elaboração teórica mais rigorosa onde parecia imperar uma tendência unilateral de direção interventiva e cívica. Esse processo de renovação, coadunado à própria Reconceituação foi detentor de múltiplas perspectivas, como já assinaladas anteriormente, sendo assim um movimento heterogêneo que tinha como suas principais linhas a perspectiva modernizadora, a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura (NETTO, 1998).

Particularmente no que se refere aos debates sobre instituições, providenciados pela categoria profissional, o processo de renovação se apropriou de diversas teses que abordavam as instituições a partir de distintas angulações analíticas. Ou seja, há significativa heterogênea, tanto nas fontes das ciências sociais consultadas, como nas contribuições dos autores de Serviço Social ao tema das instituições, sendo que ainda se evidencia a primazia em torno da análise da prática profissional e, não necessariamente, no desvelamento da instituição como objeto de pesquisa.

Uma extensa pesquisa sobre esse tema é a dissertação de Bisneto (1996), o autor identificou a influência da análise institucional durante e pós Movimento de Reconceituação e a contribuição dessa junto ao processo de Renovação no Brasil em livros, dissertações e artigos produzidos pelo Serviço Social. Essa influência ocorria predominantemente em estudos acerca do exercício profissional institucionalizado no intento de elaborar referenciais teóricos que elucidassem as instituições através das teses mais recorrentes de autores identificados por Bisneto como institucionalistas⁶.

⁶ Alguns desses autores e influências delimitadas por Bisneto (1996, p. 56) a partir de sua pesquisa bibliográfica são: **Foucault** – Relações de poder e saber; poder disciplinar; comportamento e controle dos corpos; poder como exercício; método histórico radical; soberanias; verdade como produção e efeito; micropoder. **Albuquerque** – Instituições concretas e organizações institucionais; práticas, instâncias, aparelhos e formações; planos e níveis de análise; atores ou agentes institucionais concretos; mandantes; agentes internos e agentes funcionais; agentes privilegiados e subordinados; cliente (paciente) da instituição; dirigentes (mandatário ou poder de mando); contexto institucional; prática institucional conflitante; limites da prática profissional; relação cliente-objeto-perito; relação conhecimento – desinteresse – propriedade. **Lourau e Lapassade** – instituição; instituinte e instituído; prática institucional; transversalidade; níveis do grupo, da organização e da instituição. **Goffman** – instituições totais, divisão entre equipe dirigente e internados; estigma; mutilação do “eu”.

Ao que tange à produção teórica do Serviço Social brasileiro sobre as instituições, Bisneto (1996) identifica três enfoques. O primeiro, anterior ao Movimento de Reconceituação, privilegiava os aspectos organizacionais, o que resultava na apreensão da instituição como canal organizativo para a racionalização instrumental dos recursos institucionais. Posterior a esse enfoque, durante o Movimento de Reconceituação, gesta-se um processo de negação das instituições, isso ocorreu em parte pela noção disseminada de Aparelho Ideológico de Estado da classe dominante⁷. E por fim o terceiro, tendo início a partir da metade da década de 1970, passasse a reconhecer nas instituições possibilidades de transformação desde a noção de contradição e correlação de forças.

O importante dessas apreensões é delimitar a forma como a literatura produzida pela profissão destacou, em diferentes momentos, compreensões escoradas sobre distintas indicações teóricas ao buscar providenciar composições que ressoassem junto às realidades vivenciadas pelos assistentes sociais no interior das instituições. Se as apreensões teóricas sobre as instituições inicialmente privilegiavam o cariz organizacional, em uma leitura próxima ao funcionalismo, podemos adotar como hipótese para isso, a partir das contribuições de Weisshaupt (1985), a parca diferenciação entre os objetivos da instituição e os dos do profissional.

A posterior crítica a esses espaços e o “afastamento” providenciado encontrou ressonância, em parte, na leitura enviesada feita às notas de Althusser e a opção por uma identidade profissional que não fosse fornecida, *a priori*, pela instituição empregadora. Esse processo contribuiu para que a profissão compusesse uma identidade profissional que não fosse necessariamente balizada a partir do que a instituição definia para o Serviço Social. Ou seja, as pesquisas desse período que abordavam o Serviço Social, tendo como um dos focos as instituições, se propunham a decifrar os espaços institucionais como a profissão os enxergava e não apenas como o Serviço Social era compreendido ou requisitado por elas. Essas diferentes pesquisas não se dirigiam apenas às instituições empregadoras, compondo leituras que visavam desvelar como as diferentes instituições apoiam e reproduzem a sociedade capitalista e, ao mesmo tempo, são reconfiguradas por ela.

7 Como já assinalado nessa pesquisa essa “negação” ao espaço institucional parece ser muito mais fruto de um segmento do Movimento de Reconceituação do que necessariamente de um conjunto de atores mais amplo no interior da categoria profissional.

Todavia, se consideramos a interessante delimitação de Bisneto (1996) na relação do Serviço Social junto às instituições é importante, primeiramente, assumir que seu ponto de partida está coadunado à intenção de ruptura (NETTO, 1998) – o que lhe permite afirmar o abandono das instituições; e, necessário ainda, não aplicar a esses enfoques qualquer transitoriedade estanque, mas lê-los como sobrepostos em certos momentos, influenciando no avanço de certos debates sobre as instituições e na própria maturação dessas fases entre si. Não há como dissociar a leitura funcionalista, anterior ao movimento de Reconceituação, de certas composições apresentadas na década de 1980. Isso significa que as leituras funcionalistas não desapareceram junto às composições sobre as instituições que se propuseram críticas ou como respostas ao Serviço Social tradicional.

Agregaram-se apreensões funcionalistas sobre as instituições, ainda que o recurso a autores funcionalistas ocorra durante a Reconceituação reconhecendo essa perspectiva como adequada às necessidades colocadas à profissão ou se esforçando por fundamentar teoricamente as composições através de um verniz crítico contra a perspectiva funcionalista.

Essa criticidade sustenta-se principalmente em quadros que apresentam as instituições vinculadas à manutenção do *status quo* da sociedade e à exploração da classe trabalhadora pela burguesia. Ou seja, em muito é a leitura da sociedade através da luta de classes que permitiu a composição, e avanços, de pesquisas sobre as instituições no interim da década de 1970 e 1980 para além de uma leitura funcionalista prevalente anteriormente a Reconceituação.

2.2. – Breve apresentação das obras do Serviço Social.

A seguir serão apresentadas, sucintamente, as obras analisadas dos autores do Serviço Social e os principais temas que abordam para expor na seção 3 a influência das pesquisas institucionalistas sobre essas. A importância dessa opção metodológica evidencia a necessidade de construir essa análise, que representa parte do objeto de pesquisa, por dentro, trazendo aspectos que referenciem diretamente as instituições nas composições dos autores do Serviço Social e, ao mesmo tempo, aspectos vinculados às pesquisas.

Essa opção é importante também pela forma como as pesquisas dialogavam com as obras que as influenciaram. Não há, muitas vezes, no corpo do texto citações a obras que estão presentes nas referências bibliográficas o que atesta a presença de certas composições sem que essas compareçam com a estrutura: citação – referência.

Dessa forma as obras do Serviço Social serão apresentadas a partir de certas indicações para posteriormente, na apresentação das obras que as influenciaram, evidenciar essas composições de forma mais esmiuçada.

Cabe ressaltar ainda a influência que autores do Serviço Social desempenharam nas pesquisas sobre as instituições no interior da profissão, Bisneto (1996) identificou a intertextualidade entre os pesquisadores com destaque para a influência dos trabalhos de Faleiros, Souza, Weisshaupt e Serra. Faleiros (1991; 2011) chega a afirmar a existência de um “paradigma de análise institucional” no Serviço Social. Ou seja, essas obras não são formulações isoladas, mas possuem influência e circulação na composição de pesquisas no âmbito da profissão⁸.

Na introdução do livro *A Prática Institucionalizada do Serviço Social: Determinações e Possibilidades*, publicado pela primeira vez em 1982, Rose Mary Sousa Serra (1983) define como objetivo geral de sua pesquisa identificar as determinações da prática institucionalizada do Serviço Social e a possibilidade desta articulada aos movimentos populares. Para esse fim, a autora utilizou foros de debate entre assistentes sociais e delimitou, nas falas dos profissionais, três categorias analíticas: Estado, Instituição e Prática Profissional Institucionalizada. A eleição dessas categorias lhe permitiu “[...] refletir sobre as determinações da prática institucionalizada do Serviço Social”, e “[...] identificar as possibilidades da prática profissional institucionalizada articulada aos movimentos populares” (SERRA, 1983, p. 17).

A autora apresenta três concepções teóricas sobre o Estado para analisar as falas dos profissionais: a concepção liberal do Estado de

⁸ Todas as seis obras do Serviço Social que são analisadas foram publicadas através da Editora Cortez, e delas a única obra que ainda faz parte do catálogo dessa editora é *Saber Profissional e Poder Institucional*, atualmente em sua 10ª edição e 2ª reimpressão com mais de 14 mil impressões, ainda que sem registro de tiragem da 1ª edição. Em um contato realizado com a Editora não foi possível a divulgação de informações sobre o número de edições de cada obra publicada, bem como tiragem por falta de registro.

Bem-Estar, a concepção clássica do marxismo e a do Estado ampliado. Serra (1983) alega que esses três modelos de Estado possibilitam a leitura de três distintos perfis profissionais.

O primeiro deles é o decorrente do Estado de Bem-Estar e da instituição como aparelho funcional. Ao descrever esse perfil profissional utiliza o termo “acomodação” como palavra-chave para compreender o fatalismo que orienta sua prática por não visualizar mudanças de nenhum aspecto na composição das instituições. Esse profissional adere às determinações institucionais e as reconhece como legítimas ao mesmo tempo em que se considera como sujeito sem autonomia profissional.

A concepção seguinte refere-se à prática profissional na definição de Estado como Instrumento e de instituição como Aparelho de reprodução da força de trabalho e das relações sociais. Esse profissional assume uma postura fatalista, nega os espaços institucionais como viabilizadores de estratégias à transformação social.

Por fim, o terceiro perfil oriundo da concepção de Estado Ampliado e de Instituição como Aparelho Contraditório, reconhece no espaço institucional uma forma de articular os interesses das lutas presentes na dinâmica das relações sociais, desvelando assim as contradições ao privilegiar, pelas instituições, as demandas das classes dominadas. Essas mesmas contradições são inerentes aos espaços institucionais, e podem ser observadas no comportamento dos sujeitos que impõem e ditam normas num processo de correlação de forças com aqueles que exercem a prática institucional.

A autora, a partir dessas três leituras do Estado, desdobra sua análise sobre as instituições a partir da apreensão dessas como aparelho funcional e como aparelho de reprodução da força de trabalho e relações sociais. Em Serra (1983) a construção teórica de “instituição” é influenciada por sua leitura de Luz (1986) acerca das instituições sociais e culturais. As referências a Foucault sustentam-se na obra *Microfísica do Poder* enquanto o recurso a Gramsci ocorre pela interlocutora Buci-Glucksmann⁹. A opção por interlocutores se repete ao referenciar

⁹ A densidade e amplitude da construção que Buci-Glucksmann elabora a partir da obra de Gramsci é algo que, assim como em outras abordagens do filósofo sardo merece atenção. Como a autora aponta trata-se de uma análise teórico-política que aponta em Gramsci o esforço de construir uma teoria materialista da filosofia. Sendo um autor que possibilita do leitor diferentes leituras acerca de seus escritos (Coutinho se propõe a mesma tarefa que Buci-Glucksmann sob outra angulação) e pela natureza fragmentária de sua

Lourau para apresentar a perspectiva estrutural funcional em Weber e Parsons. Serra (1983) elabora sua construção teórica sobre as instituições tendo como base a conjuntura histórica brasileira e realiza referências ao Estado repressivo ditatorial¹⁰. Para a autora as instituições:

[...] estão imersas na dinâmica social global e, ainda que tenham características e objetivos próprios, são condicionadas pelo movimento histórico da sociedade. Alias, as contradições e os conflitos inerentes a uma determinada formação social penetram todas e cada uma das instituições. (SANTOS 1980 apud. SERRA, 1983, p. 17).

Os seguintes autores e respectivas obras são referenciados:

Autor	Obra
Albuquerque	<i>Instituição e Poder / Metáforas da Desordem.</i>
Althusser	<i>Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado.</i>
Foucault	<i>Microfísica do Poder.</i>
Lapassade	<i>Grupos, Organizações e Instituições.</i>
Lourau	<i>A Análise Institucional.</i>
Madel Luz	<i>Instituições Médicas no Brasil</i>

Quadro 4. Autores e obras referenciadas por Serra (1983).

A obra *Serviço Social e Instituição: A questão da Participação*, publicado em 1982 de Maria Luiza de Souza, parte do Serviço Social como instituição e sua inserção no âmbito organizacional das instituições, para discutir a atuação do profissional nestes espaços e as demandas da “clientela” como força determinante na institucionalização da profissão. A autora tenta compreender aquele que seria o objeto de trabalho do Assistente Social, analisando como ocorre a inserção da

obra exige-se travejamento por parte de seus interlocutores para que ele possa ser inserido em certos temas de pesquisa sem distorções que contrariam o pensamento político do autor sardo.

¹⁰ “Convém fazer agora uma análise das instituições concernente ao aspecto conjuntural [...] que é em função do mesmo que o poder institucional adquire feições diferenciadas como resultante do embate entre os grupos de dominação ou instituintes e os grupos dominados ou instituídos” (SERRA, 1983,p. 33).

“clientela” do Serviço Social no âmbito das instituições e como os profissionais atuam enquanto agentes institucionalizados. Ou seja:

Como instituição o Serviço Social existe à medida que se apropria de um objeto de trabalho e possui uma clientela que assume as ações e os resultados por ele produzidos como necessários à sua existência. [...] O estudo da instituição Serviço Social fica incompleto se nele se focalizam apenas as práticas que representam as soluções institucionalizadas sem uma relação direta com a problemática que tenta resolver. O estudo da clientela do Serviço Social é, portanto, o estudo da institucionalização de sua problemática. (SOUZA, 1982, p. 16).

Souza (1982) entende como objetivo das instituições a necessidade de controle e ação sobre um “problema social”. Problema determinado por uma sociedade calcada em diferenças de classes e na divisão social do trabalho onde, gradativamente, criam-se formas de reger essa diferenciação. “É principalmente a partir das sociedades capitalistas que alguns grupos, apropriando-se dos bens sociais e instrumentos de trabalho passam a reivindicar lhes o domínio” (SOUZA, 1982, p. 40). E para isso criam-se normas, leis, padrões, valores que apoiam a legitimação desse domínio em forma de apropriação. A ascensão da burguesia traz consigo o desenvolvimento das instituições sociais, pois os caminhos institucionais são instrumentos básicos para a reprodução de sua estrutura de relações.

A partir de Albuquerque (1978) afirma Souza (1982, p. 44) “[...] uma instituição só existe na prática de seus atores institucionais, a qual consiste em intervir nas relações sociais submetidas à soberania da instituição”. O assistente social é artífice institucional através de sua prática. Ao entender o papel do Assistente Social enquanto interventor nas relações sociais, há de se evitar dois obstáculos: sua redução a mero “fantoche” das instituições ou a pressuposição da autonomia absoluta com relação às exigências das instituições.

Há em Souza (1982) um desdobramento na elaboração teórica sobre as instituições. As instâncias são compreendidas através da noção de instituição e organização. O aspecto organizacional materializa os meios para a realização das funções vinculados a instância institucional. Ou seja, a autora reconhece dois aspectos distintos: as instituições que

representam o “conjunto articulado de saberes (normas, valores, ideologias) e práticas internalizadas na consciência comum de alguns agentes sociais” essas produzidas por via das relações estabelecidas entre os indivíduos na produção da existência material; e a organização, que seria o “conjunto articulado de meios para operacionalização dos fins institucionais”(SOUZA, 1982, p. 44).

Uma característica dos escritos de Souza (1982) é o ecletismo na apresentação de certos conceitos essenciais a sua obra. Por exemplo, ao dialogar com o conceito de Estado a partir de um viés *weberiano* como “instituição fundamental da sociedade” ressalta seu aspecto repressivo através do controle social e de instituições e organizações da sociedade. Essa noção apoia-se na leitura *althusseriana* de aparelhos ideológicos de Estado e aparelho repressivo de Estado.

Uma definição para instituição apresentada por Souza (1982) recorre a obra de Berger & Luckmann (1985): “As instituições se encarnam na experiência individual por meio das “funções” que, objetivadas linguisticamente, constituem um ingrediente essencial do mundo objetivamente acessível a qualquer sociedade”. (SOUZA 1983, p. 41).

Os seguintes autores e respectivas obras são referenciados:

Autor	Obra
Albuquerque	<i>Instituição e Poder / Metáforas da Desordem.</i>
Althusser	<i>Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado / Posições</i>
Berger & Luckman	<i>A Construção Social da Realidade.</i>
Foucault	<i>Microfísica do Poder / Doença mental e Psicologia.</i>
Goffman	<i>Manicômios, Prisões e Conventos.</i>
Lapassade	<i>Grupos, Organizações e Instituições / Chaves da Sociologia¹¹.</i>
Madel Luz	<i>Instituições Médicas no Brasil</i>

Quadro 5. Autores e obras referenciadas por Souza (1982).

Saber Profissional Poder Institucional, de Vicente de Paula Faleiros, publicada em 1985, reúne textos de sua autoria publicados entre 1979 e 1984. O autor nos apresenta, logo na introdução, a perspectiva da obra ao considerar que “[...] saber profissional e poder institucional são formas históricas da relação entre classes e forças

¹¹ Escrito em parceria com Rene Lourau.

sociais e da relação entre Estado e sociedade.” (FALEIROS, 1991, p. 7). Esse saber se constitui através de um fazer profissional que deve apoiar-se em uma análise de conjuntura, e consequentemente das instituições. É necessário reconhecer as disputas de classe e o papel das organizações nesse processo, dessa forma é a leitura da correlação de forças nas mais diferentes situações que possibilitam a superação do que o autor chama de tecnocratismo e tecnicismo¹² no âmbito das práticas sociais da profissão.

O Serviço Social como profissão assumiu as relações interpessoais como principal forma de ação profissional. Entretanto, sem possuir uma qualificação psicológica, a escuta tornou-se incômoda para o profissional, pois esse processo de escuta humanizada contribuía para a legitimação de processos de exploração. O profissional era visto inicialmente pela classe dominante como um profissional benevolente disposto a ouvir. Esta ação foi se modificando em boa medida pelos questionamentos da classe dominada e a exigência de produtividade do próprio capitalismo. Partindo da relação entre profissional e instituição – em que o assistente social carecia de maior poder de decisão - e da relação entre assistente social e cliente - que visava romper com a figura de apoio psicoemocional e financeiro para avanço por parte do “cliente” - que se identificou “a necessidade de repensar as mediações da atuação profissional numa perspectiva mais global, a ponto de situá-las no contexto do Estado capitalista”. (FALEIROS, 1991, p.20).

A relação das políticas sociais junto à população é apresentada a partir da defesa do fortalecimento das organizações populares para o acompanhamento e manipulação dos recursos organizacionais, por essa razão a análise das correlações de forças e os processos específicos nos *locus* de atuação profissional devem ser apreendidos para fortalecer as organizações populares. Isso pode ocorrer desde o que Faleiros (1991) chama de “resistências cotidianas”, como ignorar certas normas e critérios para o acesso a recursos por parte da clientela e na apreensão do espaço de trabalho como um espaço de luta, conflito e ação.

A prática profissional se torna cada vez mais complexa e não pode mais ingenuamente ser reduzida a entrevistas, reuniões e visitas e nem a

¹² “O primeiro se caracteriza pelo predomínio da ideologia da racionalidade arbitrária, que se coloca acima da sociedade com a lógica da otimização dos recursos e o segundo pelo pragmatismo em isolar e tratar cada problema fora da correlação de forças” (FALEIROS, 1991, p. 10).

um militatismo partidário sectário. Ela se torna um saber estratégico. Ela se torna um saber tático. Um saber que necessita situar-se num contexto político global num contexto institucional particular, visualizando as relações de saber e poder da e com a própria população. (FALEIROS, 1991, p. 28).

Para o autor tomar as normas institucionais sem essa propensão a “resistências cotidianas” acaba por enquadrar as situações particulares como cenários já previamente estabelecidos, com intervenções profissionais já delimitadas em espécies de receituários. A institucionalização do problema do cliente passa a ser a função, o cumprimento das normas em suas expressões burocráticas a lógica do trabalho e a não perturbação da ordem institucional o objetivo profissional.

Outra tema tratado por Faleiros no entendimento das instituições refere-se à resolução de questões que perturbam a ordem social e ameaçam a paz, gera-se “[...] instituições para o controle, a circunscrição e a diminuição do problema. Às vezes confunde-se o desaparecimento dos problemas com a exclusão das pessoas do seu meio social. As prisões e certos internamentos dão conta disso” (1991, p. 35). A burocracia serve também a isso transformando as ações em procedimentos calculados, uma questão de competência técnica, de avaliação, de eficácia convertendo as pressões sociais em um problema específico que deve ter, ou não, seu lugar na instituição para ser considerado legítimo. A manutenção da ordem e “paz” social fornece meios para que o processo de acumulação do capital possa ser mantido sem prejuízos à classe dominante, pois ao não se perturbar as relações sociais de produção mantém-se segura a propriedade dos meios de produção.

No contexto de modernização, ao qual Faleiros escreve, os profissionais e técnicos precisam se adequar as diferentes estratégias de administração no âmbito institucional e fornecer respostas para alcançar os fins propostos pelas instituições. É na crítica a esse modelo, que Faleiros ressalta a necessidade de uma análise das instituições mais profunda que desvele não apenas as relações entre seus atores, mas a relação que a instituição possui com o contexto global de acumulação do capital e da luta de classes. E, paralelo a isso, compreender o local em que o profissional está inserido.

O processo de modernização e seus reflexos nos espaços institucionais tem um papel significativo em sua obra. Essa importância se repete com os distintos perfis de Estados elencados (democrático e repressivo) e a forma como estruturam as instituições. Em Estados democráticos as instituições são mais permeáveis às demandas de lutas e estratégias internas (comissões de inquéritos, confrontação de oposições, conselhos). Nos Estados autoritários há movimentos de bloqueio e erradicação dos conflitos.

A noção de instituição se atrela a partir do capitalismo tardio da sociedade brasileira a certas características como o clientelismo, autoritarismo, informalismo e os reflexos disso no âmbito do Serviço Social e na autonomia profissional no trato das políticas sociais. A política social é ainda um fator importante para compreender a elaboração de Faleiros denominando-as como “instituições sociais”, que são:

[...] organizações específicas da política social, embora se apresentem como organismos autônomos e estruturados em torno de normas, objetivos manifestos. Elas ocupam um espaço político nos meandros das relações entre o Estado e a sociedade civil. Elas fazem parte da rede, do tecido social lançado pelas classes dominantes para amearhar o conjunto da sociedade.” (FALEIROS 1991, p. 31).

Predominantemente Faleiros refere às correlações de força, para referir as instituições, apresentando-as como “[...] modos de poder de um modo de produção social, como micropoderes, núcleos de poder central, como práticas de dominação” e ainda como “[...] um conjunto articulado de saberes (ideologias) e práticas (formas de intervenção normalizadora dos diferentes grupos e classes sociais)”. A ênfase na apreensão das instituições se volta aos “[...] aspectos fragmentadores das instituições sobre as classes dominadas”. Para o autor os “[...] saberes práticos são formas ideologizadas de ação. A ideologia não reside apenas no saber.” (FALEIROS, 1991, p. 32).

Os seguintes autores e respectivas composições e obras são referenciados:

Autor	Obra
Albuquerque	<i>O funcionamento político das instituições (mimeo).</i>
Foucault	<i>Vigiar e Punir.</i>
Lourau	<i>Análise Institucional.</i>
Madel Luz	<i>Instituições Médicas no Brasil</i>

Quadro 6. Autores e suas obras referenciadas por Faleiros (1991).

O livro *As Funções Socio-Institucionais do Serviço Social*, também de 1985, organizado por Jean Robert Weisshaupt, foi elaborado a partir de uma extensa pesquisa realizada no nordeste brasileiro durante os anos de 1978 a 1982. Em suma, a análise desenvolvida se debruça sobre a prática técnica – objeto, instrumental e produto da prática – inserida em um contexto organizacional e institucional determinado. O universo da pesquisa foi composto por 112 instituições empregadoras de assistentes sociais e em cada uma delas foi entrevistado ao menos um profissional de Serviço Social, um cliente atendido por esse, membros da equipe técnica e o responsável (chefe) pelo setor onde o profissional estava inserido.

Como justificativa inicial à obra a desconexão existente entre discurso profissional e discurso escolar para o mercado de trabalho. Quando se atenta a prática profissional – entendendo-a como reconhecimento, legitimação e institucionalização de seu saber profissional – esse processo constantemente redefine o objeto, os objetivos específicos, instrumentos e campos de intervenção, seja na teoria ou na prática. Para Weisshaupt (1988) esse fato não é suficientemente estudado no Serviço Social sendo apenas objeto de descrições e não sendo rigorosamente teorizado.

Para o autor, a análise das contradições no quadro das organizações institucionais implica a caracterização dos agentes em relação a suas posições estratégicas e definição dos termos de conflito, sua catalisação sobre o objeto institucional e sua extensão nesse mesmo âmbito. Os agentes institucionais representariam os diversos interesses sociais. A instituição existiria na relação entre seus agentes, recebendo assim precedência lógica em relação aos aparelhos organizacionais.

Weisshaupt (1988) considera duas categorias de agentes: os Internos – que seriam os que desenvolvem positivamente sua ação no quadro de um aparelho determinado podendo nesse caso ser a clientela ou os agentes funcionais; e os agentes Contextuais, que pode ser o público – a quem a instituição deve preservar sua imagem – e o mandante que representa os interesses e os grupos sociais dominantes a

quem a instituição deve prestar contas.

Identifica-se a dificuldade por parte dos profissionais em diferenciar os objetivos profissionais aos da instituição, algo fortalecido pela aparente falta de consenso na categoria, o que Weisshaupt (1988) classifica como “fraqueza institucional da teoria do Serviço Social” fruto, em parte, de um quadro de referência insuficiente quanto à produção de categorias teóricas que sejam mais instrumentais de análise e menos de afirmação. “Sem essas categorias, a prescrição não se apoia na descrição, a orientação não é conhecimento e o “dever ser” ocupa todo o lugar do “ser puro e simples””. (WEISSHAUPT, 1988, p. 48). A ação interventiva do assistente social acaba por encontrar muito mais correspondência na intenção expressa do que no resultado alcançado.

Weisshaupt (1988) ressalta que as atividades do assistente social nos espaços institucionais trazem imbuídas atividades de coordenação, supervisão técnica, administração, treinamento, assessoria e consultoria. Independente da natureza da atividade desenvolvida pelo Serviço Social, sendo serviços prestados diretamente aos clientes ou consultoria e afins, sempre há um lastro administrativo, ou seja, “[...] o aspecto administrativo da prática que se evidencia ao nível operativo da instituição do Serviço Social e ao nível de sua organização institucional.” (WEISSHAUPT, 1988, p.104).

Sobre a questão da burocracia no âmbito institucional e, no momento da pesquisa, a aparente recusa dos profissionais em identificar cargos e coordenação como pertinentes ao assistente social restringindo-os a práticas meramente burocráticas e administrativas, o autor conclui: “Com efeito, mesmo se não são considerados como dimensões da profissão, eles (cargos de coordenação e administração) são imprescindíveis no emprego e pouco sistematizados no processo de formação profissional.” (WEISSHAUPT, 1988, 107).

Na pesquisa coordenada por Weisshaupt (1988), o Serviço Social é compreendido como uma instituição inserida em quadros organizacionais de diversas outras instituições. Distingue o plano institucional do plano organizacional, o institucional se refere

[...] a legitimidade dos comportamentos numa relação entre agentes que defendem interesses próprios, divergentes. O plano organizacional trata apenas dos recursos utilizados o confronto institucional para se distinguir racionalmente determinados objetivos prefixados (WEISSHAUPT, 1985, p. 27).

As instituições implicam relações de forças e regimes de imposição que, para o autor, evidencia seu aspecto de luta de classes.

Na pesquisa aqui apresentada não há uma estrutura de referências bibliográficas típicas, como o próprio autor reconhece. Havendo majoritariamente a influência de Foucault e Albuquerque em sua definição de instituição. Para Weisshaupt (1985 p. 30)

a instituição não é [...] um processo essencialmente produtivo, mas um processo de organização e legitimação social. Mais do que econômica, a instituição é uma entidade política. O objeto institucional, portanto, não é exatamente algo que se transforma. É algo que se reivindica e de que se pretende o monopólio. Cada instituição tem por objeto um conjunto de relações sociais que considera significativas para o desenvolvimento de sua ação controladora na sociedade. Esse objeto é sempre resultante de um jogo de forças e será modificado constantemente em função das mudanças na correlação de forças.

Os seguintes autores e respectivas obras e artigos são referenciados:

Autor	Obra
Albuquerque	<i>Aventuras do planeta PSI / Metáforas da Desordem / Instituição e Poder</i>
Foucault	<i>Vigiar e Punir / A Verdade e as Formas Jurídicas / Microfísica do Poder</i>

Quadro 7. Autores e suas obras referenciadas por Weisshaupt (1985).

O livro *Instituição: Escola de Marginalidade?*, publicado em 1987, foi elaborado a partir da experiência da autora como assistente social na FEEBEM da cidade de Recife. O objetivo da pesquisa é “[...] apreender a interpretação que o jovem empresta à realidade social, a partir das regras sociais que ele transgride, o que se traduz no próprio modo de vida que ele incorpora” (EDMUNDO, 1987, p. 13). Para isso a instituição total (GOFFMAN, 2010), materializada na FEBEM, tem papel fundamental para a composição do estudo. Edmundo (1987) reconhece que nessa instituição existem objetivos e funções muito específicas, desde o isolamento, enquadramento da criança e

adolescente as normas institucionais até a alteração/deformação almejada sobre a personalidade dos jovens.

A urbanização e industrialização de Recife são consideradas na pesquisa como fatores da expansão urbana bem como o avanço do capital na agropecuária nordestina o que impulsiona a “[...] proletarização do pequeno produtor, a extinção de culturas alimentares em favor da monocultura, a eliminação da possibilidade do emprego sazonal ocasionando migração” (EDMUNDO, 1987, p. 16). O que acarreta a pauperização da classe trabalhadora já que o padrão urbano-industrial resulta, ao mesmo tempo, em fatores de atração e expulsão, em decorrência desse crescimento urbano-industrial.

Para ilustrar a forma como compreende a relação desses sujeitos com a instituição onde estão inseridos e a forma como a sociedade procede na compreensão deles Edmundo (1987) utiliza uma pesquisa de Hobsbawn sobre o banditismo para basilar a forma como se posicionou, na composição da pesquisa, com os jovens e as apreensões sociais tipicamente aplicadas a eles:

No presente estudo, ouvi pessoas, menores de idade, que, inseridas num sistema de acumulação de capital, aderiram ao exercício de uma atividade juridicamente ilegal para também eles terem acesso a uma forma de acúmulo de bens materiais. Nesse sentido, não produzem a sua marginalidade, mas a reproduzem. Em meus contatos como pesquisador, evitei tratar atividades como ilegais, mas como projetos engajados numa sociedade de consumo. Assim, ao falar de dinheiro, ganho, despesas, poupança, emprego de capital, o fazia como indivíduos que, exercendo atividades diferentes, diversificavam a renda de forma adequada. A qualquer indagação acerca de como eles sobreviviam ou como ganhavam seu dinheiro, sucedia-se a resposta do quanto lucrara em seu último roubo, assalto ou troca com intruções, narrativas de assaltos frustrados, projetos de outros que faltavam apenas ser executados. (EDMUNDO, 1987, p. 42).

No que se refere à instituição seu comparecimento na obra ocorrerá sobre duas frentes, de um lado a maneira como a instituição define esse sujeito e o enquadra dentro de seus discursos e práticas, e, na outra frente, a percepção, compreensão e identificação por parte do

jovem dos discursos e práticas que objetivam enquadrá-lo em uma espécie de papel institucional.

Os fundamentos teóricos que formulam a instituição nos escritos de Edmundo (1987) apoiam-se em Luz (1986) e na acepção da instituição como modos de poder de um modo de produção social expresso por discursos e práticas, com dominação e resistência. Sua elaboração sobre as instituições cobra para si um tipo de análise institucional que possa evidenciar as contradições presentes nos discursos e práticas da instituição e considere ainda as respostas providenciadas por aqueles que a instituição objetiva enquadrar.

Por se tratar de uma pesquisa que versa sobre uma instituição total temas como os muros da instituição, o isolamento social, a convivência entre jovens de diferentes origens, o desenvolvimento de culturas distintas entre equipe dirigente e internos, o período de reclusão, a reinserção familiar e a reincidência dos jovens são abordados.

O discurso institucional para a composição da instituição é apresentado pela autora como:

Um conceito revelador do discurso que reproduz a análise de instituições sob um ângulo político, especificamente, o de *modo de poder de um modo de produção social*, é ou pode ser aquele em que a hegemonia coerente e harmônica da instituição procura ocultar as fissuras internas e termina por exprimi-las, tanto no nível do discurso/prática e a nível interno do discurso, como no nível das respostas daqueles que a instituição social tenta enquadrar. (EDMUNDO, 1987, p. 39).

Para apresentar a noção de papel no âmbito institucional Edmundo (1987) apoia-se nas indicações de Berger e Luckmann (1985), os autores em questão defendem que todo comportamento institucionalizado agrega certos tipos de papéis, o que faz essa composição servir ao caráter controlador do processo de institucionalização. O aspecto objetivado e subjetivado do papel possui então importância pelo seu entrelaçamento com o aspecto objetivo possuindo relação com os universos de significação objetivados pela sociedade e o subjetivado com modelos que constituem esses universos como reais para os indivíduos.

No desempenho dos mesmos, o indivíduo participa do mundo social; ao interioriza-los, o mesmo mundo torna-se subjetivamente real para ele. As origens dos papéis encontram-se no mesmo processo fundamental de formação de hábitos e objetivações, pois supõem que, num estoque comum de conhecimentos, haja tipificação de conduta; surgem os papéis como um processo natural na interação, anterior à institucionalização. (EDMUNDO, 1987, p. 76).

Os seguintes autores e respectivas obras são referenciados:

Autor	Obra
Albuquerque	<i>Instituição e Poder</i>
Althusser	<i>Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado</i>
Berger & Luckmann	<i>A Construção Social da Realidade.</i>
Foucault	<i>Vigiar e Punir.</i>
Goffman	<i>Estigma / Manicômios, Prisões e Conventos.</i>
Madel Luz	<i>Instituições Médicas no Brasil</i>

Quadro 8. Autores e suas obras referenciadas por Edmundo (1987).

E, por fim, *Disciplina e Controle da Sociedade: análise do discurso da prática cotidiana*, de Aged D. J. Van Balen, publicado em 1983, apresenta uma apreensão acerca das instituições e sobre o Serviço Social apoiada, principalmente sobre a leitura que a autora realiza de Foucault. A autora reconhece que tradicionalmente não há composições no Serviço Social centradas sobre a obra desse autor ao mesmo tempo em que vislumbra pelas composições de novos entendimentos sobre a prática cotidiana do assistente social a partir do filósofo francês.

De Foucault a autora salienta suas composições sobre a sociedade disciplinar e sua produção de conjuntos de normas disciplinares no interior das instituições. É na sociedade da “ortopedia generalizada” que se gesta, por via das técnicas disciplinares, certas práticas sociais que objetivam formar, ensinar, controlar e reprimir. Isso ocorre graças a processos de integração dos indivíduos junto às diversas instituições e não, necessariamente, por exclusão e punição. Dessa maneira a vigilância na sociedade disciplinar irradia do modelo arquitetônico conhecido como panopticon para os espaços onde seja utilitário. O aluno indisciplinado, o paciente inquieto, o detento vigiado

interessam pelos processos de inserção e, se viabiliza isso, a partir da constante e irrestrita (e ao mesmo tempo econômica) vigilância. É a partir dessa apreensão que Balen (1983) afirma:

O serviço “social” faz nitidamente parte dessa estrutura da sociedade disciplinar, segue-se na prática cotidiana, em todas as grandes linhas, o modelo proposto por Jeremy Bentham no que concernem as técnicas que fazem parte da estrutura das disciplinas dos indivíduos e das populações, visando, ao bem-estar, isto é, o bom funcionamento de todas as camadas da população da sociedade. O serviço social, como prática intervém na realidade dirige-se principalmente as classes, mais “pobres”. Sua “clientela” deve ser submetida às normas e regras exigidas, para que se possa desenvolver um processo de ajuda, até que os indivíduos se submetam à prática do assistente social, em última instância, como diria Foucault, tornando-se um corpo dócil. (BALEN, 1983, p. 19).

É com essa apreensão da sociedade que Balen (1983) desenvolverá sua pesquisa. É com Foucault que a autora buscará decifrar três diferentes temas: a assistência, a disciplina e as práticas profissionais cotidianas; e no centro de todas elas o corpo. Além da extensa pesquisa bibliográfica para apresentar a trajetória da assistência desde a Idade Média e ascensão da disciplina a partir da Revolução Industrial a autora utiliza, para o substrato empírico de sua pesquisa, a prática cotidiana profissional através da análise do discurso em um *locus* específico, no caso, uma escola do Rio de Janeiro onde as assistentes sociais realizam atendimento grupal junto a adolescentes. Essa prática cotidiana se constitui através da ação e do discurso profissional sendo assim um conjunto de técnicas da profissão, ou seja, “[...] analisamos, ao nível dos enunciados, o discurso da prática no que se refere às técnicas disciplinares que tenta regular e obter o comportamento ideal, ou seja, um maior rendimento” (BALEN, 1983, p. 81).

Uma das preocupações que moveram a pesquisa foi apresentar, em linhas gerais, o que o profissional de Serviço Social faz, sem confundir o discurso formativo com o de sua prática, para isso Balen (1983, p. 25) opta por “[...] omitir deliberadamente os elementos teóricos recebidos na formação profissional, para que estes não interfiram na análise”. Para isso foi utilizado como instrumental

metodológico da pesquisa descrições e relatórios elaborados pelas profissionais a partir dos atendimentos grupais.

A emergência e formação de sistemas de assistência podem ser atrelados à ascensão da disciplina e à necessidade do sistema capitalista de encontrar pontos de apoio no desenvolvimento da ciência, tecnologia e comércio. A partir do século XIX modelos de instituições como asilo, casa de correção, escola, hospital passam a sofrer alterações de caráter administrativo através de imperativos normativos, visando, dentre outras finalidades, o ajustamento da população às necessidades do capital em expansão e formação naquele momento. Essa política econômica do século XIX influenciou de forma determinante as transformações em torno da assistência. Por reconhecer a amplitude desse processo Balen (1983, p. 68) opta por centrar sua análise na “[...] organização dos corpos vivos e sua utilidade, ou seja, os mecanismos que tentam organizar a docilidade dos indivíduos”.

As disciplinas correspondem a técnicas que objetivam “[...] assegurar a ordenação das multiplicidades humanas” (BALEN, 1983, p. 76). Os critérios objetivados através das suas diversas táticas podem ser delimitados em três: economia no exercício do poder, que seus efeitos sejam por si disseminado o mais extensamente possível e que seu exercício no interior dos diversos aparelhos inflacione a produção de corpos dóceis e a utilidade desses no sistema. “Se a exploração econômica separa a força de trabalho e o seu produto, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação (sujeição) acentuada”(BALEN, 1983, p. 78).

Balen (1983) aponta três modificações no começo do século XIX a partir do desenvolvimento das estruturas econômicas, políticas e sociais. O primeiro deles é o aparecimento de órgãos de controle cada vez mais generalizados e constantes; resultam disso a proliferação de registros, arquivos e as mais variadas formas de assistência. A instalação de disciplinas para os mais diversos aspectos da vida, tempo e forças através, por exemplo, do trabalho, objetivando o máximo rendimento na máxima exploração possível e, para isso, o reagrupamento dos corpos, sua localização e esquadramento é central. E por fim o fetiche da norma como fenômeno que ordena o mundo, subsequentemente, o estabelecimento dessa norma se torna ainda mais importante por via de intervenções corretivas que tornam binômios práticas de terapia e punição. Enfim, a disciplina, o panopticon e a normalização caracterizam esquematicamente essa nova forma de poder sobre o corpo.

Esse esquema leva a autora a questionar como se constitui o discurso da prática disciplinar no âmbito da prática cotidiana dos assistentes sociais. O assistente social se coloca entre as normas de funcionamento da instituição e as necessidades dos indivíduos que procuram ou são encaminhados a seu serviço. Balen (1983) evidencia que os assistentes sociais “[...] recorrem a técnicas disciplinares para poder acionar, interferir no funcionamento da sociedade capitalista industrial.” (BALEN, 1983, p. 96).

A atuação do assistente social, se concentra assim em partes obscuras que não parecem se integrar de forma harmoniosa a máquina social; de um lado a normalização da situação desviante e de outro a resposta a ser providenciada para que insatisfações não sejam infladas. Nessa relação há fatores como dependência ou autonomia relativa que possuem importância para a relação “sistema-cliente” em que o assistente social é um tipo de artifício. É nessa relação que se manifesta “[...] a intenção da instituição, ou seja, todo um resultado, hierarquicamente constituído, que tem no seio de sua organização as ideias religiosas, políticas, econômicas das classes dominantes” (BALEN, 1983, p. 98).

A forma de hierarquia institucional exige que o assistente social cumpra o dever da instituição. Sua prática, portanto, deve seguir as diretrizes da instituição. Como “agente institucional”, cabe a ele controlar os objetivos, exigências, regras e normas da instituição. [...] Consideramos a prática do assistente social uma forma de socialização, porque pela prática cotidiana focalizam-se e estabelecem-se objetivos e técnicas específicas que dirigem os processos de adaptação, ajustamento, reabilitação, treinamento, ensino, entre outros. (BALEN, 1983, p. 98).

A análise das práticas sociais no atendimento ao grupo de adolescente na pesquisa de Balen se apoia sobre três vetores: o planejamento das estratégias da prática disciplinar através das propostas de exercício e tempo para sua realização pelos profissionais ao grupo; técnicas de vigilância sobre os movimentos e comportamento do grupo por via das técnicas disciplinares utilizadas pelos profissionais; e, por fim, a avaliação a qual o grupo é submetido pelos profissionais medindo assim, por via de metas, as práticas desenvolvidas.

Os seguintes autores e respectivas obras são referenciados:

Autor	Obra
Albuquerque	Instituição e Poder
Foucault	História da Loucura / As Palavras e as Coisas / O Nascimento da Clínica / A Verdade e as Formas Jurídicas / Arqueologia do Saber / Vigar e Punir / A Vontade de Saber / Microfísica do Poder.
Lapassade	Grupos, Organizações e Instituições
Madel Luz	Instituições Médicas no Brasil

Quadro 9. Autores e suas obras referenciadas por Balen (1983).

3. – A INFLUÊNCIA INSTITUCIONALISTA E SEUS PRINCIPAIS EXPOENTES.

Essa seção apresentará o extenso conjunto de autores das ciências sociais que influenciaram a composição das pesquisas do Serviço Social na década de 1980. Alguns autores estão organizados isoladamente (Foucault) enquanto outros são apresentados no mesmo subitem, (Lourau e Lapassade / Berger & Luckmann e Goffman / Althusser e Gramsci / Albuquerque e Luz) opta-se por essa organização de exposição em decorrência da proximidade que eles detinham entre si. No caso de Lourau e Lapassade como fundadores da AIF; Berger & Luckman e Goffman pela produção oriunda do norte da América; Althusser e Gramsci pela filiação ao marxismo e Albuquerque e Luz como pesquisadores brasileiros identificados como influências das ciências sociais.

Após a apresentação do arsenal heurístico do autor se exporá a influência que representou nas composições da profissão sobre o tema instituições e análise institucional.

3.1. – Lourau e Lapassade: O Movimento Institucionalista Francês e a Análise Institucional.

O esforço de apresentar o movimento institucionalista francês, a partir de dois de seus principais pesquisadores – Lourau e Lapassade –, requisita demonstrar a maneira como o institucionalismo cooptou indicações de diversos campos do conhecimento para se constituir como disciplina e prática interventiva. Para isso é importante apresentar sua primeira fase, expor a influência que exerceu sobre o Serviço Social brasileiro, e seguir as indicações de Barembly (1991) ao defender que para a compreensão do institucionalismo é importante assumi-lo como um movimento político e intelectual além de uma disciplina e prática interventiva; esse trajeto permite localizar no interior do institucionalismo a Análise Institucional Francesa (AIF).

De forma geral, o movimento institucionalista se propõe pesquisar e intervir nas “[...] instituciones, organizaciones, establecimientos y equipamientos así como de los agentes y usuarios de las prácticas que protagonizan” (BAREMBLY, 2005, p. 123). Uma das mais importantes características do institucionalismo – ou

movimento institucionalista – são suas diversas linhas de pesquisa que refratam e penetram em diferentes áreas das ciências sociais, como na economia, sociologia, ciência política, psicologia; ofertando a esses campos a leitura institucionalista.

Por essa razão, pesquisas que se proponham a investigar o institucionalismo tendem a delimitar a constituição de seu objeto através de marcos teóricos, para focar o escopo da pesquisa, já que seria uma tarefa atlante abarcar toda a constituição do institucionalismo. A própria angulação da pesquisa é reveladora de quantas e quais linhas podem constituir esse movimento. Baremlitt (2005), por exemplo, identifica três linhas como principais, havendo como justificativa a esse conjunto selecionado a influência desempenhada na Argentina: a Sociopsicanálise de Mendel; Esquizoanálise de Deleuze e Guattari e a AIF de Lourau e Lapassade. Já no Serviço Social Bisneto (1996; 2000) se propôs a apresentar as diferentes linhas existentes a partir das indicações de Barbier, Guirado e, novamente, Baremlitt, tendo identificado doze linhas¹³.

Esses exemplos expressam ainda uma característica do Movimento Institucionalista, dos pesquisadores dessa temática, e consequentemente, da AIF como linha do Institucionalismo: todo estudo desenvolvido sobre as instituições pode ser referenciado e cooptado pelo institucionalismo, todavia nem todo autor que pesquisa sobre instituições pode ser considerado um institucionalista.

O que justifica isso, desde o movimento institucionalista, é a noção de multireferencialidade algo essencial ao campo de coerência institucionalista. A multirreferencialidade promulga o reconhecimento da heterogeneidade como possibilidade para o desvendamento de objetos e campos de estudo complexos. Souto (1998) justifica isso afirmando que a instituição, ou a organização e seus grupos não pode ser

¹³

São identificadas por Bisneto (1996) as seguintes linhas e principais teóricos: a “Psicologia Institucional francesa”, de Enriquez, Kaes, Tosquelles, Pages, Levy, Iobrot, Chazaud; a “Psicologia institucional argentina”, Pichón-Rivière e Bleger; a “Antipsiquiatria” de Cooper e Laing; a “psiquiatria democrática de Basaglia”; as “Instituições Totais” de Goffman; a “Análise do Poder”, de Foucault; A “Instituição Imaginária” de Castoriadis; a “Análise de Atores e das Práticas Institucionais” de Guilhon Albuquerque e a “Linha Sociológica”, de Castel (psicanálise), Donzelet (família), Bourdieu e Passeron (ensino).

apreendidos ou analisados por via de uma única imagem de referência. Em suma, os diferentes níveis das funções sociais e suas representações nas instituições obriga o acesso a diferentes referências e áreas do conhecimento. A partir disso, Hammouti (2002) afirma que quando a análise institucional se refere aos indivíduos pode apoiar-se em uma perspectiva psicológica, quando se trata de grupos e organizações a psicossociologia fornece ferramentas de pesquisa e quando falamos em relações sociais de classe, a sociologia ou a ciência política torna-se um importante apoio.

Sobre a AIF Lourau (1993) afirma que essa teve muitos inícios delimitados a partir de duas frentes: a primeira, na década de 1940 – na França – durante a 2ª Guerra Mundial, que geraria inicialmente a psicoterapia institucional; e a segunda, através dos diferentes referenciais teóricos que compõem a AIF, já na sua primeira fase, até a produção originária dessa, que resultou no que os institucionalistas chamam de Socioanálise, ou, a Análise Institucional Interventiva.

A seguir será brevemente apresentada a constituição histórica do Movimento Institucionalista para, posteriormente, expor as opções teóricas de Lourau e Lapassade na composição desse campo de conhecimento, e consequentemente, a linha AIF e Socioanálise e a presença dessa perspectiva, por via dos dois intelectuais franceses, nos escritos do Serviço Social.

3.1.1. –A Constituição Histórica do Movimento Institucionalista e da AIF.

Hammouti (2002) reconhece a Segunda Guerra Mundial e Maio de 68 como momentos históricos de grande importância para o institucionalismo já que ambos fomentaram um pensamento radical de crítica às instituições, ciências acadêmicas e práticas sociais. Há como desdobramento a crise em torno das instituições e a delimitação do institucionalismo como um movimento de componentes teóricos e políticos.

No que trata à Segunda Guerra Mundial, Hammouti (2002) identifica que nos hospitais, em especial os psiquiátricos, um dos grandes problemas era a escassa reserva de alimentos. No hospital Saint-Alban os médicos, ao incentivarem alguns pacientes a saírem dos limites da instituição para trabalharem nas proximidades, perceberam boa resposta desses pacientes. Isso lhes sugeriu que o cuidado acerca da

“doença mental” poderia não se restringir a um tratamento institucionalizado, sendo necessário o questionamento acerca das estruturas da instituição.

Essa disposição de reconstruir o funcionamento do hospital através de novas formas relacionais conduziu os médicos de Saint-Alban e, posteriormente de Cour-Cheverny, a conjecturar os primeiros esboços de uma análise institucional apoiando-se na ideia de que sua prática não pode esquecer o quadro exterior, pois o sistema social institui do exterior para o interior o corte hospitalar, mesmo que os muros sejam, como cita Hammouti (2002), “simbolicamente destruídos”. Há por parte da sociedade requisitos e normas destinadas a esses locais, o que resultou na necessidade de espalhar espaços de autonomia a partir do corte interno, visando assim correspondência com a realidade exterior, ao mesmo tempo em que reconhece a necessidade de ultrapassar o instituído e demarcar novas possibilidades postas à relação da instituição com seus diversos atores. A terapia não se atrela então apenas às relações individuais entre os sujeitos envolvidos (médico – paciente); mas a instituição passa a ser questionada em seu funcionamento organizacional. Percebe-se a necessidade de atentar nas instituições outras perspectivas de como tratar, intervir e praticar a psicoterapia e a psiquiatria.

Lourau e Lapassade (1972) vão assinalar, a partir desse ponto, a grande diferença entre o que a AIF propõe, através do movimento institucionalista, e a análise institucional composta por sociólogos como Parsons. Para Lourau e Lapassade a instituição não é apenas um objeto social ou uma expressão do sociologismo com exclusão do econômico, político, ideológico e psicológico. Ela seria fundamentalmente um objeto de conhecimento.

Esse movimento oriundo dos hospitais psiquiátricos, que resultaria na psicoterapia institucional, é delimitado por Lourau (1995) por via de três fases que explicam a forma como, a partir da psicoterapia de grupo, desenvolveu-se a pesquisa e experimentação na instituição psiquiátrica. Seriam estas:

- Fase empírica e ideológica: modificação da relação médico-doente. Lourau (1995) faz referência a Le Guillant, um dos fundadores do movimento, e o período de guerra entre os anos de 1939 - 1940 que teria sido decisivo para a tomada de posição contra a opressão sofrida pelos pacientes.

- Fase ideológica: terapia de socialização pelo grupo. Na França é a partir de 1940 que as técnicas de grupo passam a ser desenvolvidas. Essa técnica de grupo é uma contraposição às técnicas tradicionais e provoca desde o interior da instituição uma crítica às relações sociais exigindo novos marcos na constituição dessas relações. Essa técnica visa tratar o grupo como um todo em interação e subverte as relações hierárquicas através da interlocução entre médicos e pacientes. Assim a socialização partia da instituição através do pessoal “responsável”. As condições objetivas de trabalho nesse período de guerra contribuem para uma apreensão confusa acerca da transversalidade das funções curativas.
- Fase teórica: Ocorre uma rejeição ao que Lourau (1995) denomina como “culturalismo pseudo-ressocializante” presente, pois se adotou uma postura de ressocialização buscando a atenuação de tensões hospitalares ou uma readaptação das relações sociais. O que acaba por afirmar que a evolução do movimento se ancorava em uma acepção distorcida da alienação confundida com os aspectos sociais e a psique dos pacientes.

A psicoterapia institucional, como linha do movimento institucionalista, foi o que possibilitou o desenvolvimento posterior da AIF por Lourau e Lapassade. (BAREMBLITT, 1991).

Durante a década de 1960, a revolta social conhecida como Maio de 68 contribui para novos avanços e definições. Confrontadas as organizações capitalistas ocorrem práticas autogestionárias em fábricas e universidades. Presencia-se a ação transformadora encabeçada por movimentos estudantis e operários em um período de lutas radicais voltadas contra diversas instituições. Um dos símbolos desses movimentos foi o filósofo Jean Paul Sartre e sua defesa de um “novo intelectual” em oposição ao clássico; um intelectual engajado e com espírito crítico exercendo uma ação política de vanguarda. Há uma grande influência de Maio de 68 sobre alguns dos principais intelectuais do institucionalismo e a aderência desses ao socialismo, marxismo libertário e a uma cultura anarquista. A noção que se infiltra nas sendas das discussões institucionalistas inclui a leitura em torno das determinações macrossociológicas, ações políticas, classe social e Estado.

Em suma, são esses eventos históricos radicais (Segunda Guerra Mundial e Maio de 68) que definiram a direção que a AIF assumiria com Lourau e Lapassade. Após a publicação do livro de Lourau, *Análise Institucional*, em 1970, a AIF tornou-se um paradigma institucionalizado como disciplina da Universidade de Paris VIII – Vincennes. Nesta universidade se desenvolveram os estudos e as pesquisas de pós-graduação em teoria da Análise Institucional, com seus fundadores: George Lapassade e Rene Lourau além de outros intelectuais como Michel Lobrot, Jacques Ardoino, René Barbier e Remi Hess. Nessa fase da AIF há ainda grande influência de Lefebvre e predomínio da concepção macrossociológica (em particular a teoria dialética hegeliana interpretada por Lourau a partir da noção do instituinte/instituído).

Quanto a Socioanálise, ou Análise Institucional Interventiva, foi no ano de 1962 que ela superou seu *status* de método terapêutico ou pedagógico para se firmar como um método interventivo. Nesse período os campos utilizados nas intervenções eram predominantemente as próprias universidades.

A partir dos anos de 1970 e 1980 o movimento institucionalista estende-se de maneira autônoma por diferentes países da Europa e também América Latina. Com o declínio do bloco socialista na década de 1980 e o esgotamento das experiências de autogestão na Iugoslávia e Argélia foi necessário desenvolver novas possibilidades para as reflexões institucionalistas. Um pesquisador de referência desse período é Lapassade, que introduz uma nova dinâmica para a teoria da AIF através da psicossociologia e microsociologia por indicações presentes no interacionismo, etnometodologia e etnografia. Nessa mesma década foi fomentado um movimento de Análise Institucional Interna ou Socioanálise Interna, no qual os socioanalistas intervêm sobre suas próprias instituições. Hammouti (2002) considera como pioneiros desse movimento, influenciados pela etnografia da educação e pela etnometodologia: Boumard, Hess e Lapassade. Em suma, trata-se de uma proposta de análise institucional da situação vivenciada, desde dentro, feita pelos próprios analistas, também membros da instituição analisada.

Necessário ainda referenciar a presença do Interacionismo Simbólico, Etnometodologia, Antropologia e Etnografia da Educação na AIF através da influência dos estudos sociológicos norte-americanos da vida urbana entre as décadas de 1970 e 1980. À sociologia americana – da Escola de Chicago – incorporou a metodologia de Malinowski para examinar os fenômenos sociais em bairros dessa cidade. Ao estudarem

essa realidade os sociólogos americanos se diferenciavam dos antropólogos tradicionais, pois utilizavam como metodologia a observação participante. Esses estudos americanos da vida urbana influenciaram amplamente os pesquisadores britânicos, em particular no campo da educação, com a corrente da etnografia interacionista da escola nas décadas de 1970 e 1980. A influência dos autores americanos sobre os ingleses desdobrou-se até a AIF quase no final dos anos de 1980. Para Hammouti (2002), isso pode ser confirmado pela referência a socioanálise participante, da pesquisa institucional etnográfica e de trabalhos utilizando tais métodos em Hess, Savoye, Lapassade e Boumard.

Como se pode perceber a partir da década de 1980 há um radial extenso de diferentes tendências no Movimento Institucionalista, e consequentemente na Análise Institucional, que partem de seu interior, assim como as influências que possuiu através das mais diferentes experiências realizadas em mais de um continente.

Por essa razão Hammouti (2002) defende que a AIF não pode ter sua origem identificada em uma única referência ou corrente teórica. Constitui-se como uma teoria inacabada que vem continuamente sendo construída, dessa forma não se encontra ainda restrita em uma determinada teoria ou área de pesquisa das ciências sociais. E devido a esse aspecto móvel, frequentemente se justifica a utilização da expressão movimento institucionalista para se referir aos processos de construção de conhecimento e ação em torno das análises institucionais.

3.1.2. –Lourau: Análise Institucional e Socioanálise.

Nós funcionamos, todos, em todos os lugares, sob a heterogestão; ou seja, "geridos" por "outrem". E a vivemos, geralmente, como coisa natural. A ciência política e todas as novas ciências da racionalidade econômica seguem por essa via. Pretendendo-se científicas, aceitam o instituído como natural, como se os homens tivessem uma natureza de escravos, como se sonhassem estar sempre submetidos a outros homens, e como se estes outros homens fossem super-homens... [...] Aceitamos todas as racionalizações da heterogestão e, em geral, a pensamos insuperável.

Talvez porque não tenhamos, ainda, conseguido efetivamente inventar a autogestão. A autogestão que existe, a que tem podido existir, acontece dentro de uma contradição total, já que a vida cotidiana, a minha e também a de vocês, se passa no terreno da heterogestão. (LOURAU, 1993)

Na sua obra *Análise Institucional*, Lourau (1995) compõe um estudo sobre as instituições a partir do rompimento entre Oriente/Ocidente e Antiguidade/Modernidade. Para isso aborda o surgimento da civilização ocidental indo do despotismo oriental até a democracia e do modo de produção asiático ao pré-capitalista, delimitando diversas indicações históricas e interpretações epistemológicas sobre as crises institucionais ao longo da Modernidade. A tal fim, refere à filosofia grega, em especial aos mitos de Édipo e Antígona: o primeiro para simbolizar o rompimento com o modo de produção asiático – na derrota da Esfinge por Édipo –; e, a segunda, em seu afrontamento ao “positivista” Creonte quando ela enfrenta as leis da terra e do mundo subterrâneo para enterrar Polinice. Para Lourau (1995) a filosofia grega, ao romper com a Ásia, estabelece a consciência como juiz de si e da regra social.

O Renascimento é abordado através dos reformistas religiosos, pela crise institucional e revolução cultural em trânsito. A ordem social passa a ser colocada em questão através, por exemplo, de Lutero e Calvino, fundadores de novas religiões. Um exemplo literário sobre as instituições nesse período é a abadia de Thélème imaginada por François Rabelais. Essa obra, classificada como herética pela Igreja Católica e censurada pela Sorbonne, foi publicada por François, sob o pseudônimo Alcofrybas Nasier, com o título original *Les horribles et épouvantables faits et prouesses du très renommé Pantagruel Roi des Dipsodes, fils du Grand Géant Gargantua* em 1532, onde se narra a trajetória de uma personagem gigante com apetite voraz e força descomunal chamada Pantagruel, composta por pequenos capítulos cômicos, épicos e grotescos. O significado de Pantagruel é “tudo alterado” ou “tudo invertido” o que de certa forma ilustra a natureza dessa personagem e o que representava no século XVI.

No capítulo LII: *De como Gargântua fez construir para o monge a Abadia de Thélème*, são apresentadas as regras da abadia dada de presente ao monge por Pantagruel. Essas são, em suma, uma subversão das vigentes nas demais abadias. A primeira é a eliminação

de muros no local, pois onde há muros a frente, atrás e nos lados, segundo o monge, há sempre inveja, murmúrios e conspiração. Em outras abadias quando mulheres pisam é comum que se empreenda uma intensa limpeza no local, já em Thélème a limpeza deveria ocorrer quando um religioso ou religiosa tivessem passado por lá. O compasso, controle e regramento a partir do tempo também devem ser extintos, não deve haver na abadia relógio ou quadrante que especifique as atividades, ainda que as obras devam ser praticadas, mas, sem o julgo do relógio, os homens e mulheres não serão mais governados pelo som do sino, mas pelo bom senso e entendimento. As mulheres feias ou aquelas que suas famílias não desejam não são aceitas nessa abadia, em Thélème as mulheres devem ser belas e graciosas e os rapazes também devem ser harmoniosos e de boa natureza. Outra importante regra é a da promiscuidade, já que qualquer proibição ao coito tende a incentivá-lo o melhor é que seja obrigatória a presença de um homem onde houver uma mulher e vice-versa. Nenhum voto deveria obrigar a permanência no claustro, por isso os homens e mulheres poderiam sair de lá quando desejassem. Os votos de castidade, pobreza e obediência são substituídos, sem prejuízos de nenhuma natureza, pelos votos de casamento, riqueza e liberdade. A abadia era, por fim, uma comunidade de epicuristas.

Lourau (1995) identifica nessa obra uma utopia crítica do Renascimento no que concerne a noção de instituição. Ao apresentar a abadia, Rabelais (2003) articula aspectos religiosos e educativos ao construir uma crítica institucional e ideológica. “Thélème é a contra-instituição educativa, ou noutras palavras, uma instituição verdadeiramente educativa, no sentido que o humanismo do Renascimento dá à educação” (LOURAU, 1995, p. 23). A instituição desenhada em Thélème fomenta possibilidades e transgressões do que é vigente no reforço aos conflitos através de normas, imperativos, sanções e modulação dos comportamentos.

Há ainda na obra em questão uma análise do processo de laicização da cultura, do saber e da educação. Na época, a relação entre diferentes instituições encontrava-se em redefinição seja na Igreja, na família e no Estado. Há um deslocamento nas relações abalando, nas palavras de Lourau e Lapassade (1972), a terra e o céu. Não havendo nesse momento composições, pesquisas ou estatísticas acerca de tal fenômeno, sua expressão é apreendida a partir de ensaios, sátiras e romances burlescos que abordam essa questão. Outro fator que merece atenção nessa composição, e que corrobora com princípios promulgados pela Análise Institucional, são as propostas compostas não apenas por

um agente exterior, no caso Pantagruel, mas pelo monge, ator privilegiado no processo por definir as regras de sua abadia a partir da transgressão do instituído nos outros espaços.

É durante a Revolução Francesa que o modelo do Estado Moderno contemporâneo é institucionalizado. Nesta fase há um adensamento dos estudos sobre as instituições, principalmente entre os teólogos e filósofos do direito. Hegel é o fundador de um “direito positivo” cujo objetivo é o conceito de direito e sua realização. Ao assentar os critérios objetivos da instituição é necessário colocá-lo em seu sistema de referência sociológico. A sociedade civil compreende o sistema de necessidade e satisfação do indivíduo por via de seu trabalho e, conseqüentemente, a satisfação de todos os outros, isso é o que Hegel considera como sistema de necessidades, dessa forma o elemento universal de liberdade real nesse sistema é a conservação da propriedade por via da justiça (LOURAU, 1995).

Desde essa perspectiva, a sociedade civil admite a pluralidade dos pertencimentos e das referências a seu princípio único e universal. O conjunto coletivo para Hegel é formado por um organismo dotado de sistemas particulares de necessidades, técnicas e trabalhos, que satisfaça as necessidades de cultura teórica e prática. Nesses sistemas estão distribuídos os indivíduos e através das diferentes alocações se delimita as diferenças de classes.

A filosofia do direito de Hegel traz uma questão preliminar à teoria e prática da Análise Institucional. Essa questão é o mistério da instituição que, posteriormente, será explorada pela antropologia e conserva-se na perspectiva hegeliana adotada por Lourau através da dialética. Afinal, em Hegel, a instituição “[...] é um objeto real ou um objeto de conhecimento? Uma forma social ou uma forma de representação? Um elemento da ideologia, como insistem em pensar a maioria dos marxistas, ou uma “coisa” um fato social no sentido de Durkheim?” (LOURAU, 1995, p. 51).

Em Hegel a garantia da instituição era viável, válida unicamente, pela existência de um Estado. Dessa forma as categorias de duração, continuidade e do real são atribuídas às instituições, o que justificaria a apreensão de instituições como o casamento, a propriedade privada, religião e a existência de classes sociais, aparentemente, como imutáveis.

Embora Marx seja uma grande influência na composição da Análise Institucional há certas características de seus escritos, e posteriormente nos marxistas, que não encontram correspondência, ou preocupação, com o tema das instituições. Lourau (1995) alega que a

“tese marxista mais corrente” tende a alocar as instituições e as ideologias no plano da *superestrutura*. Esse esquema simplista é questionado, por exemplo, em Stalin quando tenta elucidar o problema das nacionalidades compreendendo a linguística e sua teoria da língua como infraestrutura. “Eis aí, ao menos, uma instituição, e não das menores, arrancada do gueto superestrutural”. (LOURAU, 1995, p. 69).

A abolição da família como apresentada em *A Ideologia Alemã*, bem como a compreensão da propriedade privada como instituição do modo de produção capitalista, são alguns dos exemplos da forma que Marx se relacionou em seus escritos com o tema instituições para Lourau.

Partindo de uma noção jurídica de instituição a revolução requisitava a eliminação das instituições, seja da divisão do trabalho, da família e da propriedade privada. Não havendo assim um aprofundamento da teoria das instituições no marxismo e, em muito, isso se deve a relação conturbada entre o marxismo e a sociologia. Designa-se aí um problema:

Se a luta contra o economismo permite compreender o interesse que o marxismo manifesta pelas instituições, a crítica do sociologismo permite compreender os limites desse interesse. O economismo e o sociologismo quebram uma unidade profunda, mas contraditória. A lei do acordo necessário ou do “condicionamento” mútuo do econômico e do social é uma lei do movimento da realidade, uma lei dialética [...]. Os sociólogos [...] destacam, isolam, deformam e “subjetivam” as relações sociais. (LOURAU, 1995, p. 70).

Lourau (1995) considera que há dois momentos na relação do marxismo com as instituições. O primeiro, na teoria de Marx, a instituição considerada como conceito chave do direito filosófico e sendo combatida e “posta de cabeça para cima”. O segundo, a rejeição do conceito de instituição desenvolvido pela sociologia por considera-lo atrelado a um esforço de combater a teoria marxista e os intentos revolucionários por parte de economistas e filósofos.

Marx identifica no Estado um elemento do dispositivo analisador e não apenas na filosofia do direito como em Hegel. Lourau (1995) defende que para Marx as instituições, bem como as leis,

escamoteiam a realidade das relações de produção, justificando e reiterando a dominação de classe. A instituição acaba por ser sempre superdeterminada a partir da análise da infraestrutura.

No que tange à revolução e à concepção das instituições como obstáculo, Lourau (1995) se apoia em Luxemburgo para problematizar uma implicação que as instituições democráticas possuem: o direito ao sufrágio. Pois ao ser um processo da democracia burguesa acaba por antecipar o *status quo* que seria próprio de uma base econômica socialista no período transitório da ditadura do proletariado.

Outro autor marxista mencionado por Lourau é Cardan¹⁴ que parte da sociedade instituinte e da sociedade instituída para evidenciar, ao mesmo tempo, a tensão e a união entre ambas, o que possibilita considerar a alienação como “heteronomia instituída”, condicionada em larga escala pelas instituições.

A dialética do instituinte e do instituído desenvolve-se da seguinte maneira: Há o social instituído, mas este pressupõe sempre o social instituinte. Em tempo normal, o social manifesta-se na instituição, mas esta manifestação é ao mesmo tempo verdadeira e de certa forma falaciosa, conforme mostram os momentos em que o social instituinte irrompe e se põe a agir diretamente, os momentos de revolução. (LOURAU, 1995, p. 87).

A alienação em Cardan é articulada conjuntamente a uma crítica das instituições pois ele acredita que tanto Marx quanto os funcionalistas ignoraram o nível simbólico do conceito compreendendo-o por uma concepção econômico-funcional, privilegiando sua forma jurídica. “O que é simbólico na instituição é o fato de representar em um setor particular da prática social o sentido social do sistema inteiro.” (LOURAU, 1995, p.88). O lugar onde a instituição está é apenas um destes, pois ela se encontra ao mesmo tempo onde as relações de produção estão “instituídas”. A universalidade se constitui como conflituosa pelo instituinte e instituído pelas instituições, pois além de possuírem a atividade consciente de institucionalização possuem também o imaginário inconsciente que se entrecruza ao simbólico para que a sociedade possa existir, ou seja, “Este imaginário deve

14 Cardan é um pseudônimo de Cornelius Castoriadis, algo que Lourau não referencia em sua obra.

entrecruzar-se com o simbólico, do contrário a sociedade não teria podido `reunir-se', e com o econômico-funcional, do contrário não teria podido sobreviver". (LOURAU, 1995, p. 89).

Cardan argumenta que o marxismo não deve autonomizar as relações de produção por partir do pressuposto de que o econômico, assim como o jurídico é instituído, pois, há nas relações sociais algo que ultrapassa um conteúdo que seria em última análise econômico.

A sociologia travará embates com o conceito de instituição. Assim Comte, Saint-Simon, Spencer são alguns dos autores de referência nesse período de erradicação das "teorias revolucionárias". Isso levará o conceito, a noção, ou a categoria instituição a uma grande dificuldade em se desvincular da noção positivista da ordem estabelecida.

O institucionalismo de Durkheim passa a ser criticado tanto pelo marxismo quanto pela fenomenologia. Znaniecki¹⁵ nos apresenta a polissemia agregada ao conceito de instituição já que esse parece atravessar todas as áreas das ciências sociais. Malinowski desenvolveu trabalhos onde discutia as instituições a partir das necessidades primárias (biológicas) e das necessidades derivadas (culturais) como finalidades que devem ser satisfeitas pelas instituições.

As necessidades primárias exigem instituições onde o aparelho material, a infraestrutura tecnológica, sejam muito desenvolvidos. É o caso das instituições de "princípio territorial", isto é, ocupando necessariamente um espaço bem delimitado e valorizando o Estado, a tribo, a família rural, mas também instituições culturais ou espirituais, todas às vezes em que encontram o fundamento de seu poder e hegemonia em domínios prediais, imobiliários, por exemplo, a igreja. É porque a maioria das instituições com função de produção, de regulação e de domínio possuem um substrato material importante e se apropriam de grandes partes do espaço ou dos meios de produção (máquinas) que as atuais crises institucionais veem desenvolver-se esta forma de luta que é a ocupação dos lugares institucionais

¹⁵ Sociólogo nascido na Polônia. Viveu entre 1882 e 1958. A grafia de seu nome na edição analisada está escrita equivocadamente. Onde se lê "Zaniecki", o correto é "Znaniecki."

(escritórios, sedes de associações, lugares de decisão, local de trabalho). O que é posto em evidência por estas análises das crises é o elemento privilegiado pela análise cultural de Malinowski, a saber, o *substrato material de toda a instituição*, e o caráter simbólico ligado a este material, porque é material institucional. (LOURAU, 1995, p. 125).

O que se percebe nas tendências da sociologia nos estudos das instituições é a adesão de certas características da filosofia do direito, mas com uma atenção muitas vezes exacerbada às particularidades da instituição. O que acaba resultando em uma apreensão da instituição como interiorização das normas. Isso ocorre pela priorização da particularidade, o que leva a um desprezo ou falha interpretativa entre a singularidade e a universalidade no que tange a instituição. Para Lourau (1995) isso se justifica por uma função ideológica clara, que ao psicologizar as relações sociais, através de uma suposta natureza humana, afastam e nega a centralidade do político.

Com a história em geral, e mais especialmente com o marxismo enquanto “ciência da história”, o momento da universalidade do conceito de instituição é submetido a uma rude crítica. O plano da análise sincrônica, privilegiando os conceitos de estrutura, de função é confrontado com o plano da análise histórica. As instituições não aparecem mais como invariantes sociais, receptáculos da racionalidade e do consenso, mas como formas singulares tomadas nas relações de força, de classes e de produção. O momento da universalidade aparece como o momento do ideológico: a “ideia” de Hauriou, a charte de Malinowski, a “representação coletiva” de Durkheim ou de Mauss, o “sistema de representação” de Levi-Strauss, etc., permitem apreender a função simbólica das instituições, mas não a totalidade das funções objetivamente desempenhadas pelas instituições. Quanto ao movimento da particularidade, o marxismo encarrega-se sucessivamente de pô-lo em relevo e

de esquecê-lo. Hipostasiados enquanto agentes históricos, construtores de sua própria história, os indivíduos correm o risco de perder esta autonomia e iniciativa instituinte a partir do momento em que o marxismo, deixando-se levar pelas facilidades dogmáticas do economismo e do filosofismo materialista, torna-se institucional. (LOURAU, 1995, p. 140, 141).

Por essa questão é que Lourau (1995), a partir da sua proposta de Análise Institucional, identifica um equívoco no conceito de instituição por se designar concomitantemente o instituído ou o instituinte. A partir da vulgarização da filosofia do direito a instituição passa a ser o instituído. Na postura opositora do marxismo mediante a ideologia dominante e o direito, se acusa as instituições de mascarar as relações de produção. Em outro extremo há Parsons e o desaparecimento da capacidade instituinte pela supremacia da interiorização das normas pelos indivíduos. A partir disso Lourau (1995) pergunta:

Não vale mais reconhecer que a instituição é o instituído e o instituinte? As duas faces do conceito de instituição não deixam de lembrar as duas faces do sinal segundo Saussure, significante e significado. Tal como o sinal, a instituição não é unívoca, exceto em certas circunstâncias, onde aparece ora unicamente permissiva ora unicamente repressiva. Por exemplo, um sindicato não é somente uma burocracia repressiva (exceto no caso dos sindicatos diretamente controlados pelo poder, como em alguns regimes totalitários), mas é também uma instituição cuja negatividade com relação as instituições econômicas e políticas se exerce, ao menos potencialmente, em forma de reivindicações ou contestações. Inversamente, do ponto de vista conservador, o sindicato nunca é (salvo em período de greve prolongada ou de crise social) um puro instrumento de reivindicação e de contestação, mas é também um organismo regulador do movimento operário, um meio de controlar indiretamente os impulsos da “base” operária. É por este último motivo que o direito sindical acabou por ser institucionalizado na

maioria dos países industriais. (LOURAU, 1995, p.141 142).

Dessa forma o conceito de instituição é problemático, pois ele dificilmente se apresenta de imediato ao estudo e à sua compreensão. Nesse sentido um dos principais esforços da AIF, como Lourau a apresenta, é de apreender a ação social de forma dinâmica sem se deixar influenciar diretamente pelo sistema institucional posto, extraindo o local onde a instituição está e agregando as distintas relações dos acontecimentos e movimentos sociais que se apropriam dessa racionalidade e a colocam em cheque.

3.1.3. – Lapassade: Revolução Industrial, *Human Relations* e o problema da burocracia.

Havíamos descoberto novamente em Maio, à luz do acontecimento, que o Estado não é nada, desde que não encontre apoio nas “instituições dominantes” – e havíamos novamente descoberto que essas instituições só se mantêm por meio do sustentáculo do Estado e de seu aparelho de repressão. Assim, por exemplo, quando a instituição universitária não pode mais garantir a ordem interna das universidades, a Polícia do Estado toma imediatamente o lugar de todas as polícias culturais em crise. (LAPASSADE, 1983).

No prólogo escrito em 1970 para a 3ª edição de sua obra¹⁶, Lapassade se esforça para situar sua composição no momento histórico que presenciava; os eventos de Maio de 68 apontavam a constituição de um novo paradigma teórico-político. O que antes parecia apoiar-se preponderantemente na “libertação da palavra” parecia necessitar agora da “libertação do corpo”. Há um reconhecimento da distância da Análise Institucional como havia sido composta, necessitando, naquele momento, de uma reconstrução do conceito de “instituição”. Assim o

¹⁶

A primeira edição da obra data de 1966.

autor conclui: “A análise institucional está atravessando um período de crise e devemos procurar novas formas de intervenção.” (LAPASSADE, 1983, p. 8).

É importante destacar as distinções nos trabalhos de Lourau e Lapassade. Enquanto Lourau (1995) realiza um *tour de force* pelas diferentes elaborações sobre as instituições na sociedade ocidental e articula através da psicanálise, psicologia e pedagogia referenciais para a constituição da Socioanálise; Lapassade (1983) se propõe a uma tarefa também profícua, mas sobre outra angulação, privilegiando certos temas a partir da Revolução Industrial como a origem conceitual dos grupos, organizações e instituições como campos de saber e de intervenção através de estudos da área de *human relations*, os processos de burocratização e a otimização do processo produtivo nas fábricas.

Ou seja, o diferencial da obra de Lapassade (1983) é o foco atribuído à Revolução Industrial e diferentes teorias que se constituem durante e após esse período, para delimitar a maneira como irá apresentar – em diferentes áreas do saber, com as mais distintas intencionalidades e resultando nas mais diversas práticas – a influência que a noção de grupo, de organização e de instituição irão exercer no âmbito das empresas, fábricas, escolas, hospitais, entre outros. Para compor essa análise, Lapassade irá dividi-la em três fases que podem ser resumidas da seguinte forma:

- Fase A – Sociedade Industrial e capitalista do Século XIX;
- Fase B – Burocratização das grandes empresas industriais;
- Fase C - Modernização das Técnicas e novas formas de gestão.

A Fase A é gerida na sociedade industrial capitalista do sec. XIX. Os operários profissionais, já inseridos em um sistema extremamente parcializado concretizam os encaminhamentos de suas reivindicações através de sindicatos. Não existe ainda no âmbito dessas organizações o problema da burocracia. Ainda que o proletariado não seja representado por meio de organizações de massa no sec. XIX.

Fourier é apontado como o precursor da psicossociologia dos pequenos grupos e das técnicas de grupo ao elaborar um projeto de experiência social e política a partir de pequenos grupos e micro organizações sociais. Sendo extremamente diretivo em sua elaboração, propõe uma sociedade socialista na qual o sistema não deixa margem à improvisação. “Os grupos de base (de formação, de produção) são rigorosamente integrados num sistema institucional que assegura a sua coordenação e as suas trocas” (LAPASSADE, 1983, p. 42). Essa proposta foi alvo de duras críticas, como a de Proudhon, que apontou

nos falanstérios o erro de crer que ao se instalar um primeiro modelo gestado sobre essa proposta com sucesso haveria por livre associação a vinda de outros indivíduos e a fundação de outros falanstérios, que assim dependeriam da solidariedade para seu sucesso. Essa noção encontra ressonância nas críticas dirigidas aos psicossociólogos ao defenderem uma espécie de revolução pelos grupos.

Saint-Simon se torna referência em uma vertente tecnocrática e defende que depois do século da revolução entrou-se no século da organização e anuncia a substituição dos “políticos” pelos “gerentes”. No ano de 1819 publica um “periódico” chamado *O Organizador*, que segundo Lapassade (1983), seria o precursor das modernas revistas de administração de empresas. Comte define posteriormente essa doutrina com os “sociocratas” auxiliando os gerentes da sociedade industrial.

Marx apresenta uma apreensão oposta, não se trata de organizar ou aprimorar a sociedade capitalista, mas superá-la. A análise social não deve qualificar a ação sociocrática, mas ser encaminhada como ação política junto ao proletariado para superação da sociedade de classe. Lapassade (1983) identifica através do *Manifesto Comunista* a importância que Marx reconhecia na formação do proletariado e a consciência social enquanto meio para a ação comum e da discussão para o desenvolvimento intelectual da classe operária. Não se trata apenas da inexistência de uma teoria positiva em torno das organizações na obra de Marx, mas da dissolução das relações humanas na sociedade industrial em todas as esferas da vida social.

A cooperação – título de um capítulo do Capital – nas empresas modernas implica apenas uma “solidariedade” mecânica e de justaposição: é o trabalho em migalhas, em que cada um executa apenas uma parte muito especializada na preparação dos objetos fabricados; os “grupos” são apenas os produtos da divisão do trabalho e da concentração industrial dos operários as indústrias-casernas. A comuna de Paris já anuncia, segundo Marx, no entanto, o *self government* dos operários, a autogestão dos trabalhadores como base do sistema social a se instalar. A revolução social restabelecerá, num nível superior, a verdadeira cooperação. A condição prévia é, necessariamente, a transformação completa do sistema, a mudança radical na organização

capitalista de produção. (LAPASSADE, 1983, p. 46).

A fase B parte da assunção de diversos modelos de administração fabril e processo de burocratização intenso no interior dessas teorias da organização (Taylor, Fayol). Essa burocratização se reflete no ritmo e ações no âmbito do trabalho: com o movimento sendo administrativamente calculado, o lema “dividir para conquistar” é a síntese desse processo produtivo. Com as decisões de lutas tomadas cada vez mais a partir de canais de representação gesta-se a burocratização dos sindicatos. O movimento marxista se atenta a isso e a burocracia se converte em uma ferramenta para a organização e para o poder da classe dominante. Os problemas situados no interior da fase B contribuíram para o início, em 1924, do que Mottez definiu como manifesto antiburocrático e o nascimento da psicossociologia na indústria.

É nesse mesmo ano que Elton Mayo contratado pela empresa norte-americana *Western Electric Company* é orientado a identificar problemas no processo de produção. Sua observação se volta para grupos de operárias durante quase dois anos objetivando fomentar sua produtividade. Com a modificação de certas condições materiais de trabalho o rendimento também é alterado para melhor (com o aumento de salários, por exemplo) ou com redução do rendimento (ao ampliar o intervalo do chá). Na avaliação geral desses processos de teste e ajustes percebe-se que o fator central, e que não havia sido considerado até então, era o grupo. “Essas operárias têm, entre elas, boas relações pessoais que facilitam o seu trabalho; são essas relações “informais”, que persistem através de certas mudanças na organização formal, oficial, do trabalho, que desempenham um papel positivo” (LAPASSADE, 1983, p. 48).

Tem início o movimento de *Human Relations* que coloca o problema das relações entre as pessoas e os efeitos do grupo no âmbito da indústria como central ao processo de produção. Inicialmente através da corrente sociométrica, e, posteriormente pelo movimento da dinâmica do grupo. Moreno, que atribui ao psicodrama o objetivo de reconstruir a espontaneidade obscurecida na sociedade será o fundador da sociometria¹⁷.

¹⁷

A sociometria é uma técnica de mudança social que possui como similitude ao psicodrama a busca, dentro das instituições, pelo exercício da

Weber demonstrou que a burocracia era a racionalização na organização da empresa. Todavia essa racionalização implica disfunções e resulta em uma manifestação irracional da organização que ressalta a formalidade e informalidade nos processos burocráticos. Lapassade (1983, p. 54) definiu que a tarefa do psicossociólogo era combater a rigidez burocrática, os entraves na comunicação e fomentar a noção de trabalho coletivo nos grupos.

Para Lapassade a prática dos psicossociólogos não foi bem apreendida por seus críticos:

Em 1948, certos ideólogos “marxistas” desencadearam a ofensiva ao mesmo tempo contra a psicanálise e contra a psicossociologia das relações humanas, sem jamais distingui-las corretamente, mas deformando o essencial de sua ação. O psicossociólogo era apresentado como instrumento dócil dos patrões, e mesmo como um policial de um novo tipo, encarregado de fazer falar os operários numa empresa, para fazer, em seguida, um relatório a direção. Foi dito igualmente que ele tinha por missão substituir a “infelicidade coletiva”, política, por uma “infelicidade privada” e afetiva, e fazer cessar a luta de classes na empresa, estabelecendo boas relações, diálogos entre dirigentes e dirigidos. O psicossociólogo era assim definido em termos políticos, e denunciado. Esquecia-se que ele era também aquele por cujo intermédio a luta informal e permanente na empresa era revelada: pode-se sustentar que os psicossociólogos aprofundaram as análises de Marx e levaram mais longe o conhecimento das relações de produção na empresa; são verdadeiros, ao mesmo tempo, o caráter “reformista” da ação dos psicossociólogos e o valor revolucionário de suas descobertas. (LAPASSADE, 1983, p. 55).

A fase C é demarcada pelos avanços tecnológicos e transformações da indústria moderna e novas formas de gestão.

espontaneidade e criatividade, uma forma de conhecer os grupos para viabilizar mudanças.

Capitaneada por mudanças econômicas na sociedade e com a formação de uma nova classe operária que modifica também as estratégias sindicais. A burocracia da fase C é mais flexível, integra os desviantes, suscita a dinâmica de grupo, fomenta a democracia e a participação em um processo mascarado de autogestão. Lapassade por fim defende:

Nós evocamos o horizonte político e, já, o problema da autogestão social. Ora, nesse plano, igualmente é colocado o problema da relação entre os grupos e as instituições: a verdadeira autogestão social não é apenas a autogestão das empresas, das escolas e das organizações sociais de base; é, se isso é possível, a autogestão da sociedade em seu conjunto. É o desaparecimento do Estado e a sua substituição por uma auto-regulação não burocrática das relações entre os grupos e as organizações que constituem uma sociedade. (p. 62).

A AIF para Lapassade não ignora o Estado de classe e reconhece na universidade, por exemplo, uma instituição distante de qualquer posicionamento neutro. “Marx definia o exame como batismo burocrático do saber. [...] Em resumo, a universidade é uma instituição de classe justamente na medida em que ela tem essa função de manter hierarquias em nossa sociedade” (LAPASSADE, 1983, p. 18). Ao mesmo tempo o autor tece críticas a uma noção que tende a alocar as instituições na superestrutura, na “linguagem” marxista, bem como entre a base morfológica e os sistemas institucionais, por uma influência durkheniana. Essas noções esqueceriam que as relações de produção são instituídas. Ou seja, a instituição não seria um nível ou manifestação da formação social, mas um produto resultado do encontro desses níveis ou dimensões. Ao mesmo tempo esse produto é superdeterminado pelo conjunto do sistema pela mediação do Estado.

3.1.4. –A AIF a partir de Lourau e Lapassade e sua relação com o Serviço Social brasileiro.

Cabe agora delimitar a relação das pesquisas dos dois autores franceses sobre as instituições no âmbito do Serviço Social. Ao mesmo tempo ressalta-se que a opção de analisar a influência dos dois autores

conjuntamente se deve pela parceria e proximidade desses aos temas que ambos investigaram ao longo de sua trajetória intelectual e política.

Lourau (1993) defende que o essencial sobre a apreensão da instituição é compreendê-la para além de um conceito descritivo que não defina ou aponte apenas coisas visíveis e concretas. Ainda assim a instituição, como termo jurídico, é o acessível no primeiro momento.

A noção de instituição é um artifício, um modelo teórico que permite compreender o que se passa numa casa, escola, hospital, fábrica, bairro, cidade (desde que não muito grande), etc... etc ... O fato de o objeto de estudo não se chamar instituição, não é importante. Pode-se, e deve-se, fazer a análise institucional, [...] É por este caminho que se pode fazer a análise institucional, qualquer que seja o objeto social da análise: a cidade, a casa, a família... (LOURAU, 1993, p. 60).

Segundo Lourau (1993, 1995) uma norma considerada ou que seja universal independente da origem, seja o casamento ou o trabalho assalariado, chama-se instituição. São assim formas sociais que por serem visíveis e que por estarem organizadas através de jurisdição ou materialmente são chamados de instituições, podendo também ser chamadas de organização, organismo, administração, firma entre outros.

Dessa forma a contradição dentro do instituído e do instituinte são necessárias para ultrapassar essa visão monolítica da instituição. Outro conceito importante na composição de Lourau é a institucionalização “A institucionalização é o devir, a história, o produto contraditório do instituinte e do instituído, em luta permanente, em constante contradição com as forças de autodissolução” (LOURAU, 1993, p. 12). Esse princípio, o da autodissolução, está sempre presente na instituição independente da solidez que pareça ostentar.

A perspectiva interventiva da Análise Institucional se consubstancia por duas frentes, a primeira nas intervenções no âmbito institucional de forma pontual por via das organizações e estabelecimentos proporcionando nesses espaços a composição do método de autoanálise e autogestão; a segunda se debruça sobre os movimentos e situações revolucionárias generalizadas.

Sobre a socioanálise Lourau (1993) define-a em contraposição a Análise Institucional como campo interventivo. Na década de 1960 – 1970 era considerada como uma forma de sociologia experimental de

deciframento do sistema institucional da sociedade. (LOURAU; LAPASSADE, 1972).

Historicamente, a Análise Institucional surgiu como um prolongamento da Terapia Institucional e da Pedagogia Institucional [...]; a Socioanálise apareceu imediatamente em seguida e designa, na origem, um método de intervenção, totalmente determinado pela teoria da Análise Institucional. Logo, em Socioanálise, conceitos paradigmáticos são também operatórios. Trata-se, enfim, de nomes diferentes para um mesmo projeto. A Análise Institucional se refere à questão teórica, ao núcleo construído tanto por certos psiquiatras - reconhecidamente os da Psicoterapia Institucional - quanto por experiência, de Pedagogia Institucional. (LOURAU, 1993, p. 65).

A importância da composição de Lapassade a partir da publicação de *Grupos, Organizações e Instituições* deve ser reconhecida pelo esforço de desvelar aspectos organizacionais e administrativos que emergem a partir da Revolução Industrial, ao mesmo tempo em que analisa a experiência soviética e o processo de burocratização do Partido Comunista. No prefácio, assinado por Juliette Favez-Boutonnier há uma interessante reflexão sobre a proposta da obra ao discutir reforma e revolução, como digerida nos marcos da Análise Institucional:

É normal e desejável que as instituições evoluam. É, no entanto, fácil a confusão entre a evolução e a revolução, sobretudo se é verdade, como nos ensina a psicologia, que a resistência à mudança é característica não apenas dos indivíduos mas dos grupos, e suscita reações de defesa às vezes extremamente vivas. (BOUTONNIER, 1983, p. 11).

Já no prólogo da 2ª edição Lapassade explica que a obra é resultado de sua experiência como profissional e pesquisador da psicossociologia. Nessa área o autor pôde se aproximar de diferentes discussões acerca da dinâmica de grupo o que o levou a perceber a tendência nessa área de não se desenvolver de forma mais profícua a

pesquisa sobre a dimensão oculta determinante aos estudos de grupos, a dimensão institucional. “Eu propus então (em 1963) chamar de “Análise Institucional” o método que visa revelar, nos grupos, esse nível oculto de sua vida e de seu funcionamento.” (LAPASSADE, 1983, p. 13). Como afirma na mesma passagem: “É preciso tratar a instituição”.

Lapassade (1983) afirma que as noções de grupo, organização e instituição podem ser utilizadas para determinar três níveis de Socioanálise.

Sendo o primeiro nível o grupo, unidade base, que seria a oficina, escritório, classe. Nesse nível ocorre a prática socioanalítica e intervenção. As instituições nesse nível, já existem e articulam em si horários, ritmos, normas de trabalho, sistemas de controle, estatutos e papéis que objetivam manter a ordem. “Essas normas de trabalho, na oficina, exprimem diretamente, como o diz Marx, o comando do Capital na empresa.” (LAPASSADE, 1983, p. 14). O grupo só pode ser analisado se é agregado à leitura da instituição, pois são as relações humanas compostas e definidas por instituições que trazem nessa composição relações de exploração e domínio.

Todo o sistema institucional já existe, entre nós, aqui e agora. Ele existe na disposição material dos lugares e dos instrumentos de trabalho; nos horários, nos programas, nos sistemas de autoridade. O poder do Estado está presente, embora encoberto, na oficina e na sala de aulas. É nesse mesmo nível de base que cabe situar a família, a instituição da afetividade e da sexualidade, a organização exogâmica dos sexos, a primeira divisão do trabalho, a primeira forma de relação entre as idades, entre as gerações. O grupo familiar constitui o cimento mais firme da ordem social estabelecida, o lugar em que se efetua, como o mostra Freud, a interiorização da repressão que continua na escola. Eis a base do sistema. (LAPASSADE, 1983, p. 15)

Dentro dessa proposta o nível seguinte trata da organização e versa sobre a fábrica, a universidade, o estabelecimento administrativo em sua totalidade. Reconhece-se aqui a mediação entre a “sociedade civil” e o Estado através das normas dessa espécie de “grupo dos grupos” com efeito direto sobre a organização da vida social. Trata-se

para Lapassade de “um segundo nível institucional: nível de aparelhos, de ligações, da transmissão de ordens; nível da organização burocrática.” (LAPASSADE, 1983, p. 15), já havendo nesse nível caráter jurídico.

Em uma restrição ao termo instituição, utilizando o que concerne ao nível jurídico e político habitual, estaria o terceiro nível, definindo-a como “tudo o que está ´estabelecido` quer dizer, em outras palavras, o conjunto do que está “instituído” (LAPASSADE, 1983, p. 15). Esse último nível atrela-se diretamente ao Estado e a composição de leis que lhes confere força, ou melhor, legitimidade. Estar instituído é assim estar no Estado.

Para os fins de nossa análise, é importante ressaltar que o arsenal referente à intervenção na tradição da Análise Institucional não parece compor uma preocupação ou um objeto a ser desvelado pelos autores do Serviço Social que referenciam Lourau e Lapassade. No caso refiro aqui a Socioanálise, que como já demonstrada, trata-se da Análise Institucional em intervenção. A Socioanálise tem influência de diferentes áreas do conhecimento e se debruça sobre os mais distintos espaços, entretanto os autores do Serviço Social não fazem nenhuma menção a ela; fato que consideramos flagrante.

Weisshaupt (1988) é um pesquisador que ao abordar as instituições apresenta diferentes apreensões acerca desse objeto apoiando-se na fala dos sujeitos inseridos em tais espaços. Sejam eles assistentes sociais, clientes da instituição ou os chefes dos profissionais. Há preocupações acerca do objeto da prática do assistente social que parecem se aproximar da discussão de Lourau e Lapassade sobre o tema instituído e instituinte, todavia a supremacia dessa análise se ancora sobre as composições de Albuquerque na discussão sobre os agentes institucionais e na de Foucault para apresentar a relação das instituições com o sistema de produção, algo em muito influenciado pelas duas últimas conferências do filósofo francês em *A Verdade e as Formas Jurídicas*.

Se pudermos identificar apropriação pelo Serviço Social de uma parte significativa da tese dos dois autores franceses seria o conceito de instituído e instituinte que trata sucintamente dos processos de transformação e permanência no interior dos espaços.

O instituinte seria o processo que resulta de forças que produzem ou transformam as instituições em um projeto de mudança social. Elas se voltam dessa forma aos sujeitos relacionados com a instituição. Já o instituído seria o resultado da ação instituinte e trata da preservação e manutenção das atividades sociais promulgadas e

defendidas pelas instituições. Consequentemente o instituído pode ser identificado nas regras e hábitos da organização institucional. É essa tendência ao estático que antagoniza processos instituintes e instituídos, ainda que um seja co-dependente do outro.

Essa noção é adotada por autores do Serviço Social, todavia a forma como aparecem sugere ou interpretação equivocada do conceito ou a presunção acerca da interpretação lexical dos termos sem atenção a origem e usufruto dos mesmos por Lourau e Lapassade. Explico. Quando Serra (1983) apresenta os agentes da instituição, ao mesmo tempo em que poderíamos adotar essa como uma influência dos escritos de Albuquerque, ocorre a referência a instituído e instituinte de forma invertida. O instituinte para a autora é o agente responsável pela instituição no que concerne à autoridade e o instituído é o agente que na sua dupla dimensão é subordinado (funcionários) e clientela. Ou seja, a aproximação que a autora ensaia do termo instituinte e instituído ao de agentes privilegiados e subordinados ao mesmo tempo em que parece se debruçar sobre Lourau, Lapassade e Albuquerque, inverte parte dos conceitos elaborados pelos franceses e ignora a forma que os autores compuseram esse referencial teórico e interventivo¹⁸.

Toda a composição de Lourau sobre as instituições está escorada pela dialética hegeliana trazendo em sua composição os três momentos interpretados pela perspectiva da AIF: **universalidade** como unidade positiva, ou o instituído; a **particularidade** como negação simples, no caso o instituinte e a **singularidade** como segunda negação, unidade negativa, o processo de institucionalização. Lourau interessa-se pela singularidade, sendo que na AIF se estabelece uma conexão direta entre esses momentos e o processo de institucionalização. Dessa forma, a noção hegeliana, como apreendida por Lourau, explica o seguinte:

O **instituído** é o que se impõe como uma verdade não produzida. Corresponde à ideia de universalidade e é, como tal, aparentemente abstraída de concretude material (não tendo, em Hegel, necessidade dos homens para existir). O **instituinte**, nós a correspondemos ao momento hegeliano da particularidade. É neste que o filósofo reconhece a existência do humano (vindo

negar - sendo partícula que se diferencia de si e do todo - a bela positividade do universal). É a primeira negação ou negação simples; a relação humana obstaculizando o "paraíso" essência da universalidade. Prestem atenção: o particular não se opõe simplesmente ao universal (isso x aquilo); o particular NEGA o universal. O terceiro momento conecta os dois primeiros e, podemos dizer, é um produto transformado dessa (e por essa) primeira contradição. Ou seja, não estamos lidando com recorte fotográfico estático, parado -, mas com cinema - movimento constante de cores, formas, sons... Movimento e constância interagindo... Movimento na constância; constância, no movimento. [...]. Dialeticamente, a contradição produz movimento e este produz história. Essas contradições, produzindo história, produzem a sociedade e as formas sociais que Hegel denomina - e nós também - instituição. Essas formas, de modo contrário à visão oficial, não são nunca coisas positivas, não têm uma unidade positiva. Ligamos o momento da universalidade ao da ideologia e só encontramos essa "positividade" nos discursos de governantes (quando falam em Hospital, Escola, Nação...). Hegel nos ensina que o terceiro momento nega o segundo; então, trata-se de uma segunda negação e esta corresponde a uma "ação de síntese"; ou seja, o particular e o universal "reagrupados" criam as formas sociais. Na Análise Institucional derivamos que o segundo momento hegeliano pode ser apropriado na ideia de imaginário social e assim o fazemos. As formas sociais têm necessidade desse "cimento" (universal mesclando particular e vice-versa) para se constituir, o que nos permite, utilizando o esquema dialético, pensar o processo de institucionalização como uma operação totalmente contraditória e, conseqüentemente, observando o social como história, desconsiderar como justa ou eternamente válida qualquer instituição. (LOURAU, 1993, p. 90 e 91).

Ainda que resulte longa, essa passagem ilustra de maneira cabal a forma como esses conceitos referem uma interpretação da dialética hegeliana que resulta em diversas outras apreensões que não poderiam ser tomadas de forma isolada ao agrupadas a outras interpretações, como a de Albuquerque sobre os agentes institucionais.

O que nos resta concluir a latente falta de fidedignidade aos conceitos instituído e instituinte como definidos por Lourau e Lapassade. Esse dissenso, todavia, pode ser resultado de uma interpretação semântica e não em decorrência de filiação teórica, já que a palavra instituinte (particípio ativo ou adjetivo derivado do verbo instituir) trata do agente vivo, ativo, ou seja, o responsável pelo processo de institucionalização, que encontra na figura do “mandante” sua personificação. Já o instituído (particípio passado de instituir) remete ao que se encontra institucionalizado e por isso paciente, passivo, funcional, nesse caso o agente subordinado entendido como funcionário e clientela pela leitura de Serra (1983) e Souza (1982).

Há outras referências aos escritos de Lourau e Lapassade; Edmundo (1987) para falar sobre as normas institucionais refere a Luz e sua utilização de Lourau para ilustrar as normas disciplinares no interior da instituição e para justificar a transversalidade dessas normas nas mais distintas instituições (seja a fábrica, a prisão, a escola).

Voltando à obra de Serra (1983), sua exposição do estrutural funcional decorre pela apresentação que Lourau (1995) faz dessa tradição conceitual de três significados para instituição. Uma dessas interpretações atrela-se a Weber e Parsons, mediante a sua definição de poder e de certas características como autoridade, dominação e legitimidade. “Nessa concepção, a instituição esta relacionada com o sistema social, às normas sociais que refletem os valores sociais” (SERRA, 1983, p. 29). Ou seja, Lourau é um interlocutor de uma tradição intelectual e sua produção sobre as instituições.

Souza (1982) utiliza Lapassade para evidenciar que na base das relações humanas estão as instituições, e junto a elas os processos de produção, domínio e exploração. O importante dessa apreensão é que Souza (1982) reconhece o papel que o Estado representa na análise institucional e reitera a apreensão histórica do processo de formação das instituições através de uma leitura classista do Estado. Ocorre assim uma distinção entre o nível grupal, organizacional e institucional, sendo que o Estado se constitui como o nível institucional.

De Lapassade a autora também utiliza a distinção entre instituição e organização. Dessa maneira a instituição e a organização são instâncias diferentes presentes em uma mesma realidade, sendo que

na instância organizacional se compõem os meios para a concretização dos valores e objetivos oriundos da instância institucional. A partir das *Human Relations* a autora fará uma interlocução com o próprio Serviço Social:

Sob o pretexto de conhecimento de recursos sociais da comunidade, já desde a formação profissional, os futuros assistentes sociais são, por vezes, levados a conhecer as organizações relacionadas ao bem-estar social. Este conhecimento, no entanto é direcionado sempre para os aspectos formais: localização, finalidade, âmbito de ação, instalações, funcionamento, organograma. O conhecimento é direcionado para os aspectos formais, mas a intervenção profissional é orientada pelo padrão da escola das relações humanas. (SOUZA, 1982, p. 43).

Por fim, a extensa análise de Lapassade sobre a burocratização do partido comunista é utilizado pela autora para apresentar a forma como o fenômeno da burocracia historicamente irradia do Estado, partindo do modo de produção asiático, até as empresas pós Revolução Industrial.

Faleiros (1991) apresenta, a partir de Lourau e Lefèbvre, as equivalências institucionais. No caso, o acesso a um benefício seria viável pelo enquadramento de todos nos mesmos critérios. “A equivalência se opõe ao critério na prática profissional, que parte da noção de que cada caso é um caso, escondendo esta situação abstrata da própria prática” (FALEIROS, 1991, p. 23).

Em outro momento, Faleiros (1991) apresenta as vias possíveis das respostas profissionais no âmbito das organizações. Essas quatro estratégias abarcam a integração no processo de modernização. A primeira é a modernização conservadora na época em curso com o foco no refinamento técnico distendido de qualquer exercício político. Outra estratégia mencionada é a negação do trabalho institucional e uma definição de pautas a partir dos movimentos populares, para ilustrar essa opção o caso do Chile é mencionado com a atuação dos profissionais junto a tribunais populares e tendências como a autogestão, participação e cogestão. A outra opção é a transformação da correlação de forças institucionais através de alianças entre profissionais, técnicos e as classes dominadas, para Faleiros (1991, p. 44) “A instituição passa a ser

utilizada ao invés de utilizar”. Vinculando-se assim aos interesses populares através de alianças. E por fim a alternativa contra institucional que promulga uma instituição “não-institucional”. A antipsiquiatria é aqui apresentada como um exemplo através da exposição realizada por Lourau (1995):

Os serviços são desprofissionalizados, os clientes decidem e participam (os médicos são destronados), os regulamentos modificáveis, os honorários abertos, as punições abolidas. Enfim, ordem, disciplina e hierarquia são postos em questão, mas até que ponto podem sobreviver as instituições assim estruturadas? Serão toleradas? (FALEIROS, 1991, p. 43).

Em suma, esse conjunto de utilizações acerca dos escritos de Lourau e Lapassade explicitam que quando se trata de uma contextualização conceitual acerca das instituições, de correntes teóricas que abordam o tema nas ciências sociais e da maneira como os autores franceses as analisavam através da sua alocação na sociedade capitalista há um número significativo de menções a eles. Todavia suas elaborações na operacionalidade da análise institucional não são de forma alguma apropriadas o que sugere que embora numerosa a adesão às indicações desses dois autores sobre os escritos do Serviço Social com o tema instituições soa restrita. O que nos leva a concluir que sua leitura no Serviço Social ocorreu muito mais por uma utilidade, por transitarem entre diversas produções sobre instituições, do que, necessariamente, como intelectuais detentores de uma influência teórica e política.

3.2. – Foucault e a genealogia: instituições, disciplina e biopolítica.

Será que, saindo dessas instituições locais, regionais, pontuais que são os hospitais, as prisões, as famílias, não somos simplesmente remetidos a outra instituição, de sorte que só sairíamos da análise institucional para sermos intimados a entrar num outro tipo de análise institucional, ou num outro registro, ou num outro nível da análise institucional, precisamente aquele em que estaria em pauta o Estado? (FOUCAULT, 2008b).

3.2.1. – As Instituições de sequestro na sociedade disciplinar.

Foucault não foi o que podemos considerar um filósofo tradicional. Não se especializou em estudar um pensador e não se restringiu a comentar obras clássicas. Suas composições referenciavam de Marx e Nietzsche a Bentham. Um ávido consultor de arquivos e documentos e que através de reflexões sobre a constituição dos campos do conhecimento nas ciências sociais traçou aquilo que podemos denominar como uma cartografia do presente. A maneira como se relacionava com os autores sempre esteve distante de qualquer tipo de reverência se posicionando para pensar com e contra eles. Abordou temas diversos, dentre esses as instituições modernas, as relações de poder e saber, a literatura e a ética. Para Fonseca (1995) o perfil de seu trabalho não permite seu enquadramento em uma área do saber, suas reflexões se localizam além ou subvertendo áreas do conhecimento, se opondo a certas constituições legitimadas pelas relações de saber/poder.

Em seu exercício militante participou por um breve período do Partido Comunista Francês – e não se furtou a compor críticas a esse –, atuou junto ao *Groupe d'information sur les prisons* (GIP) durante os anos de 1971 a 1973, esteve envolvido com a revolta estudantil na Tunísia em 1968 e foi influenciado pelos diferentes movimentos emergentes da contracultura das décadas de 1960 e 1970 como a antipsiquiatria, o movimento feminista, dentre outros.

Como explica Ortega (1999) há três eixos identificáveis na analítica foucaultiana em suas pesquisas, cursos e entrevistas. A

verdade, ou o saber, comparece como eixo prevalente na década de 1960; durante esse período escreveu *As Palavras e as Coisas* e *Arqueologia do Saber*, considerada essa como sua fase arqueológica. A analítica do poder é seu principal enfoque na década de 1970 e faz parte da chamada fase genealógica, havendo como principais composições nesse período *Vigiar e Punir* e *A História da Sexualidade: A vontade de saber*. Na década de 1980 o eixo desloca-se para o sujeito, apoiado, principalmente, sobre a ética como experiência humano-histórica. Essas três fases não são estanques e há igualmente entrelaçamentos entre tais eixos, essa ausência de rompimentos decorre das angulações nas pesquisas desenvolvidas pelo filósofo francês. Um exemplo dessa noção de deslocamentos e entrelaçamentos é identificável após a publicação de *Arqueologia do Saber* durante a aula inaugural no *Collège de France* ocorrida no ano de 1970 em que assume que não há uma cisão com a arqueologia, mas uma relação de complementariedade dessa com a genealogia¹⁹.

É na fase genealógica que ocorre a ênfase na investigação das práticas sociais das quais emergem as relações entre instituições, verdade²⁰, teoria e valores. Em suma, a genealogia aponta o interesse de

¹⁹ “Quanto ao aspecto genealógico, este concerne à formação efetiva dos discursos, quer no interior dos limites do controle, quer no exterior, quer, a maior parte das vezes, de um lado e de outro da delimitação. A crítica analisa os processos de rarefação, mas também de reagrupamento e de unificação dos discursos; a genealogia estuda sua formação ao mesmo tempo dispersa, descontínua e regular. Na verdade, estas duas tarefas não são nunca inteiramente separáveis; não há de um lado, as formas de rejeição, da exclusão, do reagrupamento ou da atribuição; e, de outro, em nível mais profundo, o surgimento espontâneo dos discursos que, logo antes ou depois de sua manifestação, são submetidos à seleção e ao controle” (FOUCAULT, 2009b, p. 65 66).

²⁰ É importante apresentar uma sucinta aproximação ao que Foucault define por verdade: “Em nossas sociedades, a “economia política” da verdade tem cinco características historicamente importantes: a “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande, não obstante algumas limitações rigorosas); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, escritura, meios de

Foucault sobre o poder como elemento capaz de elucidar a produção de saberes e a constituição de indivíduos – compreendidos como resultado das relações de poder – na articulação entre eles.

A genealogia em Foucault tem no saber uma forma de materialidade (prática e acontecimento) que se constitui como dispositivo político articulado à estrutura econômica. Há no cerne das pesquisas o desvelamento da formação de domínios conhecidos como ciências humanas a partir de práticas disciplinares. Dessa forma os locais de exercício de poder são ao mesmo tempo produtores de saber. Seus trabalhos sobre os hospitais e prisões corroboram com essa noção, com essas instituições modernas comparecendo como locais pra concentração e difusão de saber.

Uma de suas teses principais é que o poder é produtor de individualidade, e o indivíduo é o resultado de relações de poder e saber. Em uma entrevista quando questionado sobre o quadro metodológico da genealogia afirma:

É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. É isso que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história. (FOUCAULT, 2012, p. 43).

Por isso, no que tange à constituição do indivíduo não há nas pesquisas genealógicas um indivíduo universal ou trans-histórico, algo inerte que seja anterior e exterior as relações de poder, o indivíduo é estritamente compreendido como um efeito das diversas relações de poder/saber, instituições e constituições históricas. É na e pela história que o sujeito é fundado e refundado. Constituído historicamente pelas relações de poder, regimes de verdade e discursos que legitimam essas relações. “As condições políticas, econômicas de existência não são um véu ou um obstáculo para o sujeito, mas Foucault aponta que, a partir

comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas “ideológicas”)” (FOUCAULT, 2012, p. 52).

dessas condições, formam-se os sujeitos do conhecimento e, por consequência, as relações de verdade” (SILVEIRA, 2005, p. 83).

Machado (2012, p. 11 12) identifica como objetivo principal da genealogia:

Explicar o aparecimento de saberes a partir de condições de possibilidade externas aos próprios saberes, ou melhor, que imanentes a eles, - pois não se trata de considera-los como efeito ou resultante -, os situam como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica. É essa análise do porquê dos saberes – análise que pretende explicar sua existência e suas transformações situando-os como peça de relações de poder ou incluindo-os em um dispositivo político – que em uma terminologia nietzschiana Foucault chamará genealogia.

A genealogia recusa qualquer apreensão sobre as formas de saber, principalmente a ciência, como meio de propiciar ao sujeito a superação de suas condições particulares de existência, onde as relações (às quais está submetido) contaminariam uma essência prévia ao próprio sujeito, ou seja, “A investigação do saber não deve remeter a um sujeito do conhecimento que seria sua origem, mas às relações de poder que o constituem” (MACHADO, 2012, p. 28). Desse modo, a introdução da genealogia nas pesquisas de Foucault pode ser definida pela identificação do poder como meio constituinte de formas de saber, e isso ocorre através das análises históricas sobre as relações de poder; a genealogia é assim “[...] uma análise histórica das condições políticas de possibilidade dos discursos” (MACHADO, 1981, p. 188). No conjunto de sua obra isso é identificável com a publicação de *Vigiar e Punir*, em 1975, e *A História da Sexualidade: A Vontade de Saber*, em 1976, em que o poder comparece como uma relação social que poderia explicar a produção de saberes.

As instituições comparecem como *locus* importante para o desenvolvimento de suas análises genealógicas. Em uma série de cinco conferências ministradas no Rio de Janeiro entre os dias 21 e 23 de maio de 1973, publicadas no livro *A Verdade e as Formas Jurídicas*, Foucault apresenta uma extensa análise sobre as instituições na sociedade – em um termo cunhado por ele – da ortopedia social. No conjunto dessas conferências, ao que tange o tema das instituições, centra a análise no

funcionamento cotidiano de certas instituições que aliciam os corpos e a vida dos indivíduos, o *panoptismo*²¹ a partir da existência individual.

Para o autor é a partir do século XIX que se delimita toda uma série de instituições que objetivam em um primeiro momento auxiliar o controle penal através de processos de vigilância e correção. Seus principais objetivos não seriam de punir por via das infrações, mas corrigir e potencializar as virtualidades desses indivíduos. Esse conjunto de instituições se organiza em um compósito de intencionalidades que requisitam o enquadramento dos indivíduos em sua existência. Ocorre nesse período a entrada da sociedade na idade da ortopedia social, ou, a época do controle social.

Como forma de ilustrar essa noção o *panopticon* de Bentham e o princípio da vigilância que, a partir desse modelo arquitetônico, irradia para os espaços de forma quase indiferenciada utilizando sempre seus traços mais básicos. Esse tipo de poder, astuto e insidioso, presente de forma indistinta nas mais diversas instituições, foi chamado por Foucault de *panoptismo*.

É a partir de Julius²² que se apresentará o problema da arquitetura transmutada do modelo do espetáculo para uma arquitetura de vigilância, eficiente em sua tarefa de observar e econômica na forma de exercer o foco desse olhar. Foucault (2003) assevera que para Julius isso era possível pela mudança de uma sociedade antes constituída em forma de comunidade espiritual para a forma conhecida como estatal, não sendo assim em suma uma questão apenas arquitetônica, mas nodal na história do espírito humano.

21 “No *panopticon* vai se produzir algo totalmente diferente; não há mais inquérito, mas vigilância, exame. Não se trata de reconstituir um acontecimento, mas de algo, ou antes, de alguém que se deve vigiar sem interrupção e totalmente. Vigilância permanente sobre os indivíduos por alguém que exerce sobre eles um poder – mestre-escola, chefe de oficina, médico, psiquiatra, diretor de prisão – e que, enquanto exerce esse poder, tem a possibilidade tanto de vigiar quanto de constituir, sobre aqueles que vigia, a respeito deles, um saber. Um saber que tem agora como característica não mais determinar se alguma coisa se passou ou não, mas determinar se um indivíduo se conduz ou não como deve, conforme ou não à regra se progride ou não, etc. Esse novo saber não se organiza mais em torno das questões “isto foi feito? Quem o fez?”; não se ordena em termos de presença ou ausência, de existência ou não existência. Ele se ordena em torno da norma, em termos do que é normal ou não, correto ou não, do que se deve ou não fazer” (FOUCAULT, 2003, p. 88)

22 Autor de *Lições sobre as Prisões* do ano de 1830.

Uma das razões para o desenvolvimento desse conjunto de instituições é a nova forma de produção em pleno desenvolvimento, no caso, a própria materialidade da riqueza. Sua análise parte da Inglaterra do século XVIII, do fato de que a riqueza em expansão é agora um capital que não se restringe mais a ser apenas monetário. Se no século XVI e XVII as riquezas eram compostas basicamente por terras, espécies monetárias e letras de câmbio, é no século XVIII que se desenvolve uma forma de riqueza agregada e detentora de uma materialidade a partir de mercadorias, estoques, máquinas, oficinas, matéria-prima, ou seja, o nascimento do Capitalismo, uma nova forma de se investir materialmente a fortuna. Ao mesmo tempo o risco de depredação desse conteúdo é uma realidade que encontra na massa de pobres e desempregados – os quais ao procurarem trabalho entram em contato direto com essas fortunas– uma justificativa para a criação de mecanismos de controle que visem à proteção dessa forma de fortuna material. Outra razão para isso, seja na França ou na Inglaterra, é a mudança na propriedade de terras, ocorrendo à proliferação de pequenas propriedades. Isso contribui para a diminuição de grandes áreas livres, espaços desertos e pouco cultivados e fragmentação dos pedaços de terra expondo, consequentemente, cada proprietário a depredações. Em suma, a nova distribuição espacial e social da riqueza de meados do século XVIII nos mencionados países requisitou novas formas de controle social.

Há no século XIX o desenvolvimento daquilo que Foucault (2003) apresenta como instituições-prisões. Esse modelo de instituição combinava a reclusão e a gestão plena da vida de seus internos (pacientes, operários, alunos). Sua presença pode ser verificada na indústria, mas também em instituições de tipo pedagógicas como escolas e orfanatos; instituições correcionais como a prisão, casas de recuperação e instituições terapêuticas como o hospital²³. A falência desse modelo se deu por sua inviabilidade tanto econômica como administrativa já que com as primeiras crises de produção que resultaram na demissão de grande quantidade de operários se percebeu a

23

Para ilustrar o perfil desse modelo Foucault, durante a conferência, lê o regimento interno de uma instituição-prisão que define, detalhadamente, a forma como a existência dos indivíduos deveria gestar-se nesse local, ao fim da leitura questiona seus ouvintes a respeito de que instituição acreditam ser: hospital, quartel, escola... Por fim reconhece tratar-se de uma fábrica composta de funcionárias mulheres da Região de Ródano na França que existiu entre os anos de 1840 e 1845.

inviabilidade de um modelo de fábrica tão rígido com tendências totalitárias. Todavia é importante salientar que o encerramento desse modelo não significa o desaparecimento de certas características, já que se conservaram nas instituições posteriores certas funções desempenhadas por esse modelo de instituição-prisão.

Sobre a reclusão no século XX, para Foucault (2003), essa se constitui como uma forma de controle social e moral a partir das instituições. Os quakers e os metodistas são um exemplo desse deslocamento, pois no final do século XVII e início do século XVIII, na Inglaterra, exerciam um controle sobre aqueles que pertenciam ao seu grupo, há posteriormente no século XIX a assunção no Estado do papel da vigilância para o grupo. Nas instituições a partir desse solo histórico não é o fato de ser membro de um grupo que levará à vigilância pelo próprio grupo, mas por ser um indivíduo localizado institucionalmente no Estado. Ou seja, a entrada em certas instituições se dá não necessariamente pela pertença ao grupo, mas pela inserção institucional. É como indivíduo que se entra no hospital, na prisão, na escola, “É a estrutura de vigilância que, chamando para si os indivíduos, tomando-os individualmente, integrando-os, vai constituir-los secundariamente enquanto grupo” (FOUCAULT, 2003, p. 113). E consoante a isto:

Na época atual, todas essas instituições – fábrica, escola, hospital psiquiátrico, hospital, prisão – têm por finalidade não excluir, mas ao contrário, fixar os indivíduos; liga-los a um aparelho de produção. A escola não exclui os indivíduos; mesmo fechando-os; ela os fixa a um aparelho de transmissão do saber. O hospital psiquiátrico não exclui os indivíduos; liga-os a um aparelho de correção, a um aparelho de normalização dos indivíduos. O mesmo acontece com a casa de correção ou com a prisão. Mesmo se os efeitos dessas instituições são a exclusão do indivíduo, elas têm como finalidade primeira fixar os indivíduos em um aparelho de normalização dos homens. A fábrica, a escola, a prisão, ou os hospitais têm por objetivo ligar o indivíduo a um processo de produção, de formação ou de correção dos produtores. Trata-se de garantir a produção ou os produtores em função de uma determinada norma. (FOUCAULT, 2003, p. 114).

Há dois pontos importantes sobre as instituições a partir do século XIX. Primeiramente a oposição entre a exclusão presente no século XVIII – exclusão do círculo social – da reclusão no século XIX – que liga os indivíduos ao aparelho de produção –, essa última nada mais é do que uma inclusão que ocorreu por via da exclusão através da noção de sequestro que objetiva, sumariamente, a inclusão-normalização do que antes se dedicava apenas a exclusão dos marginais. Ou seja, essas instituições, que antes se dedicavam a reclusão dos indivíduos, agora devem agregar à reclusão também uma ação sobre as virtualidades para fixá-los ao aparelho de produção. Outro ponto é o entrecruzar-se entre o que é o Estado e o que não é estatal, pois, o que se identifica, é uma rede institucional de sequestro intraestatal, nas palavras de Foucault (2003, p. 115). “[...] a diferença entre aparelho de Estado e o que não é aparelho de Estado não me parece importante para analisar as funções deste aparelho geral de sequestro, desta rede de sequestro no interior da qual nossa existência se encontra aprisionada”. Define então aquelas que seriam as funções dessa rede de instituições.

A primeira é o controle temporal da vida dos indivíduos, a extração da totalidade do tempo. A sociedade em formação no começo do século XIX fixa sua atenção menos a um tipo de pertença espacial – seja uma terra, um lugar – mas requisita o tempo dos indivíduos a sua disposição para o oferecimento ao aparelho de produção. A sociedade industrial em sua formação necessitava desse tempo sendo destinado ao mercado de trabalho na venda do tempo por um salário; e concomitante a isso, que esse tempo fosse de trabalho com aproveitamento de extração máxima do tempo. “Vemos multiplicar-se então instituições em que o tempo das pessoas se encontra controlado, mesmo não sendo efetivamente extraído em sua totalidade, para tornar-se tempo de trabalho” (FOUCAULT, 2003, p. 117).

É no século XIX que a regulação da economia dos operários tem início, em suma, faz-se necessário que só gastem seu dinheiro quando estiverem desempregados. Na década de 1820 começa o desenvolvimento de caixas econômicas de assistência que permitem, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de um fundo e o controle do usufruto do dinheiro dos operários pelos operários. Esse mecanismo garante não apenas que o dia de trabalho seja cedido, mas que a vida inteira do operário seja mais bem utilizada pelo aparelho de produção. “É assim que sob a forma destas instituições aparentemente de proteção e de segurança se estabelece um mecanismo pelo qual o tempo inteiro da

existência humana é posto à disposição de um mercado de trabalho e das exigências do trabalho” (FOUCAULT, 2003, p. 118).

O controle sobre os corpos seria a segunda função. Há na constituição especializada das instituições (fábrica como local de produção, hospitais sendo espaços de cura, escolas com o ensino, prisões como local de reclusão e punição) finalidades muito claras, havendo nesses locais um tipo de disciplina que ultrapassa extensamente essas ditas especializações. Como exemplo o hospital como espaço de cura que por diferentes razões busca interditar, por exemplo, a prática sexual entre seus pacientes, ou a escola onde além de ler e escrever se ensina noções básicas de higiene. Nas palavras de Foucault (2003, p. 119) “Existe aqui uma espécie de polimorfismo, de polivalência; de indiscrição, de não discrição, de sincretismo desta função de controle da existência”.

Dessa forma expande-se a noção de extração máxima do tempo ao agregar nas funções de sequestro o controle, a valoração e aproveitamento de determinados sistemas do corpo. Se até o século XVIII o corpo é o mapa dos suplícios, com a chegada do século XIX adquire outra finalidade, a de ser constantemente formado, reformado, corrigido, de desenvolver e afinar aptidões, enfim qualificar-se como corpo capaz de trabalhar.

A segunda função consiste na transformação desse corpo em força de trabalho vinculada estritamente à transformação do tempo em tempo de trabalho.

A terceira função atém-se a criação e existência de um poder de natureza polimorfa e polivalente através da identificação nas instituições de distintas manifestações de exercícios de poder. Há nas fábricas, por exemplo, o exercício de um poder econômico através da relação de assalariamento. Todavia nas instituições, além de um poder econômico, há o exercício de poder político, com a criação de regulamentos, ordens e medidas. E ao mesmo tempo em que se identifica o poder econômico e político podemos também falar de um poder judiciário, pois nesses espaços se tem o direito de punir e recompensar. Como exemplo a prisão onde independente da condenação dos detentos pelos tribunais, existe ainda o micro-tribunal formado pelos carcereiros, equipe técnica e diretor que avaliam a todo tempo a conduta desse indivíduo já previamente julgado.

Por fim, a produção de formas de saber a partir das instituições é a última das características. Trata-se da extração de saber a partir dos indivíduos submetidos a essas instituições. Para Foucault (2003) isso ocorre de duas maneiras. Em uma fábrica, por exemplo, o saber do

operário sobre seu próprio trabalho, os aperfeiçoamentos técnicos, as adaptações feitas ao longo do processo de produção são aproveitadas pela instituição. Tem-se assim um saber extraído dos indivíduos a partir da observação e registro de seu comportamento, um saber vinculado à produtividade e produção que fomentam novas formas de controle. Há outro tipo de saber gerado a partir dessas instituições de sequestro, nascido da observação e comparação do comportamento dos indivíduos. Além do saber técnico típico dos processos de produção vê-se desenvolver um tipo de saber clínico como da psiquiatria, criminologia, pedagogia. Por exemplo, o saber psiquiátrico foi possível pelo controle dos médicos sobre os pacientes em instituições fechadas como os hospitais, da mesma forma a pedagogia requisita um tipo de instituição onde o comportamento dos estudantes possa ser de diferentes formas, e, com distintos objetivos, esmiuçados, para que se tornem orientações ao funcionamento das escolas e formas de controle sobre os estudantes. Os indivíduos em que se exercem certas formas de poder no interior dessas instituições “[...] ou são aquilo a partir de que se vai extrair o saber que eles próprios formaram e que será retranscrito e acumulado segundo novas normas, ou são objetos de um saber que permitirá também novas formas de controle” (FOUCAULT, 2003, p. 122).

De forma geral o que atravessa toda essa rede institucional – instituições de sequestro – é a necessidade de tornar o tempo e o corpo dos indivíduos força produtiva, e é o próprio sequestro no interior dessas instituições que o viabiliza.

Tem-se assim a leitura sobre as instituições a partir de uma forma de poder que em muito depende de uma adequação do indivíduo a um sistema disciplinar muito bem delimitado. Em linhas gerais a disciplina²⁴ “[...] dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma

24

Para apresentar a disciplina enquanto processo de docilidade do corpo a partir do século XVIII Foucault diferencia-a de outros processos disciplinares já existentes como os monásticos, do exército, escravidão, vassalagem para centrar sua análise em um momento histórico específico, onde a relação não se dava apenas na submissão pela disciplina, mas também de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto mais útil é. “Não se trata de cuidar do corpo, em massa, *grosso modo*, como se fosse uma unidade indissociável, mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica – movimentos, gestos, atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo. O objeto, em seguida, do controle: não, ou não mais, os elementos significativos do comportamento ou a linguagem do corpo, mas a economia, a eficácia dos movimentos, sua organização interna; a coação se faz mais sobre as forças que

“aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita” (FOUCAULT, 2009a, p. 134). Há na coerção da disciplina uma aptidão aumentada ao lado de uma dominação acentuada. Ela seria ao mesmo tempo um tipo de poder e um mecanismo de exercício do poder que admite desde o seu interior instrumentos, técnicas e procedimentos.

Esse é o fio condutor que guia as análises de Foucault sobre as instituições disciplinares, não se trata de uma história centrada nas diversas e específicas instituições e no que elas possuiriam de singularidades, mas a explicitação das técnicas essenciais que se generalizaram entre si desde o interior desses locais.

Porém, se a disciplina é “uma anatomia política do detalhe”, são as últimas páginas de *A Vontade de Saber*, publicado no ano subsequente a *Vigiar e Punir*, que demonstrará outro componente do poder, a biopolítica²⁵ que agrega fatores que complexificam a noção de instituição nos escritos do autor.

Se as disciplinas têm como alvo principal o corpo na produção de individualidades, a biopolítica centra-se na população produzindo assim duas séries a partir desses mecanismos de poder; a primeira série centra-se no *corpo – disciplina – instituições* e a biopolítica, com a série *população – processos biológicos – mecanismos reguladores – Estado*. A rede de instituições que apoia e é reconfigurada pela sociedade resulta essencial para que essa mesma sociedade em sua existência, e existência aqui é produção e reprodução, possa ser garantida e defendida.

sobre os sinais; a única cerimônia que realmente importa é a do exercício. A modalidade, enfim: implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos. Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade são o que podemos chamar as “disciplinas”. (FOUCAULT, 2009a, p. 132 133).

²⁵ “O segundo (tipo de poder), que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população” (FOUCAULT, 2001, p. 131).

Ainda que essas duas modalidades de exercício de poder (disciplina e biopolítica) possuam séries distintas, é possível articulá-las, embora não se exerçam no mesmo nível, pois não são excludentes entre si. Como explica Foucault:

Ora, durante a segunda metade do século XVIII, eu creio que se vê aparecer algo de novo, que é uma outra tecnologia de poder, não disciplinar. Uma tecnologia de poder que não exclui a primeira, que não exclui a técnica disciplinar, mas que a embute, que a integra, que a modifica parcialmente e que, sobretudo, vai utilizá-la implantando-se de certo modo nela, e incrustando-se efetivamente graças a essa técnica disciplinar prévia. Essa nova técnica não suprime a técnica disciplinar simplesmente porque é de outro nível, está noutra escala, tem outra superfície de suporte e é auxiliada por instrumentos totalmente diferentes. (FOUCAULT, 1999, p. 288 299).

Em linhas gerais a sociedade disciplinar constitui uma anátomo-política do corpo constituída “[...] por uma rede difusa de dispositivos e aparelhos que dirigem desde os hábitos até as relações mais complexas e produtivas dos indivíduos” (SAMPAIO, 2006, p. 32). Esse tipo de poder, em oposição à soberania foi essencial para a implantação do capitalismo industrial e, conseqüentemente, da sociedade que lhe é requisitada, por parte da burguesia. O adestramento dos corpos e sua excelência como mão-de-obra foi arquitetada de forma que a disciplina preparasse o solo e o poder adequasse o corpo. E a biopolítica que se debruça sobre o poder de fazer viver, possuindo como alvo político e científico o controle da população: “fenômenos coletivos e de massa que têm efeitos econômico-políticos e no seu conjunto apresentam uma regularidade e duração que devem ser aferidas estatisticamente para regulamentar a vida de forma previdente” (SAMPAIO, 2006, p. 42) e que encontram nas instituições a consecução de sua funcionalidade.

As duas séries apresentadas por Foucault (1ª = *corpo – organismo – disciplina – instituições* e 2ª = *população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores – Estado*) compõem um conjunto orgânico institucional: a *organo-disciplina da instituição*; e, ainda, um conjunto biológico e estatal: a *bio-regulamentação pelo Estado*, não havendo assim uma oposição entre Estado e instituições. As

instituições cumprem um papel importante nessa concepção ao serem localizadas pelo filósofo tanto vinculadas ao aparelho estatal (como a polícia, por exemplo) como no reconhecimento de instituições não vinculadas diretamente ao poder estatal como produtoras e reprodutoras de mecanismos de regulação reconhecidos por esse Estado. As disciplinas ultrapassam as instituições, sua natureza e posição no quadro do aparelho de produção e a biopolítica é possível graças aos processos produtores desse indivíduo fruto da ortopedia social.

Dessa forma é necessário identificar aquilo que faz com que essas duas formas de poder (disciplinar/biopolítico) possam se articular e ao mesmo tempo agir sobre a ordem disciplinar do corpo e os acontecimentos aleatórios de uma multiplicidade biológica. Para Foucault o elemento possível de se infiltrar nas sendas de ambos os mecanismos, concomitantemente, é a norma.

A norma é o que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar. A sociedade de normalização não é, pois nessas condições, uma espécie de sociedade disciplinar generalizada cujas instituições disciplinares teriam se alastrado e finalmente recoberto todo o espaço – essa não é, acho eu, senão uma primeira interpretação, e insuficiente, da ideia de sociedade de normalização. A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra. (FOUCAULT, 1999, p. 302).

São nos dois cursos ministrados no Collège de France entre os anos de 1977 e 1979, respectivamente *Segurança, Território e População* e *O Nascimento da Biopolítica*, que Foucault demonstrará um novo interesse pelo Estado, na verdade, uma ampliação do seu campo de análise sobre o Estado. Essa ampliação teve início na análise

sobre os processos de biorregulação que englobaria o aparelho de Estado, para que efetivamente se explicitasse a gestão de processos biossociológicos das massas humanas. Pois é no nível do Estado que estão localizados os órgãos complexos de coordenação e de centralização desse mecanismo do poder. Afinal como conceber a biopolítica sem o Estado? (FOUCAULT, 1999).

O curso de 1977-1978 tratou da noção de governamentalidade²⁶, a especificidade de sua ação e o tipo de poder que abarca, dentre outros temas. Em linhas gerais a governamentalidade permite a Foucault abordar o problema do Estado e da População ainda que reconheça que a definição de Estado e População são muito mais disseminadas do que a de governamentalidade; isso o leva a justificar a utilização de uma noção (a governamentalidade) obscura, lacunar e difusa para explicar as outras duas (Estado e População) através das opções assumidas em pesquisas anteriores. Pois quando Foucault optou pelo observatório da disciplina para apresentar pesquisas que partiam de instituições específicas como o exército, escola, hospitais, prisões realizou, ao mesmo tempo, um tríplice deslocamento para o exterior das ditas instituições.

O primeiro dos deslocamentos é a superação de um “institucional-centrismo”, isso ocorreria com a passagem para o exterior da instituição. Para exemplificar isso se pode explicar o hospital psiquiátrico por uma apreensão dele a partir de seus dados, sua estrutura, o tipo de poder médico e o saber psiquiátrico desenvolvido e organizado nele; ou, e é essa a opção assinalada por Foucault (2008), reconhecer a possibilidade de proceder desde o exterior, mostrar como o hospital

26

“Por esta palavra, governamentalidade, entendo o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por governamentalidade entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma série de aparelhos específicos de governo [e, por outro lado], o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por governamentalidade, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado da justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco governamentalizado” (FOUCAULT, 2008, p. 143 144).

psiquiátrico requisita, para a compreensão dos enunciados do saber psiquiátrico, algo que é ao mesmo tempo exterior e geral a sua própria estrutura. Essa ordem de enunciados funciona como um projeto global destinado a toda a sociedade, que Foucault denomina vagamente como *higiene pública*. Explicitar ainda a forma como essa ordem psiquiátrica coordena a partir de si um extenso conjunto de técnicas que abrange a educação da criança, assistência aos pobres, instituição de patronato operário, dentre outros. Esse método proposto permite pelo exterior da instituição a substituição da própria apreensão da instituição para identificar as tecnologias de poder existentes em tal espaço.

O segundo deslocamento está para além da função, ou seja, opta por reconhecer a partir das instituições não sua história de sucessos e fracassos na consecução de suas funções, mas de identificar a sua posição na economia geral do poder e a forma como ela a suscita. Dessa maneira, ao invés dos fracassos e sucessos de sua funcionalidade se verifica a forma como ela se inscreve em estratégias e táticas globais aonde os próprios déficits se constituem enquanto apoios. Como exemplo para essa opção metodológica Foucault (2008) menciona a prisão e a recusa de analisá-la pelas funções esperadas, definidas como ideais, o que resultaria em um saldo positivo ou negativo, o que era esperado e o que foi alcançado. O estudo da prisão através da disciplina evidenciou que seus sucessos e fracassos compõem uma economia geral do poder, e que os próprios déficits devem ser inscritos nessa funcionalidade.

O terceiro, ou passagem para fora, é em relação ao objeto. Esta última opção ressalta a assunção da disciplina como *locus* para a apreensão de certas instituições, práticas e saberes sem optar, necessariamente, pelas normas e saberes já constituídos sobre os citados objetos. Ou seja, recusou-se um objeto já pronto (a doença mental, a delinquência, a sexualidade) para que se apreendesse “o movimento pelo qual se constituía através dessas tecnologias movediças um campo de verdade com objetos de saber” (FOUCAULT, 2008, p. 158). Em suma:

O ponto de vista adotado em todos esses estudos consistia em procurar destacar as relações de poder da instituição, a fim de analisá-las [sob o prisma] das tecnologias, destacá-las também da função, para retomá-las numa análise estratégica e destacá-las do privilégio do objeto, a fim de procurar ressituá-las do ponto de vista da

constituição dos campos, domínios e objetos de saber. Esse triplo movimento de passagem ao exterior foi tentado a propósito das disciplinas, e é mais ou menos isso, no fundo, é essa possibilidade que gostaria de explorar em relação ao Estado. Será que se pode passar para o exterior do Estado, como se pôde passar – e, afinal de contas, como era bastante fácil passar – para o exterior em relação a essas diferentes instituições? (FOUCAULT, 2008, p. 159).

O desenvolvimento aqui apresentado se refere tanto aos livros publicados na década de 1970 como nos cursos ministrados no Collège de France. Embora não seja possível aqui esmiuçar a extensão dessa proposta de análise sobre o Estado em Foucault é importante ressaltar o caráter didático da exposição para apreender não apenas como o Estado assumiu, a partir de certo ponto em sua trajetória e recusando apriorismos, uma importância fulcral em seus estudos – mesmo que o seja a partir da governamentalidade – e também a disciplina e a biopolítica se constituindo como observatórios a serem mais bem investigados no que tange a temas como o Estado ou as instituições, por exemplo.

Dessa maneira é possível através de Foucault compor pesquisas sobre as instituições que assumam um componente de seu arsenal heurístico (como a sociedade da ortopedia social) ou mais de um, dialogando com temas que incluam a biopolítica, governamentalidade, a norma e o próprio Estado a partir da leitura foucaultiana. Por exemplo, a sucinta apresentação da genealogia até aqui exposta permite asseverar de que forma as instituições comparecem em suas pesquisas, essas seriam:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2012, p. 364).

Nessa apreensão as instituições são elementos de um dispositivo articulador das relações entre produção de saberes e modos de exercício de poder (MUCHAIL, 1985). Já para Deleuze (2005) há nas instituições, a partir de Foucault, dois polos ou elementos que seriam os “aparelhos” e as “regras”. “Pois ela (as instituições) organiza grandes visibilidades – campos de visibilidade – e grandes enunciabilidades – regimes de enunciados. A instituição é biforme, bifacial (o sexo, por exemplo, é ao mesmo tempo o sexo que fala e que faz ver, linguagem e luz)” (DELEUZE, 2005, p. 85).

Essas distintas noções sobre as instituições em Foucault expressam a forma como, dependendo do observatório assumido, pode-se chegar a apreensões que, ao dialogarem com pesquisas distintas do autor, podem ou não abarcar a extensão de seus posicionamentos sobre o tema. Suas investigações, ao serem tão bem delimitadas e com objetos demarcados de forma sempre tenaz, não tendem a ser compatíveis de forma mecanicista a qualquer outro arranjo, sem estar atento ao *locus* referido. A forma como as instituições comparecem no transcorrer de seus trabalhos varia e sempre dialoga com o substrato empírico no qual o autor se debruça, sejam as instituições penais, os hospitais, as instituições de segurança. Por essa razão uma análise que parta das composições da fase genealógica e privilegie a ortopedia disciplinar, pode resultar parcial à medida que o poder disciplinar compõe um arsenal móvel e flutuante de diversas outras facetas de exercício do poder.

O fato é que Foucault reconhece meios de se analisar as instituições a partir das relações de poder e, ao mesmo tempo, que as instituições determinadas se constituem como um observatório privilegiado para a análise das relações de poder. Todavia, existem outras precauções metodológicas a serem aferidas nesse tipo de análise. Primeiramente pela função reprodutora no interior das instituições dessas relações que visam a conservação da própria instituição, isso pode resultar em uma análise das relações de poder como meras reprodutoras da instituição. E há ainda a possibilidade de se analisar o poder ensimesmado, em suas próprias relações, produtor em si de si. Se para Foucault (1995) há dois elementos na ação da instituição: as regras (explícitas ou silenciosas) e o aparelho; é necessário então não privilegiar na análise um em detrimento de outro na relação de poder, o que resultaria na explicitação de modulações por via da lei e coerção.

Não se trata de negar a importância das instituições na organização das relações de poder. Mas de sugerir que é necessário, antes, analisar as instituições a partir das relações de poder, e não o inverso; e que o ponto de apoio fundamental destas, mesmo que elas se incorporem e se cristalizem numa instituição, deve ser buscado aquém. (FOUCAULT, 1995, p. 245).

Por fim, assumir a instituição como objeto de análise a partir da genealogia foucaultiana requisita travejamento por parte do pesquisador, pois a opção em um primeiro momento mais clara, a de partir das instituições de sequestro na sociedade disciplinar, não abarca a complexidade da composição do autor sobre as instituições, a sociedade e, conseqüentemente, dos indivíduos vinculados a essa. Não se trata, todavia, de uma interdição, mas de um cuidado para que as composições não cometam uma espécie de corte epistemológico que nem ao menos executa uma fratura a partir de fases distintas do autor, mas dentro mesmo daquilo que compõe o que seus estudiosos, leitores e o próprio Foucault consideram como uma fase de seu pensamento, no caso, a genealogia.

3.2.2. – As sendas percorridas por Foucault no Serviço Social.

A presença de Foucault nas obras do Serviço Social ocorre em todos os seis livros analisados. Balen (1983) assume o arsenal heurístico do autor como referência principal, já Weissaupt (1985) utiliza indicações do autor, em um profícuo diálogo estritamente institucionalista. Quanto aos demais há passagens sobre a sociedade disciplinar, sobre o caráter político da ação dos intelectuais e sobre a disciplina como dispositivo de poder.

Há diferentes indicações assumidas pelos autores do Serviço Social quando dialogam com as composições do filósofo francês. Utiliza-se principalmente as obras *Microfísica do Poder* e *Vigiar e Punir* obras importantes no quadro da genealogia para aproximações ao tema do poder em Foucault; e, conseqüentemente, das instituições. Porém, se nos apoiamos na analítica do poder como forma de nos apropriarmos de suas pesquisas sobre as instituições – como Bisneto

(1996) sugere – é necessário atentar para, com exceção de Balen (1983), a ausência de *A Vontade de Saber*, obra nodal a qualquer tentativa de apresentar minimamente o que seriam as tais relações de poder em Foucault. Assim Balen (1983) utiliza um número maior de obras do autor para compor sua pesquisa, algumas na época ainda não traduzidas, bem como Weisshaupt (1985) que agrega também referências as conferências de *A Verdade e as Formas Jurídicas*.

Se Bisneto (1996) consegue ler em Foucault um institucionalista e identificar sua influência a partir da leitura das relações de poder nas instituições é porque os autores do Serviço Social lhe fornecem pistas para isso, todavia se trata de uma interpretação por parte da produção teórica da década de 1980 condicionada a inúmeros fatores, dentre eles a difusão das obras do filósofo francês no Brasil naquela década. Já da parte de Bisneto ao classificar Foucault como institucionalista se trata de uma opção de leitura sobre o filósofo para delimitar sua presença no Serviço Social, mas dificilmente pode-se considerar essa como uma classificação comprometida com o arsenal heurístico do filósofo francês²⁷. Outro fato a destacar é a ausência de qualquer dos cursos ministrados por Foucault na década de 1970²⁸; nesses cursos – como apresentado precedentemente – há tensionamentos

27

Para compreender isso basta mencionar a recusa de Foucault em ser considerado um estruturalista ou pós-moderno, classificações a qual suas obras são constantemente enquadradas quando analisadas isoladamente e desconsiderando as declarações públicas do filósofo sobre esse tipo de apreensão sobre sua produção intelectual. Ao longo de seus escritos é evidente que Foucault não se considerava um institucionalista como tão menos poderia ser considerado, mesmo que a revelia, um institucionalista, sem prejuízos a extensão de sua obra. Uma das poucas menções feitas por Foucault (2008) aos institucionalistas pode ser lida na aula de 14 de março de 1979, na nota de rodapé nº 14.

28 Foucault assumiu a cadeira *História dos sistemas de pensamento* em 1971 no Collège de France e lecionou nessa até sua morte em 1984. Cada ano era constituído por um curso original organizado a partir de 36 horas aula. Os cursos ficavam registrados no Collège de France, mas sua publicação em formato de livro começou a ocorrer apenas em meados dos anos 2000. Sua tradução ao português e publicação no Brasil ocorreu na mesma década. Isso justifica a ausência de menções a esses cursos no caso de Balen, por exemplo, que acessa apenas publicações e artigos do filósofo francês.

e novas angulações sobre a sociedade disciplinar que em muito enriqueceriam as leituras sobre o autor no Serviço Social²⁹.

Encontra-se em Balen (1983) referências a pesquisas de Foucault anteriores à genealogia, no caso a análise do discurso que parte de *A Arqueologia do Saber*, essa opção metodológica proporcionaria para a autora o deciframento dos discursos a nível institucional e profissional no desempenho das funções dos assistentes sociais.

A análise do discurso revela-nos o conhecimento do profissional ao nível das técnicas disciplinares, que servem como instrumentos da prática cotidiana do Serviço Social. Por meio destas aparece o espaço onde se realizam os movimentos de “produção” das relações sociais, inseridos no aparelho institucional, onde se efetivam os objetivos do Serviço Social, como realidade “disciplinar”. (BALEN, 1983, p. 25).

A obra da autora assume o Serviço Social como uma instituição de práticas disciplinares. A esse fim, expõe a filantropia, a disciplina a partir da sociedade industrial e a necessidade de adequar o corpo para que esse seja investido, da melhor forma possível, no sistema de produção.

Sua leitura, a partir do autor, tanto da sociedade quanto das práticas profissionais do Serviço Social se escora sobre a disciplina e a normalização dos indivíduos. O Serviço Social dessa forma se dedica aos pobres para que esses se adequem ao sistema de produção sem que

29 Em sua “Nota a 2ª edição” de *O Estruturalismo e Miséria da Razão*, Carlos Nelson Coutinho ilustra perfeitamente isso. Em sua conhecida honestidade intelectual ao tecer críticas ao estruturalismo, corrente de pensamento onde na escrita original do livro, em 1971, localizava Foucault, o autor reconhece, agora há pouco em 2009, o avanço das composições pós fase arqueológica: “Foucault, por sua vez, desviou seus esforços analíticos da aborrecida “arqueologia do saber” para propor interessantes reflexões sobre a “genealogia do poder”, as quais – ainda que também problemáticas (não me parece possível elaborar uma “microfísica do poder” desvinculada de uma teoria do Estado) certamente o situam para além dos limites do estruturalismo; de resto, o último Foucault abandonou a antiga e declarada “paixão pelo sistema”, tanto que se empenhou ativamente na defesa de algumas boas causas políticas” (COUTINHO, 2010, p. 11) e conclui que sua previsão de que Foucault se tornaria o profeta de um mundo totalmente manipulado não se concretizou.

se revoltam, incluindo-os de forma positiva na produção material. Weisshaupt (1985) parece herdar de Foucault uma linguagem estrategista que assume a leitura das relações de poder no âmbito das instituições de forma combativa. Dessa maneira sua preocupação em delimitar a sociedade capitalista industrial é influenciada pela composição de Foucault (2003), mas há aqui o privilégio por uma leitura das instituições através das lutas de classe que embora não seja estranha ao filósofo francês não assume, todavia, a centralidade que aplicava a essa ao privilegiar a luta no lugar da noção de classe³⁰. Mantém de toda forma a noção das instituições na sociedade capitalista como apresentadas em *A Verdade e as Formas Jurídicas*.

Outro aspecto recorrente nos escritos de Foucault (2003, 2012) e que comparece estritamente vinculado ao Serviço Social em Weisshaupt (1985) é a relação entre poder/saber, mas especificamente o saber no âmbito institucional desempenhado pelo Serviço Social e, nas palavras do autor, sua “fraqueza institucional”. O saber profissional é o que permite o exercício de uma profissão interventiva e no caso do Serviço Social o que se teria é muito mais a produção de discursos de afirmação do que propriamente de reconhecimento institucional. As instituições são locais privilegiados de produção de saber sobre os indivíduos e, parece que o tipo de saber produzido e exercido pelo Serviço Social não encontra correspondência ao discurso identificado como escolar. Se para Foucault o binômio saber/poder é indissociável, e toda forma de exercício de poder produz formas de saber e todo exercício de poder requisita um saber que o legitime, é importante atentar para a defasagem entre o discurso interventivo e o saber profissional no âmbito das instituições como apresentado por Weisshaupt (1985).

Quanto às outras obras cabe mencionar que Edmundo (1987) referencia *Vigiar e Punir*, todavia o recurso a Foucault ocorre pelas inúmeras referências a Luz (1986) e sua composição sobre a sociedade disciplinar. O mesmo ocorre com Serra (1983) que referencia a caracterização de Luz sobre as instituições a partir de Foucault, só que dessa vez pela obra *Microfísica do Poder*.

³⁰

Escreve Sampaio (2006, p. 59) “Essa análise marxista, lembrando Foucault, unilateraliza as relações de poder, pois, desse ponto de vista, o proletariado só pode ser definido (e só o é) como tal com base no lugar que ocupa no sistema capitalista; em últimos termos, privilegiar a classe (proletariado) em detrimento da luta é inflacionar o poder burguês”.

Souza (1982) utiliza uma conversa entre Foucault e Deleuze publicada em *Microfísica do Poder* e traduzida como *Os Intelectuais e o Poder* para apresentar uma aparente desconexão entre os intelectuais e o que as classes populares requisitam. Na interpretação de Souza isso decorria de uma teoria, entre esses intelectuais, que não se constitui como prática. A supracitada citação segue abaixo:

Ora, o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso e esse saber. Poder que não se encontra somente nas instâncias superiores da censura, mas que penetra muito profundamente, muito sutilmente em toda a trama da sociedade (FOUCAULT, 2012, p. 131).

A autora se esforça para avançar nessa análise ao apresentar o quadro geral brasileiro dentro desse tema e a apropriação dos canais organizativos por uma classe, ou melhor, por grupos privilegiados, todavia não contextualiza a citação de Foucault que quando lida isoladamente pode ter seu sentido afetado. O importante ainda dessa citação é a posterior utilização da noção de poder na mesma página apresentada pela autora, que parece ser influenciada por Foucault, mas traz uma apreensão equivocada se lida a partir desse autor, afirma Souza: (1982, p. 33) “O poder, no entanto, não é uma propriedade privada: ele se exerce e o faz através de relações sociais determinadas. Nestas relações, as camadas populares através de muitas de suas práticas expressam suas próprias formas de poder”. Se a intenção era ilustrar essa noção de poder a partir de Foucault há certos equívocos que não devem ser ignorados. Em Foucault o poder realmente não é uma propriedade, todavia também não se pode falar de um poder focal emanado e exercido a partir de uma classe social. Há relações de poder e analíticas do poder que se esforçam por desvendá-las; todavia, assumi-lo pelo exercício através de relações sociais determinadas contraria as composições de Foucault. A bipartição entre o exercício de poder das classes dominantes e das classes dominadas não encontra correspondência com a noção de que o poder não emana de uma classe social, mas de relações sociais que independem da classe para serem exercidas. O esforço de Souza (1982) por ler o poder através da noção

das camadas populares pode até ser válida em sua composição, mas não se filia a noção foucaultiana como parece tentar.

Faleiros (1991) alega que a perspectiva do controle, que caracterizaria o Serviço Social como tutela e assistência, teria resultado em uma noção, intitulada de “brechologia” que buscaria nas ditas brechas institucionais, que nada mais seriam do que espaços estáticos, vazios de poder, possibilidades de atuação do profissional para aproveitar supostos descuidos da classe dominante em defesa das classes dominadas. Para ilustrar o caráter disciplinador da instituição Foucault comparece por via dos indivíduos que tornados dóceis têm seus corpos adestrados, seus espaços esquadrihados, suas ações vigiadas no intento de adequar os indivíduos as normas estabelecidas.

Apresenta-se assim a instituição como lugar da disciplina. Esta perspectiva tem a vantagem de destacar o peso específico da norma no contexto social, oferecendo uma compreensão da tecnologia do poder, dos mecanismos de imposição da ordem, da eliminação dos conflitos, da exacerbação da eficiência para a dominação dos indivíduos. No entanto, não enfatiza as lutas sociais, as classes e a relação de forças, o processo de alianças e de negação da sociedade existente. [...] No processo de produção capitalista e dado o nível de desenvolvimento da tecnologia, da divisão do trabalho e das lutas sociais que se produzem também as aptidões, as adequações dos indivíduos e grupos ao processo produtivo através da sua seleção e adestramento. (FALEIROS, 1991, p. 46 47).

Dessa forma Faleiros (1991) apresenta como característica do sistema de produção esse adestramento e sua relação no fluxo e refluxo dos trabalhadores no processo de produção.

Em suma pode-se dizer que Foucault é um componente importante para certas obras do Serviço Social aqui analisadas (WEISSHAUPT, 1985; BALEN, 1983), já que seus autores assumem indicações substanciais acerca das instituições. Outras referenciam certos temas de forma a substanciar certas passagens e apreensões, como Faleiros (1991) com a instituição na sociedade disciplinar e Souza (1982) em sua tentativa de apresentar a necessidade de um intelectual que tenha em sua prática política vinculação as classes dominadas, ao

mesmo tempo em que reconhece a desconexão entre o discurso dos intelectuais com as classes dominadas. Já Edmundo (1987) e Serra (1983) assumem o autor por via dos escritos de outra pesquisadora, no caso Luz, e sua proposta de uma análise institucional eminentemente política.

3.3. – OPragmatismo e empirismo do norte da América.

3.3.1. As InstituiçõesTotais e o Estigma em Goffman.

Por mais duras que sejam as condições de vida nas instituições totais, apenas as suas dificuldades não podem explicar esse sentimento de tempo perdido. [...] Uma das virtudes da doutrina de que os hospitais para doentes mentais são hospitais para tratamento de pessoas doentes é que os internados, depois de terem dedicado três ou quatro anos de suas vidas a esse tipo de exílio, podem tentar convencer-se de que trabalharam ativamente para sua cura e que, uma vez curados, o tempo aí dispendido terá sido um investimento razoável e proveitoso. (GOFFMAN, 2010).

Erving Goffman foi um sociólogo canadense que desenvolveu pesquisas vinculadas ao interacionismo simbólico e à sociologia comportamental e cultural entre as décadas de 1950 e 1980. A presença do pesquisador como referência nos textos do Serviço Social analisados ocorre a partir de duas de suas obras: *Manicômios, Prisões e Conventos*, publicada no ano de 1961 e *Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada* publicada em 1963.

É identificável em meados da década de 1970 e 1980 certa influência de seus escritos junto ao Movimento Institucionalista francês, principalmente com Lapassade, através da proximidade de suas pesquisas a correntes do interacionismo simbólico e do método da observação participante desde a tradição desenvolvida na Escola de Chicago.

Ainda no âmbito da França o filósofo Michel Foucault chegou a fazer referência a Goffman na 5ª conferência do curso *A Verdade e as Formas Jurídicas* ao analisar as fábricas-prisões, fábricas-pensionatos, fábricas-conventos³¹.

Já no que tange à produção francesa sobre as instituições, o sociólogo canadense fez algumas menções à abordagem da psicoterapia de grupo nos hospitais psiquiátricos e breves referências ao movimento institucionalista³².

A chegada ao Brasil dos escritos do autor ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970 (BENELLI; COSTA-ROSA; 2003). Detentor de uma linguagem funcionalista Goffman consegue, através de esmiuçadas descrições do ambiente institucional, lançar questões que foram centrais à reforma de certos modelos institucionais no Brasil a partir da década de 1970, como os binarismos entre cura e produção de estereótipos; a humanização das relações entre médico e paciente ou instituição e internos e a objetivação dos grupos inseridos nas instituições (internos e equipe dirigente) (FERREIRA, 2012).

Ambas as obras de Goffman identificadas como referência no Serviço Social partem da análise de documentos, notícias e livros; e na obra *Manicômios, Prisões e Conventos* soma-se o método da observação participante.

Sobre o método supracitado cabe mencionar que entre os anos de 1955 e 1956 o autor realizou um trabalho de campo no Hospital St.

³¹ “Neste livro (*Asylums*) se procurou analisar como, nos Estados Unidos, apareceram esses edifícios e essas instituições que se espalharam por toda a sociedade ocidental. Esta história começa a ser feita para os Estados Unidos; será preciso fazê-la também para os outros países tentando, sobretudo, dar a medida de sua importância, medir sua amplitude política e econômica” (FOUCAULT, 2003, p. 110 111).

³² “De forma semelhante, o vocabulário de classe média da psicoterapia de grupo e a ideologia “sem classe” da “psicodinâmica” dá, a alguns doentes mentais socialmente ambiciosos e frustrados da classe baixa, o maior contato que já tiveram com o mundo “educado”. (GOFFMAN, 2010, p. 63). “O caráter abrangente da teoria da natureza humana de uma instituição é atualmente muito bem apresentado em estabelecimentos psiquiátricos progressistas. As teorias originalmente criadas para lidar com internados estão sendo aí aplicadas cada vez mais também com a equipe dirigente, de forma que a administração de baixo nível deve participar de psicoterapia de grupo e o pessoal administrativo de alto nível deve submeter-se à psicanálise. Existe até uma tendência para aceitar, como consultores, terapeutas, sociólogos para a instituição como um todo.” (GOFFMAN, 2010, p. 81).

Elizabets para investigar o mundo social do interno. Extremamente influenciado por Durkheim, suas pesquisas na área do interacionismo simbólico permitiram-lhe formular a categoria Instituição Total onde o que interessava, essencialmente, a mutilação do “eu civil”, a divisão entre equipe dirigente e internos, os estigmas aplicados aos indivíduos e a forma como as instituições totais administram a cotidianidade da existência de seus internos.

Em suma a obra *Manicômios, Prisões e Conventos* volta-se aos detalhes da organização intra-institucional por via do poder manicomial e evidencia assim as estratégias de dominação, de produção de subjetividade, focos de resistência, táticas de subversão do instituído e processos instituintes através dos internos, membros da equipe dirigente e a topologia da instituição.

A obra *Estigma* trata das evidências físicas ou morais reconhecidas e aplicadas aos indivíduos em suas interações sociais. Em sua origem o termo remetia a sinais corporais que evidenciavam algo de extraordinário ou destoante em um indivíduo, posteriormente, com a Sociedade Cristã ao estigma são agregados os sinais de graça divina e distúrbios físicos. Para Goffman (1988), importa sua utilização de forma relacional e não especificamente como atributo, já que é pelas relações e pelas diferenças entre os indivíduos que se delimita um estigma, ou seja, um atributo relacionado a um estereótipo. Os estigmas, que podem ser abominações e deformidades no corpo, falhas de caráter e questões étnicas, raciais e religiosas, são abordados a partir de interações mistas entre aqueles que podem ser considerados como normais e os estigmatizados. São ainda expressões ideológicas que buscam justificar preconceitos que remetem a uma apreensão do outro por via de uma suposta inferioridade.

Essa opção relacional se justifica já que entre coletivos que se reconhecem como estigmatizados outro tipo de relações são estabelecidas, como, por exemplo, nos sujeitos que ao se reconhecerem como estigmatizados se aglutinam em torno de questões comuns a eles. Dessa forma dar visibilidade ao estigmatizado pode ser uma ferramenta de fortalecimento político, algo que o autor não aborda em sua pesquisa, mas deixa transparecer brevemente ao mencionar grupos de deficientes físicos em associações e homossexuais em nichos de (auto) reconhecimento, por exemplo.

Desde essa proposta de leitura relacional Goffman (1988) define os “informados” como um grupo de pessoas divididas em duas categorias. A primeira seriam as pessoas que lidam diretamente através de certas interações sociais – emprego, por exemplo – com os

estigmatizados. O outro grupo são os indivíduos que se relacionam com estigmatizados através de vínculos familiares.

Manicômios, Prisões e Conventos trata, principalmente, da definição que Goffman (2010) elabora das instituições totais. Há na definição do conceito de Instituição Total uma polissemia que permite sua apreensão por diferentes indicações. Por exemplo, o fato de ser local de trabalho e residência possibilita que uma mansão seja considerada, a partir dos empregados, uma instituição total. Dentro dessa variação de definições é possível identificar aspectos em comum, como a administração da vida social dos internos. São ainda estabelecimentos sociais constituídos por salas, conjuntos de salas, edifícios, fábricas em que se desempenha algum tipo de atividade. Seu foco é no que denomina como “Organização Formal Instrumental”, esse ocorre através de documentos e pela análise da história de locais específicos, no caso de sua pesquisa, um hospital destinado a doentes mentais. A organização formal instrumental define-se como “um sistema de atividades intencionalmente coordenadas e destinadas a provocar alguns objetivos explícitos e globais” (GOFFMAN, 2010, p. 150).

A topologia nesse caso é mais do que uma delimitação, mas o que definirá o limite da análise sobre um estabelecimento social, organização ou instituição. Outra característica da instituição total é seu “fechamento” para o mundo exterior e seu grau de permeabilidade a novos sujeitos. Essa tendência ao “total” é materializada pelas barreiras no acesso ao exterior, restrições e proibições de saída. A partir do reconhecimento da topologia agregam-se portões, portas cerradas, muros altos e o isolamento geográfico como componentes que ultrapassam a própria arquitetura sendo uma das características mais importantes das instituições totais.

Há cinco agrupamentos de instituições totais:

- Instituições destinadas a segmentos vulneráveis considerados incapazes de administrar suas vidas e inofensivos para a sociedade (asilos);
- Instituições de atenção destinada a incapazes de administrar suas próprias vidas e que são consideradas ameaças em potencial para a sociedade e para si (sanatórios, hospitais psiquiátricos);
- Instituições de proteção à comunidade contra perigos intencionais de indivíduos perigosos (todo conjunto penitenciário);

- Instituições que requisitam certo tipo de atividade e aperfeiçoamento de pessoal(quartéis, escolas, colônias, navios);
- Instituições que se constituem como fugas e refúgios do mundo exterior e instrução religiosa(mosteiros, abadias conventos e certos claustros).

Goffman (2010) reconhece que essa exposição não esgota todas as possibilidades, tão menos se presta a um uso analítico imediato, mas fornece um delineamento referente à própria categoria e um ponto de partida. Utilizando-se dos tipos ideais o autor reconhece que nenhum dos elementos descritos é exclusivo às instituições totais e tão menos são compartilhados por um conjunto delimitado completo delas, ou seja, “o que distingue as instituições totais é o fato de cada uma delas apresentar, em grau intenso, muitos itens dessa família de atributos” (GOFFMAN, 2010, p. 17).

É o fato de todas as esferas da vida social estarem submetidas à Instituição Total que explicita sua tendência ao totalitarismo. Essas atividades destinadas à vida dos seus atores possuem certas características compartilhadas entre si. Entre essas o desenvolvimento dessas atividades no mesmo local, submetida a um tipo de autoridade com o compartilhamento dessas atividades diárias por um numeroso grupo de pessoas na mesma lógica, com rígido regramento acerca dos horários e ações a serem sistematicamente desempenhadas e com uma racionalidade que viabiliza e, concomitantemente, justifica a própria existência da instituição. Dessa maneira o que se faz e como se faz dentro da racionalidade organizacional é inquestionável, já que é o melhor para a instituição.

A instituição total é um híbrido social, parcialmente comunidade residencial, parcialmente organização formal; aí reside seu especial interesse sociológico. [...]. Em nossa sociedade, são estufas para mudar pessoas, cada uma é um experimento natural sobre o que se pode fazer ao eu. (GOFFMAN, 2010, p. 17).

Outra característica importante das instituições totais é a divisão entre o grupo dos internados e a equipe de supervisão. O grupo de supervisão se diferencia dos internados por ter parcialmente o tempo de

sua vida vinculado à instituição. As diferenças entre esses grupos geram ainda estereótipos, na maior parte das vezes hostis, de um sobre o outro. Goffman (2010, p. 19) afirma que “os participantes da equipe dirigente tendem a sentirem-se superiores e corretos; os internados tendem, pelo menos sob alguns aspectos, a sentir-se inferiores, fracos censuráveis e culpados”. Isso seria justificado pela entrada em certas instituições totais através de tipos estereotipados, pois é essa tipologia presumida que compõe uma espécie de esquema de interpretação da equipe dirigente sobre os sujeitos internados nesse espaço. “Um homem colocado em prisão política deve ser um traidor; um homem na cadeia deve ser um delinquente; um homem num hospital para doentes mentais deve estar doente. Se não fosse traidor, delinquente ou doente, por que estaria aí?” (GOFFMAN, 2010, p. 78).

No que tange aos internos para Goffman (1988) interessam os ataques e a exposição do EU às mais diversas profanações e mutilações por via dos atos simbólicos vivenciados pelos internados que os destituem de seu EU “legítimo”. A expectativa que parte da instituição, acerca de seus internos, é o que justifica, para Goffman (2010), considerá-la enquanto produtora de atores. Não se trata de centrar a análise no que é esperado do interno ou membro dirigente e o que é feito por esses, mas de reconhecer nas fronteiras do estabelecimento, as obrigações e mutilações às quais ela submete seus participantes até que o indivíduo venha a se reconhecer como um ator no interior da própria instituição. Assim além da disciplina, vinculada às suas atividades, é requisitado ainda um tipo de disciplina que se volta primordialmente ao ser.

A apresentação ao público das instituições totais é também um componente importante. É necessário ostentar uma racionalização em torno de sua organização, planejamento e eficiência que a justifique socialmente. Todavia existiria uma espécie de tensão entre o que a instituição faz e aquilo que oficialmente é delegado a essa, o objetivo de algumas é reformar o interno, potencializar seus aspectos morais, superar seus estigmas, todavia a forma como a atividade da equipe dirigente é executada parece conter uma contradição em si, esse seria o contexto básico da atividade diária da equipe dirigente.

Os objetivos confessados nas instituições totais não são muito numerosos: realização de algum objetivo econômico, educação e instrução; tratamento médico ou psiquiátrico; purificação religiosa; proteção da comunidade mais ampla; e,

segundo sugestão de um estudioso das prisões, “incapacitação, retribuição, intimidação e reforma”. Geralmente se reconhece que as instituições totais muitas vezes ficam longe de seus objetivos oficiais. Não é tão comum reconhecer que cada um desses objetivos oficiais ou seu conjunto parecem admiravelmente adequados para dar uma chave para a significação – uma linguagem de explicação que a equipe dirigente, e às vezes os internados, podem estender ao último resquício da atividade na instituição. [...] Cada objetivo tem uma doutrina frouxa, com seus inquisidores e seus mártires, e nas instituições parece não haver controle natural da liberdade de interpretações fáceis. Toda instituição precisa ser de algum modo protegida da tirania de uma busca difusa de tais objetivos, para que o exercício da autoridade não se transforme numa caça as bruxas. O fantasma da “segurança” nas prisões e ações dos dirigentes justificadas em seu nome, constituem exemplos de tais perigos. **Portanto, paradoxalmente, embora as instituições totais pareçam muito pouco intelectuais, foi precisamente nelas que, pelo menos, nos últimos tempos, o interesse pelas palavras e pelas perspectivas verbalizadas passou a desempenhar um papel central e muitas vezes febril.** (GOFFMAN, 2010, p. 77, grifos nosso).

Essa extensa citação de Goffman aborda as atividades e objetivos executados nessas instituições, todavia encerra reconhecendo que as instituições são produtoras de “palavras”, palavras que parecem cada vez mais intentar serem ouvidas. Não se trata apenas do reconhecimento de formas de saber produzidas nesse espaço e que objetivam a justificativa de sua própria existência e atividades, embora o autor não o explicita, já é possível perscrutar, a recusa e resistência a esses espaços que viriam eclodir na década de 1960.

3.3.2. Goffman no Serviço Social.

Em Souza (1982), o autor é referenciado para apresentar os diferentes processos de disputa entre os grupos subalternos e privilegiados através dos ajustamentos secundários presentes nas instituições totais. Esse ajustamento, para Souza (1982), se refere a subterfúgios para a obtenção de certos bens e vantagens através dos atendimentos de certos requisitos que a instituição impõe a esse participante. A adoção desse termo é curiosa já que primeiramente o autor a utiliza para apresentar o funcionamento de uma instituição e divide o termo em duas categorias distintas, a primeira, o ajustamento primário, que se refere ao indivíduo que coopera com as objetivações da instituição sobre ele mesmo, assevera Goffman (2010, p. 159) “Em nossa sociedade com o apoio de padrões institucionalizados de bem-estar, com o impulso dado por incentivos e valores conjuntos, [...] torna-se (o indivíduo) o participante “normal”, “programado” ou “interiorizado”. O ajustamento secundário decorre dessa concepção e define as formas com que o indivíduo se isola desse papel que a instituição admite para ele ou o evita. Souza (1982) agrega a essa discussão às disputas entre as classes e mira no interior das instituições as relações de poder, a partir de Foucault, para eleger o ajustamento secundário enquanto um desvio, ou resposta, típica dos indivíduos no interior das instituições.

Edmundo (1987) usa extensamente o autor como forma de definir a instituição onde sua pesquisa se desenvolve, isto é, a FEBEM de Recife. Os recursos ao autor assim decorrem desde a definição da instituição total até a divisão entre equipe dirigente e internos. Edmundo (1987) privilegia a composição de Goffman sobre a disciplina no interior da instituição total, sendo compartilhada ainda por diversas outras instituições para além das totais, como o escritório, a família, entre outras. A disciplina, no autor, comparece enquanto um componente do funcionamento interno da instituição e reconhece através dela a extração de tempo na vida do indivíduo e na produção de um “ator” para a instituição.

Já no que tange especificamente as instituições totais, Edmundo (1987) reconhece nos processos de prevenção à criminalização dos jovens ações de repressão sobre aqueles que cometeram delitos considerados leves para impedir que entrem em um processo de

marginalização³³. Ao se tornarem sujeitos institucionalizados em decorrência de uma atitude criminosa, no momento em que adentram na Instituição Total, passam a sofrer um processo de singularização da culpa através do afastamento do mundo externo e da suspensão das relações sociais até então cultivadas por ele. Esse corte entre a vida cotidiana na instituição e a externa, experimentada pelos não internos da instituição, reforça a tensão entre o mundo interno e o externo.

A divisão entre equipe dirigente e internos também é ressaltada pela autora para apresentar as dificuldades de comunicação, bem como a produção de duas culturas distintas entre esses grupos, que embora se cruzem constantemente, apresentam escassa interpenetração. Edmundo (1987) localiza a FEBEM como uma instituição destinada a proteger a comunidade daquilo que foi juridicamente definido como um risco para ela, no caso as crianças e adolescentes infratores. As relações entre castigo e premiação são abordadas pela autora através do comportamento desejado pela instituição sobre os seus internos, bem como a especialização espacial através da própria noção de “locais” de castigo, como uma sala de dispensa utilizada como meio de isolamento, a possibilidade de mudança de local dependendo do comportamento ou apreço que a equipe dirigente tenha pelo adolescente. Ainda que dentro desse contexto se verifique a maneira indistinta como as crianças e adolescentes são enclausurados misturando acusados de delitos graves com delitos mais leves.

Por fim os autores do Serviço Social que referenciam a Goffman encontram um referencial importante no que concerne à definição de uma instituição total como a FEBEM onde Edmundo (1987) desenvolveu sua pesquisa enquanto assistente social, ou através dos distintos grupos e divisões entre os atores no interior da instituição. dessa forma passando pela topografia institucional e pelos atores em seu interior Goffman parece fornecer elementos elucidativos da dinâmica institucional ao mesmo tempo em que aponta no ano de publicação de seu trabalho, 1961, a eminente emersão das palavras para fora das instituições.

33

A obra de Edmundo é anterior ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) logo o léxico da obra e terminologias vinculadas ao direito positivo destoam das utilizadas contemporaneamente no Serviço Social.

3.3.3. – Berger & Luckmann e a fenomenologia.

Exagerar a importância do pensamento teórico na sociedade e na história é um natural engano dos teorizadores. Isto torna por conseguinte ainda mais necessário corrigir esta incompreensão intelectualista. As formulações teóricas da realidade, quer sejam científicas ou filosóficas quer sejam até mitológicas, não esgotam o que é “real” para os membros de uma sociedade. Sendo assim, a sociologia do conhecimento deve acima de tudo ocupar-se com o que os homens “conhecem” como “realidade” em sua vida cotidiana, vida não teórica ou pré-teórica (BERGER & LUCKMANN, 1985).

A obra *Construção Social da Realidade*, de Berger e Luckmann, comparece em dois dos seis livros analisados do Serviço Social. Ainda que sejam poucos os recursos a esse é importante notar a tradição intelectual à qual os dois autores se inscrevem e sua relação com o Serviço Social brasileiro.

Berger e Luckmann vinculam-se a sociologia da religião com ênfase, por parte do último, no construcionismo social. A preocupação dos autores volta-se para a relação entre os indivíduos e a sociedade e os símbolos delegados as diferentes manifestações dessa relação. Trata-se de um estudo que se apoia no estrutural-funcionalismo norte-americano partindo da sociologia do conhecimento e da fenomenologia.

A realidade é uma construção social e a sociologia do conhecimento teria como objetivo analisar os diferentes processos em que esse fenômeno ocorre. A definição de “Realidade” seria uma manifestação vinculada a fenômenos que reconhecemos e assumimos terem existência independente de nossa própria volição. Já o “Conhecimento” agrega a certeza de que os fenômenos são reais e possuem características específicas. São termos e noções que possuem importância para os indivíduos.

Ao discorrerem sobre a relação entre realidade e conhecimento os autores utilizam três tipos ideias: o homem da rua, o sociólogo e o filósofo para demonstrar como essa relação se apresenta de forma distinta para cada um deles. A sociologia do conhecimento acaba por centrar-se na multiplicidade empírica desse conhecimento oriunda de

diferentes locais e dos processos que possibilitam a certos conhecimentos serem considerados socialmente como realidade.

Dessa forma a sociologia do conhecimento diz respeito à análise da construção social da realidade. O desenvolvimento anterior dessa disciplina justifica sua recuperação junto aos seus antecedentes intelectuais através de três expressões do pensamento alemão do século XIX: o marxista, o nietzschiano e o historicista. Em Marx, a sociologia do conhecimento apoia-se na proposição que afirma ser a consciência do homem determinada por seu ser social. Assume-se aqui o conceito de “ideologia” e “falsa consciência” através dos *Manuscritos Econômico Filosóficos* de 1844. A atividade humana enquanto fundadora do pensamento e a forma como infraestrutura e superestrutura seriam respectivamente atividade humana e produção de mundo pela atividade é o que importa a sociologia do conhecimento. O anti-idealismo de Nietzsche acrescentou novas perspectivas sobre o pensamento humano como instrumento na luta pela sobrevivência e pelo poder. Já a herança historicista predispôs o desenvolvimento de interesse e emprego de um método essencialmente histórico nas análises. Por fim os autores mencionam a marginalização dessa disciplina no ambiente sociológico norte-americano em decorrência dessas mesmas tradições e influências.

As diferentes contribuições de Scheller, Mannheim, Merton e Parsons à sociologia do conhecimento são elencadas pelos autores e destacam que: “O objeto do pensamento torna-se progressivamente mais claro com esta acumulação de diferentes perspectivas a ele referentes” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 23). A sociologia do conhecimento é assim uma ferramenta para o entendimento dos acontecimentos produzidos e reproduzidos desde a existência humana.

A questão central da teoria sociológica pode ser anunciada a partir dos significados subjetivos tornados facticidades objetivas. O que leva à questão que move a sociologia do conhecimento, afinal “Como é possível que atividade humana (*handeln*) produza um mundo de coisas (*choses*)?[...] a adequada compreensão da *realidade sui generis* da sociedade exige a investigação da maneira pela qual esta realidade é construída.” (BERGER; LUCKMANN, 1985, p. 34).

No estudo dos autores os fundamentos do conhecimento na vida cotidiana apoiam-se na abordagem fenomenológica, método puramente descritivo e como tal “empírico”, mas não “científico”, segundo o modo que entendem a natureza das ciências empíricas. Dentro dessa noção, o senso comum agrega inúmeras interpretações pré-científicas e quase científicas sobre a realidade cotidiana, que se podem admitir como certas. O senso comum seria ao mesmo tempo uma etapa para a

construção do conhecimento e um elemento indissociável desse processo.

O mundo da vida cotidiana é estruturado espacial e temporalmente por diversos graus de proximidade. A estrutura temporal da vida cotidiana coloca-se em face de uma facticidade a ser considerada, com a qual se espera que os indivíduos sincronizem seus projetos, pois o tempo se constitui dentro desse prisma como contínuo e finito. São assim indivíduos de seu próprio tempo histórico dentro do seu tempo individual de existência.

Ao longo do texto tipos ideias ilustram as assertivas que apresentam sobre a interação social na vida cotidiana onde cada indivíduo portador de experiências próprias é real, e essa realidade que agrega é parte da realidade global da vida cotidiana que atrai ao seu centro a constituição dessa realidade e os indivíduos produtores dessa.

A linguagem e a produção de sinais é um componente essencial à objetivação social. A linguagem encontra assim sua base mais elementar de compartilhamento na vida cotidiana. Um caso especial de objetivação é a significação da produção humana de sinais.

Sendo um sistema de sinais, a linguagem tem a qualidade da objetividade. Encontro a linguagem como uma facticidade externa a mim, exercendo efeitos coercitivos sobre mim. [...] A linguagem me fornece a imediata possibilidade de contínua objetivação de minha experiência em desenvolvimento. Em outras palavras a linguagem é flexivelmente expansiva, de modo que permite objetivar um grande número de experiências que encontro em meu caminho no curso da vida. A linguagem tipifica as experiências, permitindo-me agrupá-las em amplas categorias, em termos das quais tem sentido não somente para mim, mas também para meus semelhantes. Ao mesmo tempo em que tipifica também torna anônimas as experiências, pois as experiências tipificadas podem em princípio ser repetidas por qualquer pessoa incluída na categoria em questão. [...] Devido a esta capacidade de transcender o “aqui e agora”, a linguagem estabelece pontes entre diferentes zonas dentro da realidade da vida cotidiana e as integra em uma totalidade dotada de sentido. As transcendências têm dimensões

espaciais, temporais e sociais. (BERGER; LUCKMANN, 1986, p. 58 59).

A participação no acervo social do conhecimento permite assim a “localização” dos indivíduos na sociedade e o “manejo” deles de maneira apropriada. Outro aspecto é o ocultamento dos processos de significação nas mais diferentes situações e estâncias vinculadas à produção de conhecimento e aplicação técnica de saberes, o que inclui, por exemplo, a burocracia, e o desconhecimento, no lugar do reconhecimento, dos indivíduos submetidos a essa. Tudo o que parece interessar nesses processos é o resultado final sem transparecer sua realização.

A partir dessa compreensão sobre a vida cotidiana e a produção de símbolos via linguagem, desde seu interior, se reconhece que a sociedade se constitui como realidade objetiva através de processos de institucionalização. As origens da institucionalização decorrem, para Berger e Luckmann, da formação de hábitos. É o hábito, como fundamento da atividade humana, que possibilita o primeiro plano para a deliberação e inovação. Essa formação de hábitos que permitirá a institucionalização ser analisada desde o *locus* do indivíduo solitário até o coletivo. A própria formação de hábitos seria coextensiva a institucionalização e, de certa forma, essa noção permitiria desvelar a formação das instituições.

A institucionalização é decorrente então de uma tipificação recíproca de ações resultantes de hábitos por indivíduos. Todavia é importante atenção à reciprocidade dessas tipificações institucionais e os indivíduos em suas ações; pois elas - as tipificações institucionais - são sempre partilhadas e acessíveis aos membros do grupo social e esses são definidos a partir das próprias instituições.

As instituições implicam, além disso, a historicidade e o controle. As tipificações recíprocas das ações são construídas no curso de uma história compartilhada. Não podem ser criadas instantaneamente. As instituições tem sempre uma história, da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida. As instituições também pelo simples fato de existirem contribuem para o controle da conduta humana estabelecendo

padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis. É importante acentuar que este caráter controlador é inerente à institucionalização enquanto tal, anterior a quaisquer mecanismos de sanções especificamente estabelecidos para apoiar uma instituição ou independentes desses mecanismos. Tais mecanismos (cujas soma constitui o que geralmente se chama sistema de controle social) existem evidentemente em muitas instituições e em todas as aglomerações de instituições que chamamos sociedades. Sua eficiência controladora, porém, é de tipo secundário ou suplementar. [...] Dizer que um segmento da atividade humana foi institucionalizado já é dizer que este segmento da atividade humana foi submetido ao controle social. (BERGER;LUCKMANN, 1986, p. 80).

A institucionalização atrela-se a toda situação social alocada em continuidade no tempo. Um exemplo disso é a divisão do trabalho e as inovações que contribuíram para a consecução de novos hábitos e um maior prisma de terreno aos indivíduos. O que resulta em uma ordem institucional sempre em expansão em um mundo social que se constitui em seu próprio processo de formulação.

Os efeitos que nos fazem experimentar a instituição como se possuísse realidade própria é decorrente de noções como essa e que resultam na alocação do indivíduo exteriormente ao mundo que ele mesmo produz. As análises que se debruçam sobre a sociedade para Berger & Luckmann (1986) não podem ignorar três distintos processos de construção da realidade social. Seriam esses: exteriorização, objetivação e interiorização.

A exteriorização assume as instituições como facticidades históricas e objetivas e defronta o indivíduo como se fossem fatos inegáveis:

As instituições estão aí, exteriores a ele, persistentes em sua realidade, queira ou não. [...] Tem um poder coercitivo sobre ele, tanto por si mesmas, pela pura força de sua facticidade, quanto pelos mecanismos de controle geralmente

ligados às mais importantes delas. A realidade objetiva da instituição não fica diminuída se o indivíduo não compreende sua finalidade ou seu mundo de operação. [...] Existindo as instituições como realidade exterior, o indivíduo não as pode entender por introspecção. Tem de “sair de si” e apreender o que elas são, assim como tem de aprender o que diz respeito a natureza. (BERGER; LUCKMANN, 1986, p. 86).

A objetivação seria o processo em que os produtos resultantes da atividade humana conquistam um caráter de objetividade.

O mundo institucional é a atividade humana objetivada, e isso em cada instituição particular. Noutras palavras, apesar da objetividade que marca o mundo social na experiência humana ele não adquire por isso um *status* ontológico à parte da atividade humana que o introduziu. (BERGER; LUCKMANN, 1986, p. 87).

E a interiorização seria:

Apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo como dotado de sentido, isto é, como manifestação de processos subjetivos de outrem, que desta maneira torna-se subjetivamente significativo para mim. Na forma complexa da interiorização, não somente “compreendo” os processos subjetivos momentâneos do outro mas “compreendo” o mundo em que vive e esse mundo torna-se o meu próprio. (BERGER; LUCKMANN, 1986, p. 174)

A historicização e objetivação das instituições requisitam ainda mecanismos de controle social. Reconhecendo que das instituições emanam graus de autoridade sobre a direção que os indivíduos destinam a sua existência, a partir da vida cotidiana a condução se torna predizível e controlada quanto mais for institucionalizada.

O que assegura a preservação do significado e existência de uma instituição é o reconhecimento e atribuição para a solução de certos

problemas que a sociedade produz. Esse depende ainda do processo “educacional” acerca dos indivíduos inseridos que viabilizam à preservação e perpetuação da instituição na consciência dos indivíduos.

É ainda através dos papéis que as instituições incorporam-se à experiência do indivíduo. Os papéis, afirmam Berger e Luckmann (1986), se vinculam ao processo de formação de hábitos e objetivação que originariam as instituições. Em uma acepção durkheniana os papéis expressam a ordem institucional em níveis distintos; no primeiro a execução do papel representa a si mesma e no segundo o papel representa uma necessidade plena de conduta na instituição e as tornam possíveis.

Como processo partícipe disso há a reificação. Isso implica no ser humano esquecendo sua autoria da realidade social, e mais, a compreensão dialética entre o homem, o produtor e seus produtos se perde. É possível dizer que a reificação constitui o grau extremo do processo de objetivação, pelo qual o mundo objetivado perde a inteligibilidade que possui como empreendimento humano e fixa-se como uma facticidade não-humana, não humanizável, inerte. Tipicamente, a relação real entre o homem e seu mundo é invertida na consciência. O homem, o produtor de um mundo, é apreendido como produto deste e a atividade humana como um epifenômeno de processos não humanos. Os significados humanos não são mais entendidos como produzindo o mundo, mas como sendo, por sua vez, produto da natureza das coisas. Mesmo apreendendo o mundo em termos reificados, o homem continua a produzi-lo. Isto é, paradoxalmente o homem é capaz de produzir uma realidade que o nega.

A ordem institucional em totalidade, e segmentos dela, pode ser apreendida em termos reificados. Os termos fundamentais à reificação das e nas instituições consiste em outorga-lhes um status ontológico independente da atividade e da significação humanas. As reificações particulares são variações sobre esse tema geral.

Dentro dos processos de legitimação ressaltam-se as origens dos universos simbólicos. A legitimidade “explica” a ordem institucional outorgando validade cognoscitiva a seus significados objetivados. A legitimação justifica a ordem institucional dando dignidade normativa a seus imperativos práticos. É importante compreender que a legitimação tem um elemento cognoscitivo assim como um elemento normativo. A legitimidade não é só uma questão de valores implica também conhecimento. O “conhecimento” precede os “valores” na legitimação das instituições.

O universo simbólico fornece uma integração unificadora de todos os processos institucionais separados. A sociedade inteira agora ganha sentido. Instituição e papéis particulares são legitimados por sua localização em um mundo compreensivelmente dotado de significação. [...] É importante, porém compreender que a ordem institucional, tal como a ordem da biografia individual, esta continuamente ameaçada pela presença de realidades destituídas de sentido em termos dessa ordem. A legitimação da ordem institucional enfrenta também a contínua necessidade de manter encurralado o caos. Toda realidade social é precária. Todas as sociedades são construções em face do caos. A constante possibilidade do terror anômico torna-se atual sempre que as legitimações que obscurecem esta precariedade são ameaçadas ou entram em colapso. (BERGER; LUCKMANN, 1986, p. 141).

Os mecanismos conceituais da manutenção do universo existem para que a ordem institucional seja aceita como certa em sua totalidade na medida em que forma um todo dotado de sentido e precisa ser legitimada pela localização em um universo simbólico. Há vários níveis de legitimação dos universos simbólicos assim como há da legitimação das instituições, exceto que dos primeiros não se pode dizer que desçam ao nível pré-teórico, pela razão evidente de que o universo simbólico é por si mesmo um fenômeno teórico e se conserva como tal mesmo quando admitido ingenuamente.

3.3.4. – A fenomenologia no Serviço Social e nas obras analisadas.

A obra de Luckmann e Berger se inscreve na tradição fenomenológica – ainda que certas arestas precisem ser feitas para afirmar isso – e essa vertente das ciências sociais esteve presente no Serviço Social brasileiro a partir da década de 1970. Em linhas gerais a fenomenologia seria oriunda do reconhecimento da crise das ciências positivistas no século XIX, ao mesmo tempo em que se requisitavam novas indicações para a articulação entre teoria e prática e alternativas metodológicas para a pesquisa ação nas ciências sociais. Essa busca por

alternativas que fomentem o desenvolvimento de um tipo de ciência que se propõe a escrutinar o vívido possibilitou o desenvolvimento da fenomenologia existencial. Para Capalbo (1991, p. 24) “Essa teoria social de modelo positivista surgiu da generalização do modelo das Ciências Naturais ou do método experimental, o qual procura submeter, metodicamente, as ideias à experiência de fatos”.

A fenomenologia assim se apoia na experiência vívida que antecede o conhecimento e que urge ser tematizada. Um dos seus pensadores referencia foi Husserl e seu esforço em compor uma ciência que fosse rigorosa, diferente de exata, e distante da ciência positivista e empirista. Posteriormente Husserl abandona o pressuposto da ciência e mantém a rigorosidade (CAPALBO, 1991). Sua preocupação assim se volta a alteridade, as respostas que a ciência já não parecia destinar aos indivíduos. Uma das formas para constituir essa resposta era a subjetividade. Essa noção de subjetividade na fenomenologia não se confunde com subjetivismo já que a primeira se referia a “estrutura de universalidade do sujeito” e a segunda se refere a individualização, a singularidade atomizante.

Na década de 1970 a fenomenologia se difundiu principalmente na consecução dos métodos de intervenção no Serviço Social brasileiro. Sendo tema de dissertações em programas de pós-graduação (PUC/RJ e PUC/POA), possuía como alguns de seus primeiros nomes da área Ana Augusta de Almeida, Ilda Lopes e Myriam Veras Baptista (CAPALBO, 1991).

Ou seja, trata-se de uma perspectiva que foi difundida pela profissão durante a década de 1970 e que na produção sobre as instituições analisadas nessa dissertação comparece com *A Construção Social da Realidade*.

O Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio em Serviço Social realizou o Seminário de Sumaré, em 1978, cujo tema era a cientificidade da prática do Serviço Social, ou melhor, a instrumentalidade científica no uso do método em Serviço Social, e para isso partiu de três indicações: a dialética, o modelo sistêmico de Goldenstein e, por fim, a fenomenologia (DANTAS, 1991).

É importante ressaltar que dos dois autores do Serviço Social analisados na dissertação que fazem referência à obra nenhum se remete, define ou se apresenta como sendo de vertente fenomenológica. Edmundo (1987) ao apresentar a interpretação do indivíduo institucionalizado sobre a realidade cotidiana produzida pelas ações institucionalizadas às elabora, inicialmente, através de Berger & Luckmann (1986, p. 104), dessa forma, “Toda conduta

institucionalizada envolve certo número de papéis. Assim os papéis participam do caráter controlador da institucionalização”. É a produção de papéis e sua importância para a existência da instituição que Edmundo salienta em sua referência aos autores.

Quanto a Souza (1982) a definição que ela apresenta de instituições na página 41³⁴ compreende as instituições através da experiência individual e das funções que são objetivadas linguisticamente e que por isso são ao mesmo tempo necessárias e acessíveis às sociedades. A autora utiliza Berger & Luckmann (1986) para em seguida, salientar a perspectiva de Durkheim, também utilizada pelo par de autores, sobre as instituições como conjunto de saberes que agrega normas, valores e ideologia.

De toda forma, há dois pontos a se atentar sobre a utilização dessa obra. O primeiro é a completa ausência de pesquisas sobre instituições que partam de uma abordagem fenomenológica para desvelar o espaço institucional ocupado pelo assistente social. Embora Edmundo (1987) se preocupe em abordar o conjunto de símbolos que os “menores infratores” e a equipe técnica elaboram sobre a realidade vivenciada, a abordagem da pesquisa se cerca muito mais dos fatores vinculados a instituição total e aos processos macroeconômicos que fomentam a urbanização na cidade de Recife na década de 1970 e 1980 do que a partir da experiência subjetiva dos indivíduos vinculados a essa instituição.

E o outro ponto é perceber que quando lida atentamente, *A Construção Social da Realidade* oferece um arsenal de análise que não é típico da própria vertente fenomenológica³⁵ já que, ao discutir os três processos de construção social da realidade (exteriorização, objetivação e interiorização), apresentam-se possibilidades de compreensão sobre a realidade, e consequentemente das instituições, que transbordam para

34 É importante salientar que há diversas outras definições, de outros autores de tantas outras tradições das ciências sociais que pululam ao longo da obra de Souza (1982).

35 As indicações que seguem foram possíveis graças ao ciclo de estudos realizado no Núcleo de Ensino e Pesquisa em Profissões e Instituições (NEPPI) em 2012/1. No ciclo em questão foram debatidas obras de diferentes áreas das ciências sociais que abordam as instituições, o que inclui a vertente fenomenológica e a obra acima mencionada. Meus sinceros agradecimentos aos integrantes do NEPPI e em especial a professora Myriam Mitjavila por sua exposição sobre a obra de Berger & Luckmann e a fenomenologia.

além das leituras típicas da fenomenologia no que tange às experiências subjetivas dos indivíduos. Talvez isso decorra pela presença da sociologia do conhecimento na composição da obra, já que essa possui como uma de suas preocupações as condições sociais que possibilitam a produção do conhecimento. O que justifica a apreensão da obra não como uma composição estritamente fenomenológica, mas vinculada a uma “sociologia fenomenológica”.

Ainda que a presença da obra resulte escassa, é importante ratificar sua presença não apenas pela relação que o Serviço Social constitui em sua trajetória enquanto profissão com a fenomenologia, mas também pela rigorosidade da composição desses dois autores.

3.4. A Influência brasileira a partir das ciências sociais.

3.4.1. – Albuquerque e as instituições como realidade social concreta.

“A análise institucional é a síntese dialética que ultrapassa as antinomias, mas restituindo sua totalidade? Ora, qualquer perspectiva teórica que seja também analítica só pode se realizar através dos planos de análise, das distinções de níveis e contextos, sob pena de se reduzir (ou de se alçar) à categoria filosófica da totalidade. Para ultrapassar a antinomia das aparências, não basta considerar todas as aparências ao mesmo tempo” (ALBUQUERQUE, 1980).

Albuquerque é um pesquisador brasileiro que entre as décadas de 1970 e 1980 pesquisou temas que abarcavam a institucionalização da loucura, a psiquiatria como profissão e sua relação com a loucura enquanto objeto de intervenção, as antinomias das análises institucionais e a influência que os movimentos *anti* – da contracultura da década de 1960 – exerceram na produção de intelectuais como Lourau, Lapassade, Althusser e Foucault. Suas pesquisas são reconhecidas para além do Brasil, sendo mencionado em trabalhos de Baremlitt (2005), por exemplo.

O autor brasileiro é um leitor dos institucionalistas franceses que reconhece a importância de certas análises compostas desde o seu interior. Sua apreensão desse movimento a partir da Europa é atrelada as reivindicações políticas da década de 1960, culminando com o Maio de 68 na França. Quanto ao Brasil o autor reconhece a importância e pertinência de certas pesquisas e parcerias entre pesquisadores como Roberto Machado, Madel Luz, Ricardo Muller e Weissaupt para o desenvolvimento dessa temática. (ALBUQUERQUE, 1978).

Presente em todos os livros do Serviço Social analisados, Albuquerque tem as seguintes obras mencionadas *Metáforas da Desordem – O Contexto Social da Doença Mental* e *Instituição e Poder – A análise Concreta das Relações de Poder nas Instituições*.

O primeiro livro é composto por um conjunto de artigos que versam sobre o processo de institucionalização da doença mental e os fenômenos arraigados a essa a partir de seu não lugar na sociedade. São textos que dialogam a todo tempo com a realidade social brasileira da década de 1970, se apoiando em pesquisas de Castel, com a discussão sobre a institucionalização da psicoterapia, Goffman e as instituições totais, Foucault e a perspectiva apresentada em *O Nascimento da Loucura* na nascente sociedade burguesa e *Eu, Pierre Rivière.....*

A segunda obra arquiteta um esquema conceitual para a análise de uma realidade social, no caso instituições concretas, buscando respostas menos antinômicas quanto as apresentadas pelos analistas institucionais. Objetivamente, a primeira parte do livro trata de problematizar a composição de Althusser sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado e demonstrar a complexidade de análises que se proponham identificar e, se apoiar, sobre instâncias analíticas (ideológica, política e econômica) para apresentar, desde a realidade, um objeto que é muito mais resultado de uma teoria do que a expressão de uma realidade concreta. Já a segunda parte do livro objetiva testar o esquema conceitual traçado anteriormente, e para isso a composição de Goffman sobre as instituições totais é central.

Para o conjunto de artigos presentes em *Metáforas da Desordem* o autor reconhece como hipótese base:

Que o processo de institucionalização, embora sobredeterminado pelo processo de reprodução da existência material – subordinado, como sabemos, ao capital – é ao mesmo tempo sua condição de possibilidade. Não há reprodução das relações econômicas fora de algum processo

concomitantemente de institucionalização das relações de subordinação. E o mesmo se aplica a reprodução da existência imaginária, pois não é possível reproduzir relações de força sem representá-las como possíveis e necessárias. (ALBUQUERQUE, 1978, p. 9, 10).

Sendo um conjunto de artigos centrados na institucionalização da doença mental e sua função social, defende que sua definição não decorre necessariamente de um quadro teórico ou da prática experimental da psiquiatria, mas da pertinência da inclusão e exclusão, reconhecimento e desconhecimento de um objeto no que concerne a instituição justiça e a instituição psiquiatria. *Eu, Pierre Rivière...* é analisado como exemplo de pesquisa em que a discussão está desde fora da loucura, e o que importa é o objeto Pierre e sua disputa pela justiça e pela psiquiatria. Essa pesquisa, coordenada por Foucault, reconhece que as preocupações que partiram da justiça e da psiquiatria não se restringem a essas já que o radial por onde se constituíam essas preocupações políticas se ampliou e se dirige aos saberes encrustados em instituições e relações de poder. Sobre o momento histórico no qual se inscreve essa pesquisa, afirma Albuquerque (1978, p. 34):

O trabalho de Foucault não teria sido possível, nem teria provocado a participação numerosa com que contou, de intelectuais de vários domínios científicos, se não viesse inscrever-se num vasto movimento de contestação das instituições que, como hospital, a escola, universidade, congregam em seu seio um estafe de trabalhadores “intelectuais”. Não é por acaso que os movimentos anti-institucionais (anti-psiquiatria, anti-etnologia, anti-pedagogia) insistem sobre os mesmos temas que Foucault: o império de um saber e de um *savoir-faire* (a ideologia da instituição) baseados em relações de poder e num sistema repressivo, com que as instituições desempenham as funções que a sociedade lhes confere.

Os movimentos *anti*, como os aglutina Albuquerque, se concentram sobre os mecanismos institucionais que apoiam, configuram e reconfiguram a ordem social, com sua atenção voltada para expressões

simbólicas e não necessariamente econômicas. Ao mesmo tempo em que se dirigem aos oprimidos de certos espaços institucionais – como prisões, hospitais, manicômios –, centram suas análises sobre a cumplicidade do saber institucional para com os processos de dominação da sociedade burguesa.

Albuquerque (1978) reconhece que os intelectuais produzem diversas interpretações sobre esses movimentos de contestação e predominantemente se alocam como centrais a esses. Atrelado às reivindicações emergentes no Brasil pós Maio de 68 está a defesa por uma autonomia dos intelectuais mediante a sociedade e as instituições que requisitam o trabalho desse intelectual; e, o avanço de certas mudanças no interior das instituições, com uma centralidade cada vez mais flagrante à racionalidade econômica que alteram a composição desses espaços. Estas mutações nas instituições, e com reflexos nas organizações, ocorrem com influência desses movimentos de contestação.

Por via de sua apreensão como sociólogo, Albuquerque assume o conjunto de instituições e da inserção dos intelectuais nesses espaços para apresentar as práticas sociais institucionalizadas a partir do discurso institucional, ou seja:

É que o discurso de uma instituição sobre si mesma é uma dimensão integrante dessa instituição; os discursos dos profissionais sobre sua própria prática é uma das dimensões dessa prática, parte integrante da mesma e constitutiva de sua institucionalização. Não se conhece prática profissionalizada que não seja portadora de um discurso que a reconheça enquanto tal, explica-o, racionaliza, em uma palavra, *legítima*. Não vai aí nenhum desdouro com a palavra legitimação. A legitimação pode ser *legítima*. O que quero dizer é que o re/conhecimento, a justificação, a racionalização estão presentes na legitimação. E que nada que não carregue esses traços pode se revestir do manto da legitimidade. (ALBUQUERQUE, 1978, p. 52).

Há dessa forma a tendência em se assumir todo o discurso sobre a prática profissional desde uma noção, ou estritamente atrelado, a instituição. Sendo parte da retórica institucional a prática profissional resulta em um objeto de análise ideológico com efeito de conhecimento

e desconhecimento ao mesmo tempo. O que resulta na necessidade de superação de dois obstáculos referentes à prática profissional, o primeiro de não reduzi-la ao *status* de epifenômeno, uma mera análise acerca da retórica institucional com profissionais aplicadores oficiais do conhecimento e ação da instituição. O outro obstáculo é, em suma, a inversão do anterior, pressupondo no caso a autonomia absoluta dos atores concretos em contra face da “perversidade” das instituições. Para Albuquerque (1978) essas noções não encontram correspondência na relação entre atores concretos e instituições porque a prática dos atores concretos é um componente estrutural das instituições e toda prática institucional existe a partir dos atores que constituem essas instituições. Compor uma análise que desvele a prática institucional exige desdobrar a análise por componentes: objeto institucional, âmbito da ação institucional e os atores institucionais.

O objeto institucional é assumido de forma adversa ao objeto organizacional; sendo o objeto da organização algo a ser apropriado e transformado por essa, o objeto institucional deve ser reconhecido exterior a uma noção de recurso ou de transformação. É na reivindicação da propriedade do monopólio legítimo que o objeto institucional se constitui, e, é pela apropriação de um objeto que se constitui a instituição. Não sendo dessa forma um objeto material, mas imaterial, impalpável com a apropriação e constante disputa entre as diferentes instituições sobre esse objeto. Ou seja, “[...] *criar filhos* é um hábito familiar, a mão de qualquer adulto da espécie humana, mas o saber pediátrico, isto é, a versão medicalizada da criação, só se define por referência ao objeto próprio (porque apropriado) das instituições médicas: a saúde” (ALBUQUERQUE, 1978, p. 70). Esse processo de constante apropriação resultaria no seguinte:

O máximo de institucionalização possível do objeto viria a ser, por um lado, a inefabilidade do objeto, de tal maneira que se torne impossível falar sobre ele sem recorrer ao ponto de vista da instituição e, por outro lado, a desapropriação total de recursos alternativos. Nesse ponto, a propriedade do objeto é outorgada a uma instância superior, igualmente indefinível, tal como a Humanidade, a Nação, e eventualmente uma entidade meta-universal, sendo a instituição sua guardiã legítima e, por extensão, a guardiã dos recursos pertinentes. (ALBUQUERQUE, 1978, p. 71).

O âmbito institucional é delimitado pelas relações sociais a partir do objeto, já que esse é atravessado pelas relações sociais que autorizam a ação institucional. Dessa maneira o âmbito institucional está muito mais centrado desde o seu interior do que por suas fronteiras e limites materiais o que resultaria na ampliação em seu escopo de ação; podemos considerar como um exemplo a polissemia presente nos hospitais, além do tratamento da ação sobre a saúde do paciente administra também os hábitos alimentares, práticas sexuais, conforto religioso, dentre outros.

O caráter impalpável do objeto torna extensível (porque impreciso) o âmbito das relações sociais sobre as quais a instituição exerce legitimamente sua soberania. Esse caráter extensivo é a condição para a ambição totalizante (ou totalitária) de toda instituição, que só é limitada pela extensão do âmbito de outra instituição. Qualquer que seja o resultado da luta será sempre em detrimento dos atores concretos (ALBUQUERQUE, 1978, p. 72).

São os atores em suas práticas que conferem às instituições concretas meios de intervir nas relações sociais, e consequentemente, possuir existência. Albuquerque (1978) adensa essa noção de atores institucionais identificando os agentes institucionais, o mandante, a clientela, o público e o contexto institucional e dessa forma possibilita evidenciar as relações que possuem entre si nas instituições concretas.

Os agentes institucionais se dividem entre agentes subordinados e subprivilegiados – que são indivíduos em processo de formação ou pertença a categorias profissionais subordinadas aos agentes privilegiados. Há ainda o pessoal institucional, empregados ou funcionários da instituição essenciais à manutenção do espaço organizacional, ainda que não se vinculem necessariamente à ação institucional, por exemplo, a equipe administrativa de um hospital.

O mandante atrela-se à instância de legitimação das práticas nas instituições concretas, sendo desde outra instituição até o Estado. A relação entre o mandante e o objeto é que determina, para Albuquerque (1978), a relação existente entre a instituição e os mandantes. Nisso pode-se chegar a identificar três relações de propriedade: a primeira seria dependência econômica direta da instituição a um mandante; a segunda, subordinação funcional – onde o quadro de atores

institucionais é definido pela vontade do mandante; e, por fim, pelo mandato institucional – onde o mandante é guardião da legitimidade que a instituição concreta requisita para suas ações.

A Clientela seria o coletivo ou o indivíduo a que se dedica a ação da instituição concreta. “A relação de clientela é a que se realiza, portanto, entre a instituição e os atores cujas relações sociais são objeto da ação institucional”. (ALBUQUERQUE, 1978, p. 74). Já o público seria o conjunto de atores, seja coletivo ou individual, ao qual a ação da instituição é visível, são, em suma, indivíduos que podem vir a fazer parte da clientela. Dessa forma, ainda que a ligação de uma instituição a outra não seja evidente, o público ao qual elas se destinam tende a ser o mesmo e a clientela delas normalmente é. A articulação entre as instituições requisita do analista atenção para o desvelamento das relações entre essas.

As práticas institucionais são o resultado dos conflitos existentes entre as práticas dos diversos atores das instituições concretas. Para a compreensão desses conflitos, catalisados a partir dos inúmeros atores, é necessário partir de uma instituição concreta já que não há espaço para deduções, pois, dentre outros fatores, nada garante que o agente dito como privilegiado em um espaço possua práticas privilegiadas e vice-versa.

Para Albuquerque (1978, p. 78):

Na medida em que toda instituição reconhecida socialmente reconhece, por sua vez, as outras instituições e os valores sociais predominantes, a instituição começa alterando as relações de propriedade e de uso entre o cliente e o objeto. Assim, por exemplo, o profissional tenderá a limitar o reconhecimento da propriedade e do uso do objeto a valores sociais, já que a propriedade legítima do objeto é reivindicada pela instituição profissional. O advogado limitará seus conselhos a direitos legalmente reconhecidos, o mecânico não fará modificações que firam as normas técnicas legais, o médico prescreverá a quarentena e assim por diante.

Representando um avanço acerca do debate sobre as instituições fomentado pelo autor, dois anos depois é publicado o livro *Instituição e Poder* que assume outra angulação para debater esse conceito; saem os

processos de institucionalização da doença mental via psiquiatria e judiciário, e entram os discursos prementes e em voga naquele momento nas ciências sociais.

Em sua elaboração, Albuquerque (1980) ressalta as antinomias presentes nas tentativas de teoricamente apresentar a constituição de uma realidade social (no caso as instituições concretas) e a forma como os intelectuais, ao serem impelidos a constituírem teoricamente os locais onde se inserem, acabam por compor definições que, dependendo da instância onde se aloja, resultam completamente díspares de outros intelectuais que versam sobre a mesma realidade social. Para isso Albuquerque (1980) busca evidenciar as antinomias presentes na relação entre um objeto (a escola) e os símbolos compostos no esforço de apresentá-la enquanto existência também teórica – o que permite que o assumamos como um aparelho ideológico de Estado.

Como efeito, nesse gênero de proposição, faz-se referência a uma *totalidade concreta* à qual se atribui uma entidade teórica. Exemplo: a escola – totalidade concreta, já que não se trata de uma dimensão observável de qualquer escola, mas sim da totalidade empírica escola – é um sistema de reprodução da ideologia dominante (“sistema de reprodução”, etc... é uma entidade teórica). Essas entidades teóricas que constituem a segunda parte da proposição podem ser elas próprias *analíticas* ou *totalizadoras*. Examinemos cada um desses dois casos. Se se trata de uma entidade totalizadora – como no exemplo: a escola é uma instituição – a proposição não tem, propriamente falando, alcance teórico, mas um alcance interpretativo. Em outras palavras, a proposição indica que a totalidade concreta “escola” será interpretada em termos de “instituição”. É sobre esta última que cabem, então, as determinações propriamente teóricas. (ALBUQUERQUE, 1980, p. 14).

As antinomias acusam que não se trata de uma instituição, mas de uma organização, ou que a escola ao invés de uma instituição ou uma organização, é constituída por grupos. Ao deslocar a análise para seu arcabouço teórico, se complexifica ainda mais esse quadro, pois se definirmos a instituição como um conjunto de normas emanadas de um

sistema de valores, ou como produção de símbolos e hábitos socialmente requisitados, se pode facilmente asseverar: “Não, a escola não é apenas isso”. Para Albuquerque (1980, p. 15) “[...] o “sistema social”, “sistema de valores”, “aparelho ideológico” só podem designar certas propriedades (relações) dentre as propriedades observáveis de uma totalidade concreta”.

É essa a tônica de toda a composição do autor sobre a análise de uma instituição concreta, ou de uma realidade social. Como compô-la sem constituía-la como um processo meramente ideológico elegendo certos traços e evidenciando certas características, sem superar o imbróglio que envolve o plano da teoria e da realidade? Para transitar do plano teórico a realidade, para designar uma totalidade concreta é necessário reconhecer que “Uma entidade teórica designa sempre uma propriedade que, se é observável, pode ser interpretada em termos de propriedades empíricas de uma totalidade, jamais em termos dessas totalidades enquanto tais”. (ALBUQUERQUE, 1980, p. 16).

Essas dificuldades assinaladas são oriundas da confusão entre o plano de análise e o plano da realidade, entre totalidade concreta e objeto teórico e, finalmente, entre os planos e níveis de análise. Albuquerque (1980) então compõe um esquema que se propõe a viabilizar a análise de uma realidade social concreta composta por diferentes planos e níveis de onde se evidenciariam objetos teóricos, objetos de pensamento e o objeto “real” por via de diversos cortes no interior do próprio esquema proposto. Para o autor seu esquema evidencia que

Um mesmo comportamento ou conjunto de comportamentos pode ser analisado de três pontos de vista ou em três níveis, cada um definindo um tipo analiticamente distinto de prática. Esses três níveis, econômico, político, ideológico se distinguem analiticamente pela natureza do que é produzido, por seu efeito específico e pelo que nele está em jogo. A análise não se reduz a considerar essas três práticas em sua especificidade, mas leva em conta também sua articulação, o que define o plano dos aparelhos. No terceiro plano, consideramos a articulação dos aparelhos entre si – é o plano de análise das formações. (ALBUQUERQUE, 1980, p. 55).

Albuquerque (1980) reconhece a instabilidade de sua proposta e a corda bamba por onde não apenas caminha, mas dança. Esse esquema se apoia nas críticas que compôs as notas de Althusser em toda a primeira parte do livro – principalmente pela aparente confusão entre efeitos da ideologia e hábitos; a centralidade do aparelho escola no modo de produção sem conceituá-la como instituição, organização ou grupo; por não centrar sua análise na produção econômica para referir os Aparelhos, sejam ideológicos ou de repressão e, por fim, a ausência de diferenciação entre trabalho produtivo e força de trabalho – e, conclui a partir de seu esquema.

Essas observações bastam para que se de conta de que a produção econômica concreta é completamente social, ou melhor, política e ideológica, na medida em que, num só e mesmo tempo, constitui os atores e produz efeitos para os atores. É, portanto a partir de um fenômeno ideológico ou político (que, ambos, possuem múltiplas determinações), que a análise teórica poderá distinguir especificidades, isto é, efeitos que podem ser considerados em sua autonomia. Em segundo lugar, enquanto a união e a separação entre os elementos do processo são a condição da produção econômica e política, eles são o resultado do trabalho do pensamento na instância ideológica. Pode-se dizer que de certa maneira, a condensação e o deslocamento, trabalho do pensamento, são a condição de todo ato produtivo (ato de união e de separação). Mas, pode-se dizer também que o trabalho do pensamento representa o ato de produção. Decidir entre as duas hipóteses é, de certa forma, voltar ao problema das origens. Somente um *parti pris* possibilita fazê-lo sem metafísica: uma tomada de posição materialista leva a declarar que o ato é anterior em relação ao pensamento e que, entre os atos, a reprodução da existência material é anterior ao ato político. (ALBUQUERQUE, 1980, p. 50 51).

Para isso nada melhor do que a célebre afirmação de Marx de que o concreto é o ponto de chegada da análise e não a partida. Albuquerque (1980) afirma que tentou manter-se fiel à composição

marxiana sobre o processo de produção, preservando os termos desse processo: trabalho, objeto e meio de trabalho, o que assentaria na análise das relações seu resultado de produção. Todavia seu esquema só é possível de manter-se em pé por indicações de dois vetores distintos: primeiro pela reverência que seu esquema delega, ou melhor, requisita, à Parsons³⁶ e o segundo pela aplicabilidade desse esquema a uma realidade social concreta, algo que o autor fará a partir de outro intelectual que também se debruçou sobre as instituições concretas, ou como as denominou, as instituições totais, no caso Goffman e sua obra *Prisões, Manicômios e Conventos*³⁷.

Sua análise sobre os escritos de Goffman parte das instituições totalitárias como apresentadas pelo autor e se esforçam em tensionar os escritos do sociólogo canadense ao mesmo tempo em que apresenta algumas interpretações a partir do esquema proposto para a análise de uma realidade social concreta.

3.4.2. – A seletiva influência de um autor: o caso Albuquerque.

Albuquerque está em todas as referências bibliográficas dos livros do Serviço Social analisados, ainda que não compareça em todas as composições textuais dos autores³⁸. A leitura a ser feita precisa reconhecer nele mais do que um autor que forneceu sugestões valiosas às composições sobre as instituições no Serviço Social, mas identificar

36 “O próprio Parsons – e a despeito do ódio teórico, mas muito sadio, que devemos votar-lhe – reconhecia e pregava a distinção entre os princípios de análise e os “conjuntos estruturais concretos””. (ALBUQUERQUE, 1980, p. 21).

37 É curioso que Albuquerque na segunda parte de seu livro opte pela análise de outro tipo de produção teórica já que a princípio ele parecia cotejar com a possibilidade de deslocar o esquema que compôs para a análise de uma realidade social concreta e apresentar assim a aplicação de seu esquema. Ou seja, sua análise na segunda parte utiliza de Goffman para ilustrar a aplicação de seu modelo, ainda que não possamos ignorar seu esforço em analisar a instituição universidade como instituição concreta em certas passagens na segunda parte do livro.

38 O autor comparece com citações diretas em Serra (1983), Souza (1982), Faleiros (1991) e, por fim, Weisshaupt (1985) que, embora não faça citações diretas, utiliza extensamente as indicações de Albuquerque.

ainda um expositor de composições, a partir de diversos outros autores das ciências sociais, que proporcionou aproximações com outras pesquisas e composições para os assistentes sociais. Para comprovar isso basta verificar *Instituição e Poder*, trata-se de uma pesquisa que não apenas se esforça para apresentar as instituições a partir de diferentes críticas às composições em voga naquele momento, mas também por fornecer um leque amplo de interpretações sobre as instituições a partir de autores como Althusser, Goffman, Lourau, Lapassade e Foucault.

Como exemplo disso, Lourau e Lapassade são mencionados através da corrente da Análise Institucional e o que essa representa naquele momento histórico.

A análise institucional é, ao mesmo tempo, uma disciplina, que trata dos processos ideológicos e de poder que têm lugar em instituições concretas, uma prática de intervenção psico-social em instituições, organizações e grupos, e um movimento destinado a propagar a doutrina institucionalista e a transformar a realidade. Lapassade e Lourau são os criadores e principais adeptos da doutrina e do movimento. (ALBUQUERQUE, 1980, p. 13).

Ainda que a leitura de Albuquerque em certos momentos sobre essa corrente se restrinja a apontá-la como integrante dos diferentes movimentos *anti* da contracultura pós década de 1960 é interessante notar o quanto essas composições adensam a crítica que o autor apresenta as análises cercadas de antinomias em suas análises de instituições concretas.

Quanto a Althusser há em suas notas indicações que Albuquerque (1985) refuta, ainda que reconheça a importância do texto. Na edição brasileira de *Notas...* Albuquerque assina uma introdução crítica ao texto a partir da noção de ideologia e aparelhos ideológicos; dos supostos equívocos interpretativos de Althusser sobre questões como trabalho e força de trabalho e a relação que Althusser compunha com o marxismo desde seu envolvimento com o Partido Comunista Soviético, sua leitura de Gramsci e sua influência estruturalista. Ou seja, Albuquerque elabora e oferta uma leitura sobre as instituições apoiada, em muito, pelas críticas que realiza as notas do marxista francês.

Quanto a Goffman, o recurso às instituições totalitárias é frequente, seja em *Metáforas da Desordem* ou *Instituição e Poder*, predominantemente, no intento de tensionar essa composição ao

reconhecer que as instituições totais podem ser qualquer instituição, ainda que as descrições empreendidas por Goffman potencialize essa noção de instituição total, pois que:

Em *Asylums*, Goffman estende os limites das instituições totalitárias, das prisões e campos de concentração, até os hospitais psiquiátricos, os navios de guerra e mesmo as *public schools* inglesas. E se o faz é porque desvenda, em cada uma dessas formas sociais, em geral, mecanismos semelhantes mas, também porque essa primeira extensão lhe permitirá generalizar tais descobertas para qualquer situação social em que o Ego esteja passível de ameaça (ALBUQUERQUE, 1980, p. 85).

Em *Metáforas da Desordem*, a presença de Foucault e sua pesquisa sobre a institucionalização da loucura e sua ação com grupos de militância política, inseridos nos movimentos *anti*, são constantes e auxiliam nas análises que o autor compõe não apenas sobre instituições, mas sobre os processos de institucionalização de certos objetos.

Dessa forma, Balen (1983) e Edmundo (1987) citam Albuquerque nas referências bibliográficas, sem mencioná-lo em seus textos. Isso parece corroborar com a apreensão de Albuquerque como um rigoroso interlocutor de outros autores (Lourau, Lapassade, Althusser, Foucault, Goffman) já que as duas autoras acima mencionadas se utilizam desses para elaborar suas pesquisas.

Serra (1983) destaca a importância da prática dos atores no interior da instituição e essa como sendo o principal componente da instituição enquanto realidade concreta, ou seja, a instituição como uma estrutura de práticas institucionalizadas. Dessa maneira, um dos indicativos para a prática institucional são as relações sociais existentes entre os atores, ou, os estruturadores da prática institucional. O saber produzido, reconhecido desde a instituição por via do agente profissional é outra indicação assumida, esse saber é útil por delegar ao agente profissional o meio de definir e legitimar a demanda do usuário através do que requisita a instituição tornando assim o “cliente” em “paciente”.

Souza (1982) parte da mesma indicação sobre a prática dos atores institucionais ainda que apresente uma análise mais esmiuçada de Albuquerque ao remeter ao assistente social um papel de intermediador entre a clientela e certos grupos sociais que exercem um domínio sobre

a sociedade. Ao reconhecer a necessidade do profissional em requisitar respostas que possam ir além da reprodução das relações sociais no cotidiano, Souza (1982) versa sobre dois problemas que Albuquerque identificou

Um primeiro diz respeito à redução da prática profissional a mero epifenômeno das instituições... os profissionais nada mais podem fazer do que “aplicar” conhecimentos gerados à sua revelia. O outro obstáculo é uma inversão do primeiro, pressupondo a autonomia absoluta dos atores concretos em relação às instituições. (SOUZA, 1982, p. 45).

A distinção entre os atores institucionais traçada por Albuquerque também é mencionada alocando o assistente social como agente institucional vinculado às inúmeras relações entre os mais diversos atores (agentes institucionais, o mandante, a clientela, o público e o contexto institucional). “Uma prática profissional consciente e responsável, conseqüentemente, só se dá à medida que o Assistente Social tenha presente toda essa realidade” (SOUZA, 1982, p. 45).

A distinção entre atores institucionais é também utilizada por Faleiros (1991), que, através de um relatório de Albuquerque, apresenta três tipos de atores: os privilegiados, os subordinados e o pessoal de apoio. Escreve Faleiros (1991, p. 62):

Esta subordinação, entre outras formas, se dá entre agentes privilegiados e agentes complementares. Os atores ou agentes privilegiados de uma instituição são aqueles que por sua prática legitimam a existência da instituição. O médico, através de sua prática, vai legitimar a existência de uma instituição de saúde. O professor legitima a prática das instituições educacionais. O advogado, das instituições jurídicas. O engenheiro, as instituições de construção etc. Estes agentes privilegiados, cujas práticas são centrais para a própria instituição, se autolegitimam sem necessidade de agentes ou atores complementares, profissionais que têm de se submeter às práticas dos agentes privilegiados. Estes dificilmente podem ser mandados embora

da instituição, porque isto implicaria em seu fechamento.

Todavia dos autores do Serviço Social podemos afirmar que quem mais substancialmente adere às indicações de Albuquerque é Weisshaupt (1985) na discussão sobre a instituição como objeto de pesquisa, na análise institucional como possibilidade de elucidação desse espaço, no objeto de intervenção requisitado pela instituição e no objeto de intervenção do Serviço Social. Ao definir a instituição e o objeto institucional Weisshaupt (1985, p. 30) assevera:

A instituição não é, assim, um processo essencialmente produtivo, mas um processo de organização e legitimação social. Mais do que econômica, a instituição é uma entidade política. O objeto institucional, portanto, não é exatamente algo que se transforma. É algo que se reivindica e de que se pretende o monopólio. Cada instituição tem por objeto um conjunto de relações sociais que considera significativas para o desenvolvimento de sua ação controladora na sociedade. Esse objeto é sempre resultante de um jogo de forças e será modificado constantemente em função das mudanças na correlação de forças.

Outras indicações de Weisshaupt (1985), próximas a Albuquerque, podem ser observadas, como por exemplo, na necessidade de encontrar a teoria do Serviço Social fora de sua expressão institucionalizada, algo que parece corroborar com a análise de Albuquerque (1978) sobre os intelectuais e a necessidade desses, em sua prática, de buscarem formas de estarem arraigadas às instituições onde se inserem e ao mesmo tempo buscando espaços de autonomia de forma parelha à inserção institucional. A articulação entre objetivo institucional e profissional parece seguir as mesmas indicações que Souza (1982) menciona, a partir de Albuquerque, sobre autonomia dos profissionais nas instituições em Weisshaupt (1985).

Ainda assim, Weisshaupt (1985) consegue, a partir de indicações institucionalistas, apresentar uma análise que irradia de dentro da profissão ao trafegar por diferentes temáticas desde a prática profissional institucionalizada para assumir no Serviço Social uma instituição como objeto principal de sua análise e os desdobramentos de sua inserção nos mais diferentes espaços organizacionais. Por isso é

interessante perceber como Weissaupt (1985) trafega entre Foucault e Albuquerque ora se aproximando deles, e em outras se afastando sem alardear essa opção ou sugerindo rompimentos. Uma das razões para isso ocorrer, além do posicionamento enquanto intelectual, ocorre pela estrutura da pesquisa de Weissaupt (1985) que não referencia diretamente a nenhum autor ao longo da composição textual.

Há, por fim, uma questão a ser assinalada: a completa ausência de qualquer referência à proposta que Albuquerque elabora sobre um esquema de análise das instituições. Considerando que o autor comparece em todos os seis livros, e havendo uma proposta esquematizada, é curioso que não haja aderência ou menção a essa. Para isso podemos partir de duas hipóteses. A primeira sugere que a instituição como objeto de pesquisa por comparecer de forma, na maior parte das vezes, colateral nas obras do Serviço Social (debate aspectos relacionados a organização, exercício profissional e clientela da profissão) não requisitaria, na interpretação desses autores, o grau de complexidade na leitura da instituição que Albuquerque propõe. O recurso ao autor ocorre mais pela necessidade de apresentar uma definição conceitual de instituição e atores institucionais do que necessariamente para desvelar a instituição como objeto de pesquisa. A outra hipótese envolve o hermetismo da composição do próprio autor. Não há como assumir o esquema de análise que Albuquerque apresenta sem possuir uma vasta leitura não apenas dos autores que ele analisa (Althusser e Goffman principalmente), mas de certos expoentes da sociologia, tais como Parsons. Ainda que apresente essa composição por via da centralidade da produção econômica e dos efeitos dessa sobre as distintas esferas, há ali um grau de complexidade que a constitui como algo mais do que um modelo de análise, mas um objeto a ser desvelado por si mesmo. Albuquerque começa o texto desse livro, *Instituição e Poder*, questionando as antinomias que compõem as análises sobre instituições concretas e ao tentar superar essas antinomias escreve:

Demonstrar a falsidade de cada uma dessas afirmações, manifestamente unilaterais, é muito fácil. E por uma simples razão: a escola (e com ela toda instituição concreta) aparece sempre como sendo também outra coisa. Não poderia, portanto ser menos falsa a perspectiva teórica que não se deixa embarçar demasiadamente com essas distinções, e considera a instituição em todas

as suas determinações ao mesmo tempo – transversalmente – a análise institucional. (ALBUQUERQUE, 1980, p. 13).

Dessa forma podemos considerar que dificilmente o modelo proposto por Albuquerque poderia ser assumido pelos autores do Serviço Social. Todavia é inegável a centralidade que a discussão sobre os agentes institucionais e objeto de intervenção institucional detiveram no âmbito das reflexões sobre as instituições no Serviço Social.

3.4.3. – As Instituições médicas (e culturais) de Luz.

Resta, finalmente, dizer de maneira clara, sem hesitações, esta verdade há tanto tempo sentida e, no entanto, negada: todas as instituições são focos de incêndio. Para onde se deslocar o investimento na estratégia de hegemonia, para lá se deslocarão as labaredas da contradição. Pois, na verdade, se a história das instituições é a história do discurso dominante, do discurso da classe que detém o poder na sociedade, ela é também a história de resistência ao discurso dominante, história da luta por outro discurso, pelo discurso de outros (LUZ, 1986).

A pesquisa apresentada no livro *As Instituições Médicas no Brasil*, publicada pela primeira vez em 1979, é um extenso esforço de analisar a partir das conjunturas dos anos de 1960-1964 e 1968-1974, o poder institucional médico através de quatro observatórios: as políticas de saúde, os indicativos de saúde da população, a representação das instituições de saúde em meios de comunicação, - mais especificamente nos jornais – e, por fim, a prática médica institucional em um *lócus* específico, no caso, os recém-constituídos hospitais universitários.

Inscrita em um momento histórico muito específico, a pesquisa da autora Luz se utiliza da análise de documentos, notícias, diferentes movimentos reivindicatórios e até mesmo observação participante para delimitar o *status* das instituições médicas no Brasil na década de 1970,

o emergente modelo de racionalidade médica tecnocrática, as políticas de saúde, sua vinculação ao INPS e empresas privadas e as possibilidades contra hegemônicas presentes nessas instituições. Esses são alguns dos temas tratados. A pesquisa não se apoia apenas em uma descrição pormenorizada da conjuntura política, mas é a própria conjuntura quem fornece as pistas de como a pesquisa irá dialogar e reinterpretar certas noções para expor as instituições médicas nesse recorte histórico³⁹ e a maneira como essas mesmas instituições ofertam apoios a formas de dominação da ordem capitalista em um Estado repressivo como o existente no Brasil naquele momento.

O vínculo da pesquisa de Luz é profícuo junto aos movimentos reivindicatórios, presentes em diferentes locais, que se voltam contra as classes dirigentes e as diversas instituições que respondem a esses interesses (universidades, escolas, prisões, hospitais psiquiátricos). O que se vivia naquele momento, na leitura de Luz (1986), era uma crise de hegemonia por parte do Estado e o questionamento às instituições seriam um reflexo dessa crise.

Os recursos a Luz, entre os pesquisadores de Serviço Social, são numerosos e se concentram sobre o capítulo I da obra intitulado *Estratégias de Hegemonia e Análise Política das Instituições* onde a autora apresenta o cerne conceitual do desenvolvimento de sua pesquisa através de autores como Althusser, Foucault, Gramsci, Goffman e Lourau por via de temas como instituição, hegemonia, poder, disciplina e luta de classes.

Nesse capítulo é perceptível que a composição da autora por vezes soa apressada por dialogar com um grande número de autores e

39

Luz apresenta uma conceituação sobre as Instituições Médicas para delimitar o seu objeto de pesquisa: “Conceituamos na pesquisa instituições médicas ou de saúde todas aquelas que estão vinculadas à organização disciplinar, à conservação e à recuperação dos corpos, entendidas como conservação e recuperação de capacidade de trabalhar. Neste caso, estão incluídas desde as indústrias farmacêuticas e de equipamentos médico-hospitalares até as faculdades de Ciências Médicas. Deste modo não queremos situar as Instituições Médicas nem numa “infraestrutura” (somente na produção), nem numa superestrutura (somente como instituições de reprodução). As instituições médicas são, do nosso ponto de vista, transversais ao Estado e seus aparelhos, à “sociedade política”. Elas permeabilizam as instâncias política, econômica e ideológica. entretanto, restringimos nossa investigação àquelas que são diretamente ligadas ao Estado, às que efetivamente são seus aparelhos, embora tenhamos ido além desta noção” (LUZ, 1986, p. 51).

certas compreensões sem sugerir uma aderência ou recusa à essas mesmas indicações dentre si. O que a autora faz muitas vezes é agregar e reinterpretar certas elaborações desse conjunto de autores para o desenvolvimento de sua própria pesquisa sem muitas vezes distingui-los de forma cuidadosa.

O comparecimento da saúde é abordado a partir do pós-guerra, entre 1946 e 1950 em sua compreensão como assunto de interesse do Estado e dessa forma, detentora de uma faceta material expressa em um conjunto de aparelhos que delimitam desde a compreensão do que é saúde até os esforços de manutenção da força de trabalho da população. É a assunção e institucionalização de um modelo *racionalista*, a partir de 1968 que, dentre outros intentos, extrai qualquer proposta alternativa de trato sobre a saúde. A saber, a autora identifica quatro traços dessa racionalidade emergente:

- Integração do discurso médico ao do desenvolvimento econômico;
- Centralização de órgãos e instituições de saúde, através do processo de unificação progressiva de serviços em Departamentos ou Secretarias Federais, no sentido de assegurar a possibilidade de incorporação à prática institucional da Saúde;
- Controle do poder decisório e dos recursos institucionais por órgãos técnicos centralizados estratégicos;
- Generalização da medicina como fator estratégico na implantação da hegemonia de classe.

Isso resulta no entendimento da saúde enquanto um setor do Estado com suas ligações estruturais na organização do aparelho produtivo e com as políticas sociais e a contraposição dessa articulação aos interesses expressos da população alvo dessas políticas. Os principais componentes dessa composição sobre a saúde, no contexto histórico em que Luz analisa, seriam as indústrias multinacionais e nacionais de produção de serviços de saúde e, como intermediário, o Estado subsidiando a atenção médica por via, principalmente, da previdência social.

O intento de Luz (1986), ao construir um modelo de análise para as instituições, é que esse se constitua como histórico e dialético, que se volte para o desvelamento das estratégias de hegemonia em conjunturas determinadas. Sua abordagem é assim definida como uma

analítica já que avança para além de descrições informacionais, decisões institucionais ou na elaboração de uma historiografia calcada no funcionamento das instituições. Em suas palavras, uma análise estritamente política, pois ambiciona destacar desde as instituições “sua densidade específica como modos de poder de um modo de produção social, evitando reduzi-las a reflexo da evolução das forças produtivas ou à função de reprodutoras das relações sociais de produção” (LUZ, 1986, p. 24).

Dois outros contrapontos que Luz recusa em sua elaboração é a fixação da análise acerca dos aspectos estruturais da instituição por via das normas ou papéis, o que resultaria na apresentação das relações sociais apenas como práticas de dominação; ou então, uma análise institucional que delegue ao aspecto estrutural um reflexo de dominação e a consequente defesa de uma desinstitucionalização da própria sociedade.

A diferença, portanto, entre nossa análise do poder institucional e as abordagens mais conhecidas – funcionalistas, estruturalistas ou historicistas – é que as últimas, ocupando-se, na descrição ou na análise, das práticas hegemônicas nas instituições (seja ao nível de discursos, de normas ou de relações sociais), dificilmente apontam para as fissuras internas dessas práticas e para as respostas dos que são “instituídos” por essas práticas. Tais respostas incluem todas as formas de resistências e podem variar do bloqueio à sabotagem, da oposição à rejeição aberta das normas e do discurso dominantes. A análise aqui proposta das instituições tentará exprimir as contradições institucionais tanto a nível discurso/prática e a nível interno do discurso, como a nível das respostas daqueles que a instituição social tenta enquadrar. (LUZ, 1986, p. 26).

Na compreensão de Luz (1986) é pela análise da instituição constituída de forma histórica e dialética que se podem evidenciar seus movimentos e lutas; alocando-a como parte ao mesmo tempo de uma estratégia e campo de possibilidades em uma disputa hegemônica, requisitando ainda atenção à correlação de forças, às formas de

dominação presentes nesses espaços e às respostas providenciadas pelo polo dominado.

Reconhece-se assim a importância das composições da análise institucional a partir de seu campo de coerência psicanalítico por ir além do desvelamento do não-dito na instituição para evidenciar as estruturas de autoridade desses espaços. A autora ainda diferencia a análise institucional da terapia institucional, já que essa última para ela seria apenas uma atualização da teoria das relações humanas.

Ressaltam-se, ainda, os parâmetros que delimitam o caráter contraproducente da Análise Institucional quando comparada a leituras funcionalistas ou renovadoras das Relações Humanas. Esses parâmetros seriam a busca para além das normas da instituição, já que as normas são o mais pobre material para se eleger na análise de uma instituição, pois se trata muito mais de um mecanismo de manutenção das estruturas e uma forma de ocultação das contradições do que necessariamente de um processo de desvelamento do que ocorre nas instituições. Outro aspecto ressaltado pela autora é a compreensão do oculto, no interior da instituição, como meio de dominação de classe e, por fim, a busca no polo dominado por respostas sobre a instituição. São assim parâmetros importantes para a compreensão das contradições intra-institucionais em conjunturas específicas que podem ser desenvolvidas por via da análise institucional.

A partir das notas de Althusser, a autora sugere que as funções repressivas e ideológicas não podem se restringir a aparelhos, ou à instituição jurídico-política da sociedade, por estarem atreladas às instituições:

Pequenas instituições, como o escritório, a fábrica, a empresa em geral, ou o hospital, o banco, etc., podem ser, às vezes, mais eficazes no desempenho das funções de reprimir e formar que as instituições designadas para tal. [...] Nem todas as instituições são aparelhos de Estado no sentido althusseriano. Por outro lado, embora nem toda instituição seja “aparelho”, todas reproduzem regras do poder dominante na sociedade. (LUZ, 1986, p. 28 29)

Em Luz (1986) há uma reinterpretação da noção de Aparelhos de Estado na leitura das instituições médicas. Essa autora integra ao

conceito a compreensão dessas instituições como mais do que uma faceta ideológica do Estado, pois em seu centro desenvolvem-se práticas econômicas e políticas significativas; isso as torna muito mais aparelhos do sistema produtivo do que estritamente do Estado. As instituições ainda respondem a conjunturas políticas repressivas que se voltam para a preservação da ordem, disciplina e hierarquia em seu interior. Ou seja, há uma tendência das instituições, mesmo que as consideremos como civis, de adotarem o modelo autoritário emanado do Estado. Dessa maneira a análise dessas instituições necessita ultrapassar a sua função econômica e identificar que conjunto de práticas e efeitos políticos, ideológicos e econômicos são desenvolvidos, em relação à estratégia de hegemonia de classe.

O conceito de hegemonia, cunhado por Gramsci, tem grande destaque na composição de Luz (1986, p.29) que o apresenta por via de uma “interpretação dinâmica, [...] como processo, como prática sempre recomeçada e, [...], como prática contraditória, na medida em que institui como universal uma Ordem que é fundamentalmente particular”. Isso é garantido por via de processos instituintes apoiados sobre as instituições civis e políticas no Estado ampliado gramsciano.

A hegemonia não será, portanto vista na análise de instituições em uma conjuntura como imposição historicamente realizada da ideologia dominante, mas como processo contraditório em que uma classe estabelece seu domínio político-ideológico através de um conjunto de instituições, a maioria delas, instituições da “cultura”. (LUZ, 1986, p. 42).

O que a autora define como instituições culturais é um conjunto de instituições consideradas civis, mas que são impregnadas de política tanto quanto os denominados aparelhos de Estado. Seus objetivos centram-se na transmissão do saber socialmente hegemônico, na manutenção da autoridade e hierarquia social; são identificadas no conjunto de instituições escolares, igrejas, meios de comunicação, instituições médicas, dentre outros.

De toda forma, a autora descola sua construção teórica das conceituações gramscianas ao descartar a distinção entre instituições civis e instituições políticas para a utilização da expressão “instituição” de forma indistinta, por reconhecer na utilização dessa a possibilidade

de restabelecer a unidade político civil da superestrutura e sua vinculação com as relações de produção. O conceito de instituição que Luz apresenta para sua obra é o seguinte:

Um conjunto articulado de saberes (ideologias) e práticas (formas de intervenção normatizadora na vida dos diferentes grupos e classes sociais). Estes conjuntos (instituições), permeabilizam grande parte das atividades humanas dentro da sociedade, em cada bloco histórico. Esta rede de instituições viabiliza a hegemonia e, portanto a manutenção de toda a imensa infra-estrutura que sobre ela repousa, para retomar invertida, a imagem clássica. [...] Neste sentido, trata-se de ver as instituições como conjunto articulado, como ligação vital de saberes e práticas com efeitos fundamentalmente políticos, envolvendo uma estratégia de luta – não necessariamente aberta – entre grupos e classes sociais constitutivos destas instituições e inseridos em um bloco histórico. [...] Deste ponto de vista, queremos fazer saltar de seu departamento tradicional (superestrutura) as instituições, acentuando-lhes a transversalidade, isto é, sua presença em todos os níveis do “edifício social”. Transversalidade e instâncias (econômica, política, ideológica), transversalidade de funções, repressiva e persuasiva. (LUZ, 1986, p. 30 31).

Essa noção é em muito estimulada por aquilo que a autora define como triângulo teórico perseguido em sua pesquisa: Instituição-Poder-Estado. Para isso destitui da noção de poder institucional qualquer sugestão de poder apenas normatizante das relações sociais e subordinação. Não há nesse um centro coerente de práticas e discursos, mas sim um compósito de distintas razões que podem se coadunar ou contrariar entre si. A identificação, a partir da ordem, do que se constitui como ameaça internamente e externamente é importante para o desvelamento dessas relações, revelando a flexibilidade e inflexibilidade diante de certos processos instituintes, sendo um dos focos para isso o que Luz (1986) considera como os movimentos emergentes encabeçados por profissionais e estudantes nessas instituições. O centro da análise então não se volta a uma historiografia do poder nas

instituições, mas à descoberta, desde uma conjuntura histórica, da expressão desse poder mediante as regras do poder dominante na sociedade. Por isso a necessária não redução da instituição a um conjunto de normas assumidas pelos agentes institucionais, o que seria voltar-se para a estrutura explícita, ou ainda, a redução dela a um conjunto de relações sociais institucionalizadas que poderia resultar em uma ênfase na análise da prática burocrática. O aspecto estrutural (normas de conduta e organização comportamental), todavia não é desprezado, mas assumido junto com a prática institucional em um mesmo núcleo de poder mediado pelo discurso institucional. Para Luz (1986) o discurso não se confunde com as normas, pelo contrário, trata-se do elo entre as relações institucionais de poder e os regulamentos que garantem a continuidade da dominação institucionalizada. Dessa forma o discurso institucional não se esgota nas normas, “Ele é o saber que as suporta: conhecimento e técnica, ciência e arte, ideologia materializada em práticas (discursivas) específicas” (LUZ, 1986, p. 33). Sobre a hierarquia e as normas escreve:

Como a base do poder, a hierarquia, mesmo a das normas, não deve ser posta em dúvida. Se uma regra ocupa o meio de uma hierarquia normativa não deve ser deslocada para um lugar superior ou inferior. Isto não impede que em algumas conjunturas, independentemente de sua “centralidade”, as normas se tornem inquestionáveis simplesmente por serem normas. Na medida em que fazem parte de um conjunto hierárquico, seu questionamento pode estender a dúvida à totalidade do conjunto, isto é, a instituição. Por isso encontramos em toda instituição, principalmente da parte do corpo administrativo, um controle em relação à quebra do regulamento. O ritualismo da norma, [...], existe em intensidade maior ou menor em toda instituição, seja ela mais ou menos “abrangente”. (LUZ, 1986, p. 35).

As regras de fundamentação das relações institucionais dão-se apoiadas sobre a ordem (na garantia da estrutura) e disciplina (que assegura as relações sociais). Esse arquétipo das relações institucionais desdobras-se através de três formas de exercício de poder, ou como Luz

denomina, três conceitos básicos. O primeiro é a hierarquia “marca da subordinação inferior-superior nos dois vértices”, a segunda é a ordem com a “fixação acompanhada de controle sobre o deslocamento dos pólos institucionais” e, por fim, a disciplina “entendida como prática de obediência à hierarquia, sobretudo à hierarquia das relações sociais instituídas”. (LUZ, 1986, p. 36).

As disciplinas são apontadas, a partir de Goffman, como a regra manifesta mais importante das instituições que requisitam o internato de uma parte de seus agentes, mas sua utilização varia e está presente ainda nos mais distintos locais como escritório, família, a empresa, cultivada de forma inconsciente, nas palavras de Luz (1986). Como justificativa a isso a noção de transversalidade, a partir de Lourau, ao reconhecer que uma das formas de analisar uma instituição, como ponto de partida, é identificar os aspectos que uma compartilha com as outras, afinal por que a escola é tão semelhante a uma fábrica? Essa semelhança irradia, em muito, da produção de normas disciplinares que não se diferenciam de forma marcante das produzidas entre locais como, por exemplo, as prisões e escolas. Essa centralidade da disciplina é viabilizada e suscitada pelo “amor” à ordem, tão bem ensinada pelas instituições. Esse amor pela ordem seria resultado, desde Foucault em suas análises das instituições disciplinares, do reconhecimento e esquadramento da disposição no espaço, passando pela ação sobre os indivíduos com a sua fixação no aparelho de produção e reprodução das relações sociais vigentes. Essa ordem social presente nos espaços institucionais é ainda uma expressão política do poder capitalista. “Formar, controlar, reprimir: funções transversais das instituições, destinadas a fixar a ordem institucional e, assim, o aparelho cultural hegemônico” (LUZ, 1986, p. 38) que, traduzidas para o léxico funcionalista, seriam: socializar, integrar e punir.

A importância das instituições culturais, como denominadas por Luz (1986) se dá pela possibilidade de que, em sua análise, se evidenciem as tramas que a perpassam no exercício das relações de poder. Poder, nesse caso, assumido como *stato*, como dado, desde o Estado, “para além dos aparelhos e da sociedade civil, e, no entanto englobando-os” (LUZ, 1986, p. 44). Dessa forma toda atividade social no capitalismo tende a ser regularizada para a garantia do exercício da hegemonia da classe dominante e alojada em alguma instituição.

3.4.4. – Luz e sua contribuição ao Serviço Social.

Luz é uma autora extensamente utilizada na composição das pesquisas analisadas. Acontece aqui algo semelhante ao que já havia sido elencado a partir de Albuquerque: a utilização de um autor como espécie de portfólio para aproximação a outras composições. Dessa forma o apoio que Luz busca em autores como Althusser, Foucault, Goffman, Gramsci e Lourau parecem ter funcionando como viabilizadores para aproximações a estes por autores do Serviço Social.

Balen (1983) a aloca em suas referências bibliográficas, todavia ao longo de sua pesquisa não há menções diretas a Luz, o que pode representar a influencia da autora como interlocutora dos escritos de Michel Foucault.

Edmundo (1987) assume a leitura de Luz sobre as instituições, vinculadas ao exercício de poder hegemônico da classe dominante. As instituições comparecem como modos de poder do modo de produção social, em que discursos e práticas específicas concretizam-se em exercício de dominação e resistência. Para Edmundo (1987) interessa a abordagem política das instituições compreendendo-as por via da contradição introduzidas por grupos e classes. Parte da negação de Luz (1986) em compreender o poder no interior das instituições como forma harmoniosa de dominação, tentando dar visibilidade às correlações de forças e suas alterações na processualidade histórica e às respostas providenciados pelo polo dominado. Esses aspectos são ressaltados por Edmundo (1987). Apresenta também referencias à sociedade disciplinar, através da defesa da Ordem no interior das instituições pela tríade formar, controlar e reprimir o que viabiliza a produção do normal e desviante por via das normas institucionais.

Menções ao Estado repressivo também comparecem através da análise das práticas institucionais e as diretrizes voltadas para seu campo de ação no interior das instituições e o reconhecimento de que as instituições ao se verem inseridas em um Estado de tendência mais repressiva podem vir a recrudesacer suas práticas e discursos.

Na pesquisa de Serra (1983), a instituição é também assumida como aparelho de hegemonia a partir de Gramsci e para isso referencia a caracterização de Luz da instituição, seu mecanismo e dinâmica específicos. Serra (1983) salienta as influências de Gramsci e Foucault nas composições de Luz (1986) e resalta as diferenças no tratamento do conceito de hegemonia do marxista sardo para a pesquisa da autora brasileira.

Já em Souza (1982) a função de fixar os indivíduos no sistema de produção por via de pequenas e grandes instituições é mencionado a partir do desenho das instituições mais abrangente, conceitualmente traçado por Luz (1986) em sua inspiração da leitura que realiza de Foucault.

Faleiros (1991, p. 32) corrobora com a apreensão de Luz (1986) que reconhece as instituições como “modos de poder de um modo de produção social, como micropoderes, núcleos do poder central como práticas de dominação, como um conjunto articulado de saberes (ideologias) e práticas (formas de intervenção normalizadora dos diferentes grupos e classes sociais)”.

Trata-se, por fim, de uma autora que tem em sua obra um capítulo extensamente utilizado pela forma, principalmente, como transita por diversas influências das ciências sociais e tenta aplicar certas ressignificações a conceitos de outros autores. Luz (1986) parece ter auxiliado a leitura sobre as instituições no momento repressivo ditatorial que o país vivia na época da composição de sua pesquisa. Todavia os capítulos em que analisa certas fontes de pesquisa como jornais, documentos e até mesmo através da observação participante são exemplos de abordagem que embora pudessem ter servido de inspiração para os autores do Serviço Social não são referenciados de forma alguma. Em uma pesquisa como a de Edmundo (1987), por exemplo, ao constatar o corte externo da instituição na análise dos processos macroeconômicos em Recife, Luz (1986) poderia ter fornecido indicações sobre como apresentar a instituição FEBEM. Dessa forma, e como ocorreu com Albuquerque, a influência da autora apoia-se na oferta dessa a diferentes elaborações das ciências sociais e na forma como interpreta de forma particular os diversos autores que servem de referência à elaboração de seu conceito de instituições.

3.5.– A presença Marxista nas composições sobre as instituições.

3.5.1. – Althusser: algumas outras notas.

Um indivíduo crê em Deus, ou no dever, ou na justiça, etc. Esta crença provém (para todo mundo, isto é, para todos que vivem na representação ideológica da ideologia, que reduz a ideologia, por definição, as ideias dotadas de existência espiritual) das ideias do dito indivíduo enquanto sujeito possuidor de uma consciência na qual estão as ideias de sua crença. [...] O indivíduo em questão se conduz de tal ou qual maneira, adota tal ou qual comportamento prático, e, o que é mais, participa de certas práticas regulamentadas que são as do aparelho ideológico do qual “dependem” as ideias que ele livremente escolheu com plena consciência, enquanto sujeito. (ALTHUSSER, 1985).

Althusser é considerado um dos mais importantes e influentes marxistas do século XX. Todavia, sua obra é repleta de polêmicas e a relevância do autor parece muitas vezes se confundir com as críticas suscitadas contra ele pela leitura que realiza de Marx. A própria obra de Althusser não ostenta um desenvolvimento linear, ao estar marcada por retornos e avanços a partir de seus escritos e certas temáticas. Dessa forma, as críticas que Althusser recebeu não são exclusivas dos seus leitores, mas também compostas e apontadas por si em exercícios de autocrítica (SILVA, 1986). Há ainda aqueles que sustentam que as críticas dirigidas ao autor são excessivamente dependentes dos apontamentos que o mesmo fez nas constantes correções, retificações, retratações e releituras de sua obra realizadas por si mesmo. (ESCOBAR, 1979).

É posterior ao Maio de 68 que Althusser publica um texto preliminar, de uma pesquisa em desenvolvimento, que objetivava compreender, através da teoria clássica do Estado marxista, a produção e reprodução da sociedade e dos meios de dominação na sociedade capitalista. Dessa forma o autor questiona quais seriam os meios de o Estado, distinguido entre o poder de Estado e o aparelho de Estado, assegurar uma estrutura de dominação de classes. Esse texto preliminar

resultaria na obra *Sobre a Reprodução*, todavia, ao menos no Brasil, são as Notas de *Aparelhos Ideológicos de Estado* que acabou por exercer uma ampla influência entre acadêmicos e militantes de esquerda.

Na América Latina, as primeiras aproximações à obra de Althusser ocorreram na metade da década de 1960 através da chilena Marta Harnecker, que em Cuba elaborou um manual sobre o materialismo histórico. Embora tenha sido uma iniciativa importante por ser a primeira divulgação da obra do autor o próprio Althusser a avaliou como de pouca qualidade. (CASSIN, 1999).

Althusser (1985) inicia seu texto sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado citando um trecho de uma carta escrita por Marx em 1868 em que o alemão afirmava não ser possível a existência de uma formação social que não reproduza as suas condições de produção já que sua própria existência é dependente dessa. Sem a perspectiva da reprodução, há uma tendência à deformação, ou abstração, da formação social, essa constituída pelo modo de produção dominante. Logo a sociedade necessita reproduzir as forças produtivas e as relações de produção existentes.

A reprodução da força de trabalho é assim uma necessidade para a continuidade da sociedade por ser uma mercadoria que no modo de produção capitalista é trocada pelo salário. Um dos fatores que assegura o retorno, todos os dias, do operário ao seu posto de trabalho, bem como a administração de sua vida e de sua família. Todavia, ao capital não basta à reprodução dessa força de trabalho ao capital, pois ela precisa ser competente, nas palavras de Althusser (1985, p. 57) “apta a ser utilizada no sistema complexo do processo de produção”. Essa qualificação da força de trabalho se dará a partir de um conjunto de instituições e instâncias variadas que engloba o local de trabalho, o sistema escolar do capitalismo, a igreja, dentre outros. É desde a escola que Althusser reconhece uma polivalência nas técnicas e conhecimentos aprendidos através do comportamento moral, consciência cívica e profissional. Esse processo resulta na submissão às normas da ordem vigente, ou seja:

Uma reprodução da submissão dos operários à ideologia dominante por parte dos operários e uma reprodução da capacidade de perfeito domínio da ideologia dominante por parte dos agentes da exploração e repressão, de modo a que eles assegurem também “pela palavra” o

predomínio da classe dominante. (ALTHUSSER, 1985, p. 58).

Na interpretação de Althusser (1985) qualquer teoria que se proponha científica possui a etapa descritiva como primeira para sua elaboração, sendo essa transitória e necessária ao desenvolvimento e superação da forma descrição. A teoria descritiva do Estado marxista se relaciona de forma direta aos fatos observáveis que lhe dizem respeito descrevendo assim o aparelho repressivo que contribui à dominação de classe. Ao buscar acrescer a teoria descritiva do Estado, Althusser identifica aquilo que seriam os Aparelhos Ideológicos de Estado.

A partir do reconhecimento da metáfora predial de representação da sociedade com a superestrutura e infraestrutura, Althusser assevera que a reprodução é o que possibilita caracterizar a superestrutura. Dessa maneira, o Estado, o direito e a ideologia forneceriam pistas para compreender essa topologia. A partir dos clássicos do marxismo, Althusser afirma que o Estado é o aparelho de Estado e distinto do poder de Estado. Essa distinção está presente desde o *18 Brumário* de Marx em que a luta de classes centra-se na disputa pelo poder do Estado e a tomada desse aparelho. O proletariado precisa tomar o poder de Estado, destruir o aparelho burguês, substituí-lo e, posteriormente, destruí-lo, dando fim ao poder e ao aparelho burguês. Reconhecendo que a teoria do Estado marxista compareceu sempre como mais complexa do que a própria composição marxista - os avanços galgados por Gramsci com as instituições da sociedade civil são uma inspiração direta para essa afirmação - o adensamento que Althusser oferece a essa tese é, em suma, os Aparelhos Ideológicos de Estado.

É a partir de uma definição sobre o Aparelho de Estado, que abarca o governo, o exército, a polícia, os tribunais, que Althusser passará a considerá-los como de função repressiva. Quanto aos Aparelhos Ideológicos de Estado incluem um conjunto de instituições distintas e especializadas tais como: religiosas, escolar, familiar, jurídica, política, sindical, cultural. O que os distingue do conjunto que compõe o Aparelho Repressivo não é a relação entre público e privado, já que para Althusser o Estado é em si a condição de toda distinção entre essas esferas; o que importa é o funcionamento dessas instituições. Todo aparelho funciona com algum grau de coerção ou ideologia, todavia, no aparelho repressivo, a manifestação da coerção é maior, assim como nos aparelhos ideológicos que exercem algum grau de coerção, mas a ação

nos aparelhos ideológicos centra-se sobre os aspectos ideológicos da produção e reprodução social. Ou seja, há sutis combinações entre essas duas modalidades por via do aparelho repressivo e aparelhos ideológicos, dessa forma:

Se os AIE “funcionam” predominantemente através da ideologia, o que unifica a sua diversidade é este funcionamento mesmo, na medida em que a ideologia, na qual funcionam, está de fato sempre unificada, apesar da sua diversidade e contradições, sob a ideologia dominante, que é a ideologia da “classe dominante”. Se considerarmos que por princípio a “classe dominante” detém o poder do Estado (de forma clara, ou mais frequentemente por alianças de classes ou de frações de classes) e que dispõe, portanto, do Aparelho (repressivo) do Estado, podemos admitir que a mesma classe dominante seja ativa nos Aparelhos Ideológicos de Estado. Bem entendido, agir por leis e decretos no Aparelho (repressivo) do Estado é outra coisa que agir através da ideologia dominante nos Aparelhos Ideológicos de Estado. Seria preciso detalhar esta diferença, - que, no entanto não deve encobrir a realidade de uma profunda identidade. Ao que sabemos *nenhuma classe pode, de forma douradora, deter o poder do Estado sem exercer ao mesmo tempo sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos de Estado.* (ALTHUSSER, 1985, p.70 71 grifos do autor)

O Aparelho de Estado compreende então o corpo das instituições ideológicas e o aparelho repressivo. A reprodução é garantida pela força, seja ela física ou não, pelas condições políticas para as relações de produção, e ainda, assegura não apenas sua reprodução, mas também as condições políticas de exercício dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Althusser (1985) considera a ideologia dominante defendida e escorada no Aparelho Repressivo como o que assegura o exercício da classe dominante detentora do poder de Estado de forma harmoniosa nesse duo de aparelhos (Repressivo/Ideológicos).

Há ainda na discussão sobre a ideologia os apontamentos do autor que ratificam a centralidade da luta de classes na compreensão

desses aparelhos de forma não atomizada ou fragmentária. Para ilustrar essa assertiva menciona a luta anticlerical no século XVI ao XVIII na França, quando a igreja constituía-se como o aparelho ideológico principal. Na Revolução Francesa há o ataque a esse aparelho e a criação posterior de novos aparelhos ideológicos. A análise feudal justifica-se para demonstrar a utilização do Aparelho Ideológico de Estado como espaço de luta de classes entre a aristocracia fundiária e a burguesia industrial no século XIX. O que resultou no ataque à igreja e o apoio da burguesia ao novo aparelho ideológico político: a democracia parlamentar.

Se antes da ascensão do modelo capitalista, Althusser (1985) aponta a igreja e a família como os principais Aparelhos Ideológicos de Estado, posteriormente o par igreja-família é substituído pelo escola-família. O Aparelho Ideológico de Estado político, através do regime democrático parlamentar, devido ao sufrágio universal e as lutas partidárias apresenta-se como o central, mas é a escola quem detém esse papel para Althusser:

Ela se encarrega das crianças de todas as classes sociais desde o Maternal, e desde o Maternal ela lhes inculca, durante anos, precisamente durante aqueles anos em que a criança é mais “vulnerável”, espremida entre o aparelho de Estado familiar e o aparelho de Estado escolar, os saberes contidos na ideologia dominante (o francês, o cálculo, a história natural, as ciências, a literatura), ou simplesmente a ideologia dominante em estado puro (moral, educação cívica, filosofia). Por volta do 16º ano, uma enorme massa de crianças entra na “produção”: são os operários ou os pequenos camponeses. Uma outra parte da juventude escolarizável prossegue: e, seja como for, caminha para os cargos dos pequenos e médios, pequenos burgueses de todo tipo. Uma última parcela chega ao final do percurso, seja para cair num semi-desemprego intelectual, seja para fornecer além dos “intelectuais” do trabalhador coletivo”, os agentes da exploração (capitalistas, gerentes), os agentes da repressão (militares, policiais, políticos, administradores) e os profissionais da ideologia (padres de toda espécie, que em sua

maioria são leigos convictos). (ALTHUSSER, 1985, p. 79)

As funções dos Aparelhos Ideológicos de Estado são delimitadas em quatro: a primeira, todos os aparelhos convergem para a reprodução das relações de exploração capitalistas; a segunda, o reconhecimento da função precípua do Aparelho Ideológico de Estado, ou seja, no aparelho político, a submissão da classe subalterna ao parlamento, no aparelho de informações a disseminação de nacionalismo, chauvinismo, liberalismo; a terceira, o reconhecimento das contradições no interior dos aparelhos fruto de resquícios, ou melhor, heranças das antigas classes dominantes, do proletariado e de suas organizações; por fim a quarta, harmonizar a sociedade e no centro disso esta a escola.

Um componente importante da tese dos Aparelhos Ideológicos de Estado é o conceito de ideologia e a forma como esse dialoga com a teoria marxiana e marxista. Se para Marx a ideologia comparecia como um sistema de ideias, de representações, que domina o espírito de um homem ou grupo social para Althusser, mesmo com o desenvolvimento sobre o tema apresentado em *A Ideologia Alemã*, não há uma teoria da ideologia em Marx que seja marxista. Nesse texto de Marx a ideologia comparece como ilusão, em suma, nada. O que acusa a ausência de história na ideologia, uma tese, nas palavras de Althusser (1985), puramente negativa que afirma sua natureza de sonho e a ausência de uma história sua. Ao contrário dessas afirmações Althusser irá defender que a ideologia tem uma história, em um sentido positivo, como a história da luta de classes.

Para apoiar essa afirmativa Althusser apresentará duas teses, uma negativa outra positiva, uma abordando o objeto “representado” sob a forma imaginária da ideologia e a segunda a materialidade da ideologia. A primeira apresenta a ideologia como uma “representação” da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência já que a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as relações de produção e outras derivadas e, a segunda, quanto a sua existência material, a ideologia se expressa, através da produção material, em comportamentos, crenças e ações. Dessa forma o indivíduo participa de práticas regulamentadas do aparelho ideológico por via das ideias eleitas em sua consciência enquanto sujeito⁴⁰.

40

Anterior à publicação de Aparelhos Ideológicos de Estado o autor já havia apresentado uma definição sobre a ideologia no texto de *Pour Marx*:

Se ele crê no Dever, ele terá comportamentos correspondentes, inscritos nas práticas rituais, “segundo os bons costumes”. Se ele crê na justiça, ele se submeterá sem discussão às regras do Direito, e poderá mesmo protestar quando elas são violadas, assinar petições, tomar parte em uma manifestação, etc. (ALTHUSSER, 1985, p. 90).

Posteriormente o autor publica uma resposta às críticas que seu texto recebeu ao ser considerado funcionalista pela identificação das funções imediatas nas instituições, em que afirmava que Althusser se declarava marxista, mas excluía, de um só tempo, a dialética e a luta de classes em sua elaboração. Para o autor suas notas não foram lidas com a necessária atenção, e refuta a afirmação da ausência sobre a luta de classes retomando certas passagens de seu texto. Ao mesmo tempo comenta sobre os acontecimentos de Maio de 1968. Para Althusser esses nada mais seriam do que uma revolta no interior dos Aparelhos Ideológicos de Estado. O que não foi levantado nesse movimento, ou se manteve oculto, era o caráter de luta de classes inerente à constituição histórica e a reprodução da ideologia dominante. Essa ausência de uma perspectiva histórica e política, de luta de classes, o leva a afirmar que a reprodução é um processo global e não uma soma de enfrentamentos pontuais ou limitados a esferas distintas (econômica, política, ideológica) e ainda um processo histórico, e não, episódios de repressão ou de revoltas imediatos (ALTHUSSER, 1985).

“Ideologia é um sistema (possuidor de lógica e rigor próprios) de representações (imagens, mitos, ideias ou conceitos, conforme os casos) dotado de existência e papel históricos no seio de determinada sociedade. Sem entrar no problema das relações de uma ciência com seu passado (ideológico) dizemos que a ideologia como sistema de representações distingue-se da ciência naquilo que a função prático-social lhe tira de função teórica (ou função de conhecimento)” . (ALTHUSSER, 1967, p. 74).

3.5.2. – Althusser e o Serviço Social.

É amplamente debatida a conturbada aproximação do Serviço Social brasileiro à tradição marxiana e marxista a partir da década de 1960. As razões para isso são múltiplas, desde o processo repressivo ditatorial – o que inclui outros países da América Latina; o acesso a interlocutores como Politzer, Marta Harnecker, e o próprio Althusser em detrimento do próprio Marx; uma leitura impregnada de positivismo com interpretações a partir da realidade repressiva ditatorial; a transposição mecanicista do arsenal heurístico marxista e marxiano para a realidade latino-americana; a presença da Teologia da Libertação e sua apropriação de indicações marxistas, o legado freiriano, dentre outros. Grande parte dos profissionais de Serviço Social formados no período da ditadura militar brasileira não tiveram acesso aos textos de Marx e quando o tiveram foi de forma parcial.

Quiroga (1999) aponta a predominância de leituras enviesadas ou por manuais, tendo como uma das principais referenciais o próprio Althusser. A importância do autor se dava historicamente pelo contexto do movimento social operário europeu. Todavia o corte epistemológico na obra de Marx, que leva à ruptura entre ciência e transformação social e a um cientificismo do marxismo com privilégio à ordem epistemológica no lugar da ontologia, seriam entraves à leitura do autor no marxismo que viria a prevalecer no interior do Serviço Social durante a década de 1980.

Santos (2007) destaca os níveis de aproximações cumulativas do Serviço Social ao marxismo, a partir da década de 1960. Essa aproximação inicial é problemática por ser realizada através de militância política que captura do marxismo certos elementos ideopolíticos para embasar a opção pela colisão contra a suposta noção de neutralidade profissional, mas que se apoiava em uma construção essencialmente epistemológica na supracitada década. O marxismo foi assim adotado desde a década de 1960 nos moldes de uma ciência positivista e empirista.

No livro de Faleiros (1991) *Saber Profissional, Poder Institucional*, ao final do primeiro capítulo, há uma breve menção à Althusser; ao apresentar as contribuições de Gramsci para a elaboração de uma ressignificação do Serviço Social como profissão, o autor chama a atenção à necessidade de evitar que Gramsci se torne um “autor da moda”, como o foi Mao Tsé-Tung, Lenin e, por fim, o próprio Althusser.

Souza (1982) coaduna com Althusser quando afirma que, embora no aparelho repressivo haja predominantemente a coerção, ele requisita também um grau de ideologia; assim como os aparelhos ideológicos que, em certo grau, possuem algum tipo de exercício de repressão ou coerção para garantirem seu funcionamento. E para fundamentar sua análise parte da leitura de Gramsci sobre a sociedade civil e sociedade política.

No caso de Serra (1983), a tese de Althusser dos Aparelhos Ideológicos de Estado é mencionada em uma das três concepções de Estado apresentadas em sua obra, no caso desde o estruturalismo. Essa compreensão enfatizaria, para a autora, as relações sociais como reflexos da dominação de classe e as instituições como Aparelhos Ideológicos de Estado através da concepção do marxismo como a defendida por Althusser.

Nesse breve levantamento da presença de Althusser nas obras analisadas cabe salientar a constante utilização de Althusser juntamente a Gramsci. Nos escritos de Souza (1982), por exemplo, comparece a utilização desse par – Gramsci e Althusser – como forma de complementar a composição de Althusser. Não busca nessa opção esclarecer, de toda forma, as distinções entre as análises desses dois intelectuais, apenas ressaltar suas similitudes. Os autores do Serviço Social analisados que utilizaram Althusser em suas pesquisas o incorporam como um complemento as ideias de Gramsci, ou quando o fizeram de forma isolada, o tema abordado é a tese dos aparelhos ideológicos para compreender o momento repressivo vivenciado no Brasil desde meados da década de 1960.

Outro fator perceptível é a sintomática inflexão que os recursos a Althusser parecem sofrer já na década de 1980 no Serviço Social. Se, frequentemente, as menções que justificam as leituras funcionalistas sobre o Estado e as instituições como aparelhos que respondem apenas aos interesses da classe dominante são mencionadas como justificativas para as críticas que Althusser passou a receber no interior da profissão, algo que pode ser perfeitamente verificado em Silva (1986) e Bisneto (2007), revelam-se escassas as menções diretas à tese dos “Aparelhos Ideológicos de Estado” nas pesquisas sobre as instituições.

Em parte isso pode ser resultado da problemática forma como Althusser encaminhou sua leitura de Marx – com a ênfase em entender suas fases através de cortes epistemológicos –, algo que se revelaria inconciliável com a leitura do marxismo como a ciência da ciência ou a ontologia do ser social. Esse corte epistemológico compreendia Marx através de uma ruptura de Marx com Hegel, distinguindo um jovem

Marx, de perspectiva ideológica e não marxista; um período de maturação onde consegue compor conceitualmente sua teoria ainda que atrelada à ideologia burguesa; e, por fim, o período da maturidade em que o materialismo é alicerçado em rigorosas bases científicas. Essa interpretação da trajetória intelectual de Marx evidencia a manifestação da cientificidade na teoria marxista e no interior do campo da ideologia.

Ainda é necessário considerar a presença do autor, embora sem ser citado diretamente, ao longo da composição das obras. A tese dos AIE se tornou amplamente difundida na América Latina durante o período repressivo ditatorial e a interpretação do Estado como comitê de administração da burguesia encontrava nas notas de Althusser uma ancoragem segura para desvelar as instituições enquanto meios de garantia dessa dominação de classes.

Como infere Albuquerque (1985) em sua leitura de *Notas...*, a apropriação das sugestões ali presentes deveria ocorrer como um conjunto de indicações úteis de um estudo ainda em desenvolvimento, um texto de sugestões titubeantes que depende muito mais do leitor que a realiza do que necessariamente da repetição e dominação do conceito de forma finita. Algo que em muito parece não ter ocorrido. Podemos assim reconhecer nas notas de Althusser a deflagração e delimitação de um tipo de marxismo que a partir de certo momento se ancorou na profissão e seu posterior expurgo no que tange ao marxismo predominante no Serviço Social brasileiro.

3.5.3. – Gramsci: uma contribuição ao debate sobre as instituições.

A Hegemonia vem da fábrica e, para ser exercida, só necessita de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia. (GRAMSCI, 1989).

3.5.3.1. – Estado Ampliado, Hegemonia e “Aparelhos Privados de Hegemonia”.

Gramsci nunca compôs um estudo, elaborou uma tese ou análise que se pretendesse institucionalista. Como assinala Buci-Glucksmann (1980) não houve em seus escritos qualquer primazia do aparelho sobre a luta de classes. Essa não adesão ao institucionalismo, ou às indicações institucionalistas, não se refere diretamente apenas ao institucionalismo nos termos em que até aqui foi discutido, mas a não adesão à escola sociológica clássica que teria como principal expoente o sociólogo Weber com o primado das instituições sobre as práticas.

Todavia há nos escritos de Gramsci indicações importantes ao debate sobre as instituições. Sua complexificação do conceito de Estado marxista com os aparelhos privados de hegemonia; a importância da noção de hegemonia como direção política e cultural da classe dominante; e, a apreensão da correlação de forças através da relação entre infraestrutura e superestrutura com a avaliação de três momentos (econômico, político e político militar) que evita desvios idealistas do momento ideológico, economicista ou da ação no campo superestrutural. Essas são algumas das indicações que permitem assumir, desde a analítica gramsciana, indicações sobre o âmbito institucional para a análise da produção teórica do Serviço Social que encontra em Gramsci um importante expoente no debate sobre as instituições.

De toda forma não podemos ignorar que a dialética revolucionária que Gramsci consubstancia não é aderente a qualquer modelo “estrutural funcionalista”, como bem apontou Buci-Glucksmann (1980) em que as formas de integração em uma estrutura (função) consolidem modos de institucionalização para o controle.

Não se trata aqui de uma conversão mecanicista de certos termos do marxista sardo, seria simplista e intelectualmente desonesto assumir a noção de aparelhos privados de hegemonia como uma mera materialização das instituições ou transformar a identificação da relação de forças em uma espécie de análise de conjuntura destinada aos espaços institucionais.

Gramsci escreveu sobre um momento específico da história italiana, desenvolveu determinadas análises que, em uma espécie de duplo desdobramento, resultam sempre em outros conceitos que se apresentam interligados e complementares entre si. Falar sobre o Estado ampliado em Gramsci requer reconhecer a importância do bloco histórico que o constitui em determinado momento, o papel dos intelectuais e suas diferentes vinculações a determinadas classes, a hegemonia como disputa da direção econômica e cultural da sociedade, entre outros.

É necessário reconhecer ainda o caráter revolucionário de seus escritos com a diferenciação entre sociedades orientais e ocidentais, reflexo da complexidade emergente da sociedade capitalista que requisitava uma apreensão que conservasse o cerne do Estado clássico como apresentado por Marx, mas que o superasse dada as necessidades postas pelo presente de Gramsci⁴¹. Como bem identificou Buci-Glucksmann (1980, p. 83) “não há teoria de hegemonia sem teoria da crise de hegemonia; [...] não há extensão do Estado sem redefinição de uma perspectiva estratégica nova: ‘a guerra de posição’, que permita à classe operária lutar por um novo Estado”.

Isso significa que a análise do texto de Gramsci exige em seu caminhar a contextualização de seus escritos; sua apreensão como um marxista, e não um sociólogo (ou até mesmo um institucionalista) e, ao mesmo tempo, ter claro que – e isso quem nos diz é Coutinho (1990) –, Gramsci nunca hesitou em ampliar suas reflexões para diversos campos no esforço de compreender a realidade social como totalidade.

Mas há outro aspecto que nos encoraja a iniciar uma empreitada, ainda que breve, por alguns de seus escritos. A revolução em Gramsci não ignora a presença das instituições, pelo contrário, ele se interroga sobre o que fazer com o aparelho de Estado já que uma revolução permanecerá passiva enquanto não decidir sobre o destino do aparelho existente. Na discussão sobre o desaparecimento do Estado burguês para a assunção do Estado integral, num longo fôlego revolucionário, Buci-Glucksmann (1980) afirma que no lugar do utopismo ufanista da morte das instituições (família, escola) devem-se analisar as condições históricas que contribuem para sua manutenção, transformação e sua progressiva extinção.

Dado o aspecto fragmentário de seus escritos e a forma como gradativamente foi publicado no Brasil cabe fazer alguns apontamentos

41

Um exemplo nos escritos de Gramsci dessa atenção aos fenômenos coetâneos do capital são as notas publicadas no Brasil sob o título *Americanismo e Fordismo*. Ao contrário do movimento comunista internacional que ignorou a importância desse fenômeno Gramsci o percebia como “um modo de vida profundamente imbricado na esfera produtiva com o taylorismo – como modelo de organização do trabalho – e com o fordismo – como mecanismo global de acumulação de capital” (BRAGA, 2008, p. 12). Em suma Gramsci aponta nessas notas que o capitalismo estadunidense é o único que não se encontra limitado por resíduos (ou entes parasitários) dos modos de produção anteriores e, ao mesmo tempo, é o que possibilita naquele momento significativo avanço nas lutas operárias.

sobre como propomos apresentar a análise dos escritos de Gramsci no Serviço Social.

Dos autores do Serviço Social analisados nessa dissertação dois fazem referência direta ao autor: Faleiros (1991) e Serra (1983)⁴²; quanto a referências sem citação direta cabe mencionar Souza (1982). Na utilização que esses autores realizam de Gramsci há um radial extenso que engloba desde conceitos rigorosamente elaborados pelo marxista sardo até tomadas de expressões que parecem ser apenas uma coincidência léxica, ou uma interpretação particularizada de alguma composição gramsciana. Por exemplo, em Serra (1983) os conceitos de raiz gramsciana identificados são: Estado Ampliado (p. 21, 23,38); Bloco Histórico (p. 24); Sociedade Civil e Sociedade Política (p. 25); Hegemonia (p. 26, 34); instituição como aparelho de hegemonia (p. 30) e Intelectual Orgânico (p. 40, 44). Já em Faleiros comparecem certos temas como: hegemonia na instituição (p. 9); importância de Gramsci ao Serviço Social (p. 28); instituições a partir da hegemonia em Gramsci (p. 52); Hegemonia (p. 52, 53, 65, 67, 95); Guerra de Posição (p. 53, 70, 82); opção pela análise política das instituições (p. 65); Intelectuais (p. 95, 109); Senso Comum (p. 95); Estrutura e Superestrutura desde a análise gramsciana (p. 95); Coerção e Consenso (p. 100, 102); Instituições a partir de Gramsci e Marx (p. 101); Pequena e Grande Política (p. 102).

Esses exemplos evidenciam o caráter complexo de uma análise que se debruce sobre a influência de Gramsci no que tange à produção sobre instituições no Serviço Social.

Somado a isso, temos a maneira como as obras do autor foram publicadas no Brasil. Faleiros e Serra utilizam obras como *Concepção Dialética da História*; *Os Intelectuais e a Organização da Cultura e Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, todas publicadas no Brasil, a partir da década de 1970. Essas obras são conhecidas por se tratarem de versões editadas e organizadas de seus escritos no cárcere, não sendo assim a versão integral dos cadernos. Não se trata em hipótese alguma de um demérito quando lidas a partir das versões na íntegra publicadas a partir do ano 2000 no Brasil, pois dado o momento histórico era a forma

42 A obra de Edmundo (1987) utiliza diversas composições de Luz (1986), que, por sua vez, utiliza o marxista sardo em sua pesquisa sobre as instituições médicas no Brasil. Todavia Edmundo (1987) não faz qualquer menção ao marxista centrando-se apenas na pesquisadora brasileira.

viável de publicar as obras do autor. Esse fator é decisivo para as opções metodológicas que assumimos em nossa pesquisa.

Primeiramente, a obra de Gramsci é gigantesca, gigantesca não apenas pela densidade de seus escritos, mas pela forma como ele relaciona aspectos da história italiana ao fascismo, os diversos equívocos que os partidos comunistas vinham tomando e a rigorosa leitura que realizava de Marx e Lênin em suas notas. Trata-se aqui de um intelectual marxista que busca, e com as mais controversas e lancinantes condições objetivas, compor uma obra que tenta desenvolver uma cultura marxista que possa derrotar a cada vez mais complexa ordem do capital. Esse contexto requisita travejamento de seu leitor para que ele possa ser inserido em certos temas de pesquisa sem distorções que contrariam sua concepção política de mundo.

Optamos assim pela leitura dos livros de Gramsci que foram referenciados pelos autores do Serviço Social e, ao mesmo tempo, não nos furtaremos de utilizar alguns interlocutores gramscianos. A utilização aqui de certos interlocutores se justifica pela proposta que orientará a identificação da influência de Gramsci no Serviço Social.

Buci-Gluksmann (1980) apresenta uma densa pesquisa a partir da obra de Gramsci e se esforça para compor uma análise teórico-política da elaboração de uma teoria materialista. Há aqui o privilégio da análise em torno da noção de hegemonia enquanto categoria eminentemente política que atravessa os escritos do autor antes e durante os anos de cárcere. Importante destacar nessa autora o esforço de identificar as influências que Althusser teria recebido de Gramsci.

Coutinho (1989; 1990) foi o responsável pela tradução das primeiras edições brasileiras das obras de Gramsci, e posteriormente da publicação nos anos 2000 da versão na íntegra dos *Cadernos* no Brasil. Trata-se de um intelectual com uma longa trajetória de militância e produção acadêmica. O autor reconhece como cerne da produção de Gramsci a política como categoria central de seu pensamento. Por ser um autor de orientação lukacsiana, e um rigoroso leitor de Marx, não se furta a apontar certos equívocos nas composições do marxista sardo, principalmente no que tange ao idealismo presente em suas observações sobre a ontologia da natureza. Coutinho ressalta que Gramsci não deve ser lido como uma alternativa ao leninismo, vinculando-o apenas a Marx; ao mesmo tempo, o vínculo com Lenin não deve obscurecer a renovação, ou melhor, a superação dialética que Gramsci empreende sobre os escritos de Lenin. A importância de Coutinho para a proposta desenvolvida aqui é pela sua vinculação a uma tradição marxista presente no Serviço Social brasileiro que trata desse arsenal heurístico

de forma rigorosa ao mesmo tempo em que reconhece no que tange a análise gramsciniana a importância da infraestrutura da sociedade capitalista na análise do marxista sardo.

Outra interlocutora da obra de Gramsci é Schlesener (2007), aqui com o privilégio da discussão sobre a hegemonia e cultura ao longo de toda a trajetória de Gramsci. Há na autora uma minuciosa reconstrução historiográfica dos escritos do autor atrelados a sua trajetória política, passando pelos trabalhos no *Ordine Nuovo*, pela atuação nos conselhos de fábrica, a Segunda Internacional e culminando no cárcere. A atenção que a autora consegue concentrar na reconstrução dessa trajetória a categorias como hegemonia e correlação de forças e a vinculação que consegue preservar de uma categoria a outra, torna Schlesener uma potente leitura para o desvelamento de certos conceitos gramscianos.

Por fim Simionatto (1999) comparece pela rigorosidade com que trata os escritos de Gramsci ao mesmo tempo em que, por ser uma pesquisadora que compôs uma extensa sistematização sobre a influência gramsciana em autores do Serviço Social, o que inclui Faleiros (1991) e Serra (1983), a torna um antecedente importante à nossa pesquisa. Em Simionatto (1999, p. 36) a importância de Gramsci se dá pela exploração de novos campos de pesquisa que se localizam para além de certas composições marxianas, ao mesmo tempo em que “[...] nesse processo de conservação/renovação, entende que os pressupostos teóricos do marxismo devem continuar a ser o fio condutor de uma proposta de caráter revolucionário”.

A partir da leitura das obras do Serviço Social e a identificação da influência de Gramsci, elegemos três conceitos gramscianos, que já são em si de uma amplitude gigantesca, que atravessam os escritos de Faleiros e Serra: o Estado em Gramsci, com ênfase no Estado ampliado, Hegemonia e Aparelhos Privados de Hegemonia. Propomos aqui percorrer todos os três com o apoio de seus intérpretes para, em seguida, apresentar de que forma esses se inter-relacionam e sua utilização pelos autores do Serviço Social.

3.5.3.2. – Indicações gramscianas sobre as instituições.

Gramsci reconhecia viver em uma época de profundas transformações sociais fruto do desenvolvimento da sociedade

capitalista. Esse desenvolvimento resultava em mudanças no âmbito social, político e econômico. Toda ação que se propunha político-revolucionária precisa reconhecer as exigências postas pelo seu momento histórico, pelas forças produtivas em desenvolvimento e pelas disputas nas relações de força na sociedade. Gramsci apontava como necessária uma forma de socialismo que articulasse desde a infraestrutura aspectos culturais e políticos, através da defesa e criação de uma nova cultura e homem.

É a partir de 1924, com as indicações já delimitadas por Lenin sobre a dificuldade em se conquistar o poder nas sociedades capitalistas avançadas que Gramsci desenvolverá uma das noções mais ratificadas nos Cadernos, a diferença estrutural na formação das sociedades orientais e ocidentais. Como apontam Buci-Glucksmann (1980) e Simionatto (1999) essa diferenciação, e a consequente luta pela hegemonia, já haviam começado a ser delimitados antes do texto *Sobre a Questão Meridional*. Através de discussões do III Congresso Internacional Comunista de 1921 sobre a “Frente Única” possibilitaram a Gramsci delimitar a diferença entre as sociedades orientais e ocidentais.

Ao evidenciar as condições distintas postas para a ação revolucionária entre países da Europa central e da Rússia, os fatores nacionais e internacionais colocados pela luta de classe nos 30 primeiros anos do século XX que se explicitaram as grandes questões políticas que substanciaram a elaboração da concepção de Estado ampliado em Gramsci. Buci-Glucksmann (1980) as elenca como: a crise do Estado liberal, a natureza do fascismo e do Estado fascista, os Estados soviéticos e sua relação com a URSS, os conselhos de fábrica, as dificuldades enfrentadas pelos Estados socialistas e, por fim, a resistência do aparelho de Estado com o desenvolvimento da burguesia típico das sociedades ocidentais. É essa análise que parte da concepção clássica do Estado marxista e sua ampliação que permitirá a Gramsci, através da sociedade civil e sociedade política, superar dialeticamente a concepção de Estado marxista.

Simionatto (1999) aponta para a presença, a partir de 1930, de duas concepções de Estado, ou, como afirma Buci-Gluksmann (1980), dois momentos distintos que englobam uma noção de Estado em sentido restrito e a do Estado ampliado em Gramsci. Nesse período suas discussões acerca do Estado se apoiam em esferas distintas desde a superestrutura, a sociedade civil e a sociedade política.

A sociedade civil é descrita por Gramsci como conjunto de organismos considerados privados e a sociedade política

correspondendo à função de hegemonia com o comando do Estado e governo jurídico. Existem assim dois planos superestruturais: o aparato de hegemonia, desde a sociedade civil, e o aparato de coerção ou domínio, desde a sociedade política ou Estado.

Se Marx e Engels conseguiram avançar politicamente na concepção de Estado, e esse Estado compreendido como aparelho repressivo, foi graças a identificação, em todo fenômeno estatal, da presença das classes sociais como sua gênese e havendo a função profícua de perpetuar essa diferenciação de classes. O contexto de Gramsci é distinto do de Marx e Engels, há complexificação do fenômeno estatal que constitui como legítima, por via de processos democráticos, novas formas de leis e funções relativamente autônomas em relação aos fenômenos econômicos e aparelho repressivo. É justamente a partir “do reconhecimento dessa socialização da política no capitalismo desenvolvido, dessa formação de sujeitos políticos coletivos de massa” (COUTINHO, 1989, p. 75) que Gramsci elaborará sua noção de Estado ampliado, sua leitura da sociedade civil.

A teoria do Estado ampliado encontra apoio nos “aparelhos privados de hegemonia” e a própria noção de intelectual como desenvolvida por Gramsci:

Portanto, o Estado em sentido amplo, “com novas determinações”, comporta duas esferas principais: a sociedade política (que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou “Estado-coerção”), que é formada pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob o controle das burocracias executivas e policial-militar; e a sociedade civil, formada precisamente pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias compreendendo o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura, etc. (COUTINHO, 1989, p. 76).

A importância dos intelectuais no que tange a teoria do Estado ampliado vincula-se ao seu papel de vanguarda e a vinculação que esses intelectuais possuem com as classes sociais em disputa pela hegemonia,

necessita de “um trabalho especificamente filosófico sobre as superestruturas e a filosofia como objeto de classe no interior do aparelho de hegemonia”. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 150). O próprio desenvolvimento das distintas categorias de intelectual (orgânico ou tradicional) e a forma como se posicionam nas lutas de classe concatenadas ao reconhecimento desse Estado ampliado vinculase a esse trabalho. Em uma extensa análise a respeito dos intelectuais italianos Gramsci abrirá suas reflexões sobre a autonomia e os processos de formação das categorias profissionais:

Cada grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político [...] Cada grupo social “essencial”, contudo, surgindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenvolveu até nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam alias, como representantes de uma continuidade histórica que não fora interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. (GRAMSCI, 1978, p. 3, 5).

Para Buci-Glucksmann (1980) a ampliação do Estado, assumida com a crise do aparelho de hegemonia, é inseparável da análise das bases históricas do Estado. Se em Gramsci o Estado não é exclusivamente um instrumento nas mãos de uma classe que o instrumentaliza mediante seus interesses, é pela presença de mecanismos em seu interior mais complexos que partem e transbordam do próprio aparelho e possibilitam uma disputa por dentro desses aparelhos de Estado. Gramsci (1989) reconhecia, pela experiência da franco-maçonaria, que uma instituição privada poderia contribuir para a coesão do Estado ao desempenhar um papel ideológico e político no processo de unificação de classe através do aparelho de Estado e dos intelectuais. Sendo assim:

A ampliação do Estado coincide com a atualização de duas dialéticas estreitamente ligadas: a que une uma fração da classe dominante (no caso, o capitalismo financeiro) à unidade da burguesia como classe, e a dos vínculos ideológicos, mas também materiais, de uma classe dominante com “sua base de massa” (Togliatti), com sua “base histórica” (Gramsci). O Estado, longe de reduzir-se a um instrumento externo às relações sociais, articula-se a essas relações sociais em torno de um ponto preciso. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 147-148).

Através dos aparelhos de hegemonia se concretizam meios para que a dominação de classe supere sua base estreita resultando na organização do consenso de ampla camada da população a partir da política exercida pela classe dominante. Em suma essa ampliação do Estado, colide com o economicismo liberal e o maximalista. Requisita ainda a recusa de um Estado instrumento através de três distintas ações:

- Um desdobramento metodológico das superestruturas, que permite incorporar o aparelho de hegemonia de classe à análise do Estado.
- Uma tomada em consideração da “base histórica” do Estado que liga Estado e “bloco histórico”, Estado e bloco no poder. Um tal “bloco” está organizado em torno da dominância e da primazia de uma classe, ou de uma fração de classe, em “equilíbrio instável” permanentemente minado por contradições potenciais, cuja natureza será preciso mostrar em função dos tipos de Estado.
- Esses dois pontos se suturam na recusa de conceber o conflito de classes como simples conflito entre duas forças fundamentais (burguesia/proletariado), e tomando em consideração as camadas e forças auxiliares e apoios, sua posição em relação ao Estado e sua posição de classe. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 149,150).

O bloco histórico ao qual Buci-Glucksmann faz referência, é apresentado por Gramsci (1986) como um conjunto complexo constituído pela estrutura e pelas superestruturas de forma “contraditória e discordante”, sendo assim o reflexo do conjunto das relações sociais de produção.

Sendo a ampliação do Estado incompatível com qualquer noção estrutural-funcionalista que interdite as estratégias da classe operária torna-se imprescindível a apreensão dialética dos conceitos gramscianos. Dessa forma, o aparelho de hegemonia é inseparável da noção de crise no interior desse aparelho; a existência de um bloco histórico no poder é apreendida concomitante à luta por um novo bloco histórico; as correlações de forças estando presente no aspecto econômico, ideológico e político.

Um importante conceito que apoia a teoria do Estado ampliado é o de “aparelhos privados de hegemonia”. O Estado se constitui assim pela sociedade política formada pelos órgãos da repressão que detém o monopólio da violência e aparelhos de coerção sobre controle burocrático e policial-militar. Já a sociedade civil constitui-se pelo conjunto das organizações como o sistema escolar, a igreja, partidos políticos, sindicatos que em suma são responsáveis pela difusão e elaboração das ideologias. São aparelhos privados de hegemonia pelo caráter de relativa autonomia junto à infraestrutura e pela adesão voluntária. A diferença entre essas esferas comparece pelo tipo de exercício que realizam na articulação e reprodução das relações de poder. Para Gramsci (1989) essas duas esferas que formam o Estado com a soma da sociedade política e sociedade civil constituem um tipo de hegemonia revestido de coerção.

Nesse sentido, ambas servem para conservar ou promover uma determinada base econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. Mas o modo de encaminhar essa promoção ou conservação varia nos dois casos: no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção política e o consenso, por meio da sociedade política, ao contrário, as classes exercem sempre uma ditadura ou, mais

precisamente, uma dominação mediante a coerção. Assim, como podemos ver, é a sociedade política (ou o Estado coerção) o momento do fenômeno estatal que recebeu a atenção prioritária dos clássicos, enquanto as novas determinações descobertas por Gramsci concentram-se no que ele chama de sociedade civil. E a novidade introduzida por Gramsci não diz tanto respeito à questão da hegemonia, já abordada por Lênin, mas ao fato de que a hegemonia – enquanto figura social – recebe agora uma base material própria, um espaço autônomo e específico de manifestação. (COUTINHO, 1989, p. 77).

Há outro tipo de diferenciação a ser destacado dessas esferas, um tipo de materialidade sócio-institucional. É a materialidade requisitada para o exercício da hegemonia que formulou, de certa forma, os aparelhos privados de hegemonia, estes como “organismos sociais coletivos voluntários relativamente autônomos em face da sociedade política”. (COUTINHO, 1989, p. 77).

A necessidade de conquistar o consenso ativo e organizado como base para a dominação – uma necessidade gerada pela ampliação da socialização da política – criou e/ou renovou determinadas objetivações ou instituições sociais, que passaram a funcionar como portadores materiais específicos (com estrutura e legalidade próprias) das relações sociais de hegemonia. E é essa independência material – ao mesmo tempo base e resultado da autonomia relativa assumida agora pela figura social da hegemonia – que funda ontologicamente a sociedade civil como uma esfera própria, e que funciona como mediação necessária entre a estrutura econômica e o Estado coerção. Temos aqui mais um exemplo de aplicação concreta por Gramsci, na esfera da práxis política, da ontologia materialista do ser social que está na base da produção teórica de Marx: para este, não há forma ou função social sem uma base material, não há objetividade histórica que não resulte da dialética entre essa

forma social e seu portador material.
(COUTINHO, 1989, p. 78).

Para o desenvolvimento desses aspectos comparece novamente a hegemonia no interior da noção de Estado ampliado. Se Marx explicita em *A Ideologia Alemã* que a sociedade civil seria a partir de um determinado período histórico a materialização no conjunto da estrutura econômica e social essa – a sociedade civil em Gramsci – sofre uma ampliação, pois se deve reconhecer na sociedade civil o local de organização dos interesses em conflito e as diversas contradições presentes na sociedade. Dessa forma, a sociedade civil abarca ainda as relações sociais “que engloba o devir concreto da vida cotidiana, da vida em sociedade, o emaranhado das instituições e ideologias nas quais as relações se cultivam e se organizam”. (SIMIONATTO, 1999, p. 68). A existência dos aparelhos privados de hegemonia contribui para a obtenção do consenso.

Nas palavras de Schlesener (2007, p. 21) o conceito de hegemonia, “fundado na análise do bloco histórico e articulado a noção de Estado ampliado, permite aprofundar a reciprocidade e organicidade entre o econômico-social e o político-ideológico e a compreender o papel assumido pela cultura nos tempos modernos”. Há dessa forma uma dinâmica recíproca entre estrutura e superestrutura através da dinamicidade entre o econômico, o político e o cultural.

A noção de hegemonia articula-se à concepção gramsciana de Estado, que se propõe compreender as novas características da formação e reprodução das relações de poder nas sociedades onde o capitalismo alcançou um novo estágio de desenvolvimento. Nestas sociedades, o poder é exercido através da sociedade política, composta pelos aparelhos administrativo-burocrático e político-militar, pelos quais a classe que detém o poder tem condições de reprimir e disciplinar os grupos sociais que se opõem ao seu domínio; e da sociedade civil, formada pelas instituições que elaboram e/ou divulgam as ideologias possibilitando a formação de consenso, base de sustentação das relações de poder. (SCHLESENER, 2007, p. 28).

No que tange a hegemonia Buci-Glucksmann (1980) acredita que até 1926 esse conceito se referia, principalmente, a uma estratégia alternativa do proletariado, ocorrendo, no *Caderno do Cárcere* nº. 1, uma mudança pela apreensão por Gramsci do aparelho de hegemonia vinculada às práticas das classes dominantes. Esse conceito de hegemonia vincula-se ora à constituição de classe e ao processo de transformação revolucionária e ora às estruturas do Estado.

O aparelho de hegemonia qualifica e precisa a hegemonia, entendida como hegemonia política e cultural das classes dominantes. Conjunto complexo de instituições, ideologias, práticas e agentes (entre os quais os intelectuais), o aparelho de hegemonia só encontra sua unificação através da análise da expansão de uma classe. Uma hegemonia não se unifica como aparelho a não ser por referencia à classe que se constitui em e através da mediação de múltiplos sub-sistemas: aparelho escolar (da escola à universidade), aparelho cultural (dos museus às bibliotecas), organização da informação, do meio ambiente, do urbanismo, sem esquecer o peso específico de aparelhos eventualmente herdados de um modo de produção anterior (igreja). (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 70).

A análise de um aparelho de hegemonia, segundo Buci-Glucksmann (1980, p. 77) deve explicitar que a hegemonia não está vinculada apenas aos aspectos culturais pois a gênese teórica da concepção gramsciana de hegemonia vincula-se “a outro campo prioritário: uma análise comparativa dos tipos de tomada do poder pela burguesia, uma teoria e uma prática da revolução”. Quanto à hegemonia e ao aparelho de hegemonia:

A hegemonia, a constituição de um aparelho de hegemonia não se reduzem exclusivamente ao momento superestrutural, a superestrutura garantindo a “reprodução” de relações de produção. Assim como toda correlação de forças parte da infraestrutura e de suas contradições materiais, do mesmo modo, o aparelho de

hegemonia esta associado a um duplo funcionamento da sociedade civil. Essas famosas “iniciativas privadas” das quais frequentemente Gramsci fala para caracterizar a sociedade civil, e entre as quais o fordismo não é senão um dos exemplos mais límpidos... poderiam definir-se como iniciativas industriais monopolistas por um lado, e culturais-ideológicas, de outro. Nesse sentido, o aparelho de hegemonia revela-se constitutivo das relações de produção como “relações sociais-ideológicas”, conforme a distinção de Lenin. Ideologias práticas, modos de vida, de sentir se enraízam na base: a relação *civiltá/produção* é um ponto forte de toda a problemática gramsciana do capitalismo, mas também do socialismo. (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 124).

É desde 1930 que Gramsci apresenta uma espécie de reestruturação do conceito de hegemonia. A hegemonia passa a constituir uma crítica ao economicismo, que inclui o liberalismo burguês; o sindicalismo teórico de Sorel e apreensões esquerdistas do “quanto pior melhor”. Essas críticas são concomitantes a uma investigação de cunho teórico-metodológico das relações entre infraestrutura e superestrutura. Vincula assim de forma explícita a hegemonia ao Estado colocando agora em uma leitura estratégica através da guerra de movimento e guerra de posição.

Como assinala Simionatto (1999) a diferenciação entre oriente e ocidente, uma acepção que permitiu a Gramsci delimitar a diferença da tomada do poder na revolução da URSS e alguns países da Europa ocidental, ocorria pela configuração do Estado.

O embate girava em torno da conquista da hegemonia a ser obtida no âmbito da sociedade civil. Esta estratégia, denominada por Gramsci de “guerra de posição”, encerra em si um processo de luta para a conquista da direção político-ideológica e do consenso dos setores mais expressivos da população, como caminho para a conquista e conservação do poder. Da “guerra de movimento” à “guerra de posição” supõe o consenso ativo, ou seja, organizado e

participativo, implicando também, unidade na diversidade, um movimento dialético e democrático. Da “Guerra de movimento” a “Guerra de posição”, ocorre uma mudança de qualidade, ou seja, é quando há predominância do consenso sobre as forças coercitivas. (SIMIONATTO, 1999, p. 39 40).

A hegemonia se exerce como direção política dependente de um consenso. Essa noção que a compreende como direção intelectual e moral defende seu exercício desde o campo das ideias e cultura no esforço de constituir a base social. A submissão que a hegemonia pode requisitar de certos grupos não ocorre apenas pela força, mas também pelas ideias. E essa ação é dependente de uma rede articulada de instituições ou organizações culturais, os aparelhos privados de hegemonia. A finalidade desses aparelhos é legitimar uma subalternidade das classes exploradas de forma política e cultural que se dá por um conjunto de ideologias constituídas historicamente e oriundas da classe dominante.

Assim, a luta pela hegemonia nas sociedades de capitalismo avançado não se trava só no nível das instâncias econômicas e políticas (relações materiais de produção e poder estatal), mas também na esfera da cultura. A elevação cultural das massas assume importância decisiva nesse processo, para que essas possam libertar-se da pressão ideológica das velhas classes dirigentes e elevar-se a condição destas últimas. A batalha cultural apresenta-se, portanto, como fator decisivo no processo de luta pela hegemonia, na conquista do consenso e da direção político-ideológica por parte das classes subalternas. Exercitá-la consiste, pois, na capacidade de o partido político participar da formação de uma nova concepção de mundo, de elaborar uma proposta transformadora de sociedade a partir de “baixo”. (SIMIONATTO, 1999, p. 49).

Dessa forma a hegemonia seria um processo constituído pela leitura da história através do reconhecimento da liberdade e necessidade

enquanto constituinte dos indivíduos histórico-concretos. No que tange a ação prática e a própria noção de estratégia, indissociável da disputa pela hegemonia, essa é construída por indivíduos histórico-concretos e depende de uma apreensão histórica e dialética da realidade enquanto disputa pela hegemonia da classe trabalhadora. Sobre o exercício da hegemonia salienta Schlesener (2007, p. 29):

O exercício da hegemonia assume condições diferentes a partir do modo como os grupos sociais se relacionam e exercem suas funções materiais de produção, da organização do Estado e do papel mais ou menos coercitivo e intervencionista da sociedade política, e ainda do processo de conscientização política das classes dominadas; a hegemonia é uma relação ativa, cambiante, evidenciando os conflitos sociais, os modos de pensar e agir e expressam na vivência política; conforme se desenvolvem e se inter-relacionam as forças em luta, tem-se o fortalecimento das relações de domínio, o equilíbrio entre coerção e consenso ou a ampliação da participação política e da organização da sociedade civil.

Tem-se assim um apanhado breve do que podemos considerar como Estado ampliado, hegemonia e aparelhos privados de hegemonia desde os escritos de Gramsci bem como a partir da contribuição de alguns de seus interlocutores. É importante salientar que dificilmente esses temas podem ser tratados isoladamente já, que como em uma raiz rizoma, os conceitos de interligam, se relacionam e se complementam. Dentro da própria trajetória política e intelectual de Gramsci há tratamentos distintos para o mesmo tema. Resulta disso nossa intenção de apenas subsidiar uma base que nos alocasse dentro do construto gramsciano ainda que sem esgotar suas indicações.

3.5.3.3. –Apresença de Gramsci nas pesquisas sobre as instituições no Serviço Social.

Discutir a inserção de Gramsci nas pesquisas do Serviço Social na década de 1980 é antes de tudo referenciar o Movimento de Reconceituação e reconhecer a importância dos textos do marxista sardo nesse período para a profissão. Já em 1982 Faleiros (1991), ao defender uma leitura da profissão que repensasse concepções e propostas de contrapoder revolucionário, apontava à necessidade de se atentar para as possibilidades postas, naquele momento, pelas intervenções estatais e as mobilizações populares. A interlocução com Gramsci possibilitava vislumbrar uma constituição de Estado que não se limitava a ser mero instrumento de dominação de uma classe sobre outra, ao mesmo tempo em que colocava, no campo do possível, os tensionamentos e disputas. Não mais um ente monolítico, mas uma arena de disputa entre classes.

Em sua obra, Souza (1982) coaduna sua leitura a partir de Althusser sobre a tese dos Aparelhos Ideológicos de Estado com a elaboração gramsciana sobre a sociedade civil e sociedade política para discorrer sobre o monopólio da violência, e ao mesmo tempo, as ações descentralizadas oriundas das diversas instituições e organizações na sociedade.

Considerando agora a significação do Estado no contexto institucional, o que se pode ter presente é que a realidade do contexto institucional é sobretudo, a realidade da sociedade civil e da sociedade política, o qual se representa através das suas instituições e organizações. Nestas o Estado penetra as instituições da sociedade política e tenta penetrar e controlar também as instituições da sociedade civil. Neste sentido, o contexto institucional da sociedade é o próprio contexto do Estado. Compreender a dinâmica de determinadas instituições supõe, por conseguinte, conhecer as características e a dinâmica do Estado. (SOUZA, 1982, p. 49).

Serra (1983) apoia-se, principalmente, na elaboração gramsciana do Estado ampliado para, através da análise da fala de Assistentes Sociais, abordar os seguintes conceitos: Estado, Instituição e

Prática Profissional Institucionalizada. Realiza um esforço de contextualizar no âmbito do Estado ditatorial e nos movimentos políticos e populares a ressignificação, acertos e equívocos do Serviço Social como profissão no contexto histórico. Assim como Faleiros (1991), Serra (1983) vale-se de uma leitura gramsciana de certos temas para compreender a natureza do exercício profissional – o apelo à noção de intelectual – e à alocação do profissional de Serviço Social em distintas instituições – num Estado ampliado, com um bloco histórico em desenvolvimento e disputa pela hegemonia.

No item intitulado “Estado como problema teórico”, Serra (1983) expõe três concepções de Estado: Estado liberal e Estado de bem-estar de forma indistinta⁴³; o Estado como instrumento para submissão de uma classe sobre a outra e o Estado ampliado desde a concepção gramsciana. Para Serra (1983) o Estado ampliado decorre da concepção clássica marxista e reconhece, ao mesmo tempo, os limites dessa formulação. Nas palavras de Serra (1983, p. 23), o seu princípio fundamental é de que:

a contradição entre a burguesia e o proletariado, bem como a luta de classes que dela emana, nos capacita a compreender a contradição inerente à operação do próprio Estado. Portanto, o Estado possui uma relativa autonomia e não pode ser visto como um mero reflexo da classe dominante.

A autora identifica nas políticas sociais - influenciada pelas reflexões de Faleiros (1980) - as instituições como canais de atendimento e de reivindicações para que se assegure certa harmonia social. Serra (1983) realiza ainda outras referências a Gramsci, devido a sua leitura do Estado ampliado, que inclui o Bloco Histórico por via de

⁴³

Como já assinalou Simionatto (1999, p. 196) “Cabe explicitar que, enquanto o Estado liberal é um Estado mínimo, o Estado de Bem-Estar é, um fenômeno social que decorre do próprio Estado ampliado. É um Estado que interfere na sociedade, privilegia certos direitos sociais incorporando pressupostos que se situam entre o liberalismo e o socialismo, embora de forma contraditória. Pode-se dizer que o Estado do Bem-Estar é, em certos aspectos compatível com o liberalismo, mas consegue implantar-se mesmo contra esta perspectiva, pois busca ultrapassar o jogo das forças do mercado no interesse do bem-estar social”.

sua relação dialética e orgânica com a estrutura e superestrutura, bem como por sua composição por instâncias: estrutura ou infraestrutura constituída pela sociedade econômica e a superestrutura com esferas que englobam a sociedade política, o aparelho de Estado e a sociedade civil que forma a maior parte da superestrutura. A distinção entre sociedade política e sociedade civil assume assim uma importância central na composição da autora seguido pela apresentação da concepção de hegemonia e o reconhecimento da constante disputa entre classes que a envolve. No que tange aos assistentes sociais Serra (1983, p. 26) acredita que o que interessa são “os meios através dos quais o Estado exerce sua função educativa, e dentre eles estão as instituições, que são o espaço utilizado por esses profissionais para desempenharem sua atividade”. São assim as instituições assumidas como aparelhos privados da sociedade civil.

Já no item posterior do livro de Serra (1983) “A instituição como espaço da prática” comparecem três concepções de instituição, essas concepções se vinculam, de forma linear, às leituras anteriores sobre o Estado. Então ao apresentar a teoria estrutural funcional, cujos maiores representantes seriam Parsons e Weber, Serra (1983) vincula o conceito de instituição a sua leitura do Estado de Bem-Estar ou o Estado acima das classes.

A segunda concepção de instituição é histórico-estrutural sendo essa “reflexo da dominação de classe” o elo dessa apreensão é a concepção do Estado como instrumento de dominação, sendo os Aparelhos Ideológicos de Estado de Althusser aqui uma providencial peça.

Por fim, a concepção final de instituição é que, conseqüentemente, vincula-se ao Estado ampliado de Gramsci, reconhece-a como aparelho de hegemonia. Todavia todo o desenvolvimento subsequente será resultado das leituras da autora de Luz (1986) sobre as instituições, não desenvolvendo assim uma análise acerca dos aparelhos de hegemonia a partir de Gramsci, mas através de Luz (1986).

No item seguinte “A prática profissional institucionalizada” há o resultado do esquema de conceitos composto anteriormente. Para cada conceito de Estado e instituição apresentado temos um tipo de prática profissional diferenciada. Então o Estado de Bem-Estar de Serra (1983), cuja instituição comparece como aparelho funcional, demandaria um tipo de profissional que se coloca acima dos conflitos sociais e não reconhece, ou ignora as disputas de classe. Além desse perfil de apreensão “casuística e factual” da realidade social há também os

profissionais que apresentam apreensões fatalistas que não reconhecem qualquer possibilidade de mudanças ou transformações no interior das instituições; para Serra (1983) trata-se de um grupo “acomodado”.

O segundo perfil profissional, atrelado ao Estado como instrumento e à instituição como aparelho de Estado, compreende a instituição como bloco monolítico sem possibilidade de inversão ou alteração nas relações de poder e de dominação que atravessam as classes sociais. O trabalho do assistente social então se daria fora das instituições. O Estado é o controle e a instituição o instrumento.

Por fim, a junção do Estado ampliado e o reconhecimento da instituição como aparelho contraditório constitui um tipo de perfil profissional que, no entender de Serra (1984, p. 38):

Consideram a prática institucional dentro de uma visão ampla e dinâmica da realidade. Admitem as instituições como aparelhos de Estado, cuja função precípua é a execução de políticas sociais com o objetivo principal de manter os interesses da classe dominante. Consideram, contudo, que as instituições incorporam, necessariamente, as demandas dos grupos sociais. Nessa direção, esses profissionais identificam que as instituições, ao incorporarem os interesses das classes subalternas, dão margem, neste confronto, à viabilização de transformação de suas estruturas de poder através da luta conjunta da clientela instituída, dos profissionais de Serviço Social e de outros grupos institucionais, tendo como suporte a conjuntura social, expressa nas lutas mais amplas da sociedade. [...] A prática profissional institucionalizada tem os seus limites exata e principalmente por ser institucionalizada e, como tal, sujeita a determinantes de agentes outros que tentam impor regras, normas e parâmetros para sua execução.

Ou seja, no que tange ao exercício profissional institucionalizado, Serra (1983) reconhece que esse exercício é antes de tudo circunscrito pelos próprios limites da instituição, que oferta ao exercício profissional, regras, normas e parâmetros que cingem sua execução. É por usar a expressão “tentam”, referentes aos sujeitos institucionais, denominados como “agentes outros”, que a autora aloca em seu quadro conceitual seu entendimento sobre as disputas e conflitos

no interior dos espaços institucionais e para isso a conceituação de Albuquerque sobre as práticas institucionalizadas passa a ser um aporte. Posteriormente Serra (1983) vincula os escritos de Albuquerque sobre a prática dos atores institucionais a noção gramsciana de intelectual, com ênfase no intelectual do tipo orgânico. É importante reproduzir aqui um trecho, que embora extenso, permite demonstrar o cerne de nossa análise sobre a influência de Gramsci nos escritos da autora:

Cabe verificar de maneira especial como se dão ou como se podem dar estas práticas diversas. Em primeiro lugar, é importante analisar a prática do agente profissional. Este, a nosso ver, assume uma posição de mediador, na medida em que é chamado, de certa forma, a ser o representante do poder institucional junto à clientela, como aquele que efetiva e concretiza os benefícios e os serviços das instituições. Neste sentido, o médico é o representante das instituições de saúde; os professores das instituições de ensino; o assistente social, das instituições de bem-estar, e assim por diante. Ora, na medida em que o agente profissional assume este papel, cabe o sentido inverso da relação mediadora, isto é, deverá incorporar os interesses da clientela a quem ele presta diretamente os serviços institucionais. Vemos aqui a posição do intelectual orgânico claramente evidenciada. No que tange ao desempenho de seu papel ligado à classe dominante, ele se torna o representante institucional e, em relação à função do intelectual orgânico, vinculado as classes subalternas, ele assume a defesa dos interesses dessas classes. (SERRA, 1983, p. 40).

Esse trecho é encerrado com um questionamento acerca da forma como se constitui a relação entre agente profissional, clientela e poder institucional. Todo esse trecho parece ilustrar a forma como Serra (1983) parece assumir a complexidade dos temas com que trabalha por via de sua leitura gramsciana do Estado, instituições e intelectuais⁴⁴.

44 No que tange a utilização da categoria Intelectual Orgânico nesse trecho cabe novo recurso a Simionatto (1999) quando essa identifica a forma

Se para Serra (1983) o médico é o agente privilegiado no hospital consequentemente o assistente social o será nas instituições de bem-estar. Todavia isso contraria a própria noção até então defendida de que o que constituirá as relações institucionais é a realidade específica do local e as condições postas ao exercício profissional e não por apriorismos de cargos e profissões.

Desenvolver uma discussão partindo do par espaço/profissional, elegendo para isso algumas categorias e atrelando a esse esquema a noção de intelectual orgânico gramsciano não deixa de ser uma seara de difícil escapatória.

A medicina enquanto profissão e o médico como agente profissional não poderiam ser mencionados sem referenciar os processos históricos que permitiram que essa profissão se espraiasse para os mais diferentes recôncavos e equipamentos sociais, sejam esses da saúde ou não. Por exemplo, o binômio hospital/médico envolve muito mais do que apenas uma relação de status ou privilégio profissional. Trata-se de um equipamento que passou por transformações radicais nos últimos séculos e que no transcorrer dessas transformações requisitou um tipo de profissional que ofertasse práticas condizentes com o objetivo ao qual pretendia-se responder. Objetivos esses, também, radicalmente transformados. Se o médico é na análise de Serra (1983) um representante o é por se tratar de uma analogia mecanicista da relação que essa profissão constitui com o espaço em questão, mas não porque esses dois fatores (equipamento/profissional) possam ser tomados como

como Serra (1983) parece presumir do intelectual a direção da reforma intelectual e moral a ser assumida, sem considerar no processo as referências de Gramsci ao partido político e sua função também nesse processo. Essa apreensão em Serra (1983) é justificável pela abordagem institucionalista que tenta impregnar a obra de Gramsci, assim prioriza em sua análise o assistente social como intelectual ao mesmo tempo em que não se furta a mencioná-lo como um ator institucional. Por outro lado, em um exercício especulativo de nossa parte, é possível que, pelo caráter de sua obra, resultasse uma abordagem do partido político como uma espécie de instituição. Isso resultaria em uma abordagem curiosa ao Moderno Príncipe. A respeito do partido e da apreensão desse como uma forma de instituição escreveu Schlesener (2007, p. 15): “Um partido político encontra-se sempre em construção: nunca está definido e não o estará jamais. Quando um partido se define, tende a desaparecer ou se enrijece na burocracia, o que significa dizer que perde o seu significado e a sua função política ante as massas.

binômios um do outro para uma leitura das relações entre os agentes institucionais e consequentemente intelectual orgânico, mas como resultantes de processos extremamente complexos que envolvem justamente mais do que a relação de ambos ensimesmados.

Não será por acaso que o exemplo seguinte é o da escola e o professor. Se Althusser colocava essa instituição como o aparelho ideológico central na sociedade capitalista, como ignorar a facilidade com que conseguimos associar o espaço escolar com o professor? Se, para Gramsci (1978, p. 131), toda relação de hegemonia é uma relação pedagógica é compreensível que o trabalho do professor assuma um caráter central:

Daí porque é possível dizer que, na escola, o nexo instrução-educação somente pode ser representado pelo trabalho vivo do professor, na medida em que o mestre é consciente dos contrastes entre o tipo de sociedade e de cultura representado pelos alunos, sendo também consciente de sua tarefa, que consiste em acelerar e em disciplinar a formação da criança conforme o tipo superior em luta com o tipo inferior.

Talvez o importante aqui não seja realizar essas mesmas leituras desde as instituições de Bem-estar social, com as devidas variações históricas, com os assistentes sociais, mas reconhecer que quando Serra (1983) realizou sua pesquisa era o que se requisitava à profissão dada a delimitação cada vez mais evidente da política social como meio privilegiado para consecução do exercício profissional e as instituições como espaços para o exercício profissional e disputa constante. No entanto, o assistente social pode ser lido aqui como um profissional central nas instituições de bem-estar social.

O substrato empírico da pesquisa são falas em um fórum profissional e Serra não se propõe a analisar nenhum local específico, mas analisa a fala de profissionais, que por sua vez analisam locais concretos que ocupam. Não há aqui o debruçar-se sobre uma instituição de bem-estar para discutir o Estado, a instituição e a prática profissional. No lugar disso tem-se inúmeras gravuras sobre as mais diferentes realidades que possuem como similitude o fato de:

- Serem espaços habitados por profissionais de Serviço Social;

- Estarem esses locais imersos em um momento histórico de profundas transformações no que tange ao Estado repressivo, embates políticos no interior da profissão e a modernização e tecnificação cada vez mais premente do trabalho profissional;
- A representação desses espaços por via da análise da fala de assistentes sociais.

Serra (1983) tem preocupações em sua pesquisa vinculadas ao processo de formação e aos profissionais em seu exercício e expressa isso pela maneira como reconhece que os processos de transformação experimentados pela profissão durante o Movimento de Reconceitualização não podiam mais ignorar o caráter interventivo da profissão e sua inserção institucional.

Na obra de Faleiros (1991), Gramsci comparece como um de seus principais referenciais teóricos. Simionatto (1999) analisou brevemente a influência de Gramsci em seus escritos e reconheceu uma espécie de pioneirismo no que tange a composições sem apoios, tão massivamente dependentes de interlocutores no âmbito do Serviço Social brasileiro. A respeito das obras de Faleiros escreveu:

Constitui sem dúvidas, uma das mais significativas contribuições à ruptura com os procedimentos típicos do tradicionalismo que marcou o Serviço Social até a década de 70. Apresenta-se como uma tentativa de denúncia do chamado Serviço Social Tradicional, marcando a dimensão política da prática profissional e a sua vinculação histórica ao capitalismo e aos interesses da classe dominante. É, ainda, uma denúncia à inconsistência dos referenciais teóricos do Serviço Social e às suas formas de prática pautadas numa perspectiva empirista, tecnicista e pragmática. São constantes as preocupações do autor em delimitar saídas e alternativas que viabilizem o exercício da prática profissional comprometida com os interesses da clientela no âmbito institucional. [...] As reflexões de Faleiros, assentadas em grande parte no pensamento gramsciano e na tradição marxista, extrapolam, portanto, o mero discurso acadêmico, analisando o efetivo exercício da prática profissional no

contexto da sociedade capitalista (SIMIONATTO, 1999, p. 189).

A análise que Simionatto (1999) desenvolve a partir do autor é breve, ainda que seja interessante a referência que a pesquisadora realiza a outra obra de Faleiros, no caso, o livro *Metodologia e Ideologia do Trabalho Social*:

O trabalho de Faleiros, publicado em 1972 (*Metodologia e Ideologia do Trabalho Social*), fundamenta-se em Marx, Engels, Mao TséTung e Althusser, com algumas referências a Gramsci e Poulantzas, em seu esforço para tematizar a questão da ideologia. Já na edição brasileira de 1981, o feixe de reflexões se amplia e, ao lado da fonte marxiana, subsidiam a sua construção teórica novas categorias do pensamento de Gramsci, Poulantzas e Michel Foucault. O autor contesta a concepção de hegemonia apresentada por Poulantzas, afirmando que este, diferentemente de Gramsci, separa hegemonia e dominação. Apoiado em Buci-Gluksmann, Faleiros afirma que “coerção” e “hegemonia” não são opostos e, sim, elementos concomitantes, presentes em qualquer forma de Estado. **É correta esta observação, pois hegemonia e dominação, coerção e consenso, direção e ditadura são feixes de funções que aparecem de modo mais ou menos explícitos, dependendo da autonomia das esferas estruturais, do grau de socialização da política e da correlação de forças entre as classes sociais que entram na luta para obter a supremacia.**[...] Mesmo partindo dessa concepção, Faleiros entrecruza a noção gramsciana de hegemonia e intelectual orgânico com a perspectiva de poder, originária de Michel Foucault (SIMIONATTO, 1999, p. 188, grifo nosso).

É interessante destacar que, após esse trecho, Simionatto (1999) incorre nas críticas comuns aos escritos de Michel Foucault, ao apontar o quão problemático pode ser a aproximação de um autor como Gramsci, que como já mencionado não tem qualquer aderência a um

institucionalismo weberiano, ao filósofo francês que não teria desenvolvido uma teoria do Estado, e sim se voltado a preocupações referentes a manifestações do poder no interior das instituições com a análise da microfísica do poder no lugar de uma macrofísica que englobaria o Estado como objeto de pesquisa.

Não irei aqui repetir o que já foi mencionado sobre a forma como as obras do autor francês chegaram ao Brasil e sua trajetória até o desenvolvimento de pesquisas que se debruçaram sobre o fenômeno estatal moderno, mas sim apontar o quão coerente resulta a aproximação (proposita ou não) desses dois autores. Primeiramente Simionatto (1999) descreve no trecho em negrito da última citação algo que se aproxima muito da própria noção de relações de poder em Michel Foucault, com destaque para a breve centralidade da luta no lugar da classe social. Não bastasse isso a propalada transposição do micro para o espaço institucional e do macro para uma leitura do Estado é repetida restringindo a elaboração de Foucault a “coisas menores”⁴⁵.

Infelizmente não será possível aqui elencar similitudes entre Gramsci e Foucault⁴⁶, o importante é ratificar a abordagem que Faleiros

45 Em sua analítica sobre as relações de poder escreveu Foucault (2001, p. 95): “Nenhum ‘foco local’, nenhum ‘esquema de transformação’ poderia funcionar se, através de uma série de encadeamentos sucessivos, não se insere, no final das contas, em uma estratégia global. E, inversamente, nenhuma estratégia poderia proporcionar efeitos globais a não ser apoiada em relações precisas e tênues que lhe servissem, não de aplicação e consequência, mas de suporte e ponto de fixação”. Deleuze (2005, p.82) esclarece que quando referimos as relações de poder em Foucault e a uma microfísica: “Com a condição de não entendermos ‘micro’ como uma simples miniaturização das formas visíveis ou enunciáveis, mas como um outro domínio, um novo tipo de relações, uma dimensão de pensamento irreduzível ao saber: ligações móveis e não-localizáveis”. Sampaio (2006, p. 28) a partir das indicações de Foucault e Deleuze escreve: “Importante ressaltar que ‘micro’ não é uma simples miniaturização do grande poder, mas refere-se ao caráter difuso do poder e às suas ligações móveis e não-localizáveis”.

46 É curioso, por exemplo, o quanto as notas de Gramsci em *Americanismo e Fordismo* abordam temas como a sexualidade e adequação do corpo da família operária ao emergente novo homem do fordismo e apoia-se em uma racionalidade estratégica de gestão da vida, por via das diversas estatísticas mencionadas que em muito se aproxima da leitura social apresentadas por Foucault através da biopolítica. E a exemplo de Gramsci, Foucault nunca se furtou em criticar modelos de marxismos vulgares que incorriam em leituras mecanicistas e dogmáticas dos escritos de Marx.

apresenta ao autor sardo sem permitir que supostos equívocos ou ausência de rigorosidade empalideçam suas composições desde Gramsci.

A forma como Faleiros (1991, p. 52) define as instituições onde se inserem os assistentes sociais é como espaços de luta “onde a estratégia do bloco dominante passa pela integração social e pela tutela, [...] numa articulação política de organização, consciência e teoria, que implica ação a longo médio e curto prazos”. Essa noção de disputa faz referência a termos guerreiros que agregam no âmbito da instituição a “guerra de posição” como lutas no âmbito das decisões institucionais. Ainda que possa soar deslocada a expressão, vide a origem junto a noção gramsciana de sociedade oriental e ocidental para problematizar as diferentes estratégias para os processos revolucionários, Schlesener (2007, p. 37) apresenta uma definição acerca desse movimento que se aproxima da elaborada por Faleiros:

Nos Estados democráticos modernos, a estratégia deve ser a “guerra de posições”; trata-se de conquistar a direção política e o consenso na sociedade civil, o que é possível pela própria característica das instituições que a compõe: “privadas”, relativamente autônomas, permeadas pela contradição que perpassa o social; e pelo modo como se organiza a hegemonia, fundada na correlação de forças sociais, como uma relação ativa, de extrema mobilidade.

Se naquele momento tratava-se para Gramsci de preparar a classe trabalhadora para enfrentar as estratégias de dominação, dadas a cabo pelo fascismo, a guerra de posições requisitaria hoje a compreensão das transformações históricas que constituem e influem na realidade social, o que, de certa forma, encontra ressonância nos próprios espaços institucionais como perpassados por essas mesmas lutas e transformações.

Ao apresentar o problema da burocracia Faleiros faz ainda referência a uma nota de Gramsci que menciona o problema da maçonaria na Itália em 1925 para evidenciar o problema da burocracia. Sendo as instituições relações de força, a burocracia ao mesmo tempo em que representa um processo de dominação, constitui-se ainda como “um processo de equilíbrio instável de compromisso entre as forças

sociais” (FALEIROS, 1991, p. 67). A burocracia assim requisita ser compreendida com as particularidades típicas como nepotismo e paternalismo da América Latina e mais especificamente na realidade brasileira.

O conceito de hegemonia, em Faleiros (1991), é assumido como:

Capacidade de direção, de fazer-se aceitar, de obter o acatamento e o consenso do conjunto da sociedade a partir da organização e da ação de um grupo em relação aos demais grupos de sociedade. Gramsci destaca justamente a criação desta vontade coletiva, consciente, pela integração do pensamento à ação pelos intelectuais orgânicos. Esse momento do qual fala Gramsci significa justamente a compreensão do papel das superestruturas na transformação e enquanto lugar em que se toma consciência da própria estrutura (FALEIROS, 1991, p. 95).

Esse processo não é indissociável de outros temas que atravessam a obra de Gramsci e que são abordados ainda por Faleiros (1991) tais como a importância dos intelectuais nesse processo, sendo que nesse caso o Moderno Príncipe comparece aqui pelas organizações populares e não necessariamente pelos partidos políticos. Algo que parece encontrar ressonância com o momento político vivido pelo país no período de composição da obra de Faleiros.

O senso comum comparece em Faleiros como fenômeno a ser criticado, mas de forma ordenada tomando-o como um sistema de crenças, superstições, formas de agir e enxergar a realidade social. Gramsci reconhece assim a passagem do senso comum a um pensamento crítico e histórico que requisita a luta concreta “a partir dos problemas práticos vividos pelas classes subalternas, as quais, mediante a discussão dos seus problemas, chegará a um nível de cultura sempre mais crítico das situações impostas pelo modo capitalista de produção” (SIMIONATTO, 1999, p. 83).

É através de Bobbio que Faleiros (1991) irá apresentar uma importante distinção entre Marx e Gramsci no que tange a relação entre superestrutura e estrutura. Se em Marx a sociedade civil é o local das lutas e a estrutura da sociedade é formada pelas relações de produção,

em Gramsci o superestrutural expressa uma passagem do momento econômico ao ético-político e da necessidade à liberdade.

Para Gramsci, a conquista da hegemonia implica a formação do consenso antes mesmo da estruturação das instituições, enquanto que para o próprio Marx as ideologias derivam das próprias instituições, para posteriormente justificá-las. O bloco histórico é essa unidade entre estrutura e superestrutura. A conquista do poder não implica somente a coerção, mas o exercício da direção cultural, como forma de trabalho político-ideológico. (FALEIROS, 1991, p. 101).

Dessa forma o consenso e dominação das classes subalternas são viabilizados pela classe dominante utilizando, em parte, dos organismos privados e da sociedade política. Faleiros (1991) então defende a construção de uma contra hegemonia para a transformação do que se encontra instituído na sociedade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que a instituição sempre foi um interesse movente das ciências sociais. Como infere Lourau a sociologia que emerge a partir de Comte travará embates com o conceito de instituição que o levará a uma grande dificuldade em se desvincular da noção positivista da ordem estabelecida.

Os sistemas de referência sociológicos nos quais se situa o conceito de instituição, com certa dificuldade, podem ser identificados como três.

O primeiro assume a instituição como “coisa”, em uma orientação durkheimiana, em que privilegia a consecução do fenômeno instituição na sociedade e encarna no indivíduo uma forma de estranhamento. Tudo o que remete ao elo social é tratado a partir do direito objetivo com Durkheim e seus seguidores consubstanciando a instituição como norma objetiva.

A segunda origina-se da vertente fenomenológica, não muito afastada da corrente freudo-marxista, em que apreende a instituição como algo sem uma realidade objetiva, como uma manifestação da angústia individual e concomitantemente a um sistema de defesa contra esta angústia. A instituição então encarnaria a repressão sobre a livre expansão da pessoa.

E o terceiro reconhece a partir da antropologia o nível simbólico, e no questionamento das regras durkheimianas – através da análise funcional – a análise estrutural, buscando no momento objetivo e imaginário sua síntese tendo no nível simbólico a expressão da singularidade da vida social.

Ou seja, a tentativa de decifrar a instituição como matéria das ciências sociais é uma tarefa colossal. Lourau e Lapassade afirmaram que para conjecturar uma análise acerca das instituições, independente da perspectiva e filiação teórica, era necessário apreendê-la como um objeto de conhecimento.

Ao emergir como matéria universitária na França do pós-maio de 68 os fundadores da Análise Institucional Francesa (AIF) não se furtaram em afirmar que essa era algo anterior a eles, traçando para comprovar isso uma linha que partia do rompimento entre antiguidade e modernidade; ocidente e oriente, passando pelo Iluminismo com a Abadia de Theleme de François Rabelais até os principais fundadores das ciências sociais com destaque para Durkheim, Weber e Marx. A análise institucional seria então toda tentativa de empreender uma

interpretação acerca da realidade institucional.

Talvez o texto de Lourau seja um dos mais potentes no que tange ao tema das instituições, e consequentemente da análise institucional, pelo *tour de force* que empreende pelas tradições intelectuais que se debruçaram sobre as instituições.

Todavia é necessário ressaltar as análises de seu companheiro Lapassade sobre certos temas a partir da Revolução Industrial como a origem conceitual dos grupos, organizações e instituições como campos de saber e de intervenção através de estudos da área de *human relations*; os processos de burocratização, a otimização do processo produtivo nas fábricas, entre outras contribuições.

Em suma, para Lourau e Lapassade empreender uma análise institucional significa estar dentro, mesmo sendo um agente exterior você precisa estar localizado como analista dentro da instituição.

Mas não para Foucault. Entre as inúmeras indicações desse filósofo francês acerca das instituições, no que tange à tentativa de analisá-las, Foucault é categórico; talvez a chave para a análise não esteja dentro dela, mas em uma espécie de deslocamento para o exterior da própria instituição. Isso seria, em linhas gerais, escapar de uma espécie de armadilha que levaria a análise a estar dentro da instituição para que nesse processo acabássemos, em certo momento, sendo expurgados, analisando então outra instituição, e depois outra, até chegarmos a uma fundamental, que poderia ser o Estado. Ao invés disso, propõe a nos atentarmos para a forma como a instituição se comunica, reconfigura e apoia desde seu interior outras instituições. Como exemplo dessa apreensão temos a instituição prisão. O que seria realmente efetivo, ou melhor, relevante na análise institucional de uma prisão? Sua estrutura? Seu funcionamento? Ou será que o mais revelador seria justamente perceber que essa instituição está agregada, pelos seus fracassos e ineficiência, a um cálculo na sociedade, que justifica sua própria existência mesmo que análise após análise se perceba que essa é uma instituição nefasta. Pois é pela sua ineficiência que ela se torna rentável ao sistema de produção. Talvez o fora da instituição nos forneça tantas pistas quanto a análise que parte do interior dela. Vale acrescentar ainda que as instituições em Foucault não detêm apenas o primado da sociedade da ortopedia social requisitando além do controle dos corpos, a propriedade do tempo de existência dos indivíduos, esse tempo deve ser investido na instituição pelos sujeitos em seu interior, são assim as instituições de sequestro.

A topografia da instituição pode ser também um componente importante na tentativa de elucidá-la. Dessa forma o que pode soar

pedante ao priorizar os muros, as paredes, os leitos, as alas na análise da instituição pode fornecer elementos da caracterização desse espaço e o que objetiva na ação sobre os indivíduos que nela tem parte de sua existência reproduzida. Desde a tradição do norte da América do pragmatismo, e utilizando-se do método da observação participante, poucos autores foram tão citados e debatidos quanto Goffman. O que o canadense de certa forma antecedeu foi o que eclodiu em Maio de 68: as pessoas no interior da instituição precisavam falar e o que inicialmente apontava para a necessidade da fala acabaria também por requisitar a libertação do corpo. Em um de seus mais conhecidos estudos Goffman analisou, por via dos papéis produzidos no interior das instituições, a mutilação do “EU” social e, ao se voltar às práticas exercidas nesse espaço, evidenciou a topografia dessa realidade concreta, elaborando assim o conceito de Instituições Totais.

É também a partir das experiências dos sujeitos que podemos delimitar o processo de formação de uma instituição. A institucionalização expressa uma tipificação recíproca de ações resultantes de hábitos pelos indivíduos, seria então toda situação social alocada em continuidade no tempo. As instituições seriam dessa forma expressões de universos simbólicos que por via de hábitos produz esses processos de institucionalização. Essa interpretação preza pela experiência subjetiva – subjetiva aqui como estrutura de universalidade do sujeito – dos indivíduos que seriam produtores e reprodutores da instituição. Para Berger e Luckmann, a realidade é por si uma construção social e dessa forma a experiência dos sujeitos é essencial na compreensão da instituição sendo a sociedade uma forma de realidade objetiva materializada por via dos processos de institucionalização.

Para além das composições que partem de quadros dependentes das experiências subjetivas (não subjetivismo) há ainda aquelas que conseguem se atrelar às leituras macrosocietárias como as empreendidas por marxistas como Althusser e Gramsci. O primeiro com suas notas publicadas pós Maio de 68 se propôs a ampliar o conceito de Estado da teoria marxista clássica e acabou desenvolvendo uma leitura acerca das instituições conhecida como os Aparelhos Ideológicos de Estado e Aparelho Repressivo de Estado. Dessa tese se seguiram todas as interpretações, distorções e críticas destinadas à composição do marxista francês.

Com o devido cuidado que o tema requisita é sintomática a proximidade e influência que a tese de Althusser recebeu de outro marxista, no caso Gramsci. Embora Gramsci não tenha desenvolvido nenhuma tese institucionalista desde a sociologia, é significativa a

preocupação que o autor apresenta acerca de sua leitura do aparelho de Estado e os aparelhos privados de hegemonia. Gramsci não necessariamente se volta aos aspectos estruturais desse aparelho, mas se interroga, ao longo de seus cadernos, no encaminhar da revolução como proceder com o aparelho de Estado. Somado a isso sua perspicaz leitura da ascensão do fordismo na sociedade norte-americana e a influência que esse tipo de produção exerceria sobre o proletariado, reconhecendo que essa racionalidade fabril era a que melhor proporcionaria naquele momento galgar novos patamares na organização política da classe trabalhadora.

Quando se trata do estudo de instituições são comuns tentativas de perfilar esquemas de análise que auxiliem na elucidação desse objeto. Por mais que a própria composição de um esquema e execução resulte em aspectos e dados apenas aproximativos ao objeto a ser decifrado são esses esquemas, inegavelmente, válidos como ponto de partida. Um exemplo dessa apreensão de esquemas de análise é o proposto por Albuquerque e as críticas que ele alça sobre essa mesma tentativa. Seu esquema, em suma, se propõe a analisar aquilo que ele denomina como instituições concretas, que podem ser uma universidade, hospital, escola, entre outros e a forma como proceder em uma análise que consiga superar as antinomias presentes nos diferentes níveis e esferas constitutivos da expressão da realidade social manifesta no esquema de análise. Trata-se assim da análise de uma realidade detentora de uma materialidade, ou seja, para Albuquerque, uma instituição concreta. Mas para além de esquemas de análise, uma das principais propostas desenvolvidas por Albuquerque, e muito apropriada pelo Serviço Social, foi à noção de agentes institucionais e as relações entre os sujeitos no interior das instituições. Como em uma partida de xadrez, Albuquerque propicia pela sua análise o deciframento das peças no tabuleiro se atentando ao fato de que há papéis no interior das instituições e a forma como cada sujeito se relaciona com eles - e com o seu próprio - é um componente elucidativo da própria instituição.

Há outras angulações para analisar uma instituição a partir do aparelho de Estado, assumindo-a, por exemplo, como uma organização específica ou denominando-a como uma instituição cultural, algo que Madel T. Luz define como um conjunto de instituições consideradas civis, mas que são impregnadas de política tanto quanto os denominados aparelhos de Estado. Vincula-se à instituição certa racionalidade materializada via organização, como uma prisão ou um hospital. As composições sobre as instituições traçadas pela autora se propõem extremamente histórica e vinculam-se ao momento político

experimentado através da relação da instituição com o Estado.

Essas apreensões sobre o conceito “instituição” e a forma como alguns autores se relacionam a esse por via de suas análises, demonstrou não apenas a multiplicidade de angulações como, também, suscita a seguinte questão: Como abordar esse objeto sem compor um estudo que resulte eclético, e eclético aqui no que há de demérito a essa opção, com ausência de fidedignidade e discernimento das apreensões e tradições intelectuais a que se filiam?

Seguindo indicações de alguns dos autores aqui analisados; tais como Lourau, Foucault, Althusser e Albuquerque, empreenderemos em uma acepção do conceito de instituição que ao dialogar com distintas elaborações teóricas se voltará a aquilo que faz da instituição uma materialidade polimorfa e um conceito polissêmico.

Polimorfo é uma palavra de raiz grega composta por *poli* (vários, múltiplos) e *morphos* (forma), e nos serve para afirmar que dependendo da filiação teórica e a realidade analisada, a instituição terá uma constituição distinta, uma forma que se refere especificamente a uma leitura e que, ao mesmo tempo, ao extrapolar as apreensões teóricas, se volta a distintas formas de materialidade. A instituição família detém uma materialidade que a faz existir enquanto instituição, da mesma forma um hospital é detentor de um tipo de existência organizacional que faz com que todos os hospitais sejam hospitais, todavia nenhuma dessas expressões materializadas de uma instituição é idêntica a outra, seja uma família ou um hospital.

E essa distinção – entre um hospital e outros hospitais – é resultado tanto de sua materialidade quanto das próprias tentativas de análise dessa mesma instituição. Para dois indivíduos que ingressam no mesmo hospital suas leituras acerca dessa instituição jamais será idêntica a do outro. Talvez por isso as instituições produzam tantos discursos sobre si, definindo-se, justificando-se, requisitando para si uma suposta missão em um misto de antroporfomismo e normatização que é para a instituição um discurso sobre si produzido desde si. Aqui o polimorfo é o que possibilita a análise de discursos tão distintos sobre um conceito que atravessa diferentes tradições intelectuais e que se refere a distintas materialidades.

Essa apreensão requisita o reconhecimento da polissemia que advém do conceito de instituição, palavra também de raiz grega (*poli* = muitos e *semia* = signo, significado), para que os diferentes sentidos do conceito possam ser apreendidos a partir do que os autores analisados se propuseram a elaborar dentro do próprio arsenal heurístico que detinham e ao qual se vinculavam.

De toda forma não houve aqui uma proposta de elaborar uma composição eclética sobre as instituições que atravessasse a todos os autores e minimizasse as particularidades e idiossincrasias de cada composição entre si; ou a tentativa de pasteurizar os discursos para assumir que a instituição delimitada por um autor é necessariamente relacional com a de outro. O que se objetivou fazer foi apresentar a forma como a instituição, enquanto realidade polimorfa e conceito polissêmico, comparece nos escritos, bem como a instituição é tratada a partir do autor analisado. Foi esse o caminho percorrido para com a análise dos autores das ciências sociais na identificação da influência que exerceram sobre as obras do Serviço Social analisadas.

Sem elaborar um compêndio sobre o conceito de instituição, foi necessário assumir os autores desde duas apreensões para sua leitura: a partir do que há de coetâneo entre eles e como essas obras dialogam conosco a partir do Serviço Social.

Parte significativa dos autores analisados foi coetâneo, tanto os das ciências sociais como os do Serviço Social, e isso é importante pela compreensão da influência que não apenas exerceram entre si, mas pelas tentativas de elucidar o conceito de instituição, que embora possam destoar entre si, são originárias do mesmo tempo histórico.

Há uma expressiva quantidade de obras das ciências sociais analisadas na Seção 3 que se vinculam as transformações societárias em suas composições de seu momento histórico. É sintomático, por exemplo, que no mesmo ano Goffman e Foucault tenham publicado livros que se propunham a de formas distintas problematizar a loucura; Goffman com *Manicômios, Prisões e Conventos* e Foucault com *O Nascimento da Loucura* no ano de 1961. Se o filósofo francês cotejava a loucura através da emergente sociedade capitalista e a apresentava como uma experiência humana produtora de um tipo de racionalidade e, concomitantemente, sendo apropriada por um tipo de saber o pesquisador canadense já reconhecia em seus escritos a emergência da produção de discursos no interior da instituição sobre o objeto tratado (o interno e a doença/crime) e os discursos produzidos como justificativas à existência da instituição.

Há também obras que foram significativamente influenciadas pela revolta social na França de Maio de 68, assim autores como Althusser, Foucault, Lourau e Lapassade aferem em suas pesquisas as ações de movimentos que questionaram as instituições da ordem capitalista. Ou seja, trata-se de análises que se voltam à leitura do Estado e das instituições ancoradas pelas pistas providenciadas pelo presente. Hoje, se ousássemos fazer o mesmo sobre as instituições que

explicações providenciaríamos? Que opções e estratégias de ação conseguiríamos compor se não detivéssemos nossa compreensão na análise da sociedade capitalista, mas também avançássemos para os efeitos interiores e exteriores das instituições? O que temos escrito afinal sobre as instituições como assistentes sociais?

Escrever como um contemporâneo de nosso tempo a partir dos diversos autores coetâneos entre si exige atenção, bem como alerta Agamben (2009, p. 59):

A contemporaneidade [...] é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este e, ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e um anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a esta aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela.

No que diz respeito ao conceito de instituição a partir da produção bibliográfica do Serviço Social da década de 1980, perfilhando a influência de autores das ciências sociais e marxismo, é necessário reconhecer a importância que esse conceito já teve para a profissão. O conjunto de livros analisados do Serviço Social sobre as instituições são da década de 1980, sendo também nessa década que se inicia a proliferação do debate profissional por via de análises acerca das políticas sociais e da categoria trabalho a partir da analítica marxiana.

As obras do Serviço Social analisadas já apresentam aproximações com a leitura marxista e marxiana através de diversos temas tais como a sociedade capitalista e a constituição das instituições; a forma como as instituições apoiam e são reconfiguradas pelo modo de produção; a análise da profissão a partir dos espaços institucionais onde se inserem e a profissão enquanto instituição com um importante papel no que tange ao controle social para a sociedade capitalista. Os livros analisados em distintos graus e intenções se debruçaram sobre as instituições e a partir dela compuseram estudos sobre o trabalho dos assistentes sociais e ofertaram leituras de forma conceitual do que se refere discursivamente quando se fala sobre instituições no Serviço

Social.

Há aqui dois distintos processos que influem diretamente na produção teórica da profissão sobre as instituições. O primeiro é a Reconceituação, que culminou na assunção do marxismo como orientação teórico-política prevalente da profissão no Brasil e o segundo as pesquisas e autores referenciados na produção do Serviço Social cujos temas se apoiavam sobre as instituições, ainda que os seus autores (sejam os do Serviço Social ou das ciências sociais) não possam ser classificados como institucionalistas.

O primeiro processo citado não é apenas amplamente conhecido, como também está presente na orientação da formação profissional em suas diretrizes curriculares e a partir de seus desdobramentos se definiu o perfil da profissão de assistente social no Brasil. Presume-se isso a partir da assunção da perspectiva marxista em diferentes marcos regulatórios da profissão (Código de Ética, Diretrizes curriculares da ABEPSS) e a produção intelectual sendo dominada por essa leitura teórico-política da realidade. Muitas vezes incorre-se em uma leitura sobre a profissão em que o que é anterior a Reconceituação ou o que não está coadunado diretamente a intenção de ruptura (NETTO, 1998) se constitui apenas como conservador, em que reconhecer a necessidade de abordar certos temas anteriores ou cravados durante esse processo se constitui como um retrocesso, uma negação ao próprio *ethos* da profissão em seu posicionamento político nas lutas de classe e a defesa da classe trabalhadora em detrimento da burguesia. Aparentemente no que tange ao debate sobre as instituições a essas obras do Serviço Social caberia apenas o reconhecimento de uma curiosidade histórica, flertes com tradições intelectuais estranhas a marxiana – dominante contemporaneamente – exemplos do ecletismo e pouco vigor teórico de parte significativa, e devidamente esquecidas, das composições na década de 1980.

O outro processo é composto por composições com diferentes orientações teóricas sobre as instituições que emanaram das ciências sociais. Uma parte delas foi produzida no caldeirão da contracultura durante as décadas de 1960 e 1980, tendo como principais referências autores como Lourau, Lapassade, Althusser e Foucault. Essas composições parecem auxiliar, no caso de uma profissão eminentemente interventiva como o Serviço Social, a elaboração de indicações para a intervenção com o desenvolvimento de conceitos que possam compor uma leitura das e nas instituições, que, por sua vez, forneçam subsídios aos profissionais pela busca por transformações nos espaços institucionais ocupados. Parte dessas pesquisas aportou na América

Latina, e mais especificamente no Brasil, em um momento de intenso processo repressivo ditatorial no continente e influenciou diversos pesquisadores nacionais que desenvolveram estudos sobre a égide institucionalista tais como Albuquerque e Luz. Esses pesquisadores do Serviço Social brasileiro, ao se aproximarem dessas pesquisas, compuseram obras sobre as instituições utilizando indicações institucionalistas e, ao mesmo tempo, aproximações com o marxismo de forma gradativamente mais rigorosa. Cabe ressaltar ainda que os autores das ciências sociais, que influenciaram as obras do Serviço Social nas décadas de 1960 a 1980, são muitos deles encharcados pelo marxismo, ou seja, as composições institucionalistas podem ter contribuído ainda com a aproximação a autores dessa tradição intelectual e política⁴⁷ no Serviço Social.

Os dois processos identificados como distintos vetores de partida da produção analisada - desde as obras “institucionalistas”, e assumindo o marxismo como principal orientação teórica e política da profissão – requisitam não ignorar a colisão entre esses quando foram e são matéria na produção teórica da profissão. Consideramos que não se trata de um equívoco o flerte junto às teses institucionalistas quando observadas a partir do marxismo. Reconhecemos ainda que as obras de Serviço Social que abordaram o tema “instituição” são constituintes do processo que resultaria nas análises sobre a profissão a partir do arsenal heurístico marxiano. Todavia, a importância do debate assumido sobre as políticas sociais e a centralidade da categoria trabalho possibilitou o distanciamento da categoria profissional da análise institucional.

O Serviço Social é uma profissão interventiva que, por via do mercado de trabalho, detém reconhecidamente espaços sócio-ocupacionais de exercício profissional. Esses espaços sócio-ocupacionais, para utilizar uma terminologia do léxico profissional contemporâneo, são, antes de tudo, instituições e como instituições elas requisitam o tempo e a existência dos sujeitos inseridos nela, e consequentemente uma rigorosa análise institucional.

47 Vide a presença do “marxismo estruturalista” de Althusser, o extenso capítulo de Lapassade sobre a burocracia através de Marx, Lukacs, Trotski, Paul Cardan (pseudônimo de Cornelius Castoriadis), a análise de Lourau sobre a trajetória das composições sobre as instituições ao longo da cultura ocidental com destaque para o capítulo II Marxismo e Instituição e o sub-item “A Revolução e o obstáculo Institucional”.

O vetor de análise prioritário na profissão atualmente é a análise da realidade capitalista, essa é condição *sinequa non* para a constituição das indicações acerca da profissão no que trata a leitura da realidade social e esse posicionamento reflete nas análises das instituições, aqui pelo termo espaços sócio-ocupacionais. Todavia os passos seguintes da composição da análise são subsumidos, não há qualquer análise que se proponha reconhecer a realidade concreta fruto da inserção profissional nos espaços atualmente. E isso também resulta na ausência de indicações sobre a importância das estratégias profissionais quando se é um agente institucional. É impensável o exercício profissional crítico, competente e propositivo (termos em voga para avaliar os nossos pares) sem que se incursione uma análise da instituição aonde o profissional se insere.

Se por um lado os assistentes sociais atuam em espaços sócio-ocupacionais, se é necessária a análise das políticas sociais, se o exercício profissional insere-se em processos de trabalho, tudo isso acontece, ganha materialidade e expressa o imperativo e o reconhecimento através de determinada instituição.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **O que é contemporâneo? E outros ensaios**. Chapecó: Argos editora da Unochapecó, 2009.

ALBUQUERQUE, J. A. G. **Metáforas da Desordem: O contexto social da doença mental**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Instituição e Poder: a análise concreta das relações de poder nas instituições**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

_____. Althusser, a Ideologia e as Instituições. In: ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2ª edição.

ALTHUSSER, L. **A Favor de Marx**. 2ª edição. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 1979.

_____. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)** 2ª edição. Biblioteca de Ciências Sociais; v. n. 25. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BALEN, A. D. J. V. **Disciplina e Controle da Sociedade: análise do discurso e da prática cotidiana**. São Paulo: Cortez, 1983.

BAREMBLITT, G.F., La Concepción Institucional de la transferencia. In: ACEVEDO, M. J.; VOLNOVICH (orgs.) **El Espacio Institucional**. Buenos Aires: Lugar Editorial, 1991.

_____. **Compendio de Análisis Institucional**. Buenos Aires: Ediciones Madres de Plaza de Mayo, 2005.

BASAGLIA, F. A Instituição da Violência. In: **As Instituições e os Discursos**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1974.

BENELLI, S.J.; COSTA-ROSA, A. Geografia do Poder em Goffman: Vigilância e Resistência, Dominação e Produção de Subjetividade no Hospital Psiquiátrico. In: **Estudos de Psicologia**, PUC-Campinas, v. 20, n. 2: 2003.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 1985. 23ª edição.

BISNETO, J. A. **Serviço Social e análise institucional: estudo das contribuições ao debate contemporâneo e ao processo de renovação no Brasil**. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro, 1996.

_____. Análise Institucional no Processo de renovação do Serviço Social no Brasil. In: VASCONCELOS, E.M. **Saúde Mental e Serviço Social: O desafio da Subjetividade e da Interdisciplinaridade**. São Paulo: Cortez, 2000.

BISNETO, A. **Serviço Social e Saúde Mental – Uma análise Institucional da prática**. São Paulo: Cortez, 2007.

BOUTTONNIER, J.F. Prefácio. In: LAPASSADE, G. **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

BRAGA, R. Introdução. In: GRAMSCI, A. **Americanismo e Fordismo**. São Paulo: Hedra, 2008.

BRAVO, M. I. S. O significado político e profissional do Congresso da Virada para o Serviço Social brasileiro. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2009. Ano XXX nº 100.

BUCCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado: Por uma teoria materialista da filosofia**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CAPALBO, C. Fenomenologia: Tendências históricas e atuais. In: **Cadernos ABESS nº 4. Ensino em Serviço Social: Pluralismo e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1991.

CARTAXO, A.M.B. **Estratégias de Sobrevivência: previdência e o Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1995.

CARVALHO, R. Modernos agentes da Justiça e da Caridade: Notas sobre a origem do Serviço Social no Brasil. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Editora Cortez, 1980, Ano 1 nº 2.

CASSIN, M. Louis Althusser: O Ressurgimento de um desaparecido. **IMPULSO**, V. II nº 24. Piracicaba: UNIMEP, 1999.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

_____. Gramsci e as Ciências Sociais. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, Vol. 34, dez. 1990.

_____. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DANTAS, J.L. Perspectivas do funcionalismo e seus desdobramentos no Serviço Social. In: **Cadernos ABESS nº 4. Ensino em Serviço Social: Pluralismo e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1991.

DELEUZE, G. **Foucault**. 6ª reimp. São Paulo: Brasiliense, 2005.

EDMUNDO, L.P. **Instituição: Escola da Marginalidade**. São Paulo: Cortez 1987.

ESCOBAR, C. H. Quem tem medo de Louis Althusser? Disponível em: http://www.achegas.net/numero/44/luiz_eduardo_motta_44.pdf. 1979. Acessado em: 15/05/2013.

FALEIROS, V. P. **A política social do Estado capitalista: As funções da Previdência e da Assistência Social**. São Paulo: Cortez, 1980.

_____. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1987, Ano VIII, nº 24.

_____. **Saber Profissional e Poder Institucional**. 3ª edição. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento? In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2005. Ano XXVI, nº 84.

_____. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007.

FALEIROS, V.P. O que Serviço Social quer dizer? In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2011. Ano XXXI nº 108.

FERREIRA, M.S. Polissemia do conceito de Instituição: Diálogos entre Goffman e Foucault. In: **ECOS Estudos Contemporâneos da Subjetividade**. V.2 N. 1, Rio de Janeiro: 2012.

<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/ecos/article/view/826>

acessado em 10 de agosto de 2013.

FONSECA, M. A. **Michel Foucault e a Constituição do Sujeito**. São Paulo: EDUC, 1995.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. In: RABINOW, P.; DREYFUS, H. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **História da Sexualidade, vol. 1: A Vontade de Saber**. 14ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

_____. **A Verdade e as Formas Jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU editora, 2003.

_____. **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. **Segurança Território e População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão**. 37ª edição. Petrópolis: Vozes, 2009a.

_____. **A Ordem do Discurso**. 19ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2009b.

GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Edições Guanabara, 1988.

_____. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 8ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2010.

GUERRA, Y. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. In: **Temporalis**. Brasília: 2011. Ano 11, nº 22.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. **Concepção Dialética da História**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986

_____. **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HAMMOUTI, N.D. O Movimento da Análise Institucional, o Interacionismo e a Etnografia, In: MARTINS J. B. (org.) **Temas em Análise Institucional e em Interacionismo Social**. São Carlos: Fundação Araucária e Editora RiMa, 2002.

IAMAMOTO, M.V.; CARVALHO R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. 6ª edição. São Paulo, Cortez/Celats, 1988.

LAPASSADE, G. **Grupos, organizações e instituições**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

_____, G.; LOURAU, R. **Chaves da Sociologia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

LOURAU, R. **A Análise Institucional**. 2ª edição revista. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____, R. In: RODRIGUES, H.B.C. **René Lourau na UERJ 1993, Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, 1993.

LUZ, M.T. **As Instituições Médicas no Brasil: Instituição e Estratégia de Hegemonia**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

MACHADO, R. **Ciência e Saber: A trajetória da arqueologia de Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

MACHADO, R.. **Microfísica do Poder**. 25ª edição. São Paulo: Graal, 2012.

MACHADO, R. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 25ª edição. São Paulo: Graal, 2012.

MELANO, C. M. Instituciones y trabajo social em el escenario actual. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1991. Ano XII, nº 35.

MONTAÑO, C. A. **A Natureza do Serviço Social**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. A Pós-Graduação e a pesquisa no Serviço Social latino-americano: uma primeira aproximação. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2011. Ano XXXI nº 108.

MOTTA, L. E. Sobre “**Quem tem medo de Louis Altusser?**” de Carlos Henrique Escobar.

Disponível: http://www.achegas.net/numero/44/luiz_eduardo_motta_44.pdf, 2011. Acessado em 15/05/2012.

MUCHAIL, S.T. O lugar das instituições na sociedade disciplinar. In: RIBEIRO, R. J. **Recordar Foucault: os textos do colóquio Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

NETTO, J.P.. **Ditadura e Serviço Social – Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. III CBAS: Algumas referências para a sua contextualização. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2009. Ano XXX nº 100.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

ORTEGA, F. **Amizade e Estética da Existência em Foucault**. São Paulo: Graal, 1999.

QUIROGA, C. **Invasão Positivista no Marxismo: manifestações no ensino da metodologia no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

RABELAIS, F. **Gargântua e Pantagruel**. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2003.

RAMOS, M. H. Prefácio. In: SERRA, R.M.S. **A Prática Institucionalizada do Serviço Social**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1983.

SAMPAIO, S. S. **Foucault e a Resistência**. Goiânia: Ed. da UFG, 2006.

SANTOS, J. S. Apropriações da tradição marxista no Serviço Social. In: **Cadernos Especiais** n.42 edição. Disponível em: www.assistentesocial.com.br acessado em 17/05/2012.

SCHLESENER, A. H. **Hegemonia e Cultura: Gramsci**. 3ª edição. Curitiba: Editora UFPR, 2007.

SERRA, R. M. S. **A Prática Institucionalizada do Serviço Social**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1983.

SILVA, L.M.M. Sistematização das críticas ao pensamento de Althusser. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 21. São Paulo: Cortez, 1986.

SILVEIRA, R. A. **Michel Foucault: Poder e Análise das Organizações**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

SIMIONATTO, I. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. 2ª edição. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Ed. Cortez, 1999.

SOUTO, M. Sobre Incertezas e Buscas no Campo Institucional, In: BUTELMAN, I. (org.) **Pensando as Instituições: Teorias e Práticas em Educação**. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

SOUZA, M. L. **Serviço Social e Instituição – A questão da Participação**. São Paulo: Cortez, 1982.

WEISSHAUPT, J. R. **As Funções Sócio-institucionais do Serviço Social**. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 1988.